UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALISMO, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE
PROJETO DE PESQUISA: DIREITO AMBIENTAL, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE
EM REGIME DE DUPLA TITULAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DE ALICANTE – UA PELO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DEL AGUA Y DE LAS CIENCIAS AMBIENTALES (IUACA)

O DIREITO DESPORTIVO TRANSNACIONAL COMO MECANISMO DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO DESPORTO

BRUNA MOREIRA LOURENÇO HECKTHEUER

Itajaí-SC, outubro de 2023

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALISMO, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE
PROJETO DE PESQUISA: DIREITO AMBIENTAL, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE
EM REGIME DE DUPLA TITULAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DE ALICANTE – UA PELO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DEL AGUA Y DE LAS CIENCIAS AMBIENTALES (IUACA)

O DIREITO DESPORTIVO TRANSNACIONAL COMO MECANISMO DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO DESPORTO

BRUNA MOREIRA LOURENÇO HECKTHEUER

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, em dupla titulação com o Programa de Doutorado Água e Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Água e das Ciências Ambientais da Universidade de Alicante - AU., como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica.

Orientadora: Professora Doutora Carla Piffer

Co-orientador: Professor Doutor Andrés Molina Gimenez e Professor Doutor Nicolás de la Plata Caballero

Itajaí-SC, outubro de 2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Carla Borges Moreira Lourenço e Jamil Lourenço, cuja sabedoria e paixão pelo direito não apenas conduziram suas brilhantes carreiras jurídicas, mas também foram a luz que iluminou meu caminho na área do direito. A dedicação e exemplo constante de ambos sempre foram minha maior inspiração profissional, impulsionando-me a buscar excelência e integridade em cada passo desta jornada. Esta tese é mais do que um documento acadêmico; é um testemunho vívido do impacto positivo que suas vidas e ensinamentos tiveram em mim. É com profunda gratidão e admiração que dedico este trabalho a vocês, meus pais amados, que são a personificação dos valores e princípios que guiam minha trajetória no mundo jurídico.

Ao meu companheiro de vida e melhor amigo, Pedro Abib, também conhecido como Cusquinho, Pedrinho e, agora, papai, que não só me incentivou a embarcar nessa jornada, mas também esteve ao meu lado a cada desafio. Nossas 24 horas diárias de convívio em Alicante, Espanha, para a dupla titulação, foram momentos preciosos de crescimento mútuo, onde compartilhamos risadas, desafios e conquistas, tanto pessoais quanto profissionais e acadêmicas.

À Antonella Lourenço Heckttheuer, cuja participação especial iniciou-se na barriga durante a gravidez e nos primeiros meses de vida, coincidindo com a finalização da tese e a defesa. Sua presença, mesmo antes de nascer, foi uma fonte constante de motivação e alegria, impulsionando-me a alcançar novos patamares acadêmicos.

Aos doutores Marcia Abib Heckttheuer e Fabio Rychecki Heckttheuer, que não apenas me inspiraram na jornada acadêmica, mas também me deram todo o suporte e acreditaram na minha capacidade de enfrentar essa jornada pelo doutorado.

À Profa. Carla Piffer, minha eterna orientadora, por sua dedicação excepcional e orientação precisa, que contribuíram significativamente para a qualidade deste trabalho. Desde o mestrado, ansiava por sua orientação, acreditando em seu trabalho meticuloso e de excelência como orientadora, e no doutorado obtive a grata felicidade de poder realizar tal desejo. Assim, pude

experienciar um crescimento academico considerável, obtendo padrões de excelência junto com a profa. Carla.

Ao Prof. Doutor Nicolás de la Plata Caballero, pela receptividade desde o primeiro momento na *Universidad Europea de Madrid* e, claro, pelos valiosos ensinamentos na área de direito desportivo, que enriqueceram significativamente a pesquisa e ampliaram minha visão acadêmica.

Ao Prof. Andrés Molina Gimenez, coorientador e tutor da *Universidad de Alicante*, que deu todo o suporte necessário durante minha estadia na universidade, com orientações e apoio em minha pesquisa. E, mesmo longe, não mediu esforços para contribuir, sempre de prontidão e muito solicito.

À Faculdade Católica de Rondônia, por proporcionar inúmeras oportunidades de mestrado e doutorado na região amazônica e, por meio da educação, tem sido uma força transformadora na sociedade amazônica, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social e econômico da região. Viabilizando minha imersão no meio acadêmico, transformando minha percepção sobre a pesquisa e extensão.

À Universidade do Vale do Itajaí por acreditar no projeto da Faculdade Católica de Rondônia e realizar a parceria de oferecer o Doutorado Interinstitucional, bem como por gerar a possibilidade da dupla titulação com a *Universidad Europea de Madrid*, possibilitando que esta tese seja fruto destas parcerias e fortalecendo o ensino e a pesquisa de forma transnacional.

À Universidad de Alicante, pela oportunidade da dupla titulação e pela recepção calorosa e receptiva durante todo o período em que estive pesquisando em sua sede, o que enriqueceu minha experiência acadêmica e ampliou minha visão global.

DEDICATÓRIA

Dedico os anos de trabalho nesta pesquisa e os respectivos resultados a todas as mulheres que lutaram e lutam diariamente por igualdade no mundo dos desportes. Que encontrem força e coragem em cada página desta pesquisa para continuarem desafiando normas, superando limites e construindo um mundo mais socialmente sustentável.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí-SC, 23 de outubro de 2023

Documento assinado digitalmente
gov.br
BRUNA MOREIRA LOURENCO HECKTHEUER
Data: 04/04/2024 16:59:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Bruna Moreira Lourenço Heckttheuer

Doutoranda

P Á G I N A D E A P R O V A Ç Ã O

DOUTORADO

Conforme Ata da Banca de Defesa de Doutorado, arquivada na Secretaria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica PPCJ/UNIVALI, em 13/09/2023, às dez horas (horário de Brasília) e quinze horas (horário de Alicante), a doutoranda Bruna Moreira Lourenço Heckttheuer fez a apresentação e defesa da Tese, sob o título "O DIREITO DESPORTIVO TRANSNACIONAL COMO MECANISMO DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO DESPORTO".

A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores: Doutora Carla Piffer (UNIVALI) como presidente e orientadora, Doutor Andrés Molina Gimenez (IUACA-UA), como orientador, Doutor Nicolás Francisco de La Plata Caballero (Universidad Europea de Madrid) como membro, Doutor Levi Hulse (UNIARP) como membro, Doutora Heloise Siqueira Garcia (UNIVALI), como membro e Doutora Maria Claudia da Silva Antunes de Souza (UNIVALI), como membro suplente. Conforme consta em Ata, após a avaliação dos membros da Banca, a Tese foi Aprovada.

Por ser verdade, firmo a presente

Itajaí (SC), 13 de setembro de 2023.



PROF. DR. PAULO MÁRCIO DA CRUZ
Coordenador/PPCJ/UNIVALI

ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART.	Artigo
CAS	Corte Arbitral do Esporte
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CE	Comissão Europeia
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e emendas constitucionais posteriores
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
CON	Confederação Olímpica Nacional
FI	Federação Internacional
FIFA	Federação Internacional de Futebol
ICAS	Internacional Council of Arbitration for Sport
ITF	Federação Internacional de Tênis
ONU	Organização das Nações Unidas
TAS	Tribunal Arbitral do Esporte
UEFA	União das Federações Europeias de Futebol
WADA	Agencia Mundial Antidoping

ROL DE CATEGORIAS

Desporto: "conjunto de exercícios, praticados individual ou coletivamente, seguindo-se determinado método, regras e regulamentos, com o propósito de desenvolver a força, a resistência, a agilidade e a superação dos limites do corpo humano"[1].

Direito Desportivo: "o conjunto de normas e regras, oriundas da coletividade desportiva organizada, com a finalidade de regular o Desporto e que instituem mecanismos coercitivos capazes de garantir a harmonia e uniformidade necessárias à prática desportiva"[2].

Direito Desportivo Transnacional: "[...] se nos afastarmos por um momento do domínio desportivo, verifica-se que a noção de direito transnacional, muito comum na literatura jurídica e mesmo na prática, caracteriza-se por uma ambiguidade que, longe de constituir um obstáculo à sua aplicação no domínio do desporto, pelo contrário ajuda a destacar a diversidade do fenômeno jurídico que é o direito desportivo. Daqui se podem extrair três sentidos: um sentido amplo, baseado na teoria de Jessup, abrangendo qualquer norma de alcance externo (I); um sentido híbrido, caracterizando as relações jurídicas entre entidades públicas e privadas (II); um sentido estritamente privado, referindo-se às regras setoriais produzidas por partes globais privados auto-regulados (III). Enquanto o último deles é o mais significativo do ponto de vista conceitual, o fato é que os dois primeiros ajudam a ilustrar as variadas dimensões do direito desportivo"[3].

---

[1] DELBIN, Gustavo. **Justiça Desportiva**: aspectos práticos do processo. In: DELBIN, Gustavo; SILVA, Rodrigo Ferreira da Costa; GRAICHE, Ricardo (Org.). Elementos de Direito Desportivo Sistêmico. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 11.

[2] SOUZA, Pedro Trengrouse Laignier de. **Princípios de Direito Desportivo**. Gazeta do Rio: Rio de Janeiro, 2007. p. 7-8.

[3] "If we depart the sporting domain for a moment, it appearsthat the notion of transnational law, very common in legal literatureand even in practice, is characterised by an ambiguity which, far fromconstituting an obstacle to its application to the field of sport, on thecontrary helps to highlight the diversity of the legal phenomenon thatis sports law.Three meanings can be drawn from this: a wide meaning, based onthe theory of Jessup, covering any rule with external scope (I); a hybridmeaning, characterising the legal relations between public and privateentities (II); a strictly private meaning, referring to the sectoral rulesproduced by self-regulated private global parties (III). While the last of these is the most meaningful from a conceptual point of view, the factremains that the first two help to illustrate the varied dimensions of sports law". Tradução livre. [LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law>

Direito Transnacional: "Todo direito que regula ações e eventos que transcendem as fronteiras nacionais"[4]. "O direito transnacional representa um tipo de hibrido entre direito doméstico e direito internacional que pode ser baixado, enviado e transplantado de um sistema nacional para outro"[5].

Gênero: "*En definitiva, el enfoque de género es un paradigma teórico, histórico y crítico que envuelve una perspectiva y un análisis característicos basados en la teoría del género. Ésta se asienta en la construcción de lo masculino y lo femenino y le preocupan sus implicaciones, es decir (y más en el caso de la Sociología del Género), la relación asimétrica entre hombres y mujeres, que concluye en una desventaja social para la mujer*"[6].

Lex Mercatória: "A Lex mercatoria não é criada por acordos internacionais entre Estados, mas por interesses comerciais privados. Não é aplicada por sanções estatais, mas por sentenças arbitrais que são reconhecidas pelos estados"[7].

***Lex sportiva*: "**A lei produzida pelos organismos desportivos internacionais (Comité Olímpico Internacional, federações internacionais, federações continentais, etc.) em vigor constitui um fenómeno jurídico semelhante ao Lex Mercatoria ou às leis religiosas, na medida em que esses órgãos - que são entidades privadas - estão na origem de regras de aplicação global ou pelo menos extranacional, destinadas a reger o sistema de competição desportiva. Assim, o neologismo "*lex sportiva*" está sendo cada vez mais usado como uma referência direta ao Lex Mercatoria, quer para indicar o conjunto de regras desportivas transnacionais, ou num sentido mais limitado, referindo-se apenas à jurisprudência do Tribunal Arbitral do Desporto. Assim como os árbitros do comércio internacional, o CAS formulou toda uma série

---

acesso em: 16 de fevereiro de 2020].

[4] Tradução livre da versão original: "*all law which regulates actions and events that transcend national fronties*". (JESSUP, Philip C. ***Transnational Law***. New Haven, Yale University Press, 1956).

[5] Tradução livre da versão original: "*Transnational law representes a kind of hybrid between domestic and international law that can be downloaded, uploaded, or transplanted from one national system to another.*" (KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Paper 1973, Yale Law School Legal Scholarship Repository. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019).

[6] GÁLVEZ, Natalia Papí. Un nuevo paradigma para el análisis de las relaciones sociales: el enfoque de género. **FEMINISMO/S: Revista del Instituto Universitario de Investigación de Estudios de Género de la Universidad de Alicante**, Alicante, pp. 135-148, junho, 2003. p. 136.

[7] Tradução livre da versão original: "*Lex mercatoria is not created by international agreement between states but by private commercial interests. It is not enforced by state sanctions but by arbitral awards that are recognized by states*". (FOSTER, Ken. **Lex Sportiva**: Transnational Law in Action. University of Westminster: School of Law, 2011. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1803472 > Acesso em: 05 de abril de 2020. p. 1).

de princípios jurídicos, seja inspirados diretamente em leis internas ou deduzidos das necessidades da competição esportiva. Aplicados ao Movimento Olímpico como um todo, esses princípios se combinam com a Carta Olímpica e o Código Mundial Antidoping para garantir a unidade do ordenamento jurídico esportivo transnacional. Consideravelmente mais institucionalizado, por meio do Movimento Olímpico, do que o Lex Mercatoria, a *lex sportiva* constitui uma manifestação particularmente clara de "direito transnacional"[8].

Soberania: "o poder que teria uma comunidade nacional alçada em Estado, de dizer aos demais Estados que seria senhora do seu destino político, não admitindo qualquer interferência exterior nos assuntos de seu exclusivo interesse"[9].

Sustentabilidade: "trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar"[10]. "Las tres partes del derecho de la sostenibilidad son, pues:los aspectos sociales e institucionales: la gobernanza, cómo nos regulamos, cómo establecemos mecanismo de inclusión, cómo evitamos la marginación social; el derecho económico: cómo generamos y distribuimos la riqueza; y; el Derecho ambiental: cómo nos comportamos con el medio ambiente"[11].

---

[8] Tradução livre de: "The law produced by the international sporting bodies (Inter-national Olympic Committee, international federations, continen-tal federations, etc.) in effect constitutes a legal phenomenon simi-lar to the lex mercatoria or to religious laws, insofar as these bodies - which are private entities - are at the origin of globally or at least extra-nationally-applied rules, designed to govern the system of sporting competition. Thus the neologism "lex sportiva" is being increasingly used as a direct reference to the lex mercatoria, either to indicate theset of transnational sporting rules, or in a more limited sense, refer-ring only to the case law of the Court of Arbitration for Sport. Likethe arbitrators of international commerce, the CAS has formulateda whole series of legal principles, either inspired directly by internallaws or deduced from the necessities of the sporting competition. Applying to the Olympic Movement as a whole, these principles com-bine with the Olympic Charter and the World Anti-Doping Codeto ensure the unity of the transnational sporting legal order.Considerably more institutionalised, through the OlympicMovement, than the lex mercatoria, the lex sportiva constitutes a par-ticularly clear manifestation of "transnational law". (LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020).

[9] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 23.

[10] FREI TAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 41.

[11] FERRER, Gabriel Real. **El Derecho ambiental y el derecho de la sostenibilidad**. In: PNUMA. Programa regional de capacitacion em derecho y políticas ambientales, 2008. p. 45. Disponível em:

Sustentabilidade Social: "[...] *a sustentabilidade na sua dimensão social*, reclama: (a) *o incremento da equidade* intra e intergeracional; (b) *condições propícias ao florescimento virtuoso das potencialidades humanas,* com educação de qualidade para o convívio; e (c) por último, mas não menos importante, o *engajamento na causa do desenvolvimento que perdura* e faz a sociedade mais apta a sobreviver, ao longo prazo, com dignidade e respeito à dignidade dos demais seres vivos"[12].

Transnacionalidade: "O prefixo "trans" denotaria ainda a capacidade não apenas da justaposição de instituições ou da superação/transposição de espaços territoriais, mas, sim, a pos-sibilidade da emergência de novas instituições multidimensionais, objetivando a produção de respostas mais satisfatórias aos fenômenos globais contemporâneos.Dessa forma, a expressão latina "trans" signifi caria algo que vai "além de" ou "para além de", a fim de evidenciar a superação de um locus determinado que indicaria que são perpassadas diversas categorias unitárias, num constante fenômeno de desconstrução e construção de signifi cados"[13].

<http://web.pnuma.org/gobernanza/documentos/VIProgramaRegional> acesso em: 05 de maio de 2020

[12] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 60.

[13] CRUZ, Paulo Márcio. BODNAR, Zenildo. **A transnacionalidade e a emergência do Estado e do direito transnacionais**. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.). Direito e Transnacionalidade. Curitiba: Juruá, 2009, p. 58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 54

CAPÍTULO 1 66

AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E A NOVA COMPREENSAO DE MUNDO: A TRANSNACIONALIDADE 66

1.1 REPENSANDO AS CONCEPÇÕES DE ESTADO E DE SOBERANIA 67

1.1.1 As configurações do atual estado 74

1.2 A CRISE DO ESTADO 81

1.2.1. As transformações na Soberania clássica 83

1.2.2. A Globalização como propulsora da crise do Estado Constitucional moderno e do enfraquecimento do conceito clássico de Soberania 90

1.2.2.1. Os riscos advindos da Globalização 96

1.2.3. Transformação da Soberania clássica e da crise do Estado Constitucional Moderno 99

1.3. A TRANSNACIONALIDADE: UMA NOVA REALIDADE MUNDIAL 109

CAPÍTULO 2 116

A TRANSNACIONALIDADE DO DIREITO DESPORTIVO 116

2.1. O SURGIMENTO DE UM DIREITO PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS ADVINDOS DO MUNDO GLOBALIZADO: DIREITO TRANSNACIONAL 117

2.2. O SURGIMENTO DO DESPORTO NA SEARA JURÍDICA 125

2.3. A REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DESPORTIVO COMO UM RAMO ANTÔNOMO 137

2.4.1. O Movimento Olímpico e sua estruturação 150

2.4.2. *Doping* no desporto e a regulamentação antidopagem 156

2.4.3. A estruturação e funcionamento do CAS/TAS 161

2.5. O ASCPECTO TRANSNACIONAL DO DIREITO DESPORTIVO 164

CAPÍTULO 3 173

A IGUALDADE DE GÊNERO COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIAL 173

3.1. A DESIGUALDADE DE GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL 174

3.2. OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO 200

3.3.1. Sustentabilidade e mulheres: a perspectiva de gênero para a construção da sustentabilidade social 219

3.3.2. A importância da igualdade de gênero para alcance da sustentabilidade: uma análise a partir da agenda 2030 222

CAPÍTULO 4 234

AS AÇÕES DO DIREITO DESPORTIVO TRANSNACIONAL PELA IGUALDADE DE GÊNERO 234

4.1. OS OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ÂMBITO DESPORTIVO 236

4.1.1. A participação das mulheres no desporto durante contemporaneidade .239

4.1.2. A difícil inserção das mulheres nas Olímpiadas da Era Moderna..... 241

4.1.3. O crescimento da participação das mulheres nas Olímpiadas 247

4.1.4. As barreiras enfrentadas pelas mulheres no desporto: analise dos dados 250

4.2. OS MECANISMOS DO DIREITO DESPORTIVO TRANSNACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO DESPORTO 264

4.2.1. A utilização da boa governança desportiva como mecanismo de incentivo à igualdade de gênero dentro dos organismos desportivos 276

4.2.2. Números na prática: indícios da igualdade de gênero nos desportos promovida pelos organismos desportivos transnacionais..... 283

4.2.2.1. As incipientes ações em prol da igualdade de gênero na modalidade do voleibol 285

4.2.2.2. O expressivo destaque das mulheres no tênis e as ações iniciais em prol da igualdade na modalidade 289

4.3. O CASO EMBLEMÁTICO DA ENTIDADE TRANSNACIONAL DO FUTEBOL COMO MECANISMO DE INFLUÊNCIA NOS ESTADOS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO DESPORTO 299

CONCLUSÕES 322

RESUMO

A presente Tese tem como objetivo institucional a obtenção de título de Doutora pelo Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí com dupla titulação pela Universidade de Alicante (Espanha). O tema escolhido tem relação com a área de concentração da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, que trata sobre Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito, e da linha de pesquisa sobre Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade. Bem como, faz parte do projeto de pesquisa: Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade. O objetivo da pesquisa é analisar se a transnacionalidade do direito desportivo é uma forma de redução da desigualdade de gênero no desporto. Isto, pois, devido a uma construção socioculturais, as mulheres enfrentam as mais diversas formas de desigualdade em relação aos homens, refletindo em todas as searas da sociedade, como no desporto. O estabelecimento da igualdade de gênero está relacionado diretamente com a sustentabilidade, pois para que uma sociedade seja sustentável, é necessário ser justa e igualitária. Nesse sentido, a pesquisa foi dívida em quatro grandes argumentos, sendo que o primeiro discorrerá sobre as transformações do Estado para compreender o possível enfraquecimento do Estado Constitucional Moderno e da necessidade de superação do conceito clássico de Soberania, abrindo caminho para uma realidade transnacional; o segundo irá verificar a ocorrência da transnacionalidade do direito desportivo; o terceiro irá compreender a igualdade de gênero como um direito humano fundamental ao alcance da sustentabilidade social, trabalhando com a análise das ODS da Agenda 2030; e, por fim, o quarto irá investigar os mecanismos implementados pelo direito desportivo transnacional para a redução da desigualdade de gênero neste âmbito. O problema levantado é se o direito desportivo transnacional é uma forma de redução das desigualdades de gênero no desporto através da incidência dos seus regulamentos e diretrizes internamente nos Estados. Para tanto, levantou-se como hipóteses de que a lei transnacional desportiva tem sido um instrumento importante para reduzir a desigualdade de gênero no desporto por meio instituições desportivas que criam suas regras e políticas e devem ser implementadas internamente pelos Estados, clubes e todos relacionados ao desporto. O direito desportivo corresponde a um conjunto de normas transnacionais, portanto possui uma força cogente, o que significa um importante mecanismo para a promoção da dimensão social da sustentabilidade. Nesse sentido, a tese se mostra como original por trabalhar uma temática que junta os diferentes temas como desporto, igualdade de gênero, sustentabilidade e transnacionalidade. Essa multidisciplinariedade da pequisa faz com que seja inserida nas linhas de pesquisa de ambas as instituições (UNIVALI e UA). A característica transnacional do tema faz com que a pesquise assuma o compromisso com as pesquisas de dupla titulação, pois vincula e conversa com as pesquisas realizadas no Brasil e na Espanha, sendo o referencial teórico acima de 30% de mateiral estrangeiro em língua original. No que tange à metodologia utilizada, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre os temas de sustentabilidade, direito desportivo, transancionalidade e igualdade de gênero; realizou-se a análise de documentos sobre as ações das organizações desportivas transnacionais em prol da igualdade de gênero, principalmente no Brasil e na Espanha, tendo em vista a realização do doutorado em instituições de ambos países; utilizou-se de técnicas do referente, da categoria, fichamento de obras e

conceitos operacionais.

Palavras-chave: Direito Desportivo; Igualdade de Gênero; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030; Sustentabilidade; Transnacionalidade.

ABSTRACT

The institutional objective of this Thesis is to obtain a PhD degree through the Doctoral Course in Legal Science at the University of Vale do Itajaí, a part of a dual degree from the University of Alicante (Spain). The chosen theme is related to the area of concentration at the University of Vale do Itajaí - UNIVALI, which is Constitutionalism, Transnationality and Production of Law, and the line of research State, Transnationality and Sustainability. It is also part of the research project: Environmental Law, Transnationality and Sustainability. The objective of the research is to analyze whether the transnationality of sports law is a way of reducing gender inequality in sport. This is because due to a sociocultural construction, women face various forms of inequality in relation to men, which are reflected in all areas of society, including sport. The establishment of gender equality is directly related to sustainability, because for a society to be sustainable, it must be fair and egalitarian. This research was divided into four major arguments; the first discusses the transformations of the State, in order to understand the possible weakening of the Modern Constitutional State and the need to overcome the classic concept of Sovereignty, paving the way for a transnational reality; the second argument verifies the presence of transnationality in sports law; the third understands gender equality as a fundamental human right to achieve social sustainability, working with the analysis of the SDGs of the 2030 Agenda; and, finally, the fourth investigates the mechanisms implemented by transnational sports law to reduce gender inequality in this field. The problem raised is whether transnational sports law is a way of reducing gender inequality in sport through the influence of its regulations and guidelines internally in the States. To this end, hypotheses were raised that transnational sports law has been an important instrument for reducing gender inequality in sport, through sporting institutions that create their rules and policies and must be implemented internally by the States, clubs, and all those related to the sport. Sports law corresponds to a set of transnational norms, therefore it has a cogent force, which makes it an important mechanism for promoting the social dimension of sustainability. This thesis is original, as it works on a theme that brings together different themes such as sport, gender equality, sustainability and transnationality. This multidisciplinary nature of the research means that it is included in the lines of research of both institutions (UNIVALI and UA). The transnational characteristic of the topic means that the research assumes a commitment to dual degree research, as it links and discourses with research carried out in Brazil and Spain, with the theoretical reference being more than thirty percent foreign material in the original language. In terms of methodology used, bibliographical research was carried out on the topics of sustainability, sports law, transnationality and gender equality; an analysis of documents was carried out on the actions of transnational sports organizations in favor of gender equality, mainly in Brazil and Spain, with a view to completing a doctorate in institutions in both countries; the techniques of the referent, category, annotation of works, and operational concepts were used.

Keywords: Sports Law; Gender equality; Sustainable Development Goals 2030; Sustainability; Transnationality.

RESUMEN

El objetivo institucional de esta Tesis es la obtención del título de Doctor a través de la Carrera de Doctorado en Ciencias Jurídicas de la Universidade do Vale do Itajaí con doble titulación de la Universidad de Alicante (España). El tema elegido está relacionado con el área de concentración de la Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, que trata sobre Constitucionalismo, Transnacionalidad y Producción de Derecho, y la línea de investigación sobre Estado, Transnacionalidad y Sostenibilidad. Además, forma parte del proyecto de investigación: Derecho Ambiental, Transnacionalidad y Sostenibilidad. El objetivo de la investigación es analizar si la transnacionalidad del derecho deportivo es una forma de reducir la desigualdad de género en el deporte. Esto, por tanto, debido a una construcción sociocultural, las mujeres enfrentan las más diversas formas de desigualdad en relación con los hombres, reflejadas en todos los ámbitos de la sociedad, como el deporte. El establecimiento de la igualdad de género está directamente relacionado con la sostenibilidad, porque para que una sociedad sea sostenible debe ser justa e igualitaria. En este sentido, la investigación se dividió en cuatro grandes argumentos, el primero de los cuales discutirá las transformaciones del Estado para comprender el posible debilitamiento del Estado Constitucional Moderno y la necesidad de superar el concepto clásico de Soberanía, abriendo el camino a una realidad transnacional; el segundo verificará la ocurrencia de la transnacionalidad en el derecho deportivo; el tercero entenderá la igualdad de género como un derecho humano fundamental para alcanzar la sostenibilidad social, trabajando con el análisis de los ODS de la Agenda 2030; y, finalmente, el cuarto investigará los mecanismos implementados por el derecho deportivo transnacional para reducir la desigualdad de género en este ámbito. El problema planteado es si el derecho deportivo transnacional es una forma de reducir las desigualdades de género en el deporte a través de la influencia de sus regulaciones y directrices internas en los Estados. Para ello, se plantearon hipótesis de que el derecho deportivo transnacional ha sido un instrumento importante para reducir la desigualdad de género en el deporte a través de instituciones deportivas que crean sus reglas y políticas y debe ser implementado internamente por los Estados, los clubes y todos los relacionados con el deporte. El derecho deportivo corresponde a un conjunto de normas transnacionales, por lo que tiene una fuerza convincente, lo que significa un mecanismo importante para promover la dimensión social de la sostenibilidad. En este sentido, la tesis parece original ya que trabaja sobre una temática que reúne diferentes temas como el deporte, la igualdad de género, la sostenibilidad y la transnacionalidad. Este carácter multidisciplinar de la investigación hace que se incluya en las líneas de investigación de ambas instituciones (UNIVALI y UA). El carácter transnacional del tema hace que la investigación asuma un compromiso de investigación de doble titulación, ya que vincula y dialoga con investigaciones realizadas en Brasil y España, siendo el referente teórico superior al 30% de material extranjero en idioma original. En cuanto a la metodología utilizada, se realizó una investigación bibliográfica sobre los temas de sostenibilidad, derecho deportivo, transnacionalidad e igualdad de género; se realizó un análisis de documentos sobre las acciones de organizaciones deportivas transnacionales a favor de la igualdad de género, principalmente en Brasil y España, con miras a realizar un doctorado en instituciones de ambos países; se utilizaron técnicas del referente, categoría, registro

de obras y conceptos operativos.

Palabras clave: Derecho Deportivo; Igualdad de género; Objetivos de Desarrollo Sostenible 2030; Sostenibilidad; Transnacionalidad.

RESUMEN POR LA DOBLE TITULACIÓN

El núcleo de esta Tesis es la presentación del Derecho deportivo transnacional como un mecanismo que ayuda a lograr una mayor igualdad de género en el ámbito deportivo contribuyendo a la sostenibilidad social.

El objetivo institucional de esta Tesis es la obtención del título de Doctor en Ciencias Jurídicas por el Curso de Doctorado en Ciencias Jurídicas de Univali y, mediante convenio con la Universidad de Alicante, aspira a la doble titulación a través del Doctorado en Agua y Desarrollo Sostenible del Instituto Universitario del Agua y de las Ciencias Ambientales (IUACA) de Alicante/España.

El objetivo científico es analizar si el carácter transnacional de la Ley del Deporte es una forma de reducir la desigualdad de género en el deporte. Obteniendo como objetivos específicos: I) Discutir las transformaciones del Estado a lo largo de los años para comprender el debilitamiento del Estado Constitucional Moderno y la necesidad de superar el concepto clásico de Soberanía, abriendo paso a una realidad transnacional; II) Verificar la ocurrencia de la transnacionalidad del derecho deportivo; III) Comprender la igualdad de género como un derecho humano fundamental para alcanzar la sostenibilidad social, trabajando con el análisis de los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030; IV) Investigar los mecanismos implementados por el derecho deportivo transnacional para reducir la desigualdad de género en este ámbito.

El presente estudio presenta su base de investigación en la formulación del siguiente problema: ¿es el Derecho Deportivo Transnacional una vía para reducir las desigualdades de género en el deporte a través de la incidencia de sus reglamentos y directrices a nivel interno de los Estados?

En cuanto a las hipótesis para resolver el problema planteado, se plantea que el derecho deportivo transnacional ha sido un instrumento importante para reducir la desigualdad de género en el deporte. Sucede que el derecho deportivo parece ser un verdadero derecho transnacional, ya que las instituciones deportivas internacionales crean sus normas y políticas que deben ser aplicadas internamente

por los Estados, los clubes y sus entidades afines y como condición para su cumplimiento. Por lo tanto, al presentar el vínculo de clubes/entidades de los más diversos países, el derecho deportivo actúa como un derecho transnacional con una fuerza contundente, lo que significa un importante mecanismo para la promoción de la dimensión social de la sostenibilidad, reflejándose incluso en otros sectores sociales además de los directamente relacionados con el deporte.

El enfoque se delimita a los mecanismos implementados del Derecho Deportivo Transnacional como forma de reducir la desigualdad de género en el deporte, principalmente dentro de la Comunidad Europea y Sudamérica, más específicamente en España y Brasil. Esto por la intención de analizar cómo se están implementando estos mecanismos en los diferentes países, así como, se buscó dicha delimitación debido a la consecución de la doble titulación en Doctorado con la Universidad de Alicante, a través del convenio existente entre UNIVALI y la UA para la realización conjunta del doctorado.

El tema elegido está relacionado con el área de concentración de la Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, que trata sobre Constitucionalismo, Transnacionalidad y Producción de Derecho, y la línea de investigación sobre Estado, Transnacionalidad y Sostenibilidad. Esto se debe al hecho de que las transformaciones del Estado y de su soberanía se abordarán hasta la aparición de un nuevo derecho, el Derecho Transnacional, para tratar las cuestiones más allá de las fronteras.

En cuanto a la adhesión a la línea de investigación -sostenibilidad- del programa UNIVALI, así como a la línea del programa del Instituto Universitario del Agua y Ciencias Ambientales de la Universidad de Alicante -derecho ambiental- se confirma ya que la Tesis sostendrá que el Derecho Deportivo Transnacional contribuye a la sostenibilidad social cuando se analiza desde la perspectiva de ser un mecanismo para reducir la desigualdad de género en el deporte.

Así, la temática de investigación es multidisciplinar, abarcando más de un área del Derecho, como es el caso del Derecho Transnacional, el Derecho Ambiental, la Sostenibilidad, el Deporte y los Derechos Humanos. De esta forma, la

investigación se inserta en las líneas de investigación de ambas instituciones - UNIVALI/UA.

Es importante destacar que, debido a la característica transnacional del tema, se apuesta por la investigación de doble titulación, ya que enlaza y dialoga con las investigaciones realizadas en Brasil y España. Se llevó a cabo la investigación de referencia teórica y desarrollo de la tesis en ambos países, destacando que se realizó un periodo de estancia de investigación en la Universidad de Alicante a finales de 2019 y principios de 2020. Se destaca aquí la referencia teórica de la investigación por encima del 30% de material extranjero en lengua original, principalmente en lengua española e inglesa.

Los resultados del trabajo de examen de las hipótesis se exponen en esta Tesis, de forma resumida, como sigue.

El capítulo 1 comienza con una exposición de las transformaciones del Estado a lo largo del tiempo. Dada la variedad de posturas y teorías sobre el Estado, y dado que no es el eje argumental de esta investigación, se decidió analizar la idea de Estado a partir de cuatro características principales planteadas por varias de sus teorías, a saber: pueblo, territorio, soberanía y finalidad.

A lo largo de los años y de las experiencias sociales, ha habido diversas formulaciones del Estado, desde una concepción eminentemente liberal, caracterizada por las formulaciones de la Ilustración, pasando por la concepción social del Estado y, más recientemente, por el Estado neoliberal. Las diversas experiencias, debidas a contextos sociales, políticos y económicos, han modificado el grado de relevancia y el alcance del Estado. La propuesta neoliberal se caracterizó por buscar la mínima injerencia del Estado, proteger las libertades y preservar la ley y el orden, lo que tuvo diversas consecuencias en las esferas socioeconómicas, que a veces dieron la impresión de que el Estado estaba en bancarrota.

Las ideas neoliberales han conducido a tal modernización que, junto con la globalización occidental, han planteado cuestiones demasiado complejas para que el Estado las aborde. Como resultado de las relaciones transnacionales, se han producido rupturas de los límites territoriales establecidos por los Estados y cambios

en su soberanía, elementos esenciales del Estado. Entre las características esenciales del Estado, la Soberanía tiene especial relevancia a los efectos de esta investigación conducente a la Tesis Doctoral, pues a medida que se producen las transformaciones en la sociedad, y consecuentemente en el Estado, se produce su flexibilización, dando cabida a una nueva realidad mundial, la de la transnacionalidad.

A lo largo de la evolución del Estado, la aparición del fenómeno de la Globalización, ocurrido en Occidente, se percibe junto con el impacto del capitalismo global, basado en una visión neoliberal. Esta realidad ha implicado a Estados, organizaciones y particulares de todo el mundo. En consecuencia, ha generado una creciente interdependencia e interconexión económica, social y política entre estos actores.

Esta era global ha desplazado la centralidad que antes tenían los Estados soberanos, dirigiendo a este papel nuevos actores, que son las organizaciones internacionales, las empresas transnacionales, las organizaciones no gubernamentales, etc. Este cambio en el papel central otorgado a estos nuevos actores impone una nueva perspectiva, consistente en canales de comunicación globales y ya no nacionales, de ahí la sacudida sufrida por la soberanía estatal.

Dado que los cambios generados por la Globalización Occidental se producen a escala transnacional e intercontinental, cada decisión, acción u omisión de los actores de un continente puede repercutir fuertemente en las naciones, comunidades, familias, etc. de otro continente.

Este debate pondrá sobre la mesa la necesidad de replantearse el modelo tradicional del Estado moderno basado en un concepto clásico de soberanía, debido a su falta de capacidad para hacer frente a importantes cuestiones derivadas de la Globalización Occidental

Dentro de este escenario presentado, se discutirá la idea de transnacionalidad, una nueva realidad global surgida de esta interrelación entre los distintos estados, que ha creado espacios públicos de debate y regulación para estas demandas transnacionales.

El enfoque de la transnacionalidad implica algo que va "más allá" o "más acá", en este caso, más allá del Estado. El término demuestra la aparición de un nuevo significado, elaborado a partir de la transformación y transferencia de espacios nacionales, que no encaja en las categorías existentes. El fenómeno, como se verá, se manifiesta como una nueva comprensión teórica y política del mundo, de ahí la necesidad de proponer un derecho específico, un derecho que se ocupe de las reivindicaciones transnacionales.

Así, desde un Derecho Transnacional se pueden hacer realidad derechos esenciales para el ser humano, derechos que pueden estar amenazados o vulnerados en todo el mundo, como es el caso de la igualdad de género. En este mismo sentido, desde los actores transnacionales se podrá contribuir a cambios en estas violaciones dentro de los Estados, ya que se comprobará si las entidades deportivas transnacionales contribuyen a mejorar la igualdad entre hombres y mujeres en el deporte.

El segundo argumento de la tesis trata de demostrar la transnacionalidad del derecho deportivo. Para entrar en esta argumentación se abordará la concepción de Derecho transnacional de la teoría de Jessup, que incorpora cualquier Derecho que regule acciones y hechos que trasciendan las fronteras nacionales, incluyendo el Derecho internacional público y privado, así como otras normas que no encajan completamente en dichas categorías estándar.

Es importante aclarar que esta idea no sugiere un nuevo cuerpo jurídico, sino más bien un enfoque del derecho transnacional que proporcione un mayor soporte de normas, es decir, que en un caso no sea necesario decidir sobre la aplicación de un derecho público o privado. En otras palabras, para tratar los problemas transnacionales, es necesario tener una mente abierta (sin viejos dogmas), aplicando las leyes de esta manera, sin diferenciar su naturaleza (pública o privada) porque son adecuadas para tratar el problema transnacional.

Además de esta teoría, también se aborda la teoría del derecho transnacional de Koh. En este sentido, este derecho no es ni puramente internacional ni nacional, de hecho es un híbrido, y puede ser: derecho internacional que se interioriza como nacional; derecho de origen interno de un estado que acaba

formando parte del derecho internacional y a partir de éste, integrar diversos ordenamientos jurídicos nacionales; derecho de origen interno, de un estado, que acaba implantándose en otro ordenamiento jurídico interno.

Una vez comprendido el derecho transnacional, se trabajará el derecho del deporte sin entrar en detalles sobre la dicotomía público/privado o las distinciones del derecho del deporte entre Estados, sino que se realizará un análisis del mismo como derecho transnacional, con normas globales.

A lo largo de los años, en diferentes sociedades, el deporte se ha mostrado como una actividad vital e intrínseca del ser humano, utilizándose como medio de supervivencia, ocio y entretenimiento. A medida que la vida en sociedad cambiaba, el deporte también sufría adaptaciones y alcanzaba nuevas funciones. Por eso, desde su origen hasta la época moderna, lo que antes era supervivencia se ha convertido también en un medio de entretenimiento, ocio y pasatiempo. En la modernidad, el deporte se identificó con otros significados, como el ejercicio físico y la competición.

En este sentido, el Estado comenzó a regular la práctica deportiva, convirtiéndose en un ámbito del derecho. Por consiguiente, la investigación que ha dado lugar a esta Tesis abordará el deporte desde el punto de vista de una rama autónoma del Derecho. A partir de entonces, será posible sostener el carácter transnacional del derecho deportivo, de hecho, como se señaló anteriormente, el Derecho Deportivo no es sólo un derecho relacionado con el deporte, va más allá de este límite y alcanza importantes cuestiones de la sociedad, como la cuestión de género, delimitación de esta investigación.

La regulación de dicho derecho se denomina *lex sportiva,* siendo un derecho que engloba leyes públicas y privadas, regionales, nacionales e internacionales en el sentido de un derecho universal, global. Por lo tanto, se trata de un ordenamiento jurídico autónomo, constituido por reglamentos autónomos de las federaciones deportivas nacionales, que generalmente están armonizados con la legislación deportiva del Estado donde tienen su sede, así como con las normas procedentes de las Federaciones Internacionales, así como con las sentencias y

decisiones de los tribunales de justicia deportiva y de los tribunales de arbitraje deportivo.

Dicho concepto de *lex sportiva* responde al concepto de Jessup y Koh sobre Derecho transnacional, ya que la *lex sportiva* consiste en normas que regulan hechos/actos que trascienden las fronteras nacionales. Se podría analizar la *lex sportiva*, en línea con Koh, como un ejemplo de derecho transnacional, ya que existen ordenamientos jurídicos privados y autónomos en relación con el Estado- nación, con órganos y entes de gobierno, regulación, intervención y capacidad tributaria.

En este argumento, se lleva a cabo un análisis de la estructura organizativa del derecho deportivo en todo el mundo para demostrar la transnacionalidad de este derecho. En este sentido, se podrá comprobar cómo esta categoría, el derecho deportivo transnacional, implementa mecanismos en los estados para abordar las cuestiones de igualdad dentro del deporte, logrando así la sostenibilidad social.

El capítulo 3 está dedicado a entender la igualdad de género como un derecho humano fundamental para el logro de la sostenibilidad social. Es decir, si la igualdad de género es un derecho humano, el Estado debe garantizar la consecución de este derecho. Ocurre que el Estado no es capaz de realizar este derecho, al menos no de forma autónoma. De este modo, se trabajará sobre el Derecho transnacional del deporte y sus instrumentos transnacionales para comprobar si pueden y han podido contribuir a esta dimensión de la sostenibilidad - la social- en el seno del deporte y, en consecuencia, en el seno de los Estados.

La desigualdad de género es un factor presente en todas las sociedades, debido a cuestiones culturales y sociales. Debido a la necesidad de conseguir dicha igualdad, el Estado ha empezado a incorporar los derechos de la mujer a sus normas, con *rango de derechos* fundamentales. De manera independiente y autónoma, el Estado no tiene la capacidad de acabar con la desigualdad de género, y es a partir de esta realidad que es posible verificar nuevos instrumentos para que este derecho humano pueda ser realizado y se obtenga una sociedad más sustentable desde esta perspectiva.

La sustentabilidad es entendida en la investigación como un principio que establece la responsabilidad del Estado, así como de la sociedad, con eficacia directa e inmediata, para la realización solidaria de un desarrollo material e inmaterial, socialmente inclusivo, duradero y equilibrado, siendo ambientalmente limpio, ético, innovador y eficiente, con la intención de asegurar primordialmente el derecho al bienestar de forma precautoria y preventiva, en el presente y en el futuro.

Es importante entender la sostenibilidad desde una visión macro, como una categoría que engloba el desarrollo del ser humano en todos sus aspectos. Al fin y al cabo, el pleno desarrollo de la sociedad está condicionado a la efectividad de la sostenibilidad en todas sus dimensiones, es decir, la económica, la social y la medioambiental, siendo imprescindible que sean activas y se combinen adecuadamente.

Entre las dimensiones de la sostenibilidad, la dimensión social es la que interesa a esta investigación, por lo que no profundizaremos en todas las dimensiones que pueden encontrarse en la doctrina sobre el tema. Del mismo modo, se hará una breve explicación sobre las dimensiones económica y medioambiental, para pasar después al análisis de la dimensión social.

La importancia de la igualdad de género para lograr la sostenibilidad se demostrará, principalmente, mediante un análisis basado en la agenda 2030. Ésta, a su vez, tiene en cuenta la perspectiva de género a la hora de abordar sus objetivos, al fin y al cabo, para lograr una sociedad sostenible es necesario que todos sus miembros participen, por igual.

En el Capítulo 4, se expondrá una investigación sobre los mecanismos implementados por la Ley Transnacional del Deporte para la reducción de la desigualdad de género en el ámbito deportivo. A partir de este último argumento, junto con los anteriores, se podrá sostener que el Derecho Deportivo Transnacional está contribuyendo a la sostenibilidad social al ser un mecanismo para reducir la desigualdad de género en el deporte, debido a la incidencia de sus normas y directrices en el ámbito de los Estados nacionales.

Inicialmente, es necesario contextualizar la inserción de las mujeres en el deporte, para luego comprender los obstáculos encontrados para alcanzar la igualdad en el ámbito deportivo

Este proceso histórico de inserción de la mujer en el deporte estuvo marcado por mucha lucha y enfrentamiento de obstáculos para que pudieran participar en el ambiente deportivo. Al principio como espectadores, más tarde como practicantes y, más recientemente, como parte de la gestión y detentadores del poder dentro de este entorno. La evolución se produjo en paralelo a la amplia lucha por la igualdad de derechos a todos los niveles y en todos los segmentos.

A pesar de toda la lucha femenina constante y permanente, aún son varios los obstáculos que encuentran las mujeres en la sociedad globalizada, como la brecha salarial, la discriminación, la poca participación en la toma de decisiones, entre otros.

Teniendo en cuenta que el deporte fue configurado por hombres y para hombres, aún hoy son identificables dichas huellas, siendo un entorno de predominio mayoritariamente masculino, ya sea en relación con la práctica deportiva, la participación en otras esferas relacionadas con el deporte, así como en la toma de decisiones.

Y es a partir de este escenario que, más allá de la lucha de las mujeres por la igualdad, se debe exigir al Estado y a la comunidad transnacional el desarrollo de políticas y mecanismos hacia sociedades más justas e igualitarias en este sentido. Más que un reto académico, hacer valer el derecho de las mujeres a reivindicar el deporte como espacio de ejercicio de libertades, es una necesidad política para lograr una sociedad sostenible.

De esta forma, a partir de una investigación documental, con tratamiento de datos, que será posible demostrar cómo el Derecho Deportivo Transnacional está contribuyendo, dentro de América del Sur y de la Unión Europea, más específicamente, en Brasil y España, a la reducción de la desigualdad de género en el deporte.

Esta investigación finaliza con las Conclusiones, en las que se presentan aspectos destacados por la creatividad y originalidad de la investigación, así como

las contribuciones fundamentadas que aporta a la comunidad científica y jurídica sobre el tema, seguido de estímulo a la continuidad de estudios y reflexiones sobre la injerencia del derecho deportivo transnacional a favor de la igualdad de género en el deporte.

En el sentido de desarrollar la investigación, un componente importante se refiere al vínculo entre los objetivos del estudio y los métodos utilizados para alcanzarlos, es decir, cómo se elaborarán estos objetivos. En este sentido, la investigación comenzó con una revisión bibliográfica sobre los principales aspectos teóricos del estudio, a saber: Estado, soberanía, globalización, transnacionalidad, sostenibilidad, género, igualdad de género, derechos humanos, deporte, derecho del deporte, entre otros, en obras clásicas y contemporáneas.

Se entiende por revisión bibliográfica la aplicación de una investigación bibliográfica para entrar en contacto con todo o, al menos, con la mayor parte de lo que se ha publicado sobre el tema investigado, con el objetivo de mejorar lo que se ha estudiado en el área. A partir de esta investigación fue posible aportar subsidios a los conocimientos sobre el tema.

Además, la propuesta de revisión bibliográfica tiene la intención de dar continuidad a lo ya explorado sobre estos temas. Para ello, además de las bases de datos conocidas - *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Portal de Periódicos da CAPES , Banco de Teses da CAPES, entre otras - se pretende contactar con cursos de postgrado en el área de las ciencias sociales en Brasil y España con vistas a obtener investigaciones y publicaciones sobre este tema. De la misma forma, será fundamental contar con la base bibliográfica y estudios de profesores e investigadores del Programa de Doctorado en Ciencias Jurídicas de la Universidad del Valle de Itajaí (UNIVALI), en especial sobre la temática de Sustentabilidad y Transnacionalidad, debido a la existencia de especialistas en la temática en esta Universidad. Así como, por las bibliografías y estudios de investigadores y profesores de la Universidad de Alicante (UA), durante el periodo de la doble titulación, en especial sobre la temática de Medio Ambiente y Derecho Deportivo, por la existencia de especialistas en la temática en esta Universidad.

Se utilizaron las técnicas del Referente , a través de las cuales se explica previamente el motivo, objetivo y producto deseado, delimitando el alcance temático y enfoque para una actividad intelectual, en especial para una investigación de categoría, palabra o expresión estratégica para la elaboración y/o expresión de una idea; del Concepto Operativo, definición establecida o propuesta para una palabra o expresión, con el propósito de que dicha definición sea aceptada para efectos de las ideas expuestas; Investigación Bibliográfica, técnica de investigación en libros, repertorios jurisprudenciales y colecciones jurídicas y; el Fichamento, técnica que tiene como principal utilidad optimizar la lectura en la Investigación Científica, a través de la recolección de elementos seleccionados por el investigador que registra y/o resume y/o reflexiona y/o analiza de forma sucinta, una obra, un ensayo, una tesis o disertación, un artículo o una clase, de acuerdo con una referencia previamente establecida .

En el análisis de los datos concretos sobre la situación de las mujeres en el deporte, se analizó cómo las organizaciones deportivas transnacionales incurren en sus normas al respecto: I) diversos incentivos para la orientación hacia la igualdad de género en el deporte, como eventos educativos, campañas para promover la igualdad, cambios en los estatutos, entre otros ; II) equiparación de valores para atletas masculinos y femeninos, ya sea de salario, premios u otros; y III) cantidad de mujeres dentro y fuera del campo en el ámbito deportivo del deporte;

Un recorte temporal centrado principalmente en los últimos años, de 2016 a 2022. El corte se da porque recientemente se han producido cambios más sustanciales en los reglamentos de las organizaciones deportivas transnacionales a favor de la igualdad de género.

Como forma de posibilitar una investigación sobre el tema, se analizaron las evidencias de las transformaciones realizadas por las entidades deportivas transnacionales en los deportes más populares en las regiones de Brasil y España, que son: fútbol, tenis y voleibol. De esta forma, se correlacionaron los hallazgos de las investigaciones bibliográficas y documentales con las acciones realizadas por las entidades deportivas transnacionales, como forma de identificar si la hipótesis de

tesis puede ser confirmada, por lo que, con estos procedimientos, se cree que será posible dar respuesta al problema propuesto.

Se utilizó, entre otros, para el informe final de investigación el fundamento lógico inductivo.6 Así, en cuanto a la Metodología, se considerarán los parámetros adoptados por el Programa de Posgrado en Ciencia Jurídica Stricto Sensu - PPCJ/UNIVALI.

El informe de esta investigación conducente al título de Doctor en Ciencias Jurídicas, mediante el recorrido metodológico argumentativo y riguroso con el que se acometió, proporcionó la consecución del objetivo general y la confirmación de las hipótesis planteadas ante el problema de investigación, ambas previstas en el proyecto de investigación. El informe se organizó en cuatro momentos importantes, sin los cuales no habría sido posible responder al problema de investigación.

El primer momento fue esencial para comprender el proceso de transformación del Estado y sus reflexiones sobre la soberanía. Así, se pudo analizar cómo el Estado, en su confluencia actual, se enfrenta a los nuevos fenómenos derivados de un mundo globalizado.

Se observó que la implantación del neoliberalismo, caracterizado por una interferencia estatal mínima, ha cambiado la relevancia del Estado para la sociedad. Si antes se decía que era un instrumento esencial de la organización de la sociedad, ahora, en esta nueva idea, se dice que es el enemigo del desarrollo, restringiendo su finalidad a proteger las libertades y preservar la ley.

La globalización occidental ha provocado en todo el mundo diversos cambios sociales, económicos, culturales y políticos en las sociedades. Este fenómeno mundial ha facilitado la comunicación, la circulación de bienes y personas, ha aumentado la interconexión y la interdependencia entre Estados e individuos y, en consecuencia, se ha caracterizado por la desterritorialización, rompiendo los límites territoriales impuestos por los Estados.

Ante las diversas transformaciones el Estado acaba siendo pequeño para resolver grandes problemas, cuestiones que van más allá de sus límites territoriales, así como el Estado es demasiado grande para ocuparse de pequeños problemas.

De este modo, se creó un orden internacional, lo que supuso la pérdida de la competencia del Estado para ocuparse de determinadas cuestiones para que los actores internacionales tomaran el relevo. Frente a esta flexibilización de la soberanía, se ha planteado la idea de que el Estado está en crisis o en proceso de muerte, al fin y al cabo, el Estado y su soberanía están paltados en un territorio, mientras que los nuevos fenómenos traen consigo la desterritorialización.

El estudio demostró que la perspectiva neoliberal del Estado, junto con la globalización occidental, ha hecho posible una mayor mezcla de pueblos, relaciones más allá de los límites territoriales, comercio mundial e implicaciones a escala global. En otras palabras, ha afectado directamente a las características del Estado, pero no se ha extinguido, sólo ha dado la impresión de crisis, y para superar esta condición es necesario ir más allá de la visión clásica de los conceptos bajo los que se estructura el Estado.

En este sentido, la soberanía no debe verse como un conjunto de poderes ejercidos única y exclusivamente por el Estado; este poder debe distribuirse más allá de las fronteras mediante un derecho transnacional, que se desligue del límite territorial impuesto por el Estado. Al fin y al cabo, la nueva realidad mundial requiere nuevos actores para hacer frente a los problemas que el Estado por sí solo no puede alcanzar.

Se pudo comprender que la nueva realidad se vive en todo el mundo debido al fenómeno de la transnacionalidad, superando el concepto de Estado soberano y creando vínculos que traspasan las fronteras estatales. Se deja de lado la soberanía absoluta de un Estado y entra en escena la flexibilización de esta soberanía, y se crean sujetos que actúan a nivel transnacional para responder a las nuevas demandas. Los problemas que traspasan las fronteras estatales generan riesgos para toda la sociedad mundial y amenazan los bienes de todos, por lo que es necesario un derecho transnacional que se ocupe de estas cuestiones.

En el segundo capítulo se ha podido entender el derecho del deporte como un derecho transnacional. En un primer momento, se obtuvo como esencial la comprensión de que el derecho transnacional es un derecho que aleja la dicotomía entre derecho público y privado y entre derecho interno e internacional; en esta

nueva relación mundial están el Estado y los actores no estatales, como las organizaciones transnacionales; y es un derecho normativo, porque a partir de esta relación transnacional se crean leyes, que a su vez son interpretadas, internalizadas y aplicadas en diversos lugares, regiones y Estados.

Este derecho tiene capacidad para aplicar sanciones a los actores implicados, ya sean nacionales, internacionales o transnacionales, con el fin de imponer derechos y deberes establecidos en normativas transnacionales. En este sentido, el derecho transnacional es una forma de hacer frente a los efectos causados por el neoliberalismo y la globalización occidental en los Estados. De este modo, las catástrofes naturales, el comercio entre países, la protección de los derechos humanos, entre otros, pueden resolverse a través del Derecho transnacional, que es capaz de aplicar sus normas más allá de las fronteras, incluyendo el espacio local, regional y global.

En este contexto, la investigación verificó la aparición de un nuevo derecho transnacional, el derecho del deporte, un ordenamiento jurídico autónomo que tiene injerencia en los Estados. El análisis del deporte sirvió para comprender su importancia para los Estados, evolucionando junto con la sociedad en sus transformaciones y sirviendo como ocio y entretenimiento, de manera profesional o incluso en forma de salud y poder.

Las organizaciones deportivas han regulado normas a nivel mundial y las han impuesto a todos para conseguir competiciones equilibradas, por lo tanto, no existía delimitación territorial para la actuación de estas organizaciones. Inclusive, se verificó que además de la actuación de estos actores dentro de los Estados, también existe la regulación del deporte por medio de los Estados, ya que el deporte interfiere en las más diversas áreas de la sociedad, sea en la parte económica, social o cultural. Demostrando la importancia de este fenómeno para las sociedades a partir de la constitucionalización del tema en varios países.

Dada la importancia del deporte, su regulación era esencial y, por lo tanto, la investigación concluyó que se dice que esta ley es una rama autónoma. Esto implica que el deporte tiene una relevancia social; existe un cuerpo de leyes y principios deportivos bien definidos; existe autonomía legislativa, por lo que es capaz

de producir sus propias normas; y por último, tiene autonomía didáctico-científica, mediante las diversas bibliografías relacionadas de forma única y exclusiva con este derecho.

Configurado el derecho deportivo propiamente dicho, pasamos al análisis de la estructura organizativa de este derecho a nivel mundial para entenderlo como un derecho transnacional.

El movimiento olímpico es un gran ejemplo de estructura transnacional, ya que se extiende por los cinco continentes y reúne a personas, organizaciones, entidades, instituciones y Estados de todo el mundo. Dentro del movimiento, la máxima autoridad es el Comité Olímpico Internacional, una organización no gubernamental y sin ánimo de lucro, que impone su reglamento a todos sus miembros. La desvinculación para el Estado se puede ver en varios momentos dentro de este reglamento, como es el caso de que los miembros del COI no pueden aceptar órdenes e instrucciones de sus gobiernos para que no haya injerencia del Estado en esta organización deportiva. Incluso cuando un país organiza los Juegos Olímpicos, debe seguir todas las recomendaciones del COI para poder albergar el acontecimiento.

El COI opera con el apoyo de las federaciones internacionales, los comités nacionales, las asociaciones nacionales, los clubes y todos los individuos que pertenecen a estos actores, como atletas, entrenadores, jueces, etc.

Las federaciones internacionales son organizaciones internacionales no gubernamentales que gestionan el deporte a escala mundial. Tienen autonomía e independencia para gobernar su deporte, pero deben respetar las normas impuestas por el COI. Es este organismo el que otorga el reconocimiento para que un deporte forme parte de los Juegos Olímpicos.

Los comités olímpicos nacionales son de naturaleza jurídica, en la mayoría de los casos, de derecho privado y sin ánimo de lucro, con la finalidad de representar al COI en su estado. Además de seguir la normativa del COI, sus estatutos están sujetos a la aprobación del COI, por lo que es necesario preservar la autonomía de estos comités en relación con el Estado.

Los comités organizadores de los Juegos Olímpicos, formados para organizar los Juegos en el país anfitrión, son creados por el propio país. Asimismo, tienen la obligación de respetar la Carta Olímpica y los reglamentos del COI y de los CONs. Para organizar el acontecimiento, es necesario que todas las partes implicadas trabajen juntas, siguiendo el deporte según las normas del movimiento olímpico.

Otra estructura deportiva que se analizó para entenderla como un derecho transnacional fue la Agencia Mundial Antidopaje, una fundación de derecho privado y sin ánimo de lucro, compuesta y financiada por el movimiento deportivo y varios Estados. La función de la agencia es regular el deporte *sin dopaje*, es decir, el uso de sustancias que pueden aumentar el rendimiento de los atletas, ya que va en contra de la ética deportiva además de ser perjudicial para la salud.

Esta Agencia está compuesta por representantes de cada continente elegidos por sus propios órganos gubernamentales, lo que demuestra su alcance mundial. Del mismo modo, todos los Estados signatarios del organismo deberán seguir sus normas, de lo contrario sufrirán sanciones deportivas y administrativas por parte del COI. Las federaciones y asociaciones deportivas deben aplicar el código de la agencia, y sus acciones están controladas por ésta. La agencia actúa a escala mundial contra el *dopaje* en el deporte, junto con los Estados y las organizaciones privadas, demostrando ser un verdadero híbrido de gobernanza, que reúne a varios actores para que sigan sus normas.

El Tribunal de Arbitraje Deportivo es una estructura deportiva también analizada en la investigación y que aportó más indicios de la transnacionalidad del derecho deportivo. Este tribunal es de naturaleza jurídica privada y conoce de reclamaciones deportivas de carácter comercial (contratos, patrocinio, traspaso de jugadores, etc.) y disciplinario (responsabilidad civil, dopaje, violencia, etc.). La CAS se ha convertido en un ejemplo de gobernanza transnacional al resolver problemas más allá de las fronteras estatales.

También se verificó que las organizaciones deportivas se basan en principios y reglas universales que no son privativas de un Estado, por lo tanto, se

deben seguir las más diversas reglas y reglamentos deportivos, ya sea del Estado o de organismos deportivos.

El derecho deportivo transnacional se analizó en la investigación en un sentido más amplio, basado en la teoría de Jessup, es decir, se trata de cualquier norma que traspase las fronteras estatales. El cuerpo de leyes del deporte responde a este concepto, ya que está constituido por normas que regulan hechos más allá de las fronteras territoriales, penetrando en los Estados en los ámbitos más diversos, como el deporte, la salud, el género, etc. Al mismo tiempo, este concepto no excluye los derechos dentro de la misma frontera, ya que se trata de un derecho en el que también intervienen las normas derivadas del Derecho internacional público y privado, las leyes nacionales y las organizaciones deportivas no gubernamentales.

En este sentido, la investigación también utilizó el derecho deportivo transnacional según la teoría de Koh sobre el derecho transnacional, porque son todos los derechos que surgen del ámbito internacional y se interiorizan en el país, así como los derechos que se originan en el propio país y se convierten en internacionales, o incluso un derecho de un país que se utiliza en otro país. Por lo tanto, al hablar de la categoría de derecho deportivo transnacional, no se diferencia el derecho de un país u otro en la materia, ya que todo el complejo de normas deportivas forma parte de esta categoría transnacional.

En el tercer capítulo se abordó la construcción sociocultural de la desigualdad de género para comprender que la igualdad es un derecho humano fundamental y, por lo tanto, este derecho debe aplicarse para lograr la sostenibilidad social. A partir de este argumento, se verificó la necesidad de buscar mecanismos que hagan efectiva la igualdad entre hombres y mujeres para lograr una sociedad sostenible.

En el argumento de la desigualdad de género como construcción sociocultural se analizaron los movimientos feministas para comprender el origen y el funcionamiento de la discriminación contra las mujeres. En los filamentos estudiados se observó que: I) la estructura fundamental de la sociedad es el género, que a su vez determina la distribución del poder y si son los hombres los que detentan el poder, son ellos los que determinan el papel de subordinación de las

mujeres; II) el sistema capitalista se mantiene gracias a la posición inferior de las mujeres en el mercado laboral y a su explotación a través del trabajo doméstico; III) las estructuras sociales como el trabajo doméstico, el mercado laboral, la cultura, la sexualidad, la violencia y los estados terminan con la condición de la mujer en la sociedad; IV) la desigualdad de género es la falta de igualdad de oportunidades; V) el género es un discurso de poder que resulta en opresión a través de los términos masculino y femenino, por lo tanto, el sujeto es una construcción social.

En estos discursos se constató la existencia de discriminación por razón de sexo, basada en la desigualdad de poder social entre hombres y mujeres. Entra, por tanto, en los estudios de teoría de género, una preocupación social y política de la desventaja de las mujeres en la sociedad. Por lo tanto, se ha comprobado, a través de diversos estudios de diferentes áreas del conocimiento, que la desigualdad entre hombres y mujeres no es biológica, como se sostenía antes.

A través de los estudios de campo del antropólogo Mead, se confirmó que la relación entre hombres y mujeres depende de la cultura en la que viven. El análisis de tres tribus diferentes mostró que en cada una de ellas la organización entre hombres y mujeres era diferente. En una de las tribus, tanto las mujeres como los hombres tenían las mismas funciones y características sociales, es decir, ambos cuidaban de los niños y trabajaban, eran amables y pacíficos, sin jerarquías entre ellos, es decir, ambos con características de lo que hacen y son las mujeres en la cultura occidental actual. Ya en la otra tribu ambos tenían la función de la guerra, eran más agresivos y pocos aspectos de personas solidarias, por lo que, volviendo a la cultura occidental, son aspectos que normalmente se encuentran en los hombres. Y en la última tribu se observó una inversión de la cultura occidental, es decir, la mujer es la que realiza el trabajo bruto y es dominante sobre el hombre, que es emocionalmente dependiente, preocupado por la belleza y sin interés por la guerra.

En este sentido, los individuos de estas tribus sufren el impacto de la cultura en la que están insertos y crecen con las características determinadas en la propia sociedad, ajustándose a los roles establecidos por ésta. Por lo tanto, se observó que el cuerpo biológico (hombre y mujer) no determina las relaciones

sociales, las personalidades, la identidad y el comportamiento social, sino la cultura de cada sociedad.

Otro argumento utilizado para demostrar esta construcción de las diferencias fue a través de los estudios filosóficos de Beauvoir. En su visión, la mujer se define como "el otro sexo", es decir, el hombre es el sexo universal y la mujer se define en función de ello. De este modo, se inventaron valores masculinos y femeninos como forma de delimitar el campo de acción de las mujeres. Desde esta perspectiva, la clave para entender las diferencias entre hombres y mujeres es el matrimonio y el sistema patriarcal, en el que las mujeres están restringidas y los hombres son sus amos. Inclusive, los estudios de Engels y Marx fueron utilizados dentro de este argumento para fundamentar que la primera opresión de clases fue a través del hombre sobre la mujer.

La construcción también se argumenta a través de los estudios del sociólogo, antropólogo y filósofo Rubin, que afirma la existencia de un sistema sexo/género. En otras palabras, la opresión social de la mujer es producto de las relaciones sociales y, por lo tanto, no existe una característica del hombre y la mujer que provenga de la naturaleza, de hecho son resultados de la actividad humana.

Según los estudios del historiador Stearns, la diferencia entre hombres y mujeres comenzó con el paso de la caza y la recolección a la agricultura, junto con la cultura politeísta y las religiones que relacionaban a las diosas con la fertilidad. Así, se atribuyó a la mujer el cuidado del niño y al hombre la supervivencia de la familia, instigando poco a poco la desigualdad de funciones. Esta estructura preparó el terreno para un sistema patriarcal en el que los hombres son considerados superiores y tienen derechos que las mujeres no tenían, y por otro lado sólo las mujeres tienen tareas domésticas, estableciendo una jerarquía.

También en el contexto histórico se analizaron los estudios de Scott, en los que concibe el género como un elemento de las relaciones sociales basado en las diferencias entre hombres y mujeres, siendo una forma primordial de dar sentido a las relaciones de poder.

Además de todos estos estudios analizados para comprender la desigualdad entre hombres y mujeres como una construcción sociocultural, también se analizaron las diferencias a través de la mitología y los símbolos.

Destaca aquí el estudio sobre la dominación de la mujer por el hombre a través de símbolos, en el que varias cuestiones que se dicen naturales y no se cuestionan en la sociedad son en realidad símbolos que limitan a la mujer y no la dejan en pie de igualdad con el hombre. Un ejemplo de ello es la ropa impuesta a las mujeres que limita sus movimientos en los espacios públicos, el bolso que mantiene sus manos ocupadas, el tacón alto que dificulta caminar, entre otros que llevan a las mujeres a no poder hacer lo mismo que los hombres. Es una forma más de decir que la mujer no pertenece al espacio público sino al privado, a la casa, como antaño se veía con naturalidad.

De esta forma, el estudio del género se abordó de forma multidisciplinar como una forma de entender la desigualdad en las sociedades, encontrando ser una construcción sociocultural de los roles de hombres y mujeres. A lo largo de los años, las mujeres han sufrido restricciones en sus derechos humanos, derechos tan esenciales como la igualdad. A partir de estos estudios, la cuestión de la igualdad de género ha alcanzado otro nivel y ha comenzado a contemplarse en los documentos internacionales de derechos humanos para buscar la consecución de esta igualdad. Además, en la legislación de los países se han previsto diversos derechos encaminados a lograr la igualdad

También constató que tratar el derecho a una amplia como un derecho fundamental no es suficiente para garantizar los derechos de las mujeres; es necesario observar las exigencias específicas relacionadas con ellos. Por lo tanto, desde el tratamiento de los derechos humanos que buscan la perspectiva de género es posible alcanzar derechos individuales, realizando así cambios en el escenario jurídico que impulsen la superación de barreras y resistencias a derechos, como la igualdad.

En este sentido, la idea de que el género es una construcción sociocultural, se entiende que la sociedad tiene el poder de modificar la situación de desigualdad entre hombres y mujeres. Las políticas públicas estatales que insertan

la perspectiva de género contribuyen a este cambio, generando una reflexión sobre la necesidad de acabar con la desigualdad que aún existe entre hombres y mujeres. Por lo tanto, el Estado contribuye positivamente a cambiar las asimetrías en la sociedad, proporcionando a las mujeres un papel igualitario, así como protegiendo, legitimando y haciendo cumplir sus derechos, que antes estaban limitados y restringidos. Entre las consecuencias de esta acción está la consecución de una sociedad sostenible, es decir, justa e igualitaria.

Al abordar el estudio de la sostenibilidad, la investigación adoptó una macroperpectiva que abarca todo el desarrollo del ser humano, y para obtener el pleno desarrollo de una sociedad se requiere la eficacia de la sostenibilidad en todas sus dimensiones. Por lo tanto, debe entenderse al menos con la conjugación del trípode de la sostenibilidad, es decir, las dimensiones económica, social y medioambiental.

A partir del desarrollo de estas dimensiones, la sociedad puede promover su propio bienestar y el de las generaciones futuras, hacia una sociedad sostenible. La búsqueda de la efectividad de la sostenibilidad se ha convertido en una nueva necesidad mudial, considerando que impacta transnacionalmente, yendo más allá de las fronteras estatales para buscar cambios para que los seres se perpetúen indefinidamente en el tiempo. En este sentido, para apoyar los argumentos presentados en esta investigación, se buscó comprender todos los aspectos de la sostenibilidad, pero principalmente desde la perspectiva de la dimensión social desde la perspectiva de género.

La sostenibilidad en su dimensión social exige el aumento de la equidad entre generaciones y personas de la misma generación, ya que no es admisible un modelo de desarrollo excluyente, por lo que no es admisible una sociedad sostenible con discriminación negativa, incluida la discriminación de género. El objetivo de la sostenibilidad social es promover condiciones dignas para todos los individuos en un entorno socialmente sano, fomentando una sociedad solidaria y justa. Por lo tanto, se requiere que se asegure el mínimo existencial para que todos estén incluidos socialmente, siendo la protección de este derecho fundamental para la preservación de la humanidad.

Era esencial aportar a la sostenibilidad la perspectiva de la igualdad de género, porque el desarrollo de las sociedades afecta a todos y cuando el desarrollo no se produce de forma igualitaria, no es sostenible. Y en un análisis de las sociedades se comprobó que se desarrollan de forma desigual, afectando considerablemente a las mujeres de todo el mundo, es decir, es un problema transnacional. Así, diversos documentos internacionales han comenzado a abordar el logro de la sostenibilidad basada en los derechos de las mujeres, como es el caso más emblemático de la Agenda 2030, que situó la igualdad de género como un instrumento esencial de este logro para los Estados.

Por lo tanto, todos los países de la ONU aplican este plan de acción de 17 objetivos para el desarrollo sostenible con el fin de hacer realidad los derechos humanos para todos y lograr, por ejemplo, la igualdad de género y el empoderamiento de las mujeres y las niñas. Estos objetivos funcionan de forma integrada, equilibrando las tres dimensiones de la sostenibilidad, y si se cumplen pueden cambiar positivamente las sociedades de todo el mundo. La investigación, al trabajar con todos los objetivos de la Agenda 2030, demostró la relación intrínseca entre la necesidad de reducir las asimetrías y lograr la sostenibilidad.

En definitiva, la igualdad de género es un derecho humano esencial para el logro de la sostenibilidad en todas sus dimensiones, y el trabajo de la perspectiva de género en estudios, acciones y legislación contribuye a la reducción de las asimetrías.

El cuarto y último argumento del estudio investigó las acciones implementadas por el derecho deportivo transnacional para la reducción de la desigualdad de género dentro del deporte. Para ello, se expusieron los obstáculos a los que se enfrentan las mujeres dentro del deporte para poder alcanzar la igualdad, los avances logrados a través del derecho deportivo transnacional y la situación actual de las mujeres en los datos.

Los obstáculos a los que se enfrentan las mujeres en el ámbito del deporte se comprendieron a través del análisis de la evolución del deporte en las sociedades, se constató que las mujeres estaban restringidas, limitadas y a menudo se les prohibía practicar deporte. Sólo a partir del siglo XIX se inició la

transformación del escenario deportivo para una mayor participación de las mujeres. Los cambios ocurrieron por algunas razones, entre ellas los movimientos feministas que buscaban la inserción de las mujeres en los espacios públicos y exigían la igualdad de derechos, comenzando a cambiar el papel de la mujer en la sociedad, repercutiendo consecuentemente en el deporte.

La trayectoria de los Juegos Olímpicos en la Era Moderna fue el punto clave de los estudios para comprender la difícil inserción de la mujer. Se observó que al principio no había participación debido a la creencia de que los juegos debían coronar el ideal de masculinidad a través de los juegos, es decir, vincular la fuerza y la virilidad con el cuerpo masculino. Incluso se entendía que la inclusión de mujeres en los juegos podía dar un tono de indecencia y que las mujeres no debían realizar actividad física, porque aún existía la creencia de la fragilidad de la mujer y su función procreadora, la misma visión aplicada a los juegos olímpicos de la antigua Grecia.

El mantenimiento de las huellas de los juegos de la Antigüedad favoreció la lenta inserción de la mujer en los Juegos. Poco a poco las mujeres pudieron participar en los Juegos Olímpicos y esto ocurrió en función del aumento de deportes permitidos a las mujeres para competir. Aún más lenta fue la inclusión de las mujeres en una posición de poder dentro del deporte, incluso en los deportes femeninos, el poder durante mucho tiempo estuvo sólo en manos de los hombres.

Lo que puede observarse es que, a lo largo de los Juegos Olímpicos, las mujeres empezaron a adquirir mayor relevancia dentro del deporte gracias a las acciones de las entidades deportivas transnacionales. A partir de estos avances, las mujeres ganaron fuerza para luchar contra los valores establecidos en otras épocas y que perduraron hasta los tiempos modernos y dejan huellas en la época contemporánea.

Los requisitos siguen siendo grandes, pero si se comparan con el inicio de la práctica deportiva pueden considerarse pequeños obstáculos a los que enfrentarse. La investigación enumeró algunos problemas que aún enfrentan las mujeres, como la cuestión de que todavía hay una subrepresentación en las competiciones y de los liderazgos en los medios deportivos; la falta de

reconocimiento, por lo que implica el bajo valor de los salarios y premios; el enfoque se dirigió primero al género que en la atleta profesional, centrado en el cuerpo femenino y sus características.

A pesar de los diversos obstáculos a los que todavía se enfrenta el deporte, la investigación verificó que el deporte se muestra como un instrumento potencial para impulsar la igualdad y la inclusión, ya que proporciona cambios de estereotipos negativos y normas de género, siendo capaz de construir nuevos roles y promover el equilibrio entre los deportistas en toda su diversidad. Cambiar esta situación genera un impacto positivo en toda la cadena de individuos implicados en el deporte, generando una mayor igualdad entre hombres y mujeres y en todos los niveles del deporte e influyendo en los comportamientos y cambios de actitud de toda la sociedad. El deporte está reconocido como una de las plataformas más poderosas para promover la igualdad, ya que tiene el poder de transmitir mensajes a todo el mundo, como la importancia de la igualdad de género.

A partir de la lucha de las mujeres, de un proceso de deconstrucción sociocultural de la desigualdad de género, la sociedad entra en un mecanismo de comprensión de la importancia de generar las mismas oportunidades para hombres y mujeres. Dentro de este proceso se encuentran los organismos deportivos transnacionales que han seguido la evolución de las sociedades y buscan una mayor igualdad dentro del deporte.

Uno de los mecanismos para fomentar la igualdad de género en estos organismos deportivos es el uso de la buena gobernanza, es decir, el desarrollo de procesos y estructuras para establecer los objetivos de una organización a través de una dirección estratégica. Es una forma de controlar la actuación de la organización en relación con sus objetivos y de garantizar que actúa de acuerdo con los intereses de sus miembros. A través de la implementación de este mecanismo, es posible una gestión eficiente, trayendo buenos resultados para la organización deportiva y difundiendo buenas prácticas para regular las organizaciones a favor de conductas adecuadas.

La buena gobernanza ha cobrado importancia en el mundo del deporte desde que surgió la idea de separar las organizaciones deportivas de la injerencia

del Estado para no violar la integridad del deporte. Este instrumento permite a las organizaciones deportivas sobrevivir a largo plazo, es decir, si se utiliza correctamente garantiza la sostenibilidad de la organización.

Esto se debe a que, mediante mejoras en la gestión del deporte, es posible abordar la desigualdad entre hombres y mujeres dentro del deporte a diferentes niveles, invirtiendo así para crear más oportunidades y generar una mayor igualdad dentro y fuera del terreno de juego. En este sentido, la buena gobernanza colabora con la promoción de la sostenibilidad social dentro del universo deportivo y, en consecuencia, en toda la sociedad. Al fin y al cabo, como se ha comprobado en la investigación, la mejora de los índices de igualdad puede conseguir una sociedad más justa, sin excluir ni discriminar a los individuos.

Una investigación sobre las organizaciones deportivas que aplican la buena gobernanza verificó la implicación de varias, como el COI, la WADA y el TAS, entre otras. Existen incluso acciones para evaluar la aplicación del mecanismo en las organizaciones, como es el caso en la Unión Europea con algunos proyectos que comprueban si estas entidades están realizando correctamente la gobernanza del deporte. Entre los temas que se evalúan está el de la igualdad de género y su promoción por parte de las organizaciones.

Así, se pudo demostrar que este mecanismo es una forma de fomentar la igualdad de género que pueden utilizar las organizaciones deportivas, aumentando la cantidad de mujeres dentro y fuera del campo, transformando el ámbito deportivo en un entorno más igualitario.

Finalmente, tras exponer los cambios sufridos por los estados para alcanzar la nueva realidad global que es la transnacionalidad, se demostró el derecho deportivo como un derecho transnacional y se entendió la igualdad de género como un derecho humano fundamental para alcanzar la sostenibilidad social. Así, concluyó con un estudio de las acciones emprendidas por el derecho deportivo transnacional para demostrar que es un mecanismo para reducir la desigualdad de género en el deporte, contribuyendo a la sostenibilidad social.

Como forma de aportar indicios suficientes para probar la propuesta de investigación, se realizó un análisis de cómo las organizaciones deportivas

transnacionales inciden en sus reglas en relación con los incentivos para la igualdad de género, la cuestión de la equiparación de valores entre hombres y mujeres, y la cantidad de mujeres dentro y fuera del campo. Para la viabilidad del estudio se hizo una delimitación espacial, analizando estos ítems dentro de América del Sur y Europa, más específicamente en Brasil y España, después de todo, la investigación es resultado de un doctorado entre doble titulación entre instituciones de estos países.

También se realizó una delimitación temporal para obtener datos más actualizados, fijando la fecha de 2016 a 2021, incluso es más reciente que se produzcan cambios sustanciales en relación con el tema. La viabilidad del estudio también estuvo dada por un recorte en las modalidades deportivas, así, se eligió dentro de los deportes más populares en el mundo aquellos más populares en las regiones de análisis, siendo ellos: fútbol, tenis y voleibol.

Entre los deportes, se encontró que en la modalidad de voleibol hay acciones hacia la igualdad de género, pero aún son incipientes. La Federación Internacional de este deporte cuenta con reglamentos y estatutos que determinan una representación mínima de hombres y mujeres en el gobierno del deporte, sin embargo, en la práctica el número sigue siendo desigual, a pesar de contar con mujeres en todos los órganos de la entidad.

En cuanto a las acciones en busca de una mayor igualdad en el deporte, se constató tanto a nivel mundial como en el seno de organizaciones de Brasil y España.

En relación con los valores, el organismo rector del deporte se preocupó por modificar la situación de inferioridad de los atletas. Por ello, en 2018 se creó una nueva competición con el objetivo de proporcionar los mismos valores a los equipos femeninos y masculinos, así como el mismo número de partidos y el mismo formato de evento para ambos.

El análisis de la cantidad de mujeres en el voleibol se encontró la representación del 76% de las mujeres participantes en la Federación Española de Voleibol. El número de mujeres en la toma de decisiones de las federaciones españolas y del Comité Olímpico alcanzó el porcentaje del 50 en el cargo de

vicepresidenta, aunque el número de miembros en otros niveles de la organización es bajo. En Brasil se encontró un bajo número de mujeres, sólo 3 como presidentas de las federaciones estatales.

Se han encontrado pocos datos sobre esta modalidad, pero lo que se ha encontrado demuestra que hay mujeres insertadas, pero de forma muy incipiente. Por ello, es necesaria una mayor dedicación de las entidades de la modalidad para conseguir igualdad dentro y fuera del campo.

En el estudio sobre el tenis se observó un protagonismo expresivo de las mujeres en la modalidad y se constataron acciones hacia la igualdad de género. La modalidad de tenis ya cuenta con más datos sobre la evolución de la mujer en el deporte y mayores incentivos a través de las organizaciones deportivas transnacionales.

El protagonismo de las mujeres en esta modalidad en detrimento de otras se puede comprobar por algunos datos, entre ellos el hecho de que en el ranking de los cien deportistas mejor pagados del mundo las dos únicas mujeres son del tenis. O aún, por el hecho de que dos mujeres y dos hombres fueron los atletas que alcanzaron el mayor título de la modalidad, demostrando la misma capacidad entre hombres y mujeres.

En cuanto a las acciones, la Federación Internacional de Tenis busca la igualdad de género dentro de este deporte a través de diversos medios, como la puesta en marcha de un programa con estrategias para alcanzar los objetivos de promoción de la mujer en el tenis. Desde la aplicación de las estrategias esbozadas, se han producido mejoras en diversos sectores del deporte, como el aumento del número de mujeres en puestos de poder dentro del tenis y el incremento del valor de los premios.

Es importante señalar que para que estas acciones se desarrollaran hasta el punto de modificar la situación de las mujeres, era necesario implicar a todos los actores del deporte, tanto a las organizaciones a nivel nacional y regional como a los países miembros de la Federación. La IFT crea estrategias y proporciona recursos y herramientas de apoyo, pero son los propios países, a través de sus organizaciones deportivas, quienes deben ponerlas en práctica. La Federación también ha formado

alianzas con organizaciones no gubernamentales como ONU Mujeres para desarrollar soluciones tangibles a los retos más urgentes de la igualdad de género en el deporte, con el fin de cambiar la realidad de la desigualdad deportiva en los países.

Se puede comprobar que tanto en España como en Brasil existen diversas acciones de impulso para conseguir más igualdad en el tenis por medio de organizaciones deportivas transnacionales, como por ejemplo mediante convenios, programas de formación, eventos para la difusión del deporte o incluso para la producción de conocimiento.

Por lo tanto, las acciones pueden ser fomentadas por una entidad internacional del deporte que imponga sus normas a las entidades dentro de los países y genere responsabilidad a toda la cadena de personas implicadas en el deporte. Este movimiento mundial de incentivos impulsa el progreso hacia la igualdad de género, cambiando el sistema patriarcal implantado en el deporte, eliminando las barreras que impiden a las mujeres alcanzar su pleno potencial, permitiéndoles ser fuente de inspiración e influir en los demás.

En relación con los valores de la modalidad de tenis, los cuatro grandes torneos mundiales de tenis igualaron los valores de los torneos masculinos y femeninos, en los que durante medio tiempo los hombres recibieron premios más altos que las mujeres. La investigación confirmó que, aunque ha habido avances, la categoría femenina del tenis profesional sigue sin tener la misma capacidad de generar ingresos que la masculina. Por lo tanto, esta actitud de las organizaciones del deporte en igualar incluso sin la misma percepción de ingresos puede demostrar el papel transformador que puede desempeñar el deporte. Esto se debe a que la inversión es una forma de aumentar la visibilidad de la modalidad generando como consecuencia la misma capacidad de ingresos.

En los datos globales referentes a la cantidad de mujeres en la modalidad, se encontró que el 41% son mujeres deportistas. En los torneos profesionales, el número de hombres que compiten es mayor que el de mujeres. Ya en los torneos mundiales junior se obtiene una diferencia en que las mujeres están en mayor cantidad que los hombres. En relación con los entrenadores, se constata

un bajo número de mujeres, resultando sólo el 22,3%. En un breve análisis de las mujeres en posición de poder dentro de los organismos deportivos de tenis, se encontró números insignificantes, tanto a nivel global como en Brasil y España.

En este sentido, se demostraron unas cifras iniciales de avances en el tenis, pero es evidente que las organizaciones deportivas transnacionales deben trabajar más para lograr una mayor igualdad entre hombres y mujeres en este deporte.

Finalmente, la investigación obtuvo datos sobre la inclusión de las mujeres en la modalidad de fútbol, demostrando esta modalidad como un caso emblemático de entidades deportivas transnacionales que influyen en los Estados para la reducción de la desigualdad de género en el deporte. Incluso, al observar cómo cambian las sociedades durante un Mundial de Fútbol, es fácil ver el poder de esta modalidad para trascender los límites territoriales, convirtiéndose en la modalidad más importante del mundo. Dada esta relevancia del deporte, no sería diferente como la modalidad más avanzada en cuanto a incentivos de igualdad de género y con más datos sobre la inserción de la mujer.

En los últimos años, las entidades futbolísticas transnacionales han esbozado varias estrategias para promover el fútbol femenino dentro y fuera del terreno de juego. Estos mecanismos son aplicados de forma obligatoria por los organismos deportivos de cada país, tal y como se establece en los Estatutos de la FIFA para todas las asociaciones, confederaciones y sus ligas, como CONMBOL y UEFA. En caso de infracción por parte de las entidades, puede haber sanciones a través de la FIFA.

En este sentido, el trabajo demostró varias acciones de organizaciones transnacionales que ofrecen recursos y oportunidades para impulsar el fútbol femenino, así como formas de desarrollar las ligas y profesionales del área, entre otras acciones. Todo este estímulo se tradujo en: creación de más ligas femeninas en todo el mundo; más atletas desarrollándose y profesionalizándose en el deporte; más mujeres en el liderazgo deportivo; más emisoras retransmitiendo los partidos y, en consecuencia, más gente viendo la modalidad; aumento de los valores recibidos

por las atletas; mayor número de mujeres profesionales en los medios deportivos; aumento de los ingresos de los eventos de fútbol femenino y otros.

A las acciones de incentivación se suman las imposiciones de normas y reglamentos por parte de las organizaciones deportivas transnacionales para lograr una mayor igualdad en el fútbol.

En cuanto a la reglamentación, se constató que en la liga femenina de la UEFA existen criterios específicos para el fútbol femenino. Este tipo de reglamentos dan más autonomía a este deporte y, en consecuencia, permiten desarrollar el fútbol femenino por separado del masculino, en función de las necesidades del fútbol femenino.

Un punto importante fue la política de incentivos de la FIFA, que modificó sus Estatutos y Reglamento de Gobernanza en 2016 para que los equipos de fútbol masculino asociados a ella estuvieran obligados a incluir en sus estatutos normas sobre igualdad de género. También impuso la promoción de equipos femeninos y la participación de las mujeres en todos los niveles de la gobernanza del fútbol. En consecuencia, la FIFA regula y las demás entidades futbolísticas de cada país deben cumplir las disposiciones.

Otro punto relevante son los cambios en el reglamento de la CONMEBOL en 2016 para lograr la igualdad de género en el deporte, ya que trajo avances en el escenario sudamericano. La nueva normativa establece que para que un club obtenga licencia para participar en competiciones promovidas por la entidad, deberá tener al menos una categoría juvenil femenina o unirse a un club que la tenga para que, en ambos casos, aporte apoyo técnico, equipamiento e infraestructuras para desarrollar los equipos en buenas condiciones. Esta inversión en equipos femeninos en toda Sudamérica ha dado lugar a que diez clubes que sólo contaban con un equipo masculino hayan incorporado nuevos equipos femeninos.

Las organizaciones transnacionales de fútbol han generado una ola de injerencias en todas las modalidades futbolísticas a través de la imposición de sus reglamentos, modificando el escenario del fútbol femenino. Por lo tanto, la FIFA y la COMNEBOL impusieron obligaciones a todos los implicados y, como consecuencia, la CBF también reguló que para participar en sus competiciones es necesario tener

dos equipos femeninos, uno principal y otro juvenil, o tener una asociación con un club que tenga dos equipos femeninos. El reglamento también prevé la necesidad de que estos equipos compitan efectivamente y dispongan de condiciones adecuadas para su desarrollo.

Al igual que lo previsto por otras organizaciones deportivas, la CBF previó castigos para los clubes que no cumplieran, como la eliminación de los equipos masculinos de competiciones como la Serie A del Campeonato Brasileño, la Copa Sudamericana y la Libertadores. Los resultados obtenidos en el escenario brasileño fueron: siete clubes de la Serie A contaban con un departamento de fútbol femenino; otros clubes firmaron una asociación con equipos femeninos; y los clubes de las Series B, C y D pudieron cumplir gradualmente la normativa.

Las organizaciones transnacionales de fútbol también son responsables de garantizar los derechos de los deportistas que aún no han sido reglamentados. En 2020, la FIFA reguló el derecho a la baja por maternidad en sus Estatutos, exigiendo la aplicación de este derecho en los reglamentos de las asociaciones de los países y de los clubes miembros de la FIFA de todo el mundo, lo que supone un avance en el fútbol femenino.

En esta misma línea de protección de los derechos de las mujeres deportistas de fútbol, se firmó en Europa un convenio colectivo que permite a la Asociación y a la Federación Española de Fútbol garantizar los derechos relacionados con el embarazo y la maternidad. La provisión de estos derechos es un paso adelante dentro del deporte, teniendo en cuenta que durante mucho tiempo no existía ninguna garantía y, por lo tanto, los atletas se quedaban sin trabajo y sin remuneración. La medida hace que el deporte sea más accesible para todos, después de todo, las atletas que quieran quedarse embarazadas pueden seguir participando en el deporte y con acceso a oportunidades laborales.

A partir del análisis de las acciones implementadas por las organizaciones deportivas transnacionales, se constató que las acciones implementadas han cambiado el escenario de las mujeres en el mundo del deporte. A través de invenciones financieras, educativas y profesionales, se contribuye a un cambio de paradigma. Efectivamente, las normas y reglamentos impuestos por las

organizaciones deportivas son los que generan el mayor impacto inmediato, de modo que todos los implicados en el deporte están obligados a seguir y aplicar tales mandatos dentro de los Estados.

Entre los datos analizados, el fútbol es la modalidad más avanzada en cuanto a acciones de incentivación a favor de la igualdad de género y aplicación de su normativa en toda la cadena de la modalidad. Basándose en este ejemplo, otras modalidades deportivas pueden mejorar su gestión para obtener más igualdad. La consecuencia de estas acciones será que cada vez más mujeres trabajen en el ámbito deportivo, sirviendo de ejemplo dentro y fuera de él y contribuyendo a que la sociedad en la que se insertan sea más justa e igualitaria.

Así, la investigación aportó datos suficientes para evidenciar que el derecho deportivo transnacional es un mecanismo que ayuda a reducir la desigualdad de género, aumentando así la sostenibilidad social de las sociedades. Sin embargo, el tema es complejo y no termina con esta investigación, sino que puede contribuir con futuros investigadores a explorar y desarrollar el tema para obtener mejores resultados y otras soluciones al problema en cuestión.

INTRODUÇÃO

O tema desta tese enfoca no direito desportivo transnacional como mecanismo que auxilia na obtenção de maior igualdade de gênero dentro do meio desportivo contribuindo para a sustentabilidade social.

O objetivo institucional da presente Tese é a obtenção do título de Doutora em Ciência Jurídica pelo Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Univali por meio do convênio com a Faculdade Católica de Rondônia, e, juntamente com a Universidade de Alicante, objetiva a dupla titulação pelo curso de Doutorado em Agua y Desarrollo Sostenible no Instituto Universitário del Agua y de las Ciencias Ambientales (IUACA) de Alicante/Espanha.

A finalidade científica é analisar se o caráter transnacional do Direito Desportivo é uma forma de redução da desigualdade de gênero no desporto. Obtendo como objetivos específicos: I) Discorrer sobre as transformações do Estado ao longo dos anos para compreender o enfraquecimento do Estado Constitucional Moderno e da necessidade de superação do conceito clássico de Soberania, abrindo caminho para uma realidade transnacional; II) Verificar a ocorrência da transnacionalidade do direito desportivo; III) Compreender a igualdade de gênero como um direito humano fundamental ao alcance da sustentabilidade social; IV) Investigar os mecanismos implementados pelo direito desportivo transnacional para que contribuam para a redução da desigualdade de gênero neste âmbito.

O estudo doravante apresenta sua base de pesquisa na formulação do seguinte problema: é o Direito Desportivo Transnacional uma forma de redução das desigualdades de gênero no desporto através da incidência dos seus regulamentos e diretrizes internamente nos Estados?

Quanto às hipóteses para resolução do problema levantado, suscita que que a lei transnacional desportiva tem sido um instrumento importante para reduzir a desigualdade de gênero no desporto. Acontece que o direito desportivo parece ser uma verdadeira lei transnacional, pois as instituições desportivas internacionais criam suas regras e políticas que devem ser implementadas internamente pelos

Estados, clubes e suas entidades relacionadas e como uma condição para o cumprimento. Portanto, ao apresentar o vínculo de clubes / entidades dos mais diversos países, o direito desportivo atua como um direito transnacional com uma força cogente, o que significa um importante mecanismo para a promoção da dimensão social da sustentabilidade, refletindo inclusive em outros setores sociais, além daqueles diretamente relacionados ao desporto.

A abordagem é delimitada aos mecanismos implementados do Direito Desportivo Transnacional como forma de diminuir a desigualdade de gênero no desporto, principalmente no âmbito da Comunidade Europeia e da América do Sul, mais especificamente na Espanha e no Brasil. Tal abordagem justifica-se pela intenção de analisar como está sendo implementado estes mecanismos em diferentes países, bem como, buscou-se tal delimitação em função da realização de dupla titulação em Doutorado com a Universidade de Alicante, por meio do convênio existente entre UNIVALI e UA para a realização conjunta de Doutorado.

O tema escolhido tem relação com a área de concentração da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, que trata sobre Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito, e da linha de pesquisa sobre Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade. Bem como, faz parte do projeto de pesquisa: Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade. Isto pelo fato de que serão abordadas as transformações do Estado e sua soberania até o surgimento de um novo direito, o Direito Transnacional, para lidar com as questões para além das fronteiras.

Quanto à aderência à linha de pesquisa - sustentabilidade – do programa da UNIVALI, bem como à linha do programa do Instituto Universitário de Água e das Ciências Ambientais da Universidade de Alicante – direito ambiental - confirma-se uma vez que a Tese sustentará que o Direito Desportivo Transnacional contribui para a sustentabilidade social, quando analisado sob a perspectiva de ser um mecanismo de redução da desigualdade de gênero no desporto.

Assim, o tema da pesquisa se mostra multidisciplinar, abrangendo mais de uma área do direito, como é o caso do Direito Transnacional, Direito Ambiental, Sustentabilidade, Desporte e Direitos Humanos. Dessa maneira, insere-se a

pesquisa nas linhas de pesquisa de ambas as instituições – UNIVALI/UA. Importante constar que pela característica transnacional do tema, essa Tese assume o compromisso com as pesquisas de dupla titulação, pois vincula e conversa com as pesquisas realizadas no Brasil e na Espanha. Para tanto, foi realizada pesquisa de referencial teórico e desenvolvimento da tese em ambos os países, destacando que foi realizado um período de estágio de pesquisa na Universidade de Alicante, no final de 2019 e início de 2020. Ressalta-se aqui o referencial teórico da pesquisa é acima de 30% de material estrangeiro em língua original, principalmente na língua espanhola e inglesa.

Os resultados do trabalho de exame das hipóteses estão expostos na presente Tese, de forma sintetizada, como segue.

Principia–se, no Capítulo 1, com uma exposição das transformações do Estado ao longo do tempo. Face à variedade de posições e teorias do Estado, e por não ser o foco principal deste argumento da pesquisa, optou-se por analisar a ideia de Estado a partir de quatro características principais levantadas por diversas de suas teorias, quais sejam: povo, território, soberania e finalidade.

Ao longo dos anos e das experiências sociais, diversas foram as formulações do Estado, de uma concepção eminentemente liberal, caracterizada pelas formulações iluministas, passou-se à concepção social do Estado para, mais recentemente, ser experienciados traços de um Estado neoliberal. As diversas experiências, em virtude dos contextos sociais, políticos e econômicos, modificaram o grau de relevância e de abrangência do Estado. A proposta neoliberal foi caraterizada por buscar a mínima interferência do Estado, cabendo proteção das liberdades e preservação da lei e da ordem, levando a diversas consequências, nos âmbitos socioeconômicos, que, por vezes, deram a impressão de que o Estado estava em falimento.

Ocorre que, as ideias neoliberais levaram a uma modernização tão grande que, junto com a globalização[14], ocorrida no ocidente, trouxeram questões complexas demais para o Estado lidar. A partir das relações transnacionais,

[14] Ao abordar o tema de Globalização, a pesquisa enfoca apenas no fenômeno ocorrido na parte ocidente do mundo, não adentrando em no fenômeno ocorrida em outras partes do globo.

ocorreram rupturas dos limites territoriais estabelecidos pelos Estados e mudanças em sua soberania, elementos essenciais do Estado. Dentre as características essenciais ao Estado, a Soberania tem especial relevância para fins desta pesquisa conducente à Tese de Doutorado, pois conforme se dão as transformações na sociedade, e consequentemente no Estado, para ocorrer a sua flexibilização, dando espaço para uma nova realidade mundial, a da transnacionalidade.

Ao longo da evolução do Estado no ocidente, faz-se perceber o surgimento do fenômeno da Globalização juntamente com o impacto do capitalismo global, embasado em uma visão neoliberal. Essa realidade envolveu Estados, organizações, bem como os indivíduos em todo o mundo. Gerou-se, consequentemente, uma cada vez maior interdependência e interligação econômica, social e política entre estes atores.

Essa era global deslocou a centralidade que os Estados soberanos possuíam, direcionado a esse papel novos atores, que são as organizações internacionais, empresas transnacionais, organizações não governamentais etc. Essa mudança do papel central que se lhes deu a estes novos atores impõe uma nova perspectiva, constituída por canais de comunicação globais e não mais nacionais, daí o abalo sofrido pela soberania estatal.

Como as mudanças geradas pela Globalização no ocidente são em uma escala transnacional e intercontinental, todas as decisões, ações ou omissões tomadas por atores em um continente podem reverberar fortemente nas nações, comunidades, famílias etc., de outro continente.

Esta discussão irá trazer ao trabalho a necessidade de repensar o modelo tradicional de Estado moderno com base em um conceito clássico de soberania, por conta da sua falta de capacidade de tratar questões importantes advindas da Globalização ocorridas no ocidente.

Dentro deste cenário apresentado, será discutida a ideia de transnacionalidade, uma nova realidade mundial que surge diante dessa inter- relação entre os diversos Estados, que criou espaços públicos de debates e de regulação para essas demandas transnacionais.

A abordagem da transnacionalidade implica algo que vai “além de” ou “para além de”, neste caso, para além do Estado. O termo demonstra a emergência de um significado novo, elaborado a partir da transformação e transferência dos espaços nacionais, que não se encaixe nas categorias já existentes. O fenômeno, como será visto, mostra-se como uma nova compreensão teórica e política do mundo, daí a ser necessário propor um direito específico, um direito que trate de demandas transnacionais.

Assim, a partir de um Direito Transnacional, pode ser possível concretizar direitos essenciais aos seres humanos, direitos esses que podem estar sendo ameaçados ou violados em todo o mundo, como é o caso da igualdade de gênero. Nesse mesmo sentido, a partir de atores transnacionais, poder-se-á contribuir para mudanças dessas violações dentro dos Estados, como será verificado se entidades desportivas transnacionais contribuem para melhorar a igualdade entre homens e mulheres no desporto.

O segundo argumento da tese trata de comprovar a transnacionalidade do direito desportivo. Para entrar nesse argumento, será tratada a concepção de direito transnacional a partir da teoria de Jessup, que incorpora qualquer direito que regule ações e eventos que transcendem as fronteiras nacionais, incluindo o direito internacional público e privado, bem como outras regras que não se encaixam completamente em tais categorias padrão.

Importante esclarecer que nessa ideia não sugere um novo corpo de lei, mas sim uma abordagem ao direito transnacional que forneça um suporte maior de regras, ou seja, que em um caso não precise decidir sobre a aplicação de uma lei pública ou privada. Ou seja, para lidar com problemas transnacionais, é preciso ter uma mente aberta (sem velhos dogmas), aplicando leis assim, sem diferenciar sua natureza (pública ou privada) por serem adequadas para lidar com o problema transnacional.

Além dessa teoria, também é abordado a teoria do Koh sobre o direito transnacional. Nesse sentido, esse direito não é puramente internacional e nem nacional, na verdade é um híbrido, podendo ser: direitos internacionais que são internalizados como um nacional; direitos de origem interna de um Estado que

acabam se tornando parte do direito internacional e partir disto, integram diversos sistemas jurídicos nacionais; direito de origem interna de um Estado, que acaba sendo implementado em outro sistema jurídico interno.

Compreendido o direito transnacional, será trabalhado o direito desportivo sem adentrar em pormenores sobre dicotomia público/privado ou distinções do direito desportivo entre os Estados, mas será realizada uma análise dele enquanto um direito transnacional, com padrões globais.

Ao longo dos anos, nas diferentes sociedades, o desporto se demonstrou como uma atividade vital e intrínseca dos seres humanos, sendo utilizado como meio de sobrevivência, lazer e entretenimento. Conforme a vida em sociedade mudava, o desporto também sofria adaptações e alcançava novas funções. Portanto, desde a sua origem até os tempos modernos, antes o que era sobrevivência passou a ser também um meio de diversão, ócio e passatempo. Já na modernidade, identificou-se o desporto com outros significados, como exercício físico e competição.

Nesse sentido, o Estado passou a regular a prática desportiva, passando a ser uma área do direito. A pesquisa conducente a esta Tese abordará, pois, o desporto a partir da visão de um ramo autônomo do direito. A partir daí, será possível sustentar o caráter transnacional do direito desportivo, aliás, como salientado acima, o Direito Desportivo não é apenas uma legislação ligada ao desporto, ultrapassa esse limite e alcança importantes questões da sociedade, como a questão de gênero, delimitação desta pesquisa.

A regulamentação desse direito é chamada de *lex sportiva,* sendo um direito que engloba leis públicas e privadas, regionais, nacionais e internacionais no sentido de um direito universal, global. Portanto, é ordem jurídica autônoma, constituída por regulamentos autônomos das federações desportivas nacionais, que são geralmente harmonizados com a legislação desportiva do Estado onde têm sua sede, assim como às regras advindas das Federações Internacionais, bem como, às sentenças e decisões dos tribunais de justiça desportiva e cortes arbitrais desportivas.

O conceito de *lex sportiva* vai ao encontro do conceito de Jessup e de Koh sobre o Direito Transnacional, pois a *lex sportiva* é constituída por normas reguladores de fatos/atos transcendentes as fronteiras nacionais. Poder-se-ia analisar a *lex sportiva*, em consonância com Koh, como um exemplo de direito transnacional, posto que há ordenamentos jurídicos privados e autônomos em relação ao Estado nação, com órgãos e organismos de governança, regulação, intervenção e capacidade fiscal.

Nesse argumento, é realizada uma análise da estrutura organizacional do direito desportivo no âmbito mundial para comprovar a transnacionalidade desse direito. Nesse sentido, será possível verificar como essa categoria, direito desportivo transnacional, implementa mecanismos nos Estados para tratar questões de igualdade dentro do desporto, alcançando assim a sustentabilidade social.

O Capítulo 3 dedica-se a compreender igualdade de gênero como um direito humano fundamental ao alcance da sustentabilidade social. Isto é, se a igualdade de gênero é um direito humano, é necessário que o Estado faça com que esse direito seja alcançado. Acontece que o Estado não dá conta de realizar tal direito, pelo menos não de maneira autônoma. Dessa maneira, será trabalhado o Direito Desportivo Transacional e seus instrumentos transnacionais de forma a verificar se podem e têm conseguido contribuir para esta dimensão da sustentabilidade – a social - dentro do desporto, consequentemente dentro dos Estados.

A desigualdade de gênero é um fator presente em todas as sociedades, em virtude de questões culturais e sociais. Devido à necessidade de obter tal igualdade, o Estado começou a incorporar, em suas normas, direitos para as mulheres, com *status* de direito fundamental. De maneira independente e autônoma, o Estado não tem capacidade de pôr fim à desigualdade de gênero, é a partir desta realidade que se faz possível verificar novos instrumentos para que se possa concretizar esse direito humano e obter, sob essa perspectiva, uma sociedade mais sustentável.

A sustentabilidade é compreendida na pesquisa como um princípio que

estabelece a responsabilidade do Estado, bem como da sociedade, com eficácia direta e imediata, pela realização de forma solidária do desenrolamento tanto material quanto imaterial, socialmente inclusivo, duradouro e equilibrado, sendo ambientalmente limpo, ético, inovador e eficiente, na intenção de assegurar primordialmente o direito ao bem-estar de modo precavido e preventivo, no presente e no futuro.

É importante compreender a sustentabilidade a partir de uma visão macro, como uma categoria que engloba o desenvolvimento do ser humano em todos os seus vieses. Afinal, o desenvolvimento integral da sociedade é condicionado à efetivação da sustentabilidade em todas as suas dimensões, ou seja, econômica, social e ambiental, sendo essencial que estejam ativas e devidamente conjugadas.

Dentre as dimensões da sustentabilidade, a dimensão social é a de interesse para esta pesquisa, motivo pelo qual não se irá aprofundar sobre todas as dimensões que podem vir a ser encontradas na doutrina sobre o tema. Da mesma forma, será feita breve explanação sobre as dimensões econômica e ambiental, para então, passar à análise da dimensão social.

A importância da igualdade de gênero para o alcance da sustentabilidade será demonstrada, principalmente, por uma análise a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030. Essa, por sua vez, considera a perspectiva de gênero ao abordar os seus objetivos, afinal para obter uma sociedade sustentável é preciso que todos os membros sejam envolvidos, de forma igualitária. Verifica-se que todos os Objetivos demonstram certa preocupação com a igualdade de gênero, e, portanto, é feita uma analise da intrínseca relação do tema da pesquisa com cada um dos Objetos que de alguma forma tratam especificamente da mulher.

No Capítulo 4, será exposto uma investigação sobre os mecanismos implementados pelo Direito Desportivo Transnacional para a diminuição da desigualdade de gênero no âmbito desportivo. A partir deste último argumento, juntamente com os anteriores, será possível sustentar que o Direito Desportivo Transnacional está contribuindo para a sustentabilidade social ao ser mecanismo

para reduzir a desigualdade de gênero no desporto, isso por conta da incidência dos seus regulamentos e diretrizes no âmbito dos Estados nação.

Inicialmente, é preciso contextualizar sobre a inserção da mulher nos desportes, para então compreender os obstáculos encontrados para atingir a igualdade dentro do âmbito desportivo.

Este processo histórico da inserção das mulheres no desporto foi marcado por muita luta e com o enfretamento de obstáculos para que conseguissem participar do meio desportivo. Inicialmente como espectadoras, posteriormente como praticantes e, mais recentemente, como parte da gestão e detentoras de poder dentro deste ambiente. A evolução se deu paralelamente à ampla luta por direitos iguais em todos os níveis e segmentos.

Apesar de toda a luta feminina, constante e permanente, ainda há diversos obstáculos encontrado pelas mulheres na sociedade globalizada, como a diferença salarial, discriminação, pouca participação nas tomadas de decisões, entre outros.

Tendo em vista que o desporto foi moldado pelos homens e para os homens, até hoje tais resquícios são identificáveis, sendo um ambiente de predominância, ainda, majoritariamente masculina, seja em relação à prática desportiva, à participação em outras esferas relacionadas ao desporto, como também nas tomadas de decisões.

E é partir deste cenário que, para além da luta das mulheres por igualdade, deve-se exigir do Estado e da comunidade transnacional o desenvolvimento de políticas e de mecanismos em direção a sociedades mais justas e igualitárias, nesse aspecto. Mais do que um desafio acadêmico, fazer com que o direito das mulheres de reivindicar o desporto como um espaço de exercício de liberdades, é uma necessidade política para a obtenção de uma sociedade sustentável.

Desta forma, a partir de uma pesquisa documental, com tratamento de dados, que se poderá demonstrar de que maneira o Direito Desportivo Transnacional está contribuindo, dentro da América do Sul e da União Europeia, mais especificamente, no Brasil e na Espanha, para a redução da desigualdade de

gênero no desporto.

A presente pesquisa se encerra com as Conclusões, nas quais são apresentados aspectos destacados da criatividade e da originalidade na investigação, e das fundamentadas contribuições que trazem à comunidade científica e jurídica quanto ao tema, seguidos de estimulação à continuidade dos estudos e das reflexões sobre a interferência do direito desportivo transnacional em prol da igualdade de gênero no desporto.

No sentido de desenvolver a pesquisa, um componente significativo concerne ao vínculo entre os objetivos do estudo e os métodos utilizados para alcançá-los, isto é, de que maneira estes objetivos serão elaborados. Neste quesito, a pesquisa foi iniciada a partir de uma revisão de literatura sobre os principais aspectos teóricos do estudo, quais sejam: Estado, soberania, globalização, transnacionalidade, sustentabilidade, gênero, igualdade de gênero, direitos humanos, desporto, direito desportivo, entre outros, em obras clássicas e contemporâneas.

Compreende por revisão de literatura a aplicação de uma pesquisa bibliográfica para tomar contato com tudo ou, pelo menos, com a maior parte daquilo que foi publicado referente à temática investigada, com o objetivo de aprimorar o que vem sendo estudado na área. A partir desta pesquisa, foi possível trazer subsídios para o conhecimento sobre o tema.

Além disso, a proposta da revisão bibliográfica tem a intenção de dar prosseguimento ao que já foi explorado sobre essas temáticas. Para tal fim, além das bases de dados conhecidas – *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Portal de Periódicos da CAPES[15], Banco de Teses da CAPES, entre outros – pretende-se entrar em contato com os cursos de pós-graduação e na área de ciências sociais do Brasil e da Espanha visando a obter pesquisas e publicações sobre esta problemática. De modo igual, será fundamental contar com base bibliográfica e estudos de professores e pesquisadores do Programa do Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), em especial sobre a temática da Sustentabilidade e Transnacionalidade, pela existência de especialistas na

[15] Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

temática nesta Universidade. Assim como, pelas bibliografias e estudos de pesquisadores e professores da Universidade de Alicante (UA), durante o período da dupla titulação, em especial sobre a temática de Meio Ambiente e Direito Desportivo, pela existência de especialistas na temática nesta Universidade.

Foi realizado o uso das técnicas do Referente, através da qual explicitação prévia do motivo, objetivo e produto desejado, delimitado o alcance temático e de abordagem para uma atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa da categoria, palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou expressão de uma ideia; do Conceito Operacional, definição estabelecida ou proposta para uma palavra ou expressão, com o propósito de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias expostas; da Pesquisa Bibliográfica, técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais e; do Fichamento, técnica que tem como principal utilidade otimizar a leitura na Pesquisa Científica, mediante à reunião de elementos selecionados pelo pesquisador que registra e/ou resume e/ou reflete e/ou analisa de maneira sucinta, uma obra, um ensaio, uma tese ou dissertação, um artigo ou uma aula, segundo referente previamente estabelecido[16].

Na análise dos dados concretos sobre a situação das mulheres nos desporto, foi analisado como as organizações desportivas transnacionais incidem suas regras com relação a: I) incentivos diversos para orientação em prol da igualdade de gênero no desporto, como eventos educativos, campanhas para promover a igualdade, alteração nos estatutos, entre outros[17]; II) equiparação de valores para atletas homens e mulheres, seja de salário, premiação ou outros; e III) quantidade de mulheres dentro e fora do campo no âmbito desportivo da modalidade;

Realizou-se um recorte temporal focado principalmente nos últimos anos, a partir de 2016 até 2022. O recorte é dado por haver mudanças mais substanciais recentemente nos regulamentos das organizações desportivas transnacionais em prol da igualdade de gênero.

---

[16] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. Teoria e Prática. 14.ed.rev.atual. e amp. Florianópolis: EMais, 2018.

[17] Conforme os dados encontrados sobre o tema.

Como forma de viabilizar uma pesquisa sobre o tema, foram analisados os indícios das transformações feitas pelas entidades desportivas transnacionais nos desportos mais populares nas regiões do Brasil e Espanha, que são: futebol, tênis e voleibol. Dessa forma, foram correlacionados os achados das pesquisas bibliográficas e documentais com as ações realizadas pelas entidades desportivas transnacionais, como forma de identificar se a hipótese de tese poderá ser confirmada, de maneira que, com esses procedimentos, acredita-se que será possível responder ao problema proposto.

Utilizou-se, dentre outras, para o relatório final de pesquisa, a base lógica indutiva.[6] Dessa maneira, quanto à Metodologia, serão considerados os parâmetros[18] adotados pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI. Foi realizado uma tradução livre das obras estrangeiras utilizadas na pesquisa.

[18] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. Teoria e Prática. 14.ed.rev.atual. e amp. Florianópolis: EMais, 2018.

CAPÍTULO 1

AS TRANSFORMAÇÕES NO ESTADO E A NOVA COMPREENSAO DE MUNDO: A TRANSNACIONALIDADE

O primeiro Capítulo tem por objetivo discorrer sobre as transformações do Estado ao longo dos anos para compreender o enfraquecimento do Estado Constitucional Moderno e da necessidade de superação do conceito clássico de Soberania, abrindo caminho para uma realidade transnacional.

Dessa maneira, é feito inicialmente um breve estudo a respeito da evolução do Estado até a sua concepção atual e as diversas mudanças sofridas por ele, conforme o sistema adotado da época. A formação do Estado e a sua transformação ao longo do tempo não é a discussão principal da pesquisa, no entanto é importante tecer algumas considerações por verificar uma possível crise do Estado.

Para tanto, é necessário primeiramente compreender como se originou o Estado, os sistemas adotados e como mudou a concepção de Estado desde o seu surgimento até a contemporaneidade,

Será possível verificar o surgimento do fenômeno da Globalização ocidental juntamente com o impacto do capitalismo global embasado em uma visão neoliberal. Levando assim, à inter-relação de Estados, organizações e indivíduos em todo o mundo. Consequentemente, foi gerando cada vez mais uma interdependência e interligação econômica, social e política entre estes atores.

Quando confrontadas características essenciais do Estado com a da Globalização ocorrida no ocidente é verificado um conflito, pois a soberania de um Estado é exercida em um determinado território, sendo o território essencial ao Estado; e a desterritorialização é uma das principais características da Globalização. Ou seja, a Globalização desvincula a limitação de espaço estabelecida pelos Estados, levando a um embate.

Assim, será possível verificar a necessidade de superação do conceito clássico de Soberania para abrir caminho a nova realidade: a transnacionalidade.

Por fim, será abordada a Transnacionalidade como uma nova realidade mundial que surge no intuito de buscar uma inter-relação entre os diversos Estados, criando espaços públicos de debates e de regulação para as novas demandas transnacionais, levando cada Estado a ceder um pouco da sua Soberania para garantir a ordem e a manutenção da vida humana, com base na solidariedade.

A partir da compreensão da dimensão jurídica da Transnacionalidade, será possível verificar, mais adiante na pesquisa, como um Direito Transnacional vem auxiliando na redução de problemas mundiais, como a desigualdade de gênero.

1.1 REPENSANDO AS CONCEPÇÕES DE ESTADO E DE SOBERANIA

O estudo a respeito do Estado implica saber a época de seu aparecimento e os motivos para o surgimento. Entretanto, tal assunto possui diversas teorias, consequentemente diferentes concepções de Estado.

A denominação do termo Estado é advinda do latim *status,* significado de firme, foi uma "situação permanente de convivência e ligada à sociedade política"[19]. O termo é empregado pela primeira vez em 1513 por Nicolau Maquiavel no livro "o príncipe"[20], relatando como fundamentos da política a arte de governar os Estados, explanando que todos os Estados existentes, e os que já existiram, são e foram repúblicas ou principados.

Após ser empregado por Maquiavel, o termo foi difundido, sendo utilizado pelos italianos ao se referirem a uma cidade independente, e nos séculos XVI e XVII se deu a utilização pelos franceses, ingleses e alemães. No século XVIII, foi usado na Espanha para denominar grandes propriedades rurais com domínio particular, cujo proprietário possuía poder jurisdicional[21].

---

[19] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 59.
[20] MAQUIVAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2009. p. 29.
[21] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. . p. 59.

Entretanto, é somente no século XVI que surge o Estado cujo termo indica uma sociedade política, que de acordo com Dallari, serviu de argumento para diversos autores que não consideraram a existência do Estado antes do século XVII. Esses autores indicam que o termo Estado só pode ser utilizado para se referir a uma sociedade política dotada de certas características bem definidas. Na maioria das teorias do Estado é abordado em sua essência que são todas as sociedades políticas com autoridade superior que fixaram regras de convivência de seus membros, independente do nome[22].

Após estes esclarecimentos, é possível abordar a respeito da origem do Estado, sendo três pontos de vistas fundamentais, conforme descreve Dallari[23].

A primeira posição é da existência do Estado desde os primórdios da humanidade, na justificativa do homem sempre viver integrado numa organização social, com poder e autoridade para estabelecer o comportamento de todos os indivíduos. De acordo com Dallari[24], os autores desta linha de pensamento, como Wilhelm Koppers e Eduard Mayer, admitem o Estado como o elemento universal na organização social dos seres humanos.

Hermann Heller[25] critica a amplitude histórica dada ao conceito de Estado, justificando que a extensão deste conceito histórico acaba por tornar impossível a utilização do termo.

A segunda posição acerca da origem do Estado refere-se à existência da sociedade humana sem a figura do Estado durante certo período, mas com o passar do tempo, criaram-se necessidades, levando à formação do Estado. Nessa linha de pensamento encontra-se como adepto o autor Lawrence Krader[26], e é argumentado que o Estado foi sendo formado de diferentes formas, como por conquista externa, pelo desenvolvimento interno, por ambos, ou seja, de acordo com as condições proporcionada por cada lugar, logo não há uma concomitância de seu surgimento em diversos lugares.

---

[22] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. . p. 59.
[23] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. . p. 60.
[24] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. p. 60
[25] HELLER, Hermann. **Teoria do Estado.** Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1968. p. 135.
[26] KRADER, Lawrence. **A Formação do Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 166.

Por último, o posicionamento de autores quanto à origem do Estado é de só poder utilizar o termo Estado quando há uma sociedade política com características bem definidas, logo tal termo não é válido para todos os tempos já existentes. Nesta linha de pensamento, encontra-se o autor Carl Schmidt, afirmando que o Estado não é um conceito geral que pode ser aplicado em qualquer momento histórico, e sim, um conceito concreto que nasce com a Soberania do século XVII.

Dentre as principais teorias sobre como o Estado se originou, há duas grandes bases de pensamento, sendo: (I) a primeira teoria de uma formação natural do Estado e não um ato meramente voluntário; e (II) a outra sustenta a formação contratual do Estado, mediante à vontade de alguns ou todos os homens, sendo esta visão dos defensores da criação contratualistado Estado.

Nas teorias naturalistas, as mais expressivas são de: (I) origem patriarcal, em que cada família da era primitiva ao ser expandida deu origem a um Estado[27]; (II) origem em atos de violência, com a superioridade de força de um grupo social foi permitida a submissão de outro grupo, nascendo o Estado a partir da relação dominantes e dominados[28]; e (III) origem econômica, em que a posse de terra acabou gerando o poder e a propriedade gerou o Estado, sendo a Soberania territorial uma característica fundamental do Estado[29]. Dentre as teorias sobre a origem do Estado por motivos econômicos, a de maiores efeitos é a Marx e Engels, em que a instituição Estado é um produto da sociedade quando alcança um certo grau de desenvolvimento[30].

Já nas teorias contratualistas, a teoria de Thomas Hobbes está entre as mais expressivas. Hobbes compreendeu que o homem vivia em estado de natureza, e, portando, as suas ações não eram reprimidas pela razão ou por instituição política, logo, viviam em constante guerra contra todos. A partir dessa situação, leva o homem a celebrar um contrato social, seguindo princípios para superar o estado de natureza. Por meio desse contrato, é estabelecido a vida em sociedade e é preciso o Estado, o poder visível, em que mantenha os homens

---

[27] FILMER, Robert. **Patriarcha and other political Works of Sir Robert Filmer**. Ed. Peter Laslett: Oxford, Basil Blackwell, 1949. p. 7.
[28] OPPENHEIMER, Franz. **The State**. New York, 1926. p. 6.
[29] HELLER, Hermann. **Teoria do Estado**. p. 244-245.
[30] FRIEDRICH, Engels. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Ed. Vitória: Rio de Janeiro, 1960. p. 102.

dentro dos limites e os obriguem a seguir os compromissos para manter a paz e a segurança. O titular desse poder é o que se denominou de soberano, ou seja, aquele que possui o poder soberano[31].

Outro autor de destaque da teoria contratualista foi John Locke, apesar da grande influência religiosa sobre suas ideias, não sendo, portanto, um contratualismo puro, mas é um ponto de partida da teoria. Na sua visão, a sociedade não tinha a existência ligada à necessidade de conter a guerra de todos contra todos, conforme afirmava Hobbes. Para Locke, o Estado surge para garantir direitos naturais, e, portanto, deveria intervir o mínimo na sociedade, apenas para mediar conflitos e na defesa da propriedade[32].

Montesquieu não menciona o contrato social, mas afirmou que sem governo não há sociedade. Na sua teoria, o homem vivia em estado de natureza antes da formação da sociedade, porém existiam leis naturais que levaram o homem a escolher viver em sociedade, como: I) a vontade de ter paz; II) por suas necessidades, como a busca por alimentos; III) a atração entre homens e mulheres; e, IV) pelo desejo de viver em sociedade. A partir dessas leis, os homens se integram em uma sociedade[33].

Rousseau é quem retoma a visão de Hobbes e explica a existência e a organização da sociedade a partir de um contrato social. Nessa visão, a vontade dos homens é o fundamento da sociedade e ao se associarem, produzem um corpo moral e coletivo que é o Estado. O soberano é um conjunto de pessoas que apenas executa as decisões em nome da vontade geral e essa soberania é inalienável e indivisível[34].O estudo sobre a formação do Estado não se inicia nos tempos mais remotos da humanidade, pois as principais características de Estado, como hoje é conhecido, não estavam presentes[35]. Assim, limita-se a estudar o Estado atual a partir das centenárias concepções de Estado advindas com os pressupostos históricos imediatos, iniciando pela Idade Média.

---

[31] Hobbes Thomas. **Leviatan**: o la Materia, Forma y poder de una república eclesiástica y civil. Trad. De Manuel Sánchez Sarto. Fondo de Cultura Economica: México, 1940. Parte II, Cap. XVII e XVIII.
[32] LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. Ed. Ibrasa: São Paulo, 1963. p. 77.
[33] MONTESQUIEU, Charles Luis de. **Do Espírito das Leis**. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1971. Vol. 2. Livro I, cap. II e Cap. III.
[34] Rousseau. **O contrato social** 1762. LLivro I, Cap. I e Livro II, Cap. VI.
[35] HELLER, Hermann. **Teoria do Estado**. p. 157.

O período compreendido pela Idade Média foi do século V ao XV, porém durante os primeiros quinhentos anos no mundo político medieval não houve Estado, pelo menos não no sentido de um padrão de dominação independente, no seu exterior e interior, com atuação de modo constante e com meios de poder próprio e notoriamente delimitado no pessoal e territorial[36]. Os principais elementos presentes de Estado na sociedade política medieval se deram pelo cristianismo, invasões dos bárbaros e o feudalismo. O cristianismo serviu de base para aspiração à universalidade, dando motivos religiosos e pragmáticos para que todos os cristãos fossem integrados em uma só sociedade política. A própria Igreja estimulou o Império como unidade política, como é o que ocorre quando o Papa Leão III confere a Carlos Magno o título de Imperador[37].

Neste momento da Idade Média, há dois conflitos: um é devido aos diversos centros de poder como por exemplo, os reinos, senhorios e organizações religiosas, todos zelando por sua autoridade e independência, logo não se submetendo ao Imperador; e o segundo é um conflito entre as autoridades da Igreja e o Imperador, no qual o Imperador não se submete à autoridade da Igreja, ambos com pretensões de inferir em assuntos do outro. Desta forma, a unidade política superior é o Império, mesmo que na prática não tenha uma autoridade[38].

Com as invasões dos bárbaros, houve a introdução de novos costumes e o aparecimento de novas unidades políticas independentes, ao mesmo tempo a Igreja tentava reunir os novos Estados em um grande Império. As transformações proporcionadas pelas invasões levaram o Estado Medieval a uma ordem precária, isso devido à improvisação das chefias, abandono ou mudança nas tradições, constante situação de guerra e até pela indefinição das fronteiras políticas[39].

Na chamada Alta Idade Média, devido à instalação do feudalismo, sistema baseado em estratificação social para poucas pessoas, ocorre a destruição do poder político e econômico, resultando na dissolução da ideia de Estado[40]. A vida social passou a depender da propriedade, sendo desenvolvido um sistema administrativo e uma organização militar ligados à situação patrimonial[41].

---

[36] HELLER, Hermann. **Teoria do Estado.** p. 158.
[37] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. p. 74.
[38] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. p. 74.
[39] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. p. 74.
[40] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos

Quase todas as funções do Estado na Idade Média foram repartidos entre os mais diversos depositários, como a Igreja, o nobre, proprietário de terras, o cavaleiro, as cidades e outros privilegiados, chamando o poder político desta época de pluralista ou poliarquia[42].

Com o cristianismo, invasão dos bárbaros e o feudalismo conjugados, tem-se como resultado o Estado Medieval, mas é mais como uma aspiração a Estado do que uma realidade. Afinal, neste momento, existem diversas ordens de poder coexistindo, como a do Imperador, Igreja, feudos etc. e sem uma definição da hierarquia. Logo, é possível afirmar que a Idade Média estava em permanente instabilidade política, econômica e social, sendo necessário autoridade e ordem, que seria o início do Estado Moderno[43].

A partir destas transformações foi despertando a busca pela unidade, se concretizando com a afirmação de um poder soberano dentro de certa delimitação territorial. A existência de uma nova ordem na sociedade foi documentada com os tratados de paz de Vestfália, trazendo característica básica de uma unidade territorial com um poder supremo[44]. Esse tratado foi responsável por cessar conflitos na Europa conhecidos como Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e seria a primeira vez em que a teoria sobre soberania de Jean Bodin[45], que será analisada adiante, foi colocada em prática nas negociações internacionais.

Portanto, a partir das modificações foi produzida a afirmação de que o regime de governo capaz de assegurar a paz social frente a guerras religiosas, invasores e poderes externos ao Estado, era a monarquia absoluta. Assim, o poder dos senhores feudais foi transferido para o Rei, criando a estrutura do Estado soberano[46]. A ideia de poder soberano foi desenvolvida conforme o poder do Rei ia crescendo com a ideia de absolutismo, assim o Rei assumiu funções públicas com

---

humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 31.

[41] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 76.

[42] HELLER, Hermann. **Teoria do Estado.** p. 158.

[43] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. p. 77.

[44] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2000. p. 90.

[45] BODIN, Jean. Os seis livros da república. 1576.

[46] PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoria general. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1995. p. 114-115.

caráter exclusivo, ficando acima das outras instâncias de poder e organização do Estado[47].

A partir de eventos históricos como a Revolução Gloriosa, o Iluminismo e a Revolução Francesa, houve o declínio do Estado Absolutista[48]. Através das ideias de um pensamento humanista advindas dos ideais de liberdade igualdade e fraternidade, surge o Estado liberal, mostrando-se como a primeira forma de manifestação do Estado Constitucional Moderno[49].

Quanto às características essenciais do Estado Constitucional Moderno, há uma diversidade de opiniões. Há quem[50] compreenda ser peculiaridades ao Estado a Soberania e a territorialidade, mas a maioria[51] compreende como três elementos essenciais, sendo eles: I) o elemento físico: território; II) o elemento subjetivo: a soberania; e III) o elemento humano: o povo. Outro elemento mencionado por alguns autores como item essencial para a existência do Estado é a finalidade[52].

Dessa forma, será estudado o Estado a partir dessas quatro características principais levantadas pelas teorias. Portanto, nesta pesquisa, o Estado é compreendido como uma representação da organização do Poder Público, com matriz político jurídica, sendo a sua concepção moderna, de Estado nacional soberano definido por seu povo, território e poder político.

Seguindo esta linha de raciocínio, de modo sintético, o povo se caracteriza pelo conjunto de indivíduos que vivem sob a tutela do Estado em um certo lugar; o território é a delimitação do Estado no espaço físico; a Soberania é caracterizada pelo núcleo de vontade e controle do Estado que conduz a sociedade para aos fins comuns dentro da ordem; e, a finalidade é referente a

---

[47] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 23.
[48] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 55.
[49] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 33-34.
[50] ROMANO, **Santi. L´Ordinamento Giuridico**. Ed. Sansoni: Florença, 1962.
[51] CAETANO, Marcelo. **Manual de Ciência Política e Direito Constitucional**. Editora Coimbra: Lisboa, 1972. Tomo I, p. 122; DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**.
[52] GROPPALI, Alexandre. Doutrina do Estado. Tradução de Paulo Edmur de Souza Queiroz. São Paulo: Saraiva, 1968;

regulação global da vida social, ou seja, o Estado possui como finalidade o bem comum, favorecendo o desenvolvimento integram do ser humano[53].

No intuito de analisar como se deu a ideia de que o Estado está em crise, é necessário compreender os modelos adotados pelo Estado desde a sua chegada na modernidade. Ao analisar suas características, será verificado como o modelo adotado é apresentado como um fator de causalidade para a crise do Estado.

1.1.1 As configurações do atual estado

O Estado Constitucional Moderno foi conduzido por movimentos econômicos, sociais e políticos, e além disso, por correntes filosóficas do contratualismo, individualismo e do iluminismo, sendo as principais doutrinas a de Locke[54], em sua obra Segundo Tratado sobre o Governo, a de Montesquieu[55] na obra Espírito das Leis, Rousseau[56] sobre Contrato Social e de Kant[57] em Paz Perpétua.

Assim, para compreensão do tema abordado, será perpassado pelo Estado liberal, social e o neoliberal. As mudanças sofridas pelo Estado podem por vezes dar a impressão de que o Estado está em falimento[58], sendo importante analisar as experiências vivenciadas pelo Estado até o momento atual.

O termo liberalismo possui variedades e tendências, mudando seu significado conforme a época e o país. Entretanto, de uma maneira geral, o

---

[53] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 78-112.

[54] LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil: ensaios sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 2. ed. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: vozes, 1999.

[55] MONTESQUIEU, Charles Luis de. **Do Espírito Das Leis.** v. 1. Tradução de Gabriela de Andrade Dias Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

[56] ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

[57] KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Tradução de Bruno Cunha. Petrópolis: Vozes, 2020.

[58] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 35.

liberalismo corresponde à liberdade do indivíduo diante das restrições externas, como a Igreja, Estado, tradições e a sociedade.

A ideia do liberalismo foi iniciada nas instituições políticas, sociais e econômicas do século XVII e se consolidou no século XVIII com as revoluções burguesas[59], caracterizando-se pela defesa das maiores cotas possíveis de liberdade dos indivíduos em relação ao Estado[60]. Este modelo opta pelo mínimo de intervenção do Estado na vida social, fazendo com que diversos países adotassem tal sistema de Estado, trazendo benefícios como acentuado progresso econômico[61].

O liberalismo possui ideia contrária ao mercantilismo, pois é baseado em uma ordem natural dos fenômenos da economia e do comercio. Os defensores desse pensamento são contra o Estado como promotor do desenvolvimento de indústrias locais e como estimulador de exportações e redutor das importações. Isto, pois, é uma visão liberal do livre mercado, defendendo um mercado livre de restrições, sendo movido pela oferta e procura[62].

A maior aplicação do pensamento liberal se deu no campo econômico dos Estados, suprimindo ao máximo a regulação da econômica pelo Estado, compreendendo que por meio de um mercado livre e sem restrições, pode fazer uso do jogo livre das forças de oferta e da procura[63]. Entretanto, também ocorre a neutralidade do Estado em outros âmbitos, como na religião, moral etc., deixando o indivíduo livre e optar pelo que achar melhor. Nesse sentido, a ação do Estado no sistema liberal é na defesa contra o inimigo externo e de assegurar a boa

---

[59] Sendo considerado como revolução burguesas, as inglesas do século XVII, puritana e gloriosa, assim como a revolução francesa do ano de 1789. Sendo os fundamentos principais do Estado Liberal "a história política da Inglaterra e, do ponto de vista teórico, o Iluminismo francês do século XVIII". (BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 68).

[60] CRUZ, Paulo Marcio. **Política, poder, ideologia e Estado contemporâneo**. 3ª ed. (ano 2002), 1ª tir. Curitiba: Juruá, 2003. p. 89.

[61] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 273.

[62] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 38.

[63] SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003. v. I. p. 510-517.

convivência interna da sociedade através da aplicação de leis pela polícia judiciário[64].

O pressuposto fundamental do Estado liberal é uma concepção otimista de que é atingido o maior nível de bem-estar de todos e em todos os campos com a menor presença do Estado. Desta maneira, não rejeita a natureza do ser humano em sua parte egoísta e ambiciosa, ao contrário, aceita que os diversos egoísmos produzirão o bem-estar de todos[65].

A partir da implementação deste Estado, foi despertado maior consciência nos indivíduos por dar a eles uma maior valorização. Ao mesmo tempo, condições foram criadas para superar o pensamento liberal, despertando um lado mais individualista dos indivíduos e impedindo a proteção pelo Estado dos menos favorecidos, aumentando a injustiça social. Consequentemente, levou a uma situação de privilégio aos economicamente fortes, sob o pretexto de valorização do ser humano em sua individualidade e de proteção da sua liberdade[66].

Devido à acentuação do desnivelamento da força sócio-econômica, a classe trabalhadora não atingiu o bem-estar, sendo a liberdade pregada pelo Estado liberal uma mera aparência. E ainda foi necessária a atuação do Estado em outros âmbitos da vida em sociedade para suprir omissões, proibir abusos e colocar objetivos não alcançados pela livre iniciativa[67].

Em função das crises sociais do final do século XIX com bastante desordem e desgraça social, os liberais chegaram à conclusão de que as mudanças na sociedade e na economia era um retrocesso. Assim, o modelo liberal de Estado acabou entrando em declínio[68].

---

[64] BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 69.
[65] BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 68.
[66] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 273.
[67] BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 69.
[68] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 36-40.

Pondera-se que o liberalismo econômico foi responsável pelo desenvolvimento material sem precedentes, e toda a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX foi amparada nestas ideias, correspondendo aos ideais iluministas. Por outro lado, o liberalismo falhou em diversos âmbitos, obrigando a moderar as ideias iniciais. Importante constar que a ideologia do liberalismo é ainda presente, mas como uma nova roupagem de acordo os novos desafios da sociedade, sendo uma das melhores formas no combater escravidão e é como base para proteger as liberdades fundamentais, como de locomoção, associação e de propriedade[69].

Com o declínio do Estado liberal, foi surgindo o modelo de Estado social econômico, ou também chamado de Estado de bem-estar social ou *Welfare State*[70], na finalidade de realizar uma conciliação entre crescimento econômico e o desenvolvimento social[71].

Surgido em meados do século XX, o Estado Social é contraponto com as ideias de Estado liberal[72]. Este modelo de Estado implementa uma política social de proteção aos indivíduos fora do mercado, como forma de lidar com o desemprego em massa gerado pelos ideais liberais. Há quem compreenda o Estado Social como uma busca de uma sociedade em que o trabalho assalariado tivesse papel central e não apenas a proteção dos indivíduos fora do mercado de trabalho[73].

Neste momento, deu-se uma progressiva assunção do Estado Social, com atuação do Estado em atividades no âmbito econômico, social, previdenciário, educacional etc. O Estado na afirmação de que estava ajudando a iniciativa privada, iniciou a intromissão na economia, passando a assumir um papel de regulador dela. E, depois, o Estado passou a ser o principal ator da atividade econômica na sociedade, por meio de criação de empresas com a finalidade econômica ou participando dos capitais de empresas privadas. Aos poucos, o

---

[69] BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 69-70.
[70] TOUCHARD, Jean. **Historia de las ideas políticas**. Trad. J. Pradera. 5. ed., Madrid: Tecnos, 1993.
[71] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 36-40.
[72] NAVARRO, Vicenç. **Neoliberalismo y estado de bienestar**. Barcelona: Ariel, 1998.
[73] GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: UNESP. p. 156.

Estado foi se fazendo mais presente na organização da sociedade moderna, ao ponto de ser difícil a atuação da sociedade sem a atuação do Estado em sua organização[74].

Diante das condições miseráveis de vida em que grande parte das populações foram colocadas com o liberalismo, o Estado se viu obrigado a sanar problemas sociais emergentes, realizando intervenção no âmbito econômico, social e cultural[75].

Dada estas premissas quanto ao Estado Social, este pode ser caracterizado[76] como: a) a intervenção estatal no âmbito econômico no intuito de continuar o pleno emprego, sendo para isto, criado um setor público econômico; b) a prestação de serviços públicos de caráter universal, como: educação, saúde, habitação e previdência, na finalidade de garantir um mínimo de serviços à sociedade. Sendo a manutenção desse mínimo um direito de todos.

O modelo de Estado Social levou ao desaparecimento de muitos dogmas liberais. O Estado que antes era considerado um mal necessário, passou a ser considerado um elemento primordial[77] a todos os setores da sociedade, inclusive aos que eram contra a intervenção estatal em sua alçada[78].

Como visto, o Estado Social é uma organização político-econômica com manutenção de um âmbito privado capitalista e leva o Estado a atuar para oferecer condições sociais mínimas[79]. Este modelo foi adotado por diversos países como um modelo de relação entre o Estado e indivíduo e, Estado e o mercado.

No entanto, acabou surgindo uma crise no Estado Social que afetou as suas estruturas sociais, econômicas, políticas e jurídicas[80]. Alguns fatores foram responsáveis pela crise, entre eles, cita-se: a crise econômica nos anos 70 ao início dos anos 80, ficando difícil aos Estado a implementação das suas políticas

---

[74] BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 70-71

[75] BLAS GUERRERO, Andrés; VERDÚ, Jaime Pastor. **Fundamentos de ciência política**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distância, 1997.

[76] PASTOR VERDÚ, Jaime; DE BLAS GUERRERO, Andrés**. Fundamentos de ciência política**. Madrid: Facultad Nacional de Educación a Distância, 1997. p. 114.

[77] SANCHÉS, Jordi et al. **Manual de ciência política**. Madrid: Alianza, 1996. p. 336

[78] CRUZ, Paulo Marcio. **Política, poder, ideologia e Estado contemporâneo**. 3ª ed. (ano 2002), 1ª tir. Curitiba: Juruá, 2003. p. 167.

[79] SANCHÉS, Jordi et al. **Manual de ciência política**. Madrid: Alianza, 1996. p. 336.

[80] VERDÚ, Pablo Lucas; MURILLO DE LA CUEVA, Pablo Lucas. **Manual de derecho político**. Madrid: Tecnos, 2000. p. 117.

econômicas; o crescimento exagerado dos gastos públicos; e, um esgotamento na capacidade de investir em novas estruturas produtivas pelo Estado. Consequentemente, os governos deveriam optar por continuar com os altos custos do Estado Social, aumentando a carga de tributo ou realizar a redução em investimentos no benefício de milhares de pessoas[81].

Esses fatores geraram um aumento da recessão econômica e da inflação, mostrando que a intervenção estatal na finalidade de regular a economia foi ineficiente na sua função de solução da crise[82]. A partir disso, surgem dinâmicas capitalistas que contribuem para o modelo neoliberal ganhar força nos aspectos sociais, jurídicos e econômicos do Estado[83].

Diante das circunstâncias, abriu espaço para o surgimento do Estado Democrático de Direito, com base nos pensamentos liberais, mas agora com a característica de um Estado neoliberal[84]. Esse modelo é apresentado como uma nova roupagem ao liberalismo clássico, aceitando ação seletiva por parte do Estado, reconhecendo a desigualdade intrínseco da sociedade de mercado, e aceitando a possibilidade de certa desigualdade na livre iniciativa[85].

As principais características do neoliberalismo possui como principais características[86]: a) a economia neoliberal dominada por meio do sistema financeiro, assim como pelo investimento realizado em uma escala global; b) os processos de produção são multilocais e flexíveis; c) há revolução na tecnologia; d) o transporte possui baixo custo; e) ocorre a desregulação na economia nacional dos Estados; f) as agências financeiras multilaterais ocupando lugar de destaque; e
g) emergência do sistema capitalista transnacional americano, japonês e europeu.

---

[81] BLAS GUERRERO, Andrés; VERDÚ, Jaime Pastor. **Fundamentos de ciência política**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distância, 1997. p. 118-119.
[82] CRUZ, Paulo Marcio. **Política, poder, ideologia e Estado contemporâneo**. 3ª ed. (ano 2002), 1ª tir. Curitiba: Juruá, 2003. p. 196.
[83] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 171,
[84] BLAS GUERRERO, Andrés; VERDÚ, Jaime Pastor. **Fundamentos de ciência política**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distância, 1997. p. 117.
[85] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 36-40.
[86] SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Globalização**: fatalidade ou utopia? Lisboa: Afrontamento, 2011. p. 35.

As premissas levantadas do Estado neoliberal é de que os indivíduos tomam decisões motivadas única e exclusivamente em seus interesses; a interação dos indivíduos com base no próprio interesse faz parte do ser humano, logo gera uma harmonia em sociedade; o maior responsável pela interação entre os direitos de cada indivíduo e a manutenção da ordem natural seria o mercado; e a intervenção no mercado acaba por inviabilizar a conservação da ordem social, sendo indesejável a sua ocorrência[87].

Segundo a premissa neoliberal, a função desempenhada pelo mercado é de promotor de uma sociedade livre, garantindo a liberdade econômica e a política[88]. Para realizar este papel, deve haver a mínima interferência possível do Estado, cabendo apenas a proteção das liberdades individuais e preservação da ordem e da lei, e portanto, mostrando-se como uma oposição ao Estado Social intervencionista[89]. Logo, o poder do Estado é totalmente liberado de qualquer intervenção que envolva a economia, desde empreendimento até questões sociais, vindo do entendimento de que o Estado é o maior inimigo do progresso e do desenvolvimento[90].

A crítica ao Estado neoliberal se dá em razão das ideias serem as mesmas defendidas anteriormente, no liberalismo clássico, o qual não conseguiu atingir o bem comum e os anseios da época, como o pretendido. A ideia de não interferência estatal com a redução das ações por parte do Estado no que diz respeito à proteção e a garantia social, acaba resultando no crescimento do desemprego, exclusão social[91] e da pobreza, portanto, uma impressão de que o Estado estaria em colapso[92].

---

87 PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 48.

88 SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003. v. I. p. 523.

89 FERRER. Walkiria Martinez Heinrich; ROSSIGNOLI. Marisa. Constituição Federal e direitos sociais: uma análise econômica e social do atual estado brasileiro. **Revista Argumentum** – RA. Marília, São Paulo. v. 19, n. 1, pp. 27-50, Jan.-Abr. 2018. p. 37.

90 PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 48-49.

91 SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**, Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 36.

92 PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345

1.2 A CRISE DO ESTADO

O termo crise de forma geral é utilizado para transmitir a imagem de um momento de mudança de um contexto anterior para novo, fazendo com que essa transformação possa alcançar um status diferentes, como uma melhoria dentro do cenário de crise. Portanto, quando se emprega o termo, pode ser correlacionando com uma mudança para o renascimento após uma ruptura. Nesse sentido, a crise é um fator que predispõe a modificação, preparando ajustes futuros para novas bases[93].

Recentemente o termo é vinculado com o setor econômico e caracterizado pela aposta da economia na esfera internacional e as decisões tomadas para enfrentar os efeitos dessa combinação. Neste contexto, sugere-se que a crise é uma condição complexa que impacta o cidadão de diversas formas, colaborando e interagindo com um mal-estar da sociedade. Assim, surge uma crise econômica com consequências no mercado financeiro global, afetando diversos Estados[94].

Quanto à crise do Estado, pode ser compreendido como crise do Estado democrático, por motivo de não conseguir lidar com as questões advindas da sociedade e por ele mesmo provadas; ou ainda, como crise do Estado capitalista, pelo fato não conseguir mais dominar o poder de grupos de grande porte com interesses em concorrência entre si. Portanto, esta crise, na visão de Bobbio, é de um determinado tipo de Estado, mas não o fim do Estado[95].

De acordo com Bauman e Bordoni, uma das facetas mais importantes que levou a crise do Estado está ligada à separação entre poder e política. Esse processo possui duas vias, sendo elas: a primeira relacionada ao neoliberalismo que deslocou o poder de ação do Estado a partir da privatização, terceirização e

---

f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 52.

[93] BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 11.

[94] BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 12.

[95] BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurelio Nogueira. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 126.

desregulamentação; e segundo, pelo fenômeno da globalização que ajudou a propagar o poder do Estado-nação. Nos dois casos houve contribuição para desfazer as fronteiras territoriais dos Estados e, consequentemente, levou à evasão do poder para além dos limites estatais, ao passo que a política continuou fixa dentro dos limites do Estado[96].Essa fragmentação é mostrada como principal fator para a falta da capacidade do Estado em obter soluções aos problemas advindos da crise. A incapacidade pode ser traduzida na crise geral do próprio Estado moderno que desloca para as forças supraestatais o seu poder de ação. Portanto, apesar das novas situações globais, os Estados agem somente de forma local, não conseguindo propor soluções tangíveis à soberania territorial, ampliando assim, a crise de Estado para crise de soberania territorial[97].

De acordo com Cruz, pode ser especulado que o Estado Constitucional Moderno, advindo das revoluções burguesas, é uma construção político-jurídica insuficiente na finalidade de lidar com as questões tão complexas da atual sociedade globalizada. Isto acaba colaborando para a mudança na Soberania dos Estados nacionais como um paradigma teórico fundamental sobre o qual se tem sustentado a legitimidade e o poder do Estado Constitucional Moderno concebido até o momento[98].

No mesmo sentido, Beck[99] fundamenta a crise do Estado sob a perspectiva da ruptura dos limites dos territórios dos Estados nacionais, assim como de fatos ligados a interesses econômicos, fazendo com que o projeto de modernidade fosse levado ao fracasso e que as ideias neoliberais levaram a uma modernização com o resultado de crise.

Em síntese, a figura do Estado passa por diversas mudanças que o envolve e interfere diretamente nele, corroborando para não conseguir manter-se sadio. Os processos de integração continental e a Globalização no ocidente

---

[96] BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 35.
[97] BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 23-36.
[98] CRUZ, Paulo Márcio**. Da Soberania à Transnacionalidade**: democracia, direito e Estado no século XXI. Itajaí: Univali, 2011. p. 98.
[99] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 25-26.

criaram complexas relações transnacionais, no entanto, o Estado não consegue deliberar e responder as atuais demandas coletivas[100].

Porém, tais circunstância, por si só, não fazem com que a figura do Estado esteja fadada à morte, ao desaparecimento ou mesmo à criação de um molde de Estado para substituir o existente. Entretanto, é certo de que os Estados nacionais estão enfraquecidos, não conseguindo lidar com as complexas demandas atuais do mundo globalizado[101].

1.2.1. As transformações na Soberania clássica

Dentre as características essenciais ao Estado, a Soberania é de maior importância para a presente pesquisa, pois conforme se dão as transformações na sociedade, e consequentemente no Estado, ocorre a flexibilização da Soberania para uma nova realidade mundial, a transnacionalidade.

De uma forma sintética, conforme as mais diversas teorias a respeito da Soberania, a sua noção pode ser ligada a uma concepção de poder, e a diferenciação entre as concepções é em relação ao sentido político ou jurídico[102].

Inicialmente, deu-se de forma puramente política, expressando a plena eficácia do poder, não se preocupando em ser um poder legitimo ou jurídico, apenas que fosse absoluto e com meios para impor suas determinações. Neste sentido, com base na supremacia do poder, a Soberania estimulou um egoísmo entre os Estados, tendo em vista que todos se afirmavam como Soberanos[103].

Já a concepção puramente jurídica de Soberania é relacionada ao poder de decidir em última instância sobre a eficácia do direito. Nesta concepção, não há forças entre os Estados[104], pois apesar de continuar sendo uma expressão de poder, agora é um poder jurídico usado para fins jurídicos.

---

[100] MIRANDA, Jorge**, Teoria do Estado e da Constituição**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Forene, 2011. p. 42

[101] CRUZ, Paulo Márcio. Da soberania à transnacionalidade: democracia, direito e estado no século XXI. Itajaí: UNIVALI, 2011. p.55.

[102] HELLER, Hermann. **Teoria do Estado**. p. 292.

[103] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 86.

[104] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011. p.

Entretanto, a concepção da Soberania não é formulada sob o aspecto exclusivo da política, assim como também não é apenas ligada a uma condição de fenômeno totalmente submetido ao direito. Deve ser levado em conta que “os fenômenos do Estado são, indissoluvelmente, sociais, jurídicos e políticos”[105].

De acordo com Luigi Ferrajoli, Soberania é ao mesmo tempo um conceito jurídico e político[106]. No seu sentido amplo, é ligado ao poder político, uma vez que significa o poder da última instância do Estado de uma sociedade política. Em sentido estrito, é uma conceituação advinda do final do século XVI juntamente com o Estado Absoluto, significando o poder do rei, ou seja, de um único sujeito exclusivo da política[107].

Neste momento, em que o regime de governo era a monarquia absoluta, foi concebido o conceito de Soberania, sendo uma das bases da ideia de Estado Moderno[108]. Foi concebido por Jean Bodin em “Os seis livros da República”, a primeira obra teórica sobre o conceito de Soberania, e a sua concepção sobre esta é de que é “el poder absoluto y perpetuo de una República”[109], e ao falar de República é o equivalente ao moderno significado de Estado.

Na ideia de Bodin[110], a Soberania é fundamental para a existência da República, regime de governo de várias famílias e do que lhes é comum, com um poder soberano, ou seja, é um produto de submissão dos súditos à vontade do Rei, sendo o detentor legitimo da Soberania o poder soberano. A ideia de Bodin é fortificar o poder do Estado, na pessoa do rei, o responsável pela organização política da República, assim, seria possível impedir uma desordem, que por sua vez, possibilita guerras e conflitos.

Sendo a Soberania um poder absoluto e perpétuo, a primeira característica é de que o poder do monarca se impõe a qualquer outro poder, não havendo poder que o limite, cabendo ao monarca soberano, a criação e extinção

---

86

[105] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. p. 87.

[106] FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías**: la ley del más débil. Traducción de Perfecto Andrés Ibáñez y Andrea Greppi. Editora Trotta: Madri, Espanha, 1999. p. 125.

[107] CRUZ, Paulo Marcio. Soberanía y transnacionalidad**:** antagonismos y consecuencias**. Revista de Derecho VLex**, Espanha: Barcelona, v. 63, p. 1, 2008.

[108] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. p. 81.

[109] BODIN, Jean. **Los seis libros de la República**. Traducción y de Pedro Bravo Gala. Editora Tecnos: Madri, 1985. p. 47.

[110] BODIN, Jean. **Los seis libros de la República**. p. 58.

de leis, sendo poder absoluto do rei. Já a segunda característica, quer dizer que o poder do monarca soberano é vitalício, passando aos sucessores com o seu falecimento, não podendo este poder ser exercido com tempo certo de duração, pois ele é perpétuo[111].

Portanto, interpretando essa visão, a Soberania é um poder superior, independente, incondicional e ilimitado. Bodin[112] descreve que a Soberania faz com que aquele que a detenha esteja acima do direito interno e ao mesmo tempo é livre decidir quanto ao direito internacional. E este poder só se extingue junto com a extinção do Estado.

Bodin foi o precursor do conceito clássico de Soberania, e a partir dele, outros autores também abordaram o tema, mas cada um com sua particularidade em relação ao tema. Thomas Hobbes foi além do pensamento de Bodin, compreendendo que a existência de dois contratos sociais[113]: (I) pacto de constituição, em que os homens se constituíam em sociedade em seu estado natural; e (II) pacto de submissão, em que a sociedade transfere seus poderes ao poder soberano.

E a união destes pactos dá o poder supremo ao soberano e, para Hobbes[114], o poder soberano não poderia ser dividido ou transferido, caso contrário, ocorreria a destruição do Estado. Portanto, dentro desta visão de Soberania, assim como Bodin, retrata o contexto do absolutismo valorizando o poder supremo do monarca.

Os diversos conflitos de cunho político e religioso do século XVII se prolongaram até a Revolução Gloriosa, fazendo com que absolutismo perdesse a força e se consolidasse o liberalismo. E, diferentemente de Bodin e Hobbes, o autor John Locke[115] é influenciado por este contexto liberal, portanto, em suas

---

111 BODIN, Jean. **Los seis libros de la República**. p. 58.
112 BODIN, Jean. **Los seis libros de la República**. p. 58.
113 HOBBES, Thomas. **Leviatã:** ou a matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**.** Traduzido por João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Martins Fontes: São Paulo, 2003. p. 146-147.
114 HOBBES, Thomas. **Leviatã:** ou a matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**.** p. 159.
115 LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaios sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 2. ed. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 22-23.

obras, opõe-se ao absolutismo e propõe um conceito de Soberania diferente dos autores.

Na visão de Locke[116], a Soberania não advém de uma imposição de poder por parte do monarca, nem é um poder absoluto, em verdade, o autor trata da limitação do poder pela soberania do povo, e ainda, trata sobre a separação dos poderes. Por ser o período do liberalismo, a liberdade caracterizava-se pela proteção contra a tirania[117], sendo a proteção de si a única via de interferência na liberdade de outrem.

É a partir da distinção entre o poder absoluto e o moderado que o conceito de Soberania de Locke encontra limites internos para o seu exercício, diferentemente dos outros autores que não limitavam este poder. Compreendia que os direitos dos indivíduos formam uma limitação natural ao poder do governo, tendo em vista que foi a proteção destes direitos que justificou a criação do Estado.

Além disso, a Soberania para Locke já não tem como referência uma única pessoa, perdendo o caráter absoluto e representando um conjunto de poderes soberanos autorizados pela Constituição[118]. Destaca-se que Locke[119] fez uma divisão de poderes dentro do Estado, sendo eles: o Executivo, Legislativo e o Federal, havendo hierarquia entre eles e prevalecendo o Legislativo como titular da Soberania.

Mais tarde, na metade do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau, outro exponente autor, teorizou a respeito do conceito de Soberania em sua obra “o contrato social”[120]. Rousseau propõe que o contrato se dá pela alienação dos direitos de cada um em favor da sociedade para obter a condição de igualdade para todos. Em outras palavras, é necessário alienar a liberdade natural do homem para surgir a liberdade civil e com a vontade geral terá o contrato social.

---

[116] LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaios sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. p. 29.
[117] MILL, Stuart. **Sobre a liberdade**. Tradução de Alberto da Rocha Barros. Vozes: Petrópolis, 1991. 2ª edição. p. 45 a 53.
[118] TEIXEIRA, Anderson Vichnkeski. Los orígenes filosóficos de la noción de soberanía nacionl en el contractualismo político de Thomas Hobbes, John Locke y Jean-Jacquues Rousseau. **Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso**. Universidade Católica de Valparaíso: Valparaíso/Chile, 2014, n. 43. p. 814
[119] LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaios sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. p. 170 a 180.
[120] ROUSSEAU, Jean-Jacques**. O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

O autor propõe em sua teoria que somente a vontade geral pode dirigir as forças do Estado, o qual possui a finalidade do bem comum[121]. E, diferentemente dos outros autores, para Rousseau o Estado foi criado pela união da vontade dos cidadãos, sendo um produto do poder constitutivo do povo.

Assim, é transferido a titularidade da Soberania do governante para o povo, e o povo, enquanto legislador, é soberano, enquanto destinatário das leis, é súdito. O soberano possui o monopólio da produção das leis no interesse público, bem como o monopólio da sua aplicação.

O autor traz como a inalienável[122] e indivisível[123] como características fundamentais da Soberania. A inalienabilidade é pelo fato de a Soberania ser o exercício da vontade do povo, logo, o soberano é um ser coletivo, não podendo transmitir a sua vontade, portanto, não pode ser alienada. Da mesma forma, por ser uma vontade geral, um ato de Soberania e por fazer lei, não é possível dividi-la.

Rousseau, em sua teoria da ordem social, colocou que a lei é um ato feito por todos e para todos, em que o pacto fundamental é para gerar condições de igualdade através de convenção e de direito. Portanto, "[...] a ordem social é um direito sagrado, que serve de base para todos os demais. Tal direito, entretanto, não advém da natureza; funda-se, pois, em convenções"[124].

O autor deixa claro que o pacto social limita a Soberania no intuito de promover o bem comum e para não haver tratamento diferenciado entre os súditos[125]. Por mais sagrado, absoluto e inviolável que seja o poder soberano, "não ultrapassa nem pode ultrapassar os limites das convenções gerais, e que qualquer homem pode dispor plenamente do que lhe foi deixando, por essas convenções [...]"[126].

---

[121] ROUSSEAU, Jean-Jacques**. O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 33.
[122] ROUSSEAU, Jean-Jacques**. O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 33.
[123] ROUSSEAU, Jean-Jacques**. O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 34.
[124] ROUSSEAU, Jean-Jacques**. O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 30.
[125] ROUSSEAU, Jean-Jacques**. O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 33.
[126] ROUSSEAU, Jean-Jacques**. O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 40.

Nas teorias de Hobbes, Locke e Rousseau é posta a ideia da função do contrato social, que por sua vez, possui profunda conexão com o surgimento da Soberania nacional, desde a sua fundamentação filosófica até os seus limites. O contratualismo político foi responsável pela produção da base filosófica que permitiu o conceito de Soberania estatal perder as origens absolutistas e ganhar enfoque no Estado moderno. E, além disso, a Revolução Francesa foi o evento mais importante para o surgimento da Soberania nacional[127].

Somente com a filosofia política do século XVIII ocorre a consolidação dos Estados nacionais e sua independência plena dos vínculos ideológicos e religiosos, concluindo o processo de secularização[128]. A partir disso, a Soberania fica liberada de qualquer limite[129]. Neste momento, foi concedida a doutrina da Soberania da Nação[130], afirmando a necessidade de respeitar uma Constituição para terminar com diferenças produzidas. Diante dessa ideia, foi necessário recorrer a nação para o desenvolvimento de uma constituição. Surgiu então, "o princípio da Soberania da Nação como um instrumento de legitimação para a instituição do Estado Constitucional Moderno"[131].

Desde o início do Estado Constitucional Moderno tem-se a ideia de Soberania como uma característica essencial ao Estado. Neste momento, a Soberania é dita como independência ante outros poderes externos à nação[132]. Conforme dito por Cruz: "o poder que teria uma comunidade nacional alçada em Estado, de dizer aos demais Estados que seria senhora do seu destino político, não admitindo qualquer interferência exterior nos assuntos de seu exclusivo interesse"[133].

---

[127] TEIXEIRA, Anderson Vichnkeski. Los orígenes filosóficos de la noción de soberanía nacionl en el contractualismo político de Thomas Hobbes, John Locke y Jean-Jacquues Rousseau. **Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso**. Universidade Católica de Valparaíso: Valparaíso/Chile, 2014, n. 43. p. 802.

[128] Processo pelo qual a religião perde sua influência na vida social.

[129] FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías**: la ley del más débil. Traducción de Perfecto Andrés Ibáñez y Andrea Greppi. Editora Trotta: Madri, Espanha, 1999. p. 134.

[130] SIEYÈS, Emmanuel Joseph. (1986). **A constituinte burguesa (Qu´est-ce que le tiers état?).** Rio de Janeiro: Liber Juris. p. 133.

[131] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 19.

[132] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 19

[133] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 23.

De forma sintética, alguns outros autores definem a Soberania de diferentes formas, como: (I) para Kelsen[134] é a expressão da unidade de uma ordem; (II) para Herman Heller[135] e Miguel Reale[136] é uma qualidade essencial do Estado; (III) Para Georg Jellinek[137] é a essência do poder do Estado; e, (IV) Oreste Ranelletti[138] considera como qualidade do Estado, mas que pode o Estado não ter.

O conceito de Soberania foi se transformando ao longo dos anos e se adequando ao contexto de cada época[139]. Ao ser moldando, foi obtendo características de acordo com o contexto social, político e econômico de cada período na história. Em todas as conceituações de Soberania, há presença de uma autoridade suprema, ainda que, de fato ocorra de maneira muito distinta[140].

A Soberania é vinculada historicamente com a racionalização jurídica do poder, ou seja, com a transformação do poder de fato em poder de direito, caracterizando assim um dos pilares teóricos do Estado Constitucional Moderno[141]. Soberania de um Estado significa a sua autoridade para emitir e abolir conjunto de norma, conservar a ordem e gerenciar a justiça. Portanto, o Estado com autoridade máxima em certo território e com poder político internacional é um Estado soberano.

A respeito da Soberania, adota-se a posição de Dallari, portanto, compreende-se como sendo as suas características: una, indivisível, inalienável e imprescritível. Seu caráter uno é devido a não admissão de em um Estado haver mais de uma Soberania; indivisível por impor uma unidade e ser aplicada a uma universalidade de fatos com ocorrência no Estado, não sendo possível existir partes separadas; inalienável, pelo fato de que aquele que detém a Soberania

---

134 KELSEN, Hans. **Teoria General del Estado**. Tradução de Luis Legaz Lacambra. Barcelona: Editorial Labor, 1934.
135 HELLER, Hermann. **La soberania: contribución a la teoria del derecho estatal y del derecho internacional**. Traducción y estudio preliminar del Mario de la Cueva. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1965.
136 REALE, Miguel. **Teoria do Direito e do Estado**. Livraria Martins, 1940.
137 JELLINEK, Georg. Teoria General dei Estado. México: FCE, 2002. Traducción Fernando de los Ríos.
138 RANELLETTI, Oreste. Istituzioni di Diritto Pubblico. Dott. A. Giuffrè-Editore, 1954.
139 HELLER, Hermann. Teoria do Estado. p. 336.
140 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; Pasquino Gianfranco. **Dicionário de política**. Coordenador de tradução João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed, 1998. p. 1179.
141 CRUZ, Paulo Marcio. Soberanía y transnacionalidad**:** antagonismos y consecuencias**. Revista de Derecho VLex**, Espanha: Barcelona, v. 63, p. 1, 2008.

desaparece ao ficar sem ela, seja nação, povo ou Estado; e imprescritível por não ter prazo de duração[142].

Com o surgimento do fenômeno da Globalização ocidental a sociedade passou por mudanças a nível mundial, gerando como consequência o enfraquecimento do Estado Constitucional Moderno. Isso aconteceu, uma vez que a Globalização transformou até o papel do Estado, e, portanto, há uma falta de correspondência do conceito clássico de Soberania com o cenário atual em que o Estado se encontra. O assunto será abordado na sequência da pesquisa.

1.2.2. A Globalização como propulsora da crise do Estado Constitucional moderno e do enfraquecimento do conceito clássico de Soberania

O objetivo de diversos autores ao falar sobre a Globalização no ocidente é expressar um mundo sem fronteiras, possibilitando uma economia global[143] aos mercados saturados, visando a uma aproximação entre os Estados-nação[144]. A partir deste fenômeno, ocorreram diversas mudanças no cenário mundial que afetam consideravelmente a sociedade, a Soberania e, consequentemente, o Estado.

A Globalização ocidental é um fenômeno complexo que possui divergências quanto a sua origem e a seu conceito. A maioria dos autores compreendem o fenômeno como complexo e multidimensional, sendo um processo econômico, político, social e cultural, estabelecido nas últimas décadas do século XX.[145]

---

[142] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 87.

[143] O termo “global”, advindo da Globalização, é referente ao significado de “mundial”, “alcance planetário”. O termo surge da primeira vez em que foi possível visualizar o planeta em 1969, fazendo com que fosse possível um pensar global e além das fronteiras terrestres, rompendo assim como a ideia de distância entre as nações. (STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 19-20).

[144] SOUSA, Andréia Nádia Lima de. **Globalização**: origem e evolução. Caderno de Estudos Ciência e Empresa, Teresina, Ano 8, n.1, jul, 2011. p. 2.

[145] GIDDENS, Anthony. Le conseguenze dela modernità. Fiduca e rischio, sicurezza e pericolo. Bologna: Mulino, 1994. p. 75-80..

Acredita-se não ser apenas um evento histórico, mas um conjunto de transformações em nível mundial em questões sociais, econômicas, políticas e culturais. Entretanto, quando se fala em Globalização, logo se relaciona com as inovações tecnológicas e a velocidade da tecnologia no mundo contemporâneo, mas seria este fenômeno inteiramente novo?[146]

Há quem compreenda que o início do fenômeno se deu na Antiguidade com os navegadores e comerciantes que percorriam pelo oceano em viagens intercontinentais. Para outros, o fenômeno iniciou no século XI, marcado pela expansão marítima ao mundo Ocidente[147].

De acordo com Boaventura de Souza Santos[148], o processo de Globalização, como hoje é conhecido, não é efetivamente novo, existe pelo menos desde os séculos XV e XVI, e está relacionado com as formas de expansão europeia, origem do capitalismo e conforme vai crescendo tal fenômeno, vai se expandindo pelo mundo.

Pode ser compreendida como um produto do desenvolvimento do capitalismo em nível mundial, como continuidade das transformações civilizatórias chamada de modernidade. Portanto, originada no século XVIII com a Revolução Industrial inglesa conjuntamente com as transformações sociopolíticas de 1789, da chamada Revolução Francesa[149].

Giddens[150], sociólogo britânico, argumenta que a Globalização experimentada hoje possui um aspecto novo e é revolucionária, não sendo apenas econômica, mas também política, tecnológica e cultural. Coloca ainda, como

---

146 CAMPO, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. Repositório Universidade de Évora, Editora Instituto Bento de Jesus Caraça, abril, 2007. p. 16. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdução%20à%20Globalização.pdf> Acesso em: 06 de novembro de 2019.

147 CAMPO, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. Repositório Universidade de Évora, Editora Instituto Bento de Jesus Caraça, abril, 2007. p. 16. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdução%20à%20Globalização.pdf> Acesso em: 06 de novembro de 2019.

148 SANTOS, Boaventura de Sousa. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 5-23, 2003. p. 6.

149 CAMPO, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. Repositório Universidade de Évora, Editora Instituto Bento de Jesus Caraça, abril, 2007. p. 17. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdução%20à%20Globalização.pdf> Acesso em: 06 de novembro de 2019.

150 GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 20-21.

recebendo influência principal do desenvolvimento nos sistemas de comunicação, originados no final da década de 1960.

Atribui-se às transformações ocorridas na segunda metade do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o ápice da Globalização no ocidente, a partir de uma reconfiguração da economia mundial. Entretanto, a atribuição do surgimento da Globalização a uma data certa ou a caracterização como sendo um fenômeno antigo ou novo, não resultará em uma mudança da análise da Globalização como hoje se apresenta por sua complexidade e a abrangência. É certo que, o processo de mudanças e novos acontecimentos é parte do processo histórico dos povos a uma superação de fases que levam a períodos novos[151].

No intuito de compreender a Globalização e seus aspectos específicos, Ulrich Beck faz a distinção de termos similares, como o globalismo e a globalidade, que não podem ser confundidos com a globalização. O termo Globalização, na visão de Beck, é a interação criada pelos atores transnacionais, de forma irreversível, impactando a Soberania, identidade e poder dos Estados.

O globalismo é a ideologia de um mercado livre global, ou seja, com facilidade de circulação de produtos, insumos e capitais. O globalismo é a ideologia do neoliberalismo, reduzindo a Globalização ao aspecto meramente econômico[152].

Já o termo globalidade se refere ao mundo de hoje estar em uma realidade mundial com fronteiras fictícias e fazendo com que se choquem a diversas culturas, economias e políticas. A partir da globalidade são criadas relações de poder, há um desmanche na unidade do Estado e da sociedade nacional, gerando novos conflitos e ocorrendo a incompatibilidade, de um lado, entre atores e unidades do Estado nacional, e de outro, de atores, identidades, espaços sociais e processos sociais transnacionais[153]. Portanto, esse termo remete a uma realidade social que não há um centro orientador para as diversas manifestações do local.

---

[151] CRUZ, Paulo Márcio; PIFFER, Carla. Transnacionalidade, migrações transnacionais e os direitos dos trabalhadores migrantes. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, n. 53, p. 51-66, set./dez., 2017, Brasil. p. 52.

[152] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 27-28.

[153] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 49.

Dentre as diversas abordagens quanto ao conceito do fenômeno da Globalização, destaca-se algumas, como a visão dos céticos que argumentam ser uma “mera conversa” a questão da Globalização e da economia global, pois, de acordo com estes pensadores, não tem nada de diferente do que já existiu em períodos anteriores. Enquanto os radicais, sustentam a sua existência e argumentam que suas consequências podem ser sentidas em toda parte do mundo, inclusive alegam que o mercado global está muito mais desenvolvido do que nas décadas dos anos 1960 e 1970[154].

Para Giddens, ambos os grupos parecem não compreender de forma adequada o fenômeno, pois visualizam apenas em termos econômicos. Entretanto, isto é um erro, pois a Globalização deve ser compreendida com foco no seu carácter multidimensional, obtendo várias dimensões, como a política, econômica, cultural e tecnologia. Sendo tal fenômeno influenciado, principalmente, pelo desenvolvimento dos sistemas de comunicação na década de 60[155].

Beck analisa a Globalização como sendo um processo de efeitos colaterais que ocorre em diversas dimensões e, assim como Giddens, acredita não ter apenas a dimensão econômica. Nesta nova realidade, os Estados nacionais já não são os únicos a interagirem e manterem relações diplomáticas, agora há presença de agentes transnacionais[156].

Para Zygmund Bauman, o fenômeno da Globalização, no seu sentido mais profundo, possui “[...] caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo”[157].

Apesar das diversas abordagens quanto a este fenômeno, há alguns aspectos comuns, como: a) é um processo de escala mundial, logo, envolve todos os Estados-Nação; b) possui crescente interligação e interdependência entre os indivíduos, os Estados e organizações, tanto nas relações econômicas, sociais e

---

[154] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 18-19.
[155] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 18-19.
[156] BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo.** Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo, UNESP, 2003, p. 59
[157] BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 67.

políticas; c) é caracterizada pela desterritorialização, ou seja, as relações humanas em suas diversas dimensões se desvinculam da limitação do espaço; d) os desenvolvimentos tecnológicos possuem grande importância no fenômeno devido a facilitação da comunicação entre indivíduos e entre instituições, e da circulação de bens, serviços e pessoas[158].

Logo, não é possível classificar a Globalização como sendo apenas um processo econômico, homogêneo ou totalizante, mas sim um fenômeno multidimensional, completo e plural.

Para fins de delimitação espacial-temporal do surgimento do fenômeno da Globalização, será aplicado ao surgimento concomitante ao capitalismo. E, quanto à delimitação teórica, é com base nos pensamentos de Beck e Giddens. Portanto, em suma, compreende-se a Globalização como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, predominando neste fenômeno a teoria neoliberalista.

Entretanto, esclarece-se que, apesar do referente teórico e espaço-temporal estar ligado diretamente com a dimensão econômica da Globalização, o fenômeno não é puramente ligado à economia, entretanto, todas as dimensões da Globalização são por ela influenciada[159]. E, apesar deste fenômeno ser verificado em diversos setores, nessa pesquisa será dado enfoque à Globalização econômica.

Giddens[160] expõe que, aqueles que entendem à Globalização como um meio de aumentar as desigualdades, estão se referindo apenas à Globalização econômica e juntamente com isto, o livre comércio. Isso pelo fato de que o livre comércio não é em todo benéfico, principalmente no que diz respeito aos países menos desenvolvidos, tendo em vista que a abertura do país ou uma de suas regiões pode destruir a economia local de subsistência. Entretanto, resistir a Globalização econômica pode ser uma tática equivocada, tanto para nações ricas,

---

158 CAMPO, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. Repositório Universidade de Évora. Lisboa, Portugal: Editora Instituto Bento de Jesus Caraça. Abril, 2007. p. 10. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdução%20à%20Globalização.pdf> Acesso em: 06 de novembro de 2019.

159 SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Globalização**: fatalidade ou utopia? Lisboa: Afrontamento, 2011. p.13.

160 GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 26-27.

como pobres, pois pode não favorecer o desenvolvimento de países pobres e colocar os ricos a blocos de comércio conflitantes.

A dimensão econômica possui tanta importância no fenômeno pelo fato de a Globalização ter feito cada vez mais uma interação entre a economia internacional e as economias nacionais, ocasionando crescimento do mercado global. A Globalização na sua dimensão econômica exerce um poder sobre todas as áreas que envolve a sociedade, fazendo a sociedade mundial ser entendida como uma sociedade de mercado mundial.

Muitos pensam a Globalização como a retirada do poder ou da influência das comunidades locais e das nações para transferir a arena global, e de fato a perda de poder econômico das nações é um dos resultados advindos da Globalização, mas ao mesmo tempo ocorre o oposto, pois cria pressões por autonomia local[161].

O Estado-nação se torna pequeno para resolução de grandes problemas, assim como pode ser grande demais para resolver pequenos problemas. Ocorre a criação de zonas econômicas e culturais dentro e através das nações, bem como, são as influências econômicas que estão entre as suas forças propulsoras, especialmente através do sistema financeiro global. As mudanças nas nações foram de forma igualitária moldadas pela tecnologia e pela difusão social[162].

Destaca-se a influência do fenômeno nos aspectos íntimos e pessoais dos indivíduos, como por exemplo, a reivindicação às mulheres por maior igualdade. Conforme salienta Giddens, o sistema de família tradicional começou a mudar após a era globalizada, principalmente pela luta das mulheres por igualdade. Salienta que, há registros históricos de sociedades anteriores em que as mulheres fossem sequer aproximadamente iguais aos homens, sendo esta revolução global da vida cotidiana, e ocorre em volta de todo o mundo[163].

---

[161] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 23.
[162] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 23.
[163] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 22-23.

Importante tal argumento para a presente pesquisa pelo fato de se tratar da temática da desigualdade de gênero, logo, é possível perceber que o fenômeno da Globalização influencia diversos âmbitos da vida humana, como exemplo na parte social, ajudando na luta pela igualdade das mulheres na sociedade. Argumento este que será aprofundado posteriormente, porém conveniente citar brevemente nesta parte inicial da pesquisa sobre a Globalização.

1.2.2.1. Os riscos advindos da Globalização

Outro tema importante é sobre os riscos gerados pela Globalização, assim passa para a explanação do conceito de risco para compreender o seu significado. O conceito de risco não era conhecido pelas culturas tradicionais, pois não havia necessidade de saber o seu significado, tendo em vista a falta de riscos nas sociedades. A palavra “risk” foi introduzida pelas línguas para se referir a navegação em águas não cartografadas, hoje, significa os infortúnios ativamente avaliados em relação a futuras possibilidades[164].

Beck[165] se posiciona sobre o conceito de risco como não sendo uma invenção moderna, tendo em vista, por exemplo, Colombo ao buscar novas terras, assumiu riscos, mas estes eram riscos pessoais, obtendo um significado de aventura e ousadia. Nesta época não havia uma situação de ameaça global, como exemplo o lixo nuclear, logo não tinha o significado de autodestruição da vida na Terra. O enfoque de risco hoje é moderno, devido a uma nova ordem global.

Até o início da presente época, os indivíduos se inquietavam com os riscos advindos da natureza, ou seja, de enchentes, pragas, más colheitas etc. Já mais recente, a inquietação do ser humano é menos com o que a natureza pode fazer com o ser humano e mais com o que o ser humano fez com a natureza[166].

---

[164] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. P. 14-15. P. 31.
[165] BECK, Ulrich**. Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: ed. 34, 2010. p. 25.
[166] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. P. 36-37.

Os perigos criados pelo ser humano são tão ameaçadores quanto aos perigos que vêm de fora, sendo alguns riscos catastróficos, como a proliferação nuclear, risco ecológico global ou a derrocada da economia mundial[167].

Beck, em suas obras[168] sobre a sociedade global de riscos, expande a caracterização de riscos para os que possibilitam a antecipação de catástrofes planetárias, abrangendo os riscos ambientais, econômicos e advindos do terrorismo.

Giddens[169], faz menção a dois tipos de riscos: (I) o externo, advindo da natureza ou das fixidezes da tradição; e (II) o risco fabricado, aquele criado pelo impacto do crescente conhecimento dos indivíduos sobre o mundo. Este último se relaciona não apenas com o que está sendo feito com a natureza pelos seres humanos, como na esfera privada dos indivíduos, como o casamento e família.

Os progressos realizados pela ciência até o século XIX, com fundamento nos conhecimentos dos avanços da tecnologia, faziam com que os seres humanos acreditassem em uma segurança total. Logo, seria possível desaparecer a incerteza e o risco, evitando catástrofes naturais. Entretanto, no século XX com os avanços da tecnologia, os seres humanos acabam sofrendo os efeitos de suas ações, sofrem com o risco fabricado[170], como o aquecimento global, diminuição da camada de ozônio, vazamento nuclear, dentre outros.

Os riscos acabaram se multiplicando de forma rápida com a expansão da industrialização. Após o acidente nuclear de Chernobyl na Ucrânia, Beck[171], no ano de 1986, cunhou a expressão sociedade de risco para descrever os riscos enfrentados pela humanidade nos últimos tempos, sendo resultados da própria ação humana, gerando imprevisibilidade das consequências das medidas tomadas e enfraquecendo a racionalidade com base no conhecimento passado. Assim, o

---

[167] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. P. 44-45.
[168] Obras: World risk society. Cambridge: Polity Press, 1999; Power in the global age: A new global political economy. Cambridge: Polity Press, 2005; World at risk. Cambridge: Polity Press, 2009.
[169] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 37.
[170] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 24
[171] BECK, Ulrich**. Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: ed. 34, 2010.

autor argumenta que na modernidade avançada, a produção social de riqueza segue de forma sistemática a produção social de riscos.

A sociedade de risco significa que o passado acabou perdendo o seu poder de determinação sobre o presente, entrando no lugar do passado, o futuro, logo, é referente a algo que nem existe ainda, algo fictício. Ao falar de risco, está falando sobre algo que pode surgir caso continue agindo de certo modo[172].

Essa sociedade dispõe de novas fontes de conflito e de consenso, devendo superar os riscos, e acaba por desencadear, devido à dinâmica de ameaça apresentada por ela, a refutação de fronteiras nacionais, dos sistemas federais e de blocos econômicos. Desta forma, a sociedade de risco faz com que surjam diversas ameaças e que a organização em Estados nações não conseguem lidar, necessitando da sociedade global para enfrentar tais ameaças[173].

A Globalização opera em uma redefinição de tempo e espaço, tornando os espaços de mais amplo acesso e o tempo de forma mais acelerada, a exemplo disso, tem-se o transporte em massa e a comunicação global que ocorre de forma instantânea. A partir desta nova era global, há um deslocamento da centralidade dos Estados soberanos para novos atores, estes relacionados com organizações internacionais, empresas transnacionais, organizações não governamentais etc., constituídos por canais de comunicação globais e não mais nacionais[174].

O fenômeno realiza uma mudança significativa nas organizações econômicas e sociais, apresentando como um processo multidimensional, gerando assim, padrões de interconexão global e, por meio dessas, alcança várias esferas institucionais da vida social como a política, economia, cultural, ambiente, sociedade e tecnologia. Como as mudanças geradas pela Globalização são em uma escala transnacional e intercontinental, todas as decisões, ações ou omissões

---

[172] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 178.

[173] BECK, Ulrich**. Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: ed. 34, 2010. p. 57.

[174] SANTOS, Rafael Padilha dos. **O princípio da dignidade da pessoa humana como reguladora da economia no espaço transnacional: uma proposta de economia humanista. 568 f**. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

tomadas por atores em um continente podem reverberar fortemente nas nações, comunidades, famílias etc., de outro continente[175].

Viver em uma era global é enfrentar uma diversificação de situações de risco, logo, o risco precisa sempre estar sendo administrado. Devido a uma difusão do risco fabricado, vem ocorrendo um problema de administração destes. Na finalidade de resolver a má administração, os governos não podem deixar de gerir tais riscos, precisando da colaboração entre si, tendo em vista que estes novos riscos têm relação com as fronteiras nacionais[176].

1.2.3. Transformação da Soberania clássica e da crise do Estado Constitucional Moderno

Em meados do século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados passaram a integrar uma sociedade internacional, regida por normas próprias, fato este que passou a ser conciliado com a Soberania nacional dos Estados. Diversas obrigações externas surgiram para o Estado, como resultado de acordos bilaterais entre Estados, convenções multilaterais, ou até de práticas costumeiras na esfera internacional[177].

A partir da inter-relação e interdependência dos Estados e com a consolidação de princípios que norteiam os comportamentos entre estes, gerados pela Globalização, acabou criando uma ordem jurídica internacional. Entretanto, a sua força vinculante depende da aceitação de cada Estado[178]. Sendo este momento o ponto mais alto atingido da Globalização, fazendo com que fosse reconfigurada a economia em todo o mundo e criando um sistema mundial.

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Comunidade Econômica Europeia, os Estados pertencentes a estes, começaram a

---

[175] GÓMES, José Maria. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 58.
[176] GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007. p. 43-45.
[177] CRUZ, Paulo Marcio. **Fundamentos do direito constitucional**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2004. P. 247.
[178] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 20.

possuir igualdade jurídica entre si, tendo em vista que os poderes destas organizações se sobrepõem aos poderes dos Estados nacionais[179].

Com a Carta da ONU e a Declaração Universal de direitos do homem, houve a transformação na dimensão normativa do ordenamento jurídico mundial, tratando desde o estado de natureza ao estado civil. Nesses documentos, a Soberania externa do Estado deve ser, em princípio, uma liberdade absoluta e subordinada de forma jurídica a normas fundamentais da tutela dos direitos humanos e do imperativo da paz[180].

O elemento que caracterizou o Estado moderno desde a sua origem é o reconhecimento e a garantia de diversos de direitos do homem, e é "no que diz respeito aos Direitos Humanos que o Estado Nacional vem mostrando notáveis indícios de exaustão diante da globalização e das normas jurídicas internacionais"[181].

Paulo Cruz[182] identifica duas crises no conceito de Soberania, sendo a primeira relacionada aos direitos humanos e a segunda com a globalização. Com a nova realidade em que o mundo estava inserido após a queda do Muro de Berlim, o capitalismo internacional encarou a Globalização como a única forma a ser implementada. Ou seja, é como se houvesse um consenso mundial de que esse fenômeno trouxesse vantagens para todos os cidadãos do mundo, devendo ser o foco de todos. Porém, a Globalização capitalista atingiu um dos aspectos tradicionais da Soberania do Estado: a proteção e ampliação dos Direitos Humanos.

A partir da globalização econômica de priorização de mercados e eficiência comercial, acabou que assuntos relacionados aos direitos humanos ficassem em segundo plano. Da mesma forma, surgiu a dificuldade para um direito de ação frente aos organismos internacionais no caso de não haver cumprimento de direitos humanos por parte do Estado. Em que pese tenham sido adotadas as

---

[179] NOGUEIRA, Rândala. Soberania e Supranacionalidade. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 7, n 76, p. 42-46, dez/2005 a jan/2006. P. 42.
[180] FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías**: la ley del más débil. Traducción de Perfecto Andrés Ibáñez y Andrea Greppi. Editora Trotta: Madri, Espanha, 1999. p. 144-145.
[181] CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos**, ano VII, N. 15, p. 07-24, 2002. p. 13.
[182] CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos**, ano VII, n. 15, dezembro, 2002. Disponível em: < https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/323/267> acesso em:

declarações destes direitos pelas Nações Unidas, não houve a transmissão para os ordenamentos jurídicos internos, logo, não houve a obrigação quanto a tais direitos para os poderes públicos do Estado[183].

A Globalização modificou a Soberania dos Estados, pois apesar do território de cada Estado continuar sendo regido por suas normas públicas, as forças mais ativas que o movem vêm de origem externa. Entretanto, a flexibilização da Soberania fica a depender do Estado. Logo, o governo de cada um decidirá se irá se adequar as normas jurídicas de seu Estado ao mundo globalizado[184].

A limitação da Soberania dos Estados não pode ser exercida por outros Estados, pois nenhum está autorizado a condicionar a sua Soberania a outro Estado. E a imposição de uma decisão do coletivo no âmbito internacional a um Estado que não segue tal coletivo acaba gerando uma ingerência indevida no poder interno deste Estado, pelo fato de ter um carácter impositivo/coercitivo[185].

No intuito de dar mais efetividade a preceitos fundamentais, preferiu-se a elaboração de acordos mais limitados geograficamente, de acordo com países similares, devido à facilidade de adotar legislações comuns e, portanto, um controle supranacional efetivo. Como exemplo, Convenção Europeia para a Salvaguarda dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais de 1950 e o Tratado de São José da Costa Rica de 1969. A Convenção Europeia foi revolucionária na ordem jurídica internacional por obrigar os países-membros a ratificaram e a respeitarem as diversas obrigações nela reconhecida, como os Direitos Humanos.

A sujeição dos Estados-membros é uma limitação à Soberania, baseada na voluntariedade de cada Estado aceitar fazer parte da União Europeia, e com a necessidade de cada país-membro ratificar a Convenção, vincula o Estado à doutrina do Tribunal Europeu quando da interpretação do alcance de direitos conhecidos constitucionalmente[186].

---

[183] CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos**, ano VII, N. 15, p. 07-24. 2002. p. 13.
[184] WLOCH, Fabrício; VIZZOTTO, Juliana Nunes**.** Globalização e superação da soberania moderna. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 34, p. 82-98, ago. 2016. P. 89-90.
[185] WLOCH, Fabrício; VIZZOTTO, Juliana Nunes**.** Globalização e superação da soberania moderna. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 34, p. 82-98, ago. 2016. P. 92.
[186] CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos**, ano VII, N. 15, 2002. p. 14-15.

Dessa forma, ocorre a integração em uma comunidade supranacional, ou seja, a integração de Estados, relativizando a sua Soberania e excluindo a sua capacidade decisória da organização estatal, passando a ser regido por meio de acordos internacionais. A interdependência entre os Estados faz com que na adoção de uma decisão seja sempre levado em conta a comunidade transnacional, ou seja, que transcende os países[187].

Bobbio argumenta que o movimento cada vez mais estreito de uma colaboração internacional dá início ao desgaste dos poderes tradicionais dos Estados, sendo as comunidades supranacionais o grande golpe na Soberania, pois tem por objetivo a forte limitação da Soberania, tanto externamente como internamente[188].

Diante deste contexto do surgimento e implementação dos Direitos Humanos, o próprio Estado Democrático de Direito começa a se submeter a uma nova ordem internacional[189]. A partir disso, é instalada a primeira crise da Soberania, e consequentemente levando a sua flexibilização e ao enfraquecimento do Estado que tem com base o conceito de Soberania clássica.

Conforme mencionado, a segunda crise da Soberania do Estado Democrático de Direito é com relação à Globalização. Com a intensificação da relação internacional entre os Estados com os tratados, foi sendo evidenciada a relativização do conceito clássico de Soberania e do poder supremo do Estado. Isso ocorre, principalmente, pela chamada integração em comunidades supranacionais[190], envolvendo diversos países.

A criação do ordenamento internacional gerou obrigações e possíveis sanções, tentando cada vez mais dispor de armas jurídicas e econômicas para garantir o cumprimento destas sanções. Entretanto, os avanços ocorridos na

---

187 CRUZ, Paulo Márcio. Soberania e Superação do Estado Constitucional Moderno**. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**. Vitória: FDV. n. 2, 2007. p. 78.

188 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; Pasquino Gianfranco. **Dicionário de política**. Coordenador de tradução João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed, 1998. p. 1187

189 CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos**, ano VII, N. 15, 2002. p. 16.

190 Ou também chamado de supraestatais.

sociedade internacional acabam não tendo compatibilidade com a Soberania dos Estados nacionais[191].

A política nacional perde seu poder de Soberania através de acordos internacionais, do aumento de relações de dependência das políticas de segurança, da internacionalização dos processos de decisão política, assim como por meio do tráfico de mercadorias e divisão do trabalho[192], ou seja, consequência da Globalização na Soberania estatal.

O Estado acabou perdendo competência em determinadas questões, como o comércio internacional, e acaba transferindo a competência para deliberar a respeito com outros países. Sendo assim, o Estado é um instrumento nas integrações regionais e não um concessor do Direito[193].

A incompatibilidade da Soberania clássica com a supremacia do direito internacional e a instalação de um ordenamento jurídico internacional fez com que a Soberania fosse flexibilizada. Desta forma, tornou-se possível a existência de novas formas de se relacionar internacionalmente[194].

A integração da comunidade em nível externo leva à exclusão da capacidade decisória da organização do Estado em vários assuntos, deixando de ser do Estado e passando a ser da comunidade, como é o caso de reger assuntos por meio de acordos internacionais. Os poderes atribuídos antes somente ao Rei, Nação, Povo ou Estado, agora, são transferidos a outras esferas[195].

A integração dos Estados vai além da cooperação entre si. Neste quadro, o Estado possui obrigações vinculantes através dos tratados internacionais, e, ainda, é submetido ao controle de organismos internacionais em relação a seu cumprimento, transferindo poderes aos organismos, os quais são os novos titulares das competências[196].

---

[191] CRUZ, Paulo Marcio. Soberanía y transnacionalidad**:** antagonismos y consecuencias**. Revista de Derecho VLex**, Espanha: Barcelona, v. 63, p. 1, 2008.

[192] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

[193] STELZER, Joana. De soberano a membro: o papel do Estado inserido na dinâmica comunitária européia. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 6, n. 11, p. 193-208, 2009. p. 203.

[194] NOGUEIRA, Rândala. Soberania e Supranacionalidade. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 7, n 76, p. 42-46, dez/2005 a jan/2006. P. 43.

[195] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 25-26

[196] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica**

A integração gera maior interdependência entre os Estados, e um dever de levar em conta em suas decisões a comunidade transnacional, e consequentemente, há o desenvolvimento de novas fontes de produção jurídica[197].

Exemplo disso foi a transformação da Comunidade Econômica Europeia e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em União Europeia, havendo cessão de Soberania dos Estados-membros para a União Europeia. Surge então o direito comunitário[198], em que as instituições criadoras e implementadoras deste direito aplicam a partir de uma estrutura coordenada e com ordenamento jurídico próprio para certos fins[199]. No modelo da União Europeia, a Soberania, mesmo que apenas formal, é mantida pelos Estados-membros. Ocorre que, os poderes cedidos à União Europeia possuem pouca probabilidade de voltar aos Estados de origem deste poder, e há o aumento desta subtração de poderes de forma contínua, modificando diretamente a Soberania[200].

De acordo com Canotilho[201], o direito comunitário é a divisão de atribuições entre os Estados-Membros e os órgãos comunitários, ocorrendo a abdicação das funções por parte dos Estados para serem exercidas pelos órgãos comunitários.

As reformas constitucionais dentro deste direito comunitário[202] é o que mais representa a força integradora que obriga os Estados-membros a realizarem mudanças em suas constituições e a fazerem as adaptações relacionadas a processos de integração. Dessa forma, ocorre a relativização da Soberania e da Constituição, mas ao mesmo tempo que a autonomia do poder constituinte dos Estados continua, as instituições supranacionais, como a União Europeia, alteram

---

Manizales, Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 26

197 CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 25.

198 STELZER, Joana. **União europeia e supranacionalidade: desafio ou realidade?** Curitiba: Juruá, 2000. p. 90.

199 CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 27.

200 CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 27-28.

201 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Editora Almedina, 1998. p. 724.

202 SILVA, Luiz Roberto. **Direito econômico internacional e direito comunitário**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

os mandamentos constitucionais dos Estados[203]. Podendo assim, ser produzido pelo fato de que a Constituição passa a ser lida à luz do Direito Comunitário[204]

Esses processos começam a apresentar difíceis obstáculos, significando alterações nos rumos da integração entre os Estados, e assim, deverão sofrer revisões de questões como o processo de transferência da Soberania dos Estados, desaparecimento da supremacia da Constituição e do Estado como ordenamento jurídico completo.

O processo começa a produzir grande impacto em comunidades como o Mercosul, comunidades de Estados menos consistentes, pois com o processo de mundialização do capitalismo instalou uma crise estrutural e conjuntural, havendo indícios de crise de crescimento, energia, degradação ambiental e econômica[205].

As maiores consequências acabam sendo manifestadas em países em desenvolvimento ou pobres, como no Brasil e em toda América Latina que desde sua independência, vão em busca de um modelo de desenvolvimento completo, juntamente com a economia globalizada, e acabam encontrando dificuldades para propor alternativas, pelo menos em um tempo curto e médio[206].

A Globalização instalou a crise nos Estados com a promoção do enfraquecimento dele, o falecimento, em teoria, das fronteiras, e com o fortalecendo das organizações internacionais de cooperação e integração regional, bem como, com a superação da Soberania[207].

Ocorre que, “as forças sociais, econômicas, políticas, culturais, geopolíticas, religiosas e outras, que operam em escala mundial, desafiam o estado-nação, com a sua soberania, como o lugar da hegemonia”[208].

É importante deixar claro que, o Estado não desaparece, não é abolido e nem é criado um modelo para substituí-lo como conhecemos, no intuito de resolver

---

[203] CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos**, ano VII, N. 15, 2002. p. 19.
[204]DOBROWOLSKI, Sílvio. **A constituição do mundo globalizado**. Florianópolis: Diploma legal, 2000.
[205] CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos**, ano VII, N. 15, 2002 p. 20.
[206] CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos**, ano VII, N. 15, 2002. p. 21.
[207] WLOCH, Fabrício; VIZZOTTO, Juliana Nunes**.** Globalização e superação da soberania moderna. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 34, p. 82-98, ago. 2016. P. 90.
[208] IANNI, Octavio. **Globalização**: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos avançados**, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994. p.152.

as questões inerentes aos Estados nacionais. Entretanto, a partir da complexidade da sociedade Globalizada e das relações transnacionais, é certo que o Estado se encontra enfraquecido, pelo fato de não demonstrar capacidade de resolução das atuais demandas[209].

O fenômeno da Globalização interferiu e comprometeu a manutenção das funções políticas e jurídicas dos Estados, e na tentativa do Estado em se adequar às novas relações, afetou as características clássicas de Estado: povo, território e Soberania[210]. Portanto, não é possível compreender estes conceitos sob a visão clássica em que foram elaborados.

Esse fenômeno influenciou a modificação do conceito de Soberania clássico e facilitou a comunicação/transporte de indivíduos, proporcionando uma interação cultural[211]. A Soberania não é mais compreendida como um conjunto de poderes exercidos de forma única e exclusiva pelo Estado, fazendo surgir um direito transnacional, o qual tutela bens jurídicos para além das fronteiras do Estado e desvinculada da delimitação territorial[212], ponto este que será trabalhado no próximo capítulo com mais profundidade.

Tendo em vista que a Globalização exige que todos os atores e organizações envolvidas lidem com os seus paradoxos e suas exigências, assim como com a sua dinâmica que acaba por alterar todos os fundamentos antigos, o

---

[209] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 54.

[210] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 61.

[211] CRUZ, Paulo Marcio. Soberania e superação do Estado constitucional moderno. **Revista Jurídica Manizales,** Colombia: Caldas, 4(1): 17 - 40, Enero-junio 2007. p. 20.

[212] WLOCH, Fabrício; VIZZOTTO, Juliana Nunes**.** Globalização e superação da soberania moderna. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 34, p. 82-98, ago. 2016. P. 94

sociólogo Beck traçou algumas respostas[213] à Globalização no intuito de lidar com os problemas gerados por esse fenômeno.

A primeira resposta é a cooperação internacional[214], ou seja, devem ser instituídas regulamentações, convenções e instituições internacionais para que sejam reguladas as transações entre os Estados. Isto é, uma coordenação política entre os Estados nacionais, devendo associar e comprometer para impor restrições às empresas transnacionais e renovar o poder político estatal dos Estados e seu poder de conformação.

Outra solução é o Estado Transnacional[215], ou chamado de "Soberania inclusiva". A construção deste Estado é feita por princípios do pacifismo jurídico, o qual defende o argumento de novas normas e instâncias internacionais para resolver conflitos transnacionais, e o princípio do federalista do controle interestatal, o qual defende o exercício do poder de forma horizontal. Esta solução exige que a Globalização seja vista sob enfoque político e fundamentada na cooperação internacional.

Uma política de participação no capital como uma benéfica medida é um outro ponto trazido por Beck[216], entretanto, somente aos integrados no processo de produção, não fazendo parte desta política os desempregados.

Uma reorganização na política educacional[217] é colocada como resposta à Globalização, devendo haver a valorização do trabalho pelo conhecimento ou a sua renovação. Nesta reorganização é trazido o investimento em formação e conhecimento, para que os indivíduos de certo local possam ser melhor orientados quanto às contradições da sociedade mundial.

Além disso, propõe a responsabilização perante o mercado mundial das empresas transnacionais[218]. Ou seja, a politização do consumo, como exemplo a

---

[213] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas ã globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Capitulo IV.
[214] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas ã globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Capitulo IV.
[215] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas ã globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Capitulo IV.
[216] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas ã globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Capitulo IV.
[217] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas ã globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Capitulo IV.
[218] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas ã globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Capitulo IV.

adoção pelas empresas transnacionais por símbolos obrigatórios de identificação para que seja de fácil identificação as condições de fabricação do produto e do engajamento democrático das empresas; a responsabilização pelos produtos, sendo tarifados no caso de não seguir as normas.

Sugere a remuneração do trabalho comunitário para que seja construída uma aliança em favor da atividade comunitária sob uma perspectiva transnacional e descentralizada[219]. O financiamento desta atividade seria mediante à assistência social e seguro-desemprego. Assim como, realizar uma redução de impostos para atividade comunitária, também mediante associações para o bem-estar, vindo de fonte não material como as redes de intercâmbio e do mecenato social.

O outro ponto elencado por Beck é quanto à determinação de novos objetivos culturais, políticos e econômicos. Assim é importante considerar alguns aspectos que anteriormente foram desacreditados, como a produção de produtos ecológicos, mercado de risco, individualização, regionalização dos mercados, a supressão da barreira da homogeneidade cultural[220].

As culturas experimentais, mercados-nicho e a autorrenovação social são apontadas como outra solução à Globalização, assim como os empresários públicos e os trabalhadores autônomos também são. E, por fim, seria um pacto social contra a exclusão[221].

A partir de um mundo globalizado, a sociedade vem se tornando mais complexa e interdependente, modificando o Estado e fazendo com que novas necessidades surjam, devendo haver novos direitos para proteger tais necessidades.

O que pode ser concluído é que a Globalização deu origem a diversos fenômenos que ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais e tem que lidar com problemas advindos desta nova ordem mundial. Entretanto, o Estado não consegue dar respostas minimamente consistentes a sociedades atuais.

---

[219] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas ã globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Capitulo IV.
[220] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas ã globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Capitulo IV.
[221] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas ã globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Capitulo IV.

Verificando assim, a incongruência da definição de Estado e suas características para lidar com os acontecimentos atuais.

Todos esses elementos elencados por Beck são importantes para lidar com o fenômeno da Globalização. Nesta pesquisa será utilizado o direito transnacional para lidar com os problemas advindos da Globalização, portanto, faz- se necessário compreender melhor o fenômeno da Transnacionalidade.

1.3. A TRANSNACIONALIDADE: UMA NOVA REALIDADE MUNDIAL

É indiscutível que o fenômeno da Globalização fomentou o aumento da interconexão entre pessoas e eventos de longa distância por meio da abertura dos elos de espaço e tempo. Consequentemente, o fenômeno é relacionado diretamente com questões internacionais ou de internacionalização.

A partir dessa afirmação, faz-se importante para compreender melhor a transnacionalidade, tecer breves considerações sobre outros fenômenos, para que não sejam confundidos uns com os outros, como é o caso da internacionalização, multinacionalização e globalização.

A internacionalização é moldada na ideia de relações entre soberanias, trazendo em si o relacionamento predominante entre países, e não há uma percepção de um alcance global. Dessa forma, as relações político-jurídicas são desenvolvidas bilateralmente ou multilateralmente. Sendo assim, a cooperação entre Estados é a sua principal característica, vigorando o respeito mútuo e a ideia de soberanias em pé de igualdade[222].

Entretanto, a internacionalização já não serve mais para lidar com questões advindas da Globalização, pois as intensificações das relações atingiram uma escala global, com relações além das fronteiras, tanto em relação aos Estados soberanos, como de indivíduos, coisas e valores[223]. Salienta-se, que a

---

[222] STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. P. 17

[223] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015. p. 120.

Globalização é mais intensa que o fenômeno da internacionalização, pois aquela não se restringe à concepção de expansionismo do Estado e tampouco se identifica com a multinacionalização por não ser limitada às relações empresariais em mais de um Estado.

A multinacionalização[224] está relacionada com a expansão para outros países, entretanto, ausente a ideia de escala global. Tal fenômeno faz parte do período pós-guerra, quando houve o surgimento de organizações governamentais de influência global e de empresas privadas, instalando o fracionamento das unidades de produção.

É uma concepção pouco utilizada na ciência política e jurídica, mais usada na concepção organizacional de empresas, pois tem relação com as empresas multinacionais, ou seja, empresas localizadas em diversos países. Hoje, o fenômeno da multinacionalização já não funciona com as empresas multinacionais, pois com a Globalização, houve diversos processos de transformação, como a mundialização de estilos, usos e costumes, assim como recebeu influência da Globalização tecnológica, produtiva e comercial[225].

A Transnacionalidade, por sua vez, não pode ser confundida com a Globalização, mas ao mesmo tempo não podem ser dissociadas, pois são fenômenos interligados, tendo em vista que a primeira surge em decorrência da segunda. De acordo com Baumann Gerd[226], a globalização pode ser compreendida como o mundo que se modificou em uma aldeia global, enquanto a transnacionalidade são todos os vínculos que atravessam os limites do Estado.

No entendimento de Beck[227], a Globalização são processos em que os Estados-nações sofrem com a interferência de atores transnacionais em sua soberania, chance de poder, identidade, redes de comunicação e orientações.

De acordo com Stelzer[228] a Globalização é caracterizada pelo enfraquecimento soberano dos Estados-nações e pela emergência de poder

---

[224] STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. P. 18.

[225] STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. P. 18

[226] BAUMANN, Gerd. **L'enigma multiculturale**. Bologna: Mulino, 2003. p. 160.

[227] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 30.

transnacional à luz de uma maior intensificação dos movimentos de comércio e de economia, apoiados no desenvolvimento tecnológico e no custo barato das comunicações e meios de transportes. A partir da implementação desses eventos advindos da Globalização, tornou-se possível as pessoas terem vivência além das fronteiras estatais, desconhecendo nacionalidades e normas pré-definidas, lutando por um reconhecimento até então não pensado[229].

Dessa forma, fica clara a interligação entre os fenômenos da Globalização e da Transnacionalidade. A abordagem do fenômeno da Transnacionalidade implica, primeiramente, compreender o significado do temo, sendo, portanto, a expressão "trans", de origem latina, é definida como algo que vai "além de" ou "para além de". A Transnacionalidade surge na emergência de obter uma nova categoria para as transformações dos espaços nacionais[230].

Um dos primeiros pesquisadores da modernidade a utilizar o termo Transnacional foi Philip Jessup[231], em sua obra sobre o Direito Transnacional, que será abordada mais adiante. Entretanto, é importante deixar claro que, Jessup tenta tratar de problemas relacionados à comunidade interligada mundialmente no ano de 1956, tendo em vista que a comunidade mundial estava criando cada vez mais laços complexos para o direito internacional lidar.

Dessa forma, a compreensão desse direito perpassa primeiro pela compreensão da Transnacionalidade, um fenomeno relacionado com situações que vão além das fronteiras territoriais dos Estados nacionais, atravessa o nacional, que perpassa o Estado e está além da concepção soberana de Estado, e consequentemente, há ausência da dicotomia público e privado[232].

Segundo a professora espanhola Esther Barbé, o fenômeno da transnacionalidade aparece com "la premissa de que los estados son actores del

---

228 STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 19

229 AMBROSINI, MAURIZIO. **Un'altra globalizzazione**: la sfida dele migrazioni transnazionali. Bologna: Il Mulino, 2009. p. 11-38.

230 CRUZ, Paulo Márcio. BODNAR, Zenildo. **A transnacionalidade e a emergência do Estado e do direito transnacionais**. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.). Direito e Transnacionalidade. Curitiba: Juruá, 2009, p. 58.

231 JESSUP, Philip C. ***Transnational Law***. New Haven, Yale University Press, 1956.

232 STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 25.

sistema y centramos nuestra atención en los canales múltiples que conectan las sociedades a través o por encima de la fronteras estales"[233].

O fenômeno da Transnacionalidade tem várias facetas, é complexo, polêmico e há resistência em ser aceito como realidade do dia a dia. Algumas de suas características podem ser deixadas em evidência para compreender melhor, como por exemplo, "a desterritorialização das relações humanas e de produção, do fato da economia transnacionalizada ser capitalista ao extremo e do abalo na soberania dos Estados, motivando a emergência de novos sujeitos no palco mundial"[234].

Uma das principais características da transnacionalidade é a desterritorialização, pois acaba moldando este novo cenário, principalmente no que diz respeito ao tópico além da fronteira. Não é o espaço do Estado e nem o espaço que faz a ligação entre Estados, o território transnacional está na borda permeável do Estado, faz parte da fronteira transpassada. A ideia do que é traspassável não se situa em um lugar ou outro, está presente em diversos lugares, nações e continentes. A partir disso, surge o campo virtual, como por exemplo o chat, em que o diálogo não tem um lugar físico, está em toda parte[235].

A desterritorialização da Globalização partiu a cadeia produtiva, ou seja, agora uma mercadoria passou a ser criada e montada em diversas partes do mundo, e não apenas em um único Estado. A cadeia produtiva é conforme a melhor condição da matéria-prima e/ou mão de obra, sempre almejando o maior lucro juntamente com o menor custo. Consequentemente, faz com que movimente um processo intenso de incorporação e fusão de capital das grandes firmas[236].

Esta característica é marcante no fenômeno da Transnacionalidade pelo fato de refletir a concepção espacial para além dos limites territoriais dos Estados. Como foi visto, uma empresa não está presa à lógica do sistema político-jurídico

---

[233] BARBÉ. Esther. **Relaciones Internacionales**. 3 ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2008, p. 209-210.
[234] STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 25.
[235] STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 25.
[236] STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 26.

de certo Estado e está atada aos benefícios econômico-comerciais que é permitido pela desterritorialização[237].

A Transnacionalidade possui alguns dos aspectos da Globalização, até pelo fato de surgirem no mesmo contexto e este promovendo aquele. No entanto, está mais especificamente relacionado aos aspectos da diminuição da fronteira nacional, pois o fenômeno da Transnacionalidade não conhece fronteiras, sendo o resultado direto do processo em uma escala global[238].

A desterritorialização, iniciada com a produção, visando ao lucro, chega até as relações humanas, com a facilidade de comunicação entre pessoas em diversos lugares do mundo. Sendo impulsionada pela Globalização, principalmente pela sua dimensão econômica, acabou se tornando uma característica da Transnacionalidade. Também é relacionada com as demais dimensões, como por exemplo, as diversas culturas que hoje estão em volta de todo o mundo e não apenas em seu território de origem.

O fenômeno da Transnacionalidade pode ser entendido reflexo da Globalização, evidenciando: a questão da desterritorialização dos relacionamentos políticos e sociais; fomentado pelo sistema econômico capitalista; e, faz a articulação no ordenamento jurídico mundial à margem da Soberania dos Estados.

A ultra valorização do capital incide também como uma característica da realidade da transnacionalidade, pois a reprodução ampliada do capital avançou de forma contínua e determinou às nações o abandono das suas estratégias nacionais para que pudesse incorporar o ideário neoliberal[239].

O capitalismo acabou mudando diversos aspectos referente ao Estado e modo de vida das pessoas, sendo também um propulsor da transnacionalidade. O modo capitalista de produção se organizou em padrões nacionais, transformando completamente a forma de viver e os trabalhos locais, regionais, comunitários, feudais, sintetizando a sociedade civil no Estado.

---

237 STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 27.

238 WERNER, Felipe Probst; PÍTSICA, Monique. A repercussão da transnacionalidade no meio ambiente. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 5, n. 3, p. 17-30, 2010. p. 22.

239 STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 29.

Depois, o capitalismo estabelecido em padrões nacionais começou uma atividade de expandir e acabou passando para além das fronteiras dos Estados. Com a incessante busca por matéria-prima, o capitalismo fez com que o comércio se intensificasse, formando sistemas econômicos mundiais. Por fim, chega ao ponto de o capitalismo atingir uma escala global, fazendo com que o poder do Estado enfraquecesse[240], como verificado anteriormente.

A ideia de Globalização acabou trazendo uma vontade de um capitalismo extremo[241], e um dos motivos para este sistema ter se expandido mundialmente é por ter sido desenvolvido em espaços nacionais, mas expandiu para além das fronteiras dos Estados nacionais. Consequentemente, se obtém uma economia transnacionalizada capitalista ao extremo.

Sendo uma das características marcantes da Transnacionalidade o abalo na Soberania dos Estados, como já comentado anteriormente, acaba sendo da natureza do fenômeno rediscutir e redefinir os conceitos de Estado e de Soberania. Cesar Luiz Pasold[242] afirma que o fenômeno, ao transpassar os territórios dos Estados, acaba anulando um dos elementos de poder da organização do Estado que é a relação de dominação com o território. Demolindo a Soberania dos Estados nacionais.

Dentro deste cenário, a Transnacionalidade cria a necessidade de novos sujeitos no cenário mundial, ou seja, sujeitos que lidem com as demandas transnacionais, os atores transnacionais.

Pela característica da Transnacionalidade em passar por diferentes níveis de integração, é difícil realizar uma relação da Transnacionalidade com um território específico. A nova configuração exige uma transformação do internacional, relação inter-nações, para o transnacional, transnações, deixando a Soberania absoluta de lado e trazendo à tona a relativização da Soberania,

---

[240] STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 29.

[241] STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 30.

[242] PASOLD, Cesar Luiz. **Função social do Estado contemporâneo**. 4 ed. rev. amp. Itajaí/SC: Univali, 2013. Ebook. p. 78

modificando de relações territoriais para virtuais, de trânsito entre fronteiras para o trânsito em um único espaço[243].

As questões de transpasse da fronteira estatal de um Estado é transnacional, devendo os países dirigirem atenção a estes problemas transfronteiriços. Estas demandas crescem cada vez mais e, com isto, a complexidade destas aumentam exponencialmente, e o Estado não consegue dar um retorno consistentes à sociedade. Portanto, acaba por reforçar as situações de riscos da sociedade globalizada e as ameaças a bens transnacionais fundamentais, resultando no aumento alarmante dos problemas sociais.

É necessário a criação de um direito específico, um direito que trata especificamente de demandas transnacionais, pois o fenômeno, como pode ser visto, mostra-se como uma nova compreensão teórica e política do mundo. Necessita, portanto, do Direito Transnacional para lidar com os problemas gerados para além da fronteira dos Estados nacionais, ou seja, as demandas transnacionais.

Nesse estudo, a Transnacionalidade se apresenta como uma perspectiva positiva, compreendendo uma alternativa possível para enfrentar os efeitos negativos relacionados ao fenômeno da Globalização e no que diz respeito às violações ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, a partir de um Direito Transnacional, que será aprofundado no próximo capítulo, é possível concretizar direitos essenciais aos seres humanos, direitos estes que podem estar sendo ameaçados ou violados em todo o mundo, como a igualdade de gênero, e que a partir de atores transnacionais pode mudar a realidade dentro dos Estados, como será visto mais adiante.

---

[243] STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011. p. 21.

CAPÍTULO 2

A TRANSNACIONALIDADE DO DIREITO DESPORTIVO

Como foi possível verificar, o fenômeno da Transnacionalidade é uma nova compreensão teórica política do mundo advindo da Globalização. Portanto, far- se-á, inicialmente uma análise do Direito Transnacional e sua caracterização, para obter uma melhor compreensão deste novo direito.

Será trabalhado partir da base teórica de Philip Jessup[244] sobre o Direito Transnacional para compreender a emergência de um direito ou uma ordem jurídica transnacional. Juntamente com os estudos de Harold Hongju Koh[245] para compreender as características do processo jurídico transnacional.

A base de estudo para compreender este direito será feita com análise de alguns pontos, como: (I) distanciamento das dicotomias históricas que implicam o estudo do direito internacional de divisão entre público / privado e doméstico / internacional; (II) os atores envolvidos nesse processo, o Estado e atores não estatais; (III) processo dinâmico em que se transforma de público em privado, de doméstico em internacional e vice-versa; e (IV) um processo normativo no qual as novas normas são interpretadas, aplicadas e internalizadas[246].

Para efeitos de delimitação, este capítulo tem por objetivo verificar a ocorrência da transnacionalidade do Direito Desportivo. Será possível verificar que esse direito possui uma estrutura transnacional através das organizações e entes relacionados ao Desporto que conseguem impor suas normas dentro dos Estados nacionais. E, portanto, pode se mostrar como um direito de força cogente.

---

[244] JESSUP, Philip C. ***Transnational Law***. New Haven, Yale University Press, 1956.

[245] Harold Hongju Koh é professor de Direito Internacional na Universidade de Yale Law School, um dos maiores especialistas dos Estados Unidos da América em direito público e privado internacional, lei de segurança nacional e dos direitos humanos.

[246] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Paper 1973, Yale Law School Legal Scholarship Repository. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

2.1. O SURGIMENTO DE UM DIREITO PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS ADVINDOS DO MUNDO GLOBALIZADO: DIREITO TRANSNACIONAL

Ao tratar desta temática, é imprescindível fazer menção a Philip C. Jessup, professor de Direito Internacional e Diplomacia na Universidade de Columbia, um dos primeiros pesquisadores modernos a utilizar o termo Direito Transnacional, em sua obra chamada *Transnational Law*[247]*,* apresentada em 1956.

Jessup participou do *Storrs Lectures*[248]*,* um dos programas de palestras mais antigos e prestigiados da Escola de Direito da Yale. E apresentou a sua obra sobre Direito Transnacional, resultado da sua preocupação com o direito aplicável a questões além da fronteira dos Estados nacionais[249].

Devido à complexidade da nova comunidade mundial, o termo internacional não seria o apropriado para lidar com as questões derivada destas relações, logo, o direito internacional também não seria adequado. Assim, Jessup começou a utilizar a expressão Direito Transnacional e o classificou de forma abrangente como sendo as normas reguladoras de fatos ou atos transcendentes às fronteiras nacionais[250].

Dentro deste conceito, são incluídos o direito internacional público e o privado, as leis nacionais que controlam os eventos transnacionais, bem como as regras e processos de agências públicas e privadas que lidam com fatos transnacional[251].

Para Jessup[252], o Direito Transnacional é qualquer direito que regule ações e eventos que transcendem as fronteiras nacionais, incluindo o direito

---

[247] JESSUP, Philip C. ***Transnational Law***. New Haven, Yale University Press, 1956.
[248] YALE BOOKS. **Books from "The Storrs Lectures Series"**. Disponível em: <https://yalebooks.yale.edu/series/the-storrs-lectures-series> acesso em 04 de novembro de 2019.
[249] HYDE, James N. Jessup: Transnational Law. **Yale Law Journal**. v. 66, n. 5, p. 813, 1957. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/ylj/vol66/iss5/7> acesso em 04 de novembro de 2019.
[250] HYDE, James N. Jessup: Transnational Law. **Yale Law Journal**. v. 66, n. 5, p. 813, 1957. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/ylj/vol66/iss5/7> acesso em 04 de novembro de 2019. p. 813.
[251] KATZENBACH, Nicholas de B. Reviewed Work: Transnational Law by Philip C. Jessup. **The University of Chicago Law Review**. Vol. 24, No. 2, Winter, 1957, pp. 413-417. P. 413-414. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclrev/vol24/iss2/> acesso em: 04 de novembro de 2019.
[252] JESSUP, Philip C. ***Transnational Law***. New Haven, Yale University Press, 1956. p. 2.

internacional público e privado, bem como outras regras que não se encaixam completamente em tais categorias padrão.

Esse conceito possui uma visão inovadora, a qual mostra um novo direcionamento para as fontes normativas que formam um direito transnacional, incluindo neste, além das fontes já conhecidas do direito internacional privado e público, novas categorias que não se enquadram em uma categoria padrão.

A proposição de Jessup é que os problemas transnacionais possam ser resolvidos por um processo de acordo, um meio extralegal[253]. Entretanto, há uma dificuldade na implementação de soluções novas, principalmente pelo fato de haver um pensamento engessado e condicionado à aplicação de uma regra de conflito de leis[254].

Desta forma, Jessup sugere uma abordagem sobre o termo Direito Transnacional aproximando ao que se tem chamado de setor jurídico internacional[255]. Sendo assim, esse direito fornece um suporte maior de regras, podendo ser utilizado sem necessidade de decidir que um caso seja regido por leis públicas ou privadas.

Há uma discussão nos Estados Unidos da América entre os transnacionalistas e os nacionalistas quanto ao Direito Transnacional. Os transnacionalistas acreditam que este direito promove a mescla do direito doméstico e do internacional, já os nacionalistas mantêm a rígida separação entre estes direitos. Os que acreditam nesta mescla, veem os tribunais de cada Estado com um papel a desempenhar de domesticar o direito internacional em direito do Estado, enquanto os nacionalistas acreditam que os órgãos políticos, e apenas eles, possuem o papel de internalizar o direito internacional[256].

Cada vez mais este debate entre as diferentes visões do Direito Transnacional ganha visibilidade pública, e é a partir disto que irá ser decidido a

---

[253] JESSUP, Philip C. ***Transnational Law***. New Haven, Yale University Press, 1956. p. 3.
[254] MANGE, Flávia Foz. As características do Direito Transnacional como Metodologia: Análise sob o enfoque dos Aspectos Processuais da Arbitragem**. Revista de Direito Internacional**. Vol. 3, N.3, 2016 p. 129.
[255] HYDE, James N. Jessup: Transnational Law. **Yale Law Journal**. v. 66, n. 5, p. 813, 1957. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/ylj/vol66/iss5/7> acesso em 04 de novembro de 2019. p. 813.
[256] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 5. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

futura orientação dos tribunais dos EUA em relação aos fenômenos da Globalização[257].

A certeza é que este novo direito possui grande importância no futuro de todas as nações e povos. Logo, é necessário que seja estudado e ensinado tal temática. A partir da criação desse direito, outros tópicos estão sendo debatidos e desenvolvidos para lidar com questões que os Estados não conseguem lidar sozinhos como as leis que já existem, por exemplo, a lei da democracia global, lei da governança global, lei de crimes transnacionais etc.[258].

O importante desse direito é que cada vez mais ocorre a sua influência nas leis e políticas que governam as pessoas, principalmente quando as leis e políticas internacionais se tornam internalizadas nos Estados Nacionais[259].

O estudo sobre Direito Transnacional deve também ter como base os ensinamentos do Professor Koh de Direito Internacional na universidade da Yale Law School, por ser uma grande referência nesta área de estudo. Koh[260] compreende o Direito Transnacional como um híbrido entre o direito internacional e o direito doméstico, com forte importância na vida das sociedades.

De acordo com Koh[261], a melhor síntese sobre as doutrinas existentes a respeito de Direito Transnacional pode ser encontrada no *Restatement of the Law, Third, Foreign Relations Law of the United States (1987)*[262], o qual reflete a opinião do *The American Law Instituto (ALI)*[263] sobre as regras que tribunal imparcial

---

[257] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 6. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.
[258] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 6. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.
[259] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 4. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.
[260] VER: KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.
[261] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 1. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.
[262] É a terceira reformulação da lei de relações exteriores dos Estados Unidos de 1987 (Tradução livre).
[263] O Instituto Americano de Direito é a organização independente líder nos Estados Unidos, que produz trabalhos acadêmicos para esclarecer, modernizar e melhorar a lei. O Instituto elabora, discute, revisa e publica reformulações da lei, códigos-modelo e princípios de lei que são extremamente influentes nos tribunais e legislaturas, bem como na educação e estudos jurídicos. Ao

aplicaria se encarregado de decidir uma controvérsia de acordo com o direito internacional.

De acordo com este documento, em algumas circunstâncias, questões de direito internacional privado podem implicar questões de direito internacional público, e muitas questões de direito internacional privado possuem uma significância internacional substancial, podendo, portanto, ser consideradas leis de relações externas. É colocado que nos últimos anos, o direito internacional privado foi coordenado e harmonizado entre os estados, e muitas de suas regras são objeto de acordos internacionais. Os conceitos, doutrinas e considerações que informam o direito internacional privado também orientam o desenvolvimento de algumas áreas do direito internacional público, notadamente os princípios que limitam a jurisdição dos Estados de prescrever, julgar e fazer cumprir a lei[264].

Conforme Koh[265], tal documento consegue demonstrar o que é o Direito Transnacional, ou seja, não é somente um direito internacional e nem puramente nacional, sendo na verdade um híbrido desses dois direitos. Para uma melhora na definição operacional do Direito Transnacional, o autor descreve que seria: 1) os direitos internacionais que são internacionalizados como nacional, como por exemplo os direitos humanos contra desaparecimento forçado, direito já reconhecido como parte do direito doméstico de diversos países; 2) direitos de origem interna de um Estado que acabam se tornando parte do direito internacional e partir disto, faz parte de diversos sistemas jurídicos nacionais, como exemplo a garantia de um julgamento livre sob o conceito de devido processo legal nos sistemas jurídicos ocidentais levado a fazer parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, e então acaba se tornando parte de quase todos os Estados; e 3) o direito de origem interna em um Estado que acaba sendo implementado em outro sistema jurídico interno, de outro Estado, como

---

participar do trabalho do Instituto, seus distintos membros têm a oportunidade de influenciar o desenvolvimento da lei nas áreas existentes e emergentes, de trabalhar com outros eminentes advogados, juízes e acadêmicos, para retribuir uma profissão em que estão profundamente dedicados e contribui para o bem público. (Trecho traduzido livremente pelo autor, retirado em: THE AMERICAN LAW INSTITUTE. **About ALI**. Disponível em: <https://www.ali.org/about-ali/> acesso em 15 de janeiro de 2020)

[264] THE AMERICAN LAW INSTITUTE**. Restatement of the Law, Third, Foreign Relations Law of the United States.** 1987.

[265] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 1. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

é o exemplo da *unclean hands doctrine*[266], originado no sistema britânico e transplantado em diversos outros sistemas jurídicos pelo mundo, como no Brasil.

Portanto, ao falar em um Direito Transnacional, ocorre o afastamento das dicotomias que historicamente implicam o estudo de direito internacional, da divisão de público/privado e de internacional/doméstico. Sendo este direito um híbrido, não convém realizar distinções que são feitas no direito internacional.

São diversos direitos transnacionais que podem ser citados no intuito de exemplificar, como Lei de Crime Transnacionais, Direito Comparado, Direito das Relações Exteriores etc. demonstrando a falta de uma única faculdade de direito seja só pública, só privada, só doméstica ou só internacional. Essas diversas áreas do Direito Transnacional possuem padrões globais e os Estados os reconhecem, integram e internalizam em seus sistemas jurídicos[267].

Compreender como funciona o direito transnacional, implica entender o Processo Jurídico Transnacional, ou seja, o processo em que os Estados e outros agentes transnacionais privados usam a mescla do processo jurídico doméstico e do internacional para ocorrer a internacionalização das normas jurídicas para o direito doméstico de cada país[268].

É o processo legal que descreve a teoria e a prática de como atores públicos e privados, ou seja, Estados nacionais, organizações internacionais e empresas multinacionais, organizações não governamentais e indivíduos privados, interagem com a variedade de fóruns públicos e privados, nacionais e internos, para criar, interpretar, fazer cumprir, e por último, internalizar as regras do Direito Transnacional[269]

---

[266] Ou também chamado de *clean hands doctrine* se refere ao princípio da equidade, devendo todos estarem de “mãos limpas” ou não podendo estar de “mãos sujas”, ou seja, não podendo ninguém se beneficiar por uma conduta ilegal para que se tenha equidade. (0 LLAMZOM, Aloysius. **Yukos Universal Limited (Isle of Man) v The Russian Federation: The State of the “Unclean Hands” Doctrine in International Investment Law: Yukos as Both Omega and Alpha**. 2015. ICSID Review. p. 316).

[267] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 1-2. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

[268] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 2. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

[269] KOH, Harold Hongju. The 1994 Roscoe Pound Lecture: Transnational Legal Process. **Nebraska Law Review**, v. 75, n. 1, p. 7, 1996. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/nlr/vol75/iss1/7> acessado em 27 de janeiro de 2020. p. 183-184.

De acordo com Koh, o processo jurídico transnacional é formado por quatro características diferentes[270], sendo elas: 1) não é um processo tradicional que divide as dicotomias tradicionais que historicamente dominam o estudo do direito internacional: entre doméstico e internacional, público e privado; 2) é não-estatístico, ou seja, os atores nesse processo não são apenas os Estados e incluem neste processo atores não-estatais; 3) é dinâmico, não estático, pois o direito transnacional transforma, muda e penetra para cima e para baixo, do público ao privado, do nível doméstico ao internacional; 4) é normativo, pois desse processo de interação, emergem novas regras de direito, que são interpretadas, internalizadas e aplicadas, iniciando o processo novamente. Dessa forma, o conceito do processo jurídico transnacional abrange não apenas o funcionamento descritivo de um processo, mas a normatividade desse processo.

As características deste ordenamento jurídico transnacional "são capazes de limitar os novos poderes transnacionais, em espaços de governança regulatória e de intervenção até agora inexistentes"[271]. Quanto ao conteúdo deste ordenamento jurídico, seria a expressão de todas as nações jurídicas que se submetem ao ordenamento transnacional. Quanto à forma, é formalmente e materialmente válidas conforme a produção de normas jurídicas fosse de acordo com procedimentos e feito pelos órgãos previamente estabelecidos neste espaço público transnacional[272].

Os principais agentes na promoção do processo de internacionalização incluem empreendedores de normas transnacionais, patrocinadores de normas governamentais, redes de questões transnacionais e comunidades interpretativas. Nesse contexto, um desses agentes provoca uma interação em um nível internacional, trabalhando junto com outro agente de internacionalização para forçar uma interpretação da norma legal internacional, e continua o traballho com este

---

[270] KOH, Harold Hongju. The 1994 Roscoe Pound Lecture: Transnational Legal Process. **Nebraska Law Review**, v. 75, n. 1, p. 7, 1996. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/nlr/vol75/iss1/7> acessado em 27 de janeiro de 2020. p. 184.

[271] OLIVEIRO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. **Reflexões sobre o direito transnacional**. Revista Estudos Jurídicos, Vol. 17 – n.1., 2012. P. 24.

[272] OLIVEIRO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. **Reflexões sobre o direito transnacional**. Revista Estudos Jurídicos, Vol. 17 – n.1., 2012. P. 24-25.

agente para persuadir um Estado resistente para internalização da interpretação desta norma no direito nacional do Estado[273].

Uma forma de deixar clara essa promoção do processo de internacionalização é a L*ex Mercatória*[274], ou lei do mercado, a qual foi originada para regular negócios entre os comerciantes no mar mediterrâneo, com a chegada dos mercadores ingleses nesta relação, foi incorporado ao sistema jurídico inglês costumes, princípios e regras da lei do mercado. E a partir daí essa configuração, incorporou-se ao sistema jurídico americano com a promulgação do Código Comercial Uniforme, entrando nas leis dos Estados Americanos. Depois, fez parte de tratados como a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Contra e Venda Internacional de Mercadorias.

A partir do processo da L*ex Mercatória* é possível verificar o processo jurídico transnacional, fazendo com que esta lei fosse internacionalizada em decorrência de um processo histórico, iniciando como um costume transnacional, modificando para um direito comum nacional, e sendo transplantada a um sistema de outro Estado nacional, e por fim, fazendo parte de tratado internacional[275].

Há existência de ordenamentos jurídicos independentes dos Estados, criados por setores sociais, como é o caso da L*ex Mercatória*, *Lex sportiva* e a proteção dos direitos humanos, não são excluídos do processo jurídico transnacional por serem normas criadas por ordenamento jurídico autônomo, ou de denominado por alguns de ordenamentos transnacionais, pois o processo jurídico transnacional considera uma pluralidade de fontes normativas.[276]

---

[273] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 2. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

[274] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 2. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

[275] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. p. 2-3. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

[276] MANGE, Flávia Foz. As características do Direito Transnacional como Metodologia: Análise sob o enfoque dos Aspectos Processuais da Arbitragem**. Revista de Direito Internacional**. Vol. 3, N.3, 2016. p. 131.

Esse processo jurídico transnacional se concentra não apenas em como a interação internacional entre atores transnacionais molda a lei, mas também em como a lei molda e guia interações futuras[277].

Surge a questão da capacidade do Direito Transnacional de aplicar sanções na finalidade de assegurar a imposição dos direitos e deveres estabelecidos no ambiente Transnacional. E esta é uma característica fundamental deste direito, ou seja, possui a capacidade de aplicar de forma coercitiva aos Estados, já superando uma das dificuldades enfrentadas pelo direito nacional e internacional[278].

E para que Direito Transnacional faça sentido, é preciso que ele seja posto "por instituições com órgãos e organismos de governança, regulação, intervenção, além de capacidade fiscal em diversos âmbitos transnacionais, como em questões ambientais, financeira, circulação de bens e serviços [...]"[279].

Em suma, conclui-se que o Direito Transnacional e seu ordenamento jurídico se apresentam como solução aos efeitos da Globalização nos Estados. Isto, pois, mediante este novo direito é possível criar espaços públicos para aplicação além das fronteiras dos Estados nacionais, incluindo o espaço local, regional e o mundial. O espaço público transnacional é sensível ao ser humano e propenso a dotar todos os indivíduos com um mínimo de dignidade e bem-estar[280].

A existência do Direito Transnacional é a forma de existir um compartilhamento solidário de responsabilidades para assegurar as questões de âmbito transnacional. Os fenômenos transnacionais exigem estratégias em todas as áreas do conhecimento humano para lidar com a atual sociedade de risco instalada pela modernidade.

---

[277] KOH, Harold Hongju. The 1994 Roscoe Pound Lecture: Transnational Legal Process. **Nebraska Law Review**, v. 75, n. 1, p. 7, 1996. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/nlr/vol75/iss1/7> acessado em 27 de janeiro de 2020. p. 184.

[278] OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos de direito transnacional.** In: DA ROSA, Alexandre Moraes; STAFFEN, Márcio Ricardo [et al.] colaboradores. Direito Global: transnacionalidade e globalização jurídica. Itajaí: UNIVALI, 2013. p. 40-41.

[279] OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos de direito transnacional.** In: DA ROSA, Alexandre Moraes; STAFFEN, Márcio Ricardo [et al.] colaboradores. Direito Global: transnacionalidade e globalização jurídica. Itajaí: UNIVALI, 2013. p. 40.

[280] OLIVEIRO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. **Reflexões sobre o direito transnacional**. Revista Estudos Jurídicos, Vol. 17 – n.1., 2012. P. 26

E a partir desta contextualização, é possível verificar o surgimento de um novo direito transnacional, o desportivo[281]. Como ocorreu com a *Lex Mercatória*, vem ocorrendo o mesmo com o Desporto, a existência de ordenamentos jurídicos privados e autônomos em relação ao Estado nação.

2.2. O SURGIMENTO DO DESPORTO NA SEARA JURÍDICA

Para compreender a Transnacionalidade do Direito Desportivo é necessário compreender o Desporto enquanto um ramo autônomo do direito para estudar o seu carácter transnacional. A partir desta análise será possível verificar se o caráter transacional do Direito Desportivo contribui para a igualdade de gênero e se verificar como um meio para a sustentabilidade em seu âmbito social, objetivo central deste estudo.

No intuito de evitar qualquer confusão sobre o uso dos termos “esporte” e “Desporto”, verifica-se que estes termos possuem divergência de posicionamento quanto a ter ou não o mesmo significado.

Terreiro Fachada[282] descreve que, no século XII, na França, a palavra *desport* era utilizada para significar divertimento. No século XIV, há nova variação da palavra, como a palavra *disport* significando passatempo, recreação ou jogo. E Manoel Tubino[283] indica que o termo “esporte” surgiu no século XIV para explicar o passatempo dos marinheiros envolvendo habilidades físicas.

Hoje há utilização diferenciada, conforme o país, como exemplo, na Espanha é utilizado o termo *deporte*[284], inclusive na *Carta Europeia del Desporte* de 1992, compreende uma concepção ampla do termo Desporto[285]. No Brasil ainda

---

[281] A palavra “esporte” e “Desporto” são utilizadas como sinônimos neste trabalho, não havendo diferenciação, ao ver da autora, entre os significados destes vocábulos, sendo apenas originadas em culturuas linguísticas distintas, em que a primeira é portuguesa, enquanto a segunda de origem francesa de “desport” e de origem inglesa do termo “disport”.

[282] FACHADA, Rafael Terreiro. **O Direito Desportivo enquanto uma disciplina autônoma**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 22.

[283] TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 1.

[284] CAGIGAL, José María. **Aporías iniciales para un concepto del deporte**. Citius, altius, fortius, v. 1, n. 1, p. 7-35, 1959.

[285] EUROPA. Conselho de Europa. ***Carta Europea del Deporte*.** Normativa do Conselho da Europa: Maio de 1992.

há divergência quanto à utilização dos termos. Enquanto Tubino[286] prefere a utilização do termo esporte pela sua universalidade, Lyra Filho[287] opta pelo uso do termo Desporto pela origem portuguesa e pela disposição do termo nas constituições brasileiras.

No Brasil, há quem[288] defenda uma ligeira diferença entre os termos Desporto e esporte, sendo o primeiro um gênero, abrangendo todos os tipos de práticas de Desporto, enquanto o segundo é relacionado a prática com regras especificas da modalidade. Já Fachada[289] sustenta que a diferenciação entre os significados é apenas pela origem das palavras.

Nesta pesquisa, opta-se pelo entendimento de não haver diferenciação entre os termos Desporto e esporte, podendo ambos serem utilizados com o mesmo fim, entretanto será priorizado trabalhar termo Desporto[290] para dar maior uniformidade à pesquisa.

Ao longo dos anos, nas diferentes sociedades, a atividade física se demonstrou como uma atividade vital e intrínseca aos seres humanos, sendo utilizada como meio de sobrevivência, lazer e entretenimento. Conforme a vida em sociedade mudava, o Desporto também tomava forma e com uma nova função. Dito isso, é possível verificar que o Desporto é um fenômeno fundamentalmente humano, de visível relevância social na história, e é ligado de forma intrínseca ao processo cultural de cada época[291].

Após diversos anos de prática de atividades físicas ao redor do mundo, foi na Grécia que o Desporto começou a tomar a forma de como hoje é compreendido. A partir da criação das olímpiadas, surgiu pela primeira vez uma organização para a competição[292]. Com o passar do tempo, as modalidades desportivas criaram regras e regulamentos, a fim de propiciar uma maior igualdade entre os participantes e a prática pudesse ser difundida da melhor forma.

---

[286] TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 3.
[287] LYRA FILHO, João. **Introdução à sociologia dos desportes**. Bloch Editores, 1973. p. 13.
[288] TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 2006.
[289] FACHADA, Rafael Terreiro. **O Direito Desportivo enquanto uma disciplina autônoma**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 23.
[290] Inclusive opta-se por utilizar o termo Desporto pelo fato de a pesquisa estar sendo desenvolvida em dupla titulação com a Universidade de Alicante, sendo o termo similar ao espanhol “deporte”.
[291] TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 5.
[292] TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 5.

Um dos fenômenos que mais aproxima as nações é o Desporto, sendo importante para além da prática desportiva, como também uma forma de introduzir outras questões importantes nas sociedades. O francês Pierre de Fredy, conhecido por Barão Pierre de Coubertin[293] considerou o Desporto como um instrumento para o desenvolvimento e a paz.

A partir da Globalização, houve maior reforço para o crescimento das modalidades desportivas, como por exemplo o desenvolvimento do futebol às margens do progresso da Revolução Industrial britânica. Os burgueses viram no futebol uma forma de desviarem a atenção dos explorados operários, oferecendo, por meio desta atividade, a distração e fortalecimento do comprometimento destes operários[294].

O Desporto moderno[295], surgiu na Inglaterra, no século XIX, e suas características foram concebidas por Thomas Arnold[296], sendo elas: a competição, o jogo e uma formação, sendo que o jogo e a competição já estavam presentes no Desporto desde os jogos gregos. Surgindo a partir do conceito de Arnold o Desporto na formação educativa. Assim, os alunos passaram a criar jogos, regras e códigos próprios, em um aspecto de fair-play[297], e logo essas práticas desportivas saíram da escola e começaram a fazer parte da sociedade inglesa. Portanto, surgiu a necessidade de criação de entidades para organizar as disputas desportivas[298].

Ferrer denomina as instituições desportivas de nível supraestatais como "organizações não governamentais"[299]. Porém, até o final do século XIX e início do século XX, praticamente inexistente na doutrina a utilização do termo

---

[293] COUBERTIN, Pierre de. Le rétablissement des Jeux olympiques. **Revue de Paris**, v. 15, 1894.
[294] TOBAR, Felipe Bertasso; LIMA, Fernando de. A autonomia do direito desportivo. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.7, n.3. pp. 1853-1873, 2012. p. 1859. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica> acesso em 30 de janeiro de 2020.
[295] MARQUES, António. Espetáculo desportivo na sociedade globalizada. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.,** São Paulo, v. 20, p. 25-28, 2006. p. 25.
[296] ALBÓ, Javier Arranz. La reforma pedagogica de Thomas Arnold y el papel de la inglesia anglicana en la criación de los primeros clubs de fútbol en Inglaterra (1863-1890). **Revista Materiales para la Historia del Deporte**, Faculdad de Ciencias de la Actividad Física y del Deporte: Universidad Politécnica de Madrid, 2015. Disponível em: < http://polired.upm.es/index.php/materiales_historia_deporte > acesso em 23 de junho de 2022.
[297] Fair-play é um termo utilizado que significa a atitude de respeitar as regras, códigos, adversários e os árbitros em uma disputa desportiva. (TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 5).
[298] TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 5.
[299] FERRER, Gabriel Real**. Derecho Público del Deporte**. Madrid: Civitas, 1991. p. 175.

"organizações não governamentais", pois até então, o foco era voltado para as relações entre Estados. Com o tempo, foi aparecendo na doutrina as relações sem vínculos estatais, ou seja, sociedades compostas por pessoas de diferentes Estados e funcionado de forma alheia aos Estados, com base na solidariedade e rejeição da interveção dos governantes e agentes nacionais, compondo assim, instituições autônomas com governantes próprios[300].

As organizações na seara desportivas não tiveram início na modernidade, pois já no século XVIII eclodia um desejo e uma necessidade de autorregulamentação de questões do desporto. Assim, os primeiros vínculos associativos relacionados ao desporto que se têm conhecimento são dessa época, nascendo em 1750 o *Jockey Club* e o *Clube Golfe San Andrés* em 1754, ambos na Escócia. Já por volta dos anos de 1860 e 1900 surgiu na Inglaterra várias associações desportivas, como por exemplo a *Footbal Association* em 1863 e *Amateur Boxing Association* em 1884[301].

Ao longo dos anos, diversos modelos de associações foram sendo criados, principalmente em decorrência do crescimento exponencial da prática desportiva ao redor do mundo. Nesse contexto, começa a despertar nos atletas o desejo de competir contra outros povos que também praticavam o mesmo desporto, necessitando assim, de organismos com alcance internacional, sem restrição aos limites territoriais para ocorrer disputas entre povos. Essas novas entidades fariam a ligação entre as associações desportivas de cada Estado, coordenando, decidindo e unificando as diretrizes aplicadas aos desportos[302].

Na metade do século XX, foi possível verificar novas entidades dentro do contexto internacional, como as ONGs, deixando cada vez mais clara a influência de atores não estatais nessa ordem jurídica[303]. Da mesma forma, o desporto se desenvolveu para além dos Estados, em organizações não governamentais. O início de uma organização nesse teor foi dado com a criação do Comitê Olímpico Internacional (COI) em 1894 e, logo após é estruturado e realizado os Jogos

---

[300] SCELLE, Georges. **Précis de Droit des Gens**: Principes et Systématique. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1932. p. 58.
[301] REAL FERRER, Gabriel Ferrer. **Derecho Público del Deporte**. Madrid: Civitas, 1991. p. 262.
[302] BOZZANO, Rafael. **As regras de direito desportivo como exemplo de aplicação do direito no contexto da transnacionalidade**. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2017. p. 49.
[303] BAYER, Rodrigo Steinmann. **A autonomia dos Organizações Internacionais Esportivas**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. p. 19.

Olímpicos da Era Moderna em 1896 com competições de diversos desportos com atletas de países diferentes[304], ficando cada vez mais clara a internacionalização do desporto.

A partir dessa evolução, começaram a surgir, nos primeiros anos do século XX, as Federações Internacionais na seara do desporto, como por exemplo a Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA), fundada em 1904 na França para gerir o futebol internacional. As novas organizações desportivas fizeram com que surgisse uma regulamentação de regras e ordenamentos jurídicos a serem seguidos pelas entidades desportivas e por seus afiliados. Toda essa organização e estruturação de normas e regras foram realizadas para que ocorressem as competições equilibradas entre diversos países, atletas e desportos, tanto em nível nacional quanto internacional[305].

A organizações não se limitaram a atuar nos limites territoriais dos países, afinal essas organizações unificam regras de jogo, asseguram a proteção das regras e são responsáveis por gerir a modalidade desportiva. Portanto, regulam o sistema desportivo de competição internacional. Mas, além da atuação no âmbito das relações entre países, é importante a atuação de organismos desportivos dentro dos Estados e do próprio Estado atuando em prol do Desporto. Afinal, esse fenômeno não pode ser limitado apenas ao jogo e suas regras, envolve questões de saúde, sociais, culturais e econômicas[306].

Aos poucos, os Estados foram admitindo o desporto como um elemento determinante na qualidade de vida das pessoas, bem como, uma forma de lazer, e, portanto, começou a constar o fenômeno nas mais diversas constituições[307]. A constitucionalização do desporto foi relativamente tardia, isso pode ter ocorrido em consequência da evolução dos propósitos dos Estados em que a esfera social, e

---

[304] BOZZANO, Rafael. **As regras de direito desportivo como exemplo de aplicação do direito no contexto da transnacionalidade**. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2017. p. 49.
[305] BOZZANO, Rafael. **As regras de direito desportivo como exemplo de aplicação do direito no contexto da transnacionalidade**. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2017. p. 50-51.
[306] BOZZANO, Rafael. **As regras de direito desportivo como exemplo de aplicação do direito no contexto da transnacionalidade**. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2017. p. 51.
[307] LANDABEREA, Juan Antonio. **La constitucionalización del deporte**. Manual de la organización institucional del deporte. Zaragoza: Editorial Pai do Tribo, 2019.

nisso se inclui a relevância do desporto para o Estado, somente passou a ser objeto de atenção pública em momentos mais recente[308].

A exemplo da constitucionalização do desporto nos países, pode ser citado a Constituição brasileira de 1934, que influenciada pelos avanços sociais e da democracia social trazidas pela Carta Alemã de Weimar, inovou ao colocar o desporto como matéria educacional. Essa norma constitucional influenciou na autorização do primeiro fomento público desportivo no país, realizando uma cessão de um terreno público ao Clube de Regatas do Flamengo. E, aos poucos, foi ocorrendo a evolução do desporto na Constituição brasileira, cada vez mais prevendo direitos e deveres nessa seara[309].

Outro exemplo que pode ser citado é a Constituição Soviética de 1936 que introduziu pela primeira vez o evento desportivo na parte de direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, garantindo o direito social de cada cidadão se associar às organizações desportivas. Mas, somente após a segunda guerra mundial, como a implementação de um constitucionalismo social e um movimento de conscientização global da importância do desporto, é que houve a inclusão de aspectos relacionados ao desporto nos textos constitucionais de diversos países[310].

Na Espanha, por exemplo, seguiu essa lógica de apenas ao fim da segunda guerra começar a constitucionalização do desporto. No ano de 1977, no processo de elaboração da Constituição espanhola, foi celebrada a Assembleia Geral do Desporto em que se defendeu a constitucionalização do direito ao desporto no país para que o cidadão pudesse exigir do Estado as ajudas necessárias para realizar a prática desportiva. Resultou na Constituição de 1978 prevendo o fomento dos poderes públicos na educação física, o desporto e no ócio. Aos poucos, também houve a evolução da Constituição espanhola quanto aos direitos e deveres relacionados ao desporto[311].

---

[308] ZAMBRANA, Karel Luis Pachot. El derecho constitucional al deporte en la doctrina y el derecho comparado. **Revista Mexicana de Derecho Constitucional**, 2016. p. 123.
[309] BARROS JÚNIOR, Edmilson de Almeida. **Direito Desportivo**: o desporto no ordenamento jurídico brasileiro. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza/CE, 2010. p. 6498.
[310] ZAMBRANA, Karel Luis Pachot. El derecho constitucional al deporte en la doctrina y el derecho comparado. **Revista Mexicana de Derecho Constitucional**, 2016. p. 123-124.
[311] LANDABEREA, Juan Antonio. **La constitucionalización del deporte**. Manual de la organización institucional del deporte. Zaragoza: Editorial Pai do Tribo, 2019.

O Brasil também foi influenciado pela onda das ideias revolucionárias que estavam ocorrendo na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Portanto, na Carta de 1967 e 1969, foram previstos direitos relacionados ao desporto, como o direito de arena, houve edição do Código Brasileiro de Justiça Desportiva e outras legislações desportivas.

Assim, desenvolveu-se o Desporto competitivo como um fenômeno difundido mundialmente, ocorrendo a disseminação do Desporto pelos diversos países, estabelecimento de organizações desportivas a nível internacional, a anuência de regras de governo de Desporto em nível mundial, o aumento de competições entre equipes nacionais e a criação de competições em níveis globais, como os Jogos Olímpicos e os campeonatos mundiais de diversas modalidades[312].

A importância dessa temática pode ser vista pela declaração de intenção aprovada na Conferência dos Ministros do Desporto dos Estados-Membros do Conselho da Europa, que estebeleceu no ano de 1992 a Carta Europeia do Desporto da Europa. O Conselho da Europa realiza uma união entre os seus membros para promover e salvaguardar os ideiais e princípios do patrimônio comum e o progresso econômico e social. Dessa forma, foram adotados princípios para uma política de Desporto para todos[313].

Na Carta Europeia do Desporto, é construída uma base fundamental para as políticas dos países-membros no que concerne ao tema, permitindo assim, às pessoas a exercerem o seu direito de praticar desportes. Neste instrumento, foi considerado o Desporto como uma atividade social e cultural com o papel fundamental na realização dos objetivos do Conselho da Europa, desenvolvimento a consciência de uma identidade cultura da Europa, bem como reforçando os laços entre os povos[314].

A intenção de aplicação da Carta é voltada para assegurar a cooperação entre os Estados da União Europeia no tema de Desporto, promovendo valores e benefícios as práticas deportivas, possibilitando a melhora e portencial desse

---

[312] MARQUES, António. Espetaculo desportivo na sociedade globalizada. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.,** São Paulo, Vv. 20, p. 25-28, 2006. p. 26.
[313] EUROPA. Conselho da Europa. **Carta Europeia do Desporto.** 7ª Conferência dos Ministros Europeus, 1992.
[314] CONSELHO DA EUROPA. **Carta Europeia do Desporto**. 1992.

fenômeno nos diversos países. Para isso, é dever dos Governos implementarem medidas para apoiar e complementar o movimento desportivo em seus respetivos territórios[315].

A Carta Europeia do Desporto definiu o Desporto moderno como[316] todas as formas de atividade física que, mediante a uma participação organizada ou não, possui o objetivo de melhoramento da condição física e psíquica ou a expressão, a melhora das relações sociais ou o ganho de resultados em todos os níveis de disputa desportiva.

De acordo com Ferrer, o Desporto pode ser conceituado sob três aspectos fundamentais, sendo eles: I) a prática desportiva; II) a competição; e III) a organização[317].

O Desporto pode, ainda, ser compreendido como: "conjunto de exercícios, praticados individual ou coletivamente, seguindo-se determinado método, regras e regulamentos, com o propósito de desenvolver a força, a resistência, a agilidade e a superação dos limites do corpo humano"[318].Dessa forma, o Desporto se modificou desde a sua origem até os tempos modernos, antes o que era sobrevivência, passou a ser também um meio de diversão, ócio e passatempo. Já na modernidade é encontrado com outros significados, como exercício físico e competição[319].

O crescimento do universo desportivo despertou a necessidade de sua regulamentação jurídica e ocorreu a previsão do Desporto nas Cartas Constitucionais. Essa evolução jurídica representou a consagração do Desporto como assunto de maior relevância pública, fazendo parte do processo de ampliação das tarefas do Estado[320].

> Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 24, IX, prevê que a matéria é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal. Portanto, é

---

315 EUROPA. Conselho da Europa. **Carta Europeia do Desporto.** 7ª Conferência dos Ministros Europeus, 1992.
316 EUROPA. Conselho da Europa. **Carta Europeia do Desporto.** 7ª Conferência dos Ministros Europeus, 1992.
317 FERRER, Gabriel Real. Bases conceptuales de derecho deportivo. In: BEM, Leonardo Schmitt de et all. **Direito Desportivo**: Tributo a Marcílio Krieger. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 197.
318 DELBIN, Gustavo. **Justiça Desportiva**: aspectos práticos do processo. In: DELBIN, Gustavo; SILVA, Rodrigo Ferreira da Costa; GRAICHE, Ricardo (Org.). Elementos de Direito Desportivo Sistêmico. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 11.
319 CAGIGAL, José María. **Aporías iniciales para un concepto del deporte**. Citius, altius, fortius, v. 1, n. 1, p. 7-35, 1959.
320 MIRANDA, Martinho Neves. **O Direito no Desporto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 12.

> dever realizar legislações sobre a questão. Bem como, há o capítulo III, Seção III é dedicado a matéria do desporto, enfatizando o dever do Estado em fomentar as práticas desportivas, da seguinte forma:Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:
>
> I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
>
> II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
>
> III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
>
> IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.
>
> § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
>
> § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
>
> § 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social

No mesmo sentido, encontra-se na Constituição espanhola[321] a previsão sobre a temática. É posto o dever do Estado de fomentar o desporto, bem como prevê a competência das Comunidades Autónomas do país para a promoção do desporto, da seguinte forma:

> Artículo 43
>
> [...]
>
> 3. Los poderes públicos fomentarán la educación sanitaria, la educación física y el deporte. Asimismo facilitarán la adecuada utilización del ocio.
>
> Artículo 148
>
> 1. Las Comunidades Autónomas podrán asumir competencias en las siguientes materias:
>
> [...]
>
> 19.ª Promoción del deporte y de la adecuada utilización del ocio.

O Desporto era uma atividade secundária dos governos, mas desde a sua previsão nas constituições, recebeu uma mudança drástica. Assim, vem sendo

[321] ESPANHA. **Constitución Española**. Madrid: Boletín Oficial del Estado, edición actualizada, 2020.

usado pelos Estados como um meio de fomentar da integração tanto social, quanto cultural, de lazer e de manutenção da saúde.

Tendo em vista o poder do Desporto em mudar o mundo, ajudar as pessoas e comunidades a se unirem, o ano de 2005 foi proclamado pelas Nações Unidas como o ano internacional do Desporto e da Eduação Física[322] de incentivar os governos, organizações internacionais e grupos comunitários em todos os lugares para se inspirarem no Desporto e promoverem os direitos humanos, o desenvolvimento e a paz.

Por meio da Resolução nº 58/5 da entidade, ficou demonstrada a intenção da ONU de incluir o Desporto em seus programas e políticas públicas, incentivando os governos a introduzirem a matéria em suas políticas de desenvolvimento[323].

El Año Internacional del Deporte y la Educación Física aspira a facilitar un mayor intercambio de conocimientos entre los diferentes participantes, elevar el nivel general de concienciación y crear las condiciones adecuadas para la puesta en práctica de más programas y proyectos de desarrollo humano basados en el deporte. Este documento de conceptualización resume brevemente el potencial del deporte en cuatro áreas fundamentales: educación, salud, desarrollo y paz, al igual que la contribución potencial del deporte al logro de los planes de desarrollo mundial tales como los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM). Incluye los objetivos y los resultados esperados del Año Internacional del Deporte y la Educación Física, y brinda información básica sobre el tema[324].

É através do Desporto que pessoas se juntam em torno de uma causa coletiva, podendo assim, construir um futuro melhor e mais sustentável para todos.

---

[322] ONU. ONU lembra que “o esporte tem o poder de mudar o mundo”. **ONU News**. Disponível em: < https://news.un.org/pt/story/2019/04/1667311> acesso em 18 de fevereiro de 2020.

[323] ONU. **Resolución de Naciones Unidas Nº 58/5**: el deporte como médio para fomentar la Educación, la Salud, el Desarrollo y la Paz. Asamblea General de las Naciones Univas, 2003. Disponível em: < Año Internacional del deporte y la educación física 2005 (un.org) > acesso em 23 de junho de 2022.

[324] ONU. **Resolución de Naciones Unidas Nº 58/5**: el deporte como médio para fomentar la Educación, la Salud, el Desarrollo y la Paz. Asamblea General de las Naciones Univas, 2003. Disponível em: < Año Internacional del deporte y la educación física 2005 (un.org) > acesso em 23 de junho de 2022.

Inclusive, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável[325], apesar de não ser essa temática um dos objetivos, foi identificado pela entidade o Desporto como um facilitador do desenvolvimento sustentável, aumentando a conscientização global sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável através das instituições desportiva.

Como exemplo disso, a ONU vem trabalhando com as mais diversas entidades desportivas para avançar em diversos aspectos do desenvolvimento da sociedade. Como por exemplo, a Agenda 2020+5, lançada pelo COI, que traz quinze recomendações para assegurar maior solidariedade, sustentabilidade, entre outros itens para promover o papel do desporto na sociedade. Dentre as recomendações, encontra-se o fortalecimento do papel do desporto como um importante facilitador para a implementação dos Objetivos da ONU, incluindo o de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas[326].

Ou ainda, o exemplo da Federação Internacional de Futebol que trabalha juntamente com a ONU para alcançar as mulheres em posição de liderança, bem como para o desenvolvimento da juventude e construção de capacidades[327].

Portanto, o incentivo e investimento nessa área promove a igualdade de gênero, desafiando normas de gênero e empoderando meninas e mulheres em ambientes desfavoráveis[328]. Inclusive, é destacado, na Agenda 2030, o Desporto na promoção do respeito e tolerância, bem como, o empoderamento das mulheres[329].

O Desporto passou a ser reconhecido por obter uma série de benefícios para os indivíduos e toda sociedade, como questões de saúde, prevenção de violência e *doping*, como uma forma de incluir nos jovens o respeito pelo outro, pelas regras, pelo trabalho em equipe, *fair play*, determinação e disciplina,

---

[325] ONU. ONU lembra que “o esporte tem o poder de mudar o mundo”. **ONU News**. Disponível em: < https://news.un.org/pt/story/2019/04/1667311> acesso em 18 de fevereiro de 2020.
[326] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Agenda 2020+5**: 15 recommendations. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/What-We-Do/Olympic-agenda/Olympic-Agenda-2020-5-15-recommendations.pdf> acesso em 03 de outubro de 2022.
[327] ONU. ONU lembra que “o esporte tem o poder de mudar o mundo”. **ONU News**. Disponível em: < https://news.un.org/pt/story/2019/04/1667311> acesso em 18 de fevereiro de 2020.
[328] GADAIS, Tegwen. **Sport for Development and Peace**: Current Perspectives of research. Sports Science and Human Health-Different Approaches. Intechopen, 2019.
[329] ONU. ONU lembra que “o esporte tem o poder de mudar o mundo”. **ONU News**. Disponível em: < https://news.un.org/pt/story/2019/04/1667311> acesso em 18 de fevereiro de 2020.

princípios fundamentais aos quais podem ser transferidos para a vida social de cada indivíduo[330].

Essa temática se mostra como uma ferramenta com o poder único de atrair, mobilizar e inspirar, bem como desempenhar questões de participação, inclusão e cidadania, representa valores humanos como o respeito, de aceitação às regras, o trabalho em equipe e justiça[331].

Como visto anteriormente, o Desporto acompanha a evolução humana de forma independente e natural, logo não é necessário um diploma legal para se dar a sua existência. Portanto, por si só não é um direito, mas sim um fato social, pois sua existência se dá com a sua atuação na sociedade[332].

E nesse cenário, o Desporto é configurado como um dos principais fenômenos socioculturais do século XXI. Faz-se presente não apenas aos praticantes desportivos e aqueles que estão envolvidos com o Desporto, como também em várias esferas de atuação na sociedade, participando do cotidiano de pessoas de diferentes regiões, culturas, idades, sexos, crenças e profissões[333].

Dessa forma, o fenômeno interage em diversos campos da sociedade, tanto como produto, como produtor, gerando demandas sociais, transmitindo e transformando valores morais. Difícil tratar da área da saúde, economia, educação, política, entre outros, sem que haja alguma ligação ou influência que o Desporto possa sofrer ou exercer nestes campos[334].

Dessa forma, verifica-se que é preciso uma área do direito para regulamentar a temática da prática desportiva, afinal é um dos pilares da sociedade moderna, independente da nação, Estado ou grupo social. Portanto, é

---

330 GADAIS, Tegwen. **Sport for Development and Peace**: Current Perspectives of research. Sports Science and Human Health-Different Approaches. Intechopen, 2019.
331 GADAIS, Tegwen. **Sport for Development and Peace**: Current Perspectives of research. Sports Science and Human Health-Different Approaches. Intechopen, 2019.
332 FACHADA, Rafael Terreiro. **O Direito Desportivo enquanto uma disciplina autônoma**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 26.
333 MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. O Conceito de Esporte como fenômeno globalizado: pluralidade e controvérsias. **Revista Observatorio Del Deporte**, v. 1, N. 1, 2015, pp. 147-185. p. 149.
334 MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. O Conceito de Esporte como fenômeno globalizado: pluralidade e controvérsias. **Revista Observatorio Del Deporte**, v. 1, N. 1, 2015, pp. 147-185. p. 150.

necessário falar sobre o direito desportivo que, como será visto, mostra-se impermeável às ideologias e às crenças[335].

2.3. A REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DESPORTIVO COMO UM RAMO ANTÔNOMO

De acordo com Perry[336], o Direito Desportivo é um conjunto de regras e normas que administram o Desporto em todo o mundo e, caso não seja cumprido, pode causar o afastamento de uma associação desportiva nacional da uniformidade desportiva mundial.

Souza traz um dos conceitos mais completos sobre direito desportivo: "o conjunto de normas e regras, oriundas da coletividade desportiva organizada, com a finalidade de regular o Desporto e que instituem mecanismos coercitivos capazes de garantir a harmonia e uniformidade necessárias à prática desportiva"[337].

Para compreender melhor esse direito, faz-se necessário o reconhecimento de sua existência, questão que já vem sendo levantada há muitos anos. Em 1930, o professor Jean Loup[338] já sustentava que o direito desportivo é um fato, sendo indiscutível a sua existência, independentemente de como se interpreta.

O Desporto e o direito são conceitos que se vinculam e se entrelaçam, o Desporto é um universo de leis e regras, e, as modalidades de Desporto são submetidas a diversos regulamentos, códigos e leis, sem as quais, não existiria tal modalidade[339].

---

[335] PERRY, Valed. **Direito Desportivo**: temas. Rio de Janeiro: CBF, 1981. p. 81.

[336] PERRY, Valed. O direito desportivo. **Revista Brasileira de Direito Desportivo**, São Paulo: Editora OAB/SP, n. 1, p. 18-26, jan/jun, 2002. p. 19.

[337] SOUZA, Pedro Trengrouse Laignier de. **Princípios de Direito Desportivo**. Gazeta do Rio: Rio de Janeiro, 2007. p. 7-8.

[338] LOUP, Jean. **Les sports et le droit.** Librairie Dalloz, 1930.

[339] MELHO FILHO, Álvaro; et al. **Direito Desportivo**. São Paulo: Editora Jurídica Mizuno, 1986. p. 26.

Nesse cenário do universo desportivo, surgiu a discussão quanto a ser ou não um direito autônomo. Segundo Timothy Davis[340], o Direito Desportivo podia ser visto na década de 90, em três formas diferentes, sendo elas: 1) não existe um corpo de lei identificável separadamente que possa ser designado como direito desportivo, sendo que a possibilidade desse tipo de lei se desenvolver é muito remota; 2) embora o Direito Desportivo atualmente não represente uma área substantiva de leis, o desenvolvimento recente sugere que em futuro próximo haverá reconhecimento deste direito; 3) existe um corpo de leis que consegue apropriadamente ser designada como Direito Desportivo.

A primeira visão é a tradicional[341], de que o Direito Desportivo não existe como um ramo autônomo do direito e representa somente uma fusão de várias áreas substantivas da lei que são relevantes no contexto desportivo. Os adeptos desta perspectiva tradicional argumentam que o direito desportivo implica simplesmente a aplicação de preceitos legais básicos a um setor específico que são extraídos de outras áreas do direito.

Inclusive, nessa visão, é argumentado que o nome Direito Desportivo é impróprio pelo fato de o Desporto representar uma forma de atividade e entretenimento que é governada pelo sistema jurídico em sua totalidade. Nesta ideia, não há um corpo identificável separadamente que possa ser caracterizado como um direito desportivo[342].

Já em relação à segunda visão - uma visão mais moderada[343] sobre o Direito Desportivo - iniciou com o questionamento da visão tradicional sobre o Direito Desportivo. Nessa ideia, há um reconhecimento do desenvolvimento da legislação estadual e federal, um corpo de leis somente para o Desporto. Entretanto, por não existir uma maturação de legislações neste âmbito para ser um corpo único de leis, é mais apropriado aplicar os “Desportos e a lei” do que uma designação de “Direito Desportivo”[344].

---

[340] DAVIS, Timothy. What is Sports Law. **Marquette Sports Law Review**, v. 11, 2000. p. 211-212.
[341] DAVIS, Timothy. What is Sports Law. **Marquette Sports Law Review**, v. 11, 2000. p. 212
[342] DAVIS, Timothy. What is Sports Law. **Marquette Sports Law Review**, v. 11, 2000. p. 212
[343] DAVIS, Timothy. What is Sports Law. **Marquette Sports Law Review**, v. 11, 2000. p. 212.
[344] SHROPSHIRE, Kenneth. L. Introduction: sports law? **American business law journal**, v. 35., n.2, p. 181-184, 1998. p. 182.

Por último, é compreendido como um ramo autônomo do direito, enfatizando o crescente corpo de casos e leis estatutárias específicas para a indústria do Desporto. E, portanto, é essa linha de pensamento que a presente pesquisa compreende como mais adequada para tratar do assunto, tendo em vista compreender o Direito Desportivo de forma mais completa.

Nesse sentido, o Direito Desportivo é uma mistura de diversas disciplinas jurídicas inter-relacionadas[345], mas além disso, o campo de atuação do Direito Desportivo ultrapassou os limites tradicionais da legislação antitruste e trabalhista para a representação desportiva e ética jurídica, estrutura desportiva e corporativa, Desporto e deficiência, Desporto e raça, Desporto e gênero, Desporto e tributação, questões internacionais no direito do Desporto e inúmeras outras permutações[346].

Conforme Latty[347], para quem rejeita a existência do Direito Desportivo enquanto uma disciplina autônoma, realiza uma abordagem mais restritiva. A crítica com relação a essa visão pode ser feita com dois argumentos.

Primeiro, a abordagem de “Desporto e lei” só é relevante para alguns países, geralmente os de *common law*, que não adotaram legislação no domínio desportivo. Entretanto, outros países de tradição *civil law* já legislaram sobre o assunto, como é caso da França, Brasil, Espanha etc., os quais desenvolveram um corpo de leis e agruparam em um código desportivo, abrangendo diversos aspectos da atividade desportiva, como responsabilidades, organizações, associações, federações etc., especificando os direitos e obrigações das diferentes partes envolvidas[348].

---

[345] DAVIS, Timothy. What is Sports Law. **Marquette Sports Law Review**, v. 11, 2000. p. 215.

[346] CARTER, W. Burlette. Introduction: What Makes a “Field” a Field? **Viginia Journal of Sport & the Law**, V. 1, p. 235-245, 1999. p. 239. Disponível em: < http://ssrn.com/abstract=2351495 > acesso em 11 de fevereiro de 2020.

[347] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

[348] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

Assim como, as federações nacionais possuem o *status* de associação sob o direito privado, as suas decisões são consideradas decisões administrativas, sendo competência do juiz administrativo. Portanto, existe lei nacional desportiva de origem estatal que atrai padrões desportivos das federações, invalidando a teoria do "Desporto e lei"[349].

Nesse caso, importante constar que países como o Brasil seguem esta lógica de ente privado para as entidades desportivas. O ordenamento jurídico desportivo é caracterizado pela intervenção mínima do Estado na organização e administração do Desporto, priorizando a iniciativa privada. Portanto, aliado ao princípio da autonomia desportiva, a liberdade de associação, as entidades desportivas são entidades jurídicas de dirieito privado que exercem dentro do Estado brasileiro a sua autonomia, unidade e representatividade em matéria de administração do desporto[350].

Já na Espanha, as federações desportivas possuem caráter de ente público, delegando funções públicas de caráter administrativo, colaborando com a administração e podendo sofrer interferência na sua organização interna pelo Estado, o que acaba por colocar a autonomia do direito desportivo em menor grau. Mas de qualquer forma, a lei espanhola reconhece que as federações regulam sua estrutura interna e funcionamento através de seus estatutos, de acordo com os princípios democráticos e representativos, correspondendo ao reconhecimento formal e legal da autonomia desportiva[351].

Em segundo lugar[352], a posição restritiva quanto ao direito desportivo pode ser contestada pelo fato de que a teoria do "Desporto e lei" é centrada no Estado, ou seja, ignora a lei produzida pelos órgãos desportivos, sejam internacionais ou nacionais. Ocorre que, são estes órgãos que organizam as competições desportivas em seus diversos aspectos, como as regras de jogo, de

---

[349] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.
[350] RAMOS, Rafael Teixeixa. Direito Desportivo e Direito ao Desporto na Constituição da República Federativa do Brasil. **Revista JurFa7**, Fortaleza, v. VI, 2009. p. 94.
[351] MELHO FILHO, Álvaro. **Direito desportivo**: novos rumos. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 26.
[352] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

doping, de técnicas, de qualificação de atleta, dentre outros. E ao considerar que essas normas não possuem “qualidade de regras legais” é equivalente a uma concepção altamente restritiva da lei, estando muito fora de sintonia com a realidade.

A teoria do “Desporto e lei” possui raízes no positivismo[353] e, portanto, vincula a lei ao Estado. Mazzei[354] sustenta a prevalência em um momento no pensamento jurídico europeu de um estatismo rigoroso, logo o positivismo jurídico e legislativo possuía o poder de produzir lei direta e necessariamente ao Estado, negando assim, a existência de outros sistemas legais além do Estado.

A partir disso, foi considerado internacionalmente que as regras estabelecidas pelos órgãos desportivos não eram por si só configurados como regras legais reais a menos que tenham sido endossados por um sistema legal estatal. Dessa forma, excluía a possibilidade da existência de uma lei desportiva, apenas se fosse como uma área específica do direito do Estado[355].

Entretanto, a teoria pluralista[356] mostra que nem poder e nem lei estão essencialmente ligadas ao Estado, mas que se manifestam como qualquer grupo social organizado. Sob esse prisma, é claro que os órgãos desportivos produzem regras legais, fato esse que de alguma forma prejudica seu grau de autonomia em relação à lei que emana dos Estados.

Com a evolução no pensamento jurídico europeu, assim como de diversos outros países, como os da América, foi conduzido para uma visão menos restritiva do direito. Podendo agora ser amplamente considerado um fenômeno não necessariamente estatal, pré-existente ao Estado e que pode ser independente do

---

[353] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

[354] MAZZEI, Gabriella. Carattere privatistico e transnazionale dell’ordinamento giuridico sportivo. **Rivista di Diritto Pubblico Italiano, Comparato, Europeo**, Nº 10, 2017. Disponível em: < https://www.federalismi.it/nv14/articolo-documento.cfm?artid=34014> acesso em 27 de fevereiro de 2020. p. 3.

[355] MAZZEI, Gabriella. Carattere privatistico e transnazionale dell’ordinamento giuridico sportivo. **Rivista di Diritto Pubblico Italiano, Comparato, Europeo**, Nº 10, 2017. Disponível em: < https://www.federalismi.it/nv14/articolo-documento.cfm?artid=34014> acesso em 27 de fevereiro de 2020. p. 3.

[356] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

Estado. E esse caminho evolutivo para o reconhecimento de um direito desportivo iniciou nas primeiras décadas do século passado[357].

O melhor entendimento sobre o assunto é o de Loup, pois argumenta que o direito desportivo existe, tendo em vista que qualquer pessoa que pratica o Desporto é obrigada a cumprir regras que advém não apenas da federação nacional do Desporto, mas, muitas vezes, de uma federação internacional e, se quiser fazer parte, progredir, participar de campeonatos, é obrigado a submeter-se aos regulamentos. Além dos regulamentos, contratos, conselhos e comitês competentes na área, há autoridades judiciais em instituições desportivas responsáveis por observar e respeitar às leis e julgar o litígio, sendo as decisões das jurisdições desportivas universalmente respeitadas[358].

Dessa forma, os argumentos de Latty, Carter e Loup convergem para demonstrar que o universo jurídico desportivo se mostra como uma área com autonomia suficiente para ser uma área específica do direito. Podendo, portanto, ser reconhecida a autonomia desportiva para chamar essa seara jurídica de Direito Desportivo. Para compreender melhor, é importante tecer alguns aspectos que tornam mais claro o sentido e alcance da autonomia dentro da seara jurídica desportiva.

A autonomia[359] é advinda de origem grega e significa legislação independente, isto é, a capacidade de se autoorganizar juridicamente e de criar um direito. Para isso, é preciso que esse direito seja reconhecimento pelo Estado, incorporado ao ordenamento jurídico e declarado como obrigatório.

Gabriel Real Ferrer[360] descreve que para reconhecer a autonomia de uma disciplina jurídica, devem ser respeitados os seguintes requisitos: a) um escopo bem definido da realidade, sendo esta uma autonomia objetiva; b) obter um conjunto de princípios próprios, sendo então a autonomia dogmática ou conceitual; e c) existir um conjunto de normas e relações homogêneas.

---

[357] MAZZEI, Gabriella. Carattere privatistico e transnazionale dell'ordinamento giuridico sportivo. **Rivista di Diritto Pubblico Italiano, Comparato, Europeo**, Nº 10, 2017. Disponível em: < https://www.federalismi.it/nv14/articolo-documento.cfm?artid=34014> acesso em 27 de fevereiro de 2020. p. 3.

[358] LOUP, Jean. **Les sports et le droit.** Librairie alloz, 1930.

[359] MELO FILHO, Álvaro. Da autonomia desportiva no contexto constitucional. **Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC**, Universidade Federal do Ceará, 2006.

[360] REAL FERRER, Gabriel. **Derecho Público del Deporte**. Madrid: Civitas, 1991.

Nessa mesma linha, segue o jurista espanhol Luiz Maria Cazorla Prieto[361], que sustentou em 1993, na primeira edição da *Revista Española de Derecho Deportivo,* a necessidade de cumprir com três requisitos para reconhecer uma área do direito como autônoma, sendo eles: a) existência de uma realidade social devidamente delimitada, bem como claramente identificada; b) a presença de categorias jurídicas próprias e homogêneas; e c) a existência de um dos princípios jurídicos próprios.

O processo de reconhecimento de uma nova categoria jurídica, como o do direito desportivo, é considerado lento, pois significa uma mudança fundamental na sociedade. É inerente a este processo transformador o desenvolvimento de novos padrões de comportamento e cooperação que buscam aceitação comum. Vários fatores acadêmicos e práticos podem fornecer indícios de que uma área amadureceu a ponto de haver uma aceitação comum, de que a área pode ser reconhecida como autônoma no direito[362].

De acordo com Davis[363], para obter o direito desportivo como ramo autônomo do direito é preciso que haja: a) aplicação única pelos tribunais de outras disciplinas a um contexto específico; b) peculiaridades factuais dentro de um contexto específico que produz problemas e que requerem análise especializada;
c) os problemas que envolvem o assunto da disciplina proposta devem surgir em várias áreas legais existentes, existindo leis comuns ou estatutárias; d) dentro da disciplina proposta, os elementos do seu assunto devem se conectar, interagir ou inter-relacionar; e) as decisões dentro da disciplina proposta em conflito com as decisões sobre um assunto dentro de outras áreas do direito e decisões relativas a uma questão dentro da disciplina proposta impactam outros temas dentro desta; f) a disciplina proposta deve afetar de forma significativa os negócios, economia, cultura ou a sociedade da nação ou do mundo; g) o desenvolvimento de legislação específica desta disciplina para regular o relacionamento específico; h) publicações de livros de casos jurídicos com foco na disciplina proposta; i) o desenvolvimento de revistas jurídicas e outras publicações específicas dedicadas à publicação de escritos que se enquadram nos parâmetros do campo proposto; j) aceitação do

---

[361] PRIETO, Luis Maria Cazorla. Reflexiones acerca de la pretensión de autonomia científica del Derecho Deportivo. **Revista Española de Derecho Deportivo,** nº. 1, Jan/Jun, 1993.
[362] DAVIS, Timothy. What is Sports Law. **Marquette Sports Law Review**, v. 11, 2000. p. 218.
[363] DAVIS, Timothy. What is Sports Law. **Marquette Sports Law Review**, v. 11, 2000. p. 218-219.

campo proposto pelas escolas de direito; e k) reconhecimento por associações de juristas, como de advogados, do campo proposto como uma área substantiva identificável separadamente do direito.

Para o jurista Álvaro Melo Filho[364], os requisitos essenciais a serem cumpridos para reconhecer um direito enquanto um ramo autônomo do direito são a autonomia científica, legislativa e didática.

Para o Rafael Fachada[365], os requisitos para o que haja o reconhecimento de uma área autônoma do direito são necessários: a) relevância social; b) princípios próprios; c) categorias homogêneas; d) autonomia legislativa;
e) autonomia didático-cientifica.

Portanto, compreende-se que os requisitos trazidos por esses autores para sustentar o direito desportivo enquanto um ramo autônomo do direito, não são requisitos que se excluem, mas sim, elementos que se complementam.

Na visão do jurista espanhol Prieto[366], o direito desportivo possui uma clara realidade social, sendo fácil identificar a realidade desportiva e permitindo delimitar um objeto de conhecimento jurídico. No entanto, compreende que este direito não possui categorias e nem princípios próprios, faltando assim a sua autonomia científica e a possibilidade de seu reconhecimento científico como uma área do direito independente.

Para Souza[367], além de ser possível verificar a clara existência da realidade desportiva, merece um tratamento legal, ocorrendo assim a previsão do fenômeno do Desporto nas constituições dos Estados. E com isso, ocorreu a formação de categorias ou técnicas próprias ou da geração de princípios no intuito de estabelecer de forma eficiente um novo ramo do direito.

Pablo Barbieri[368] reconhece a autonomia do direito desportivo, alegando que é o ramo do direito responsável pelas relações jurídicas derivadas do

---

[364] MELO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo Atual**. Rio de Janeiro: Forense, 1989. p. 20.
[365] FACHADA, Rafael**. O direito desportivo enquanto uma disciplina autônoma**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 126.
[366] PRIETO, Luis Maria Cazorla. Reflexiones acerca de la pretensión de autonomia científica del Derecho Deportivo. **Revista Española de Derecho Deportivo,** nº. 1, Jan/Jun, 1993.
[367] SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. **El Derecho desportivo como rama autónoma del Derecho**. Asociación Española de Derecho Deportivo: Madrid, 2019.
[368] BARBIERI, Pablo Carlos. El derecho desportivo: necesidad de su estúdio y desarrollo. **Revista**

Desporto. Verifica que essa temática é notória, mas salienta que o seu desenvolvimento varia de forma substancial de acordo com cada Estado.

Compreende-se como a forma mais completa de sustentar a autonomia do direito desportivo a partir dos requisitos elencados por Fachada. Isto, pois, é feito um compilado de todos os requisitos elencados tanto pela doutrina brasileira, americana e espanhola. Deixando assim, a análise do direito desportivo enquanto um ramo autônomo do direito mais integralizado.

A relevância social do direito desportivo se dá através do que o Desporto representa socialmente, sendo este um fenômeno Transnacional que desde a sua propagação pelo mundo vem se adaptando à realidade de cada país, reunindo comunidades independente de religião, etnia ou mesmo aos limites territoriais dos Estados.

Nesse sentido, se existe um setor social que pode ser alcançado como paradigma é o Desporto, considerando assim, o fenômeno social mais importante do século XIX[369] e dos últimos séculos. Representando assim, um destaque dentro das sociedades por sua relevância lúdica, econômica e política[370]. A sua relevância lúdica pode ser vista pelo sentimento de ser, de pertencimento a determinado agrupamento desportivo, bem como, pertencimento ao movimento desportivo como um todo, apto de causar a união de povos que não se conseguiu unir mediante à política, economia ou às necessidades sanitárias. A relevância política é vista pela diversas vezes em que o Desporto foi associado pelos governantes aos seus regimes[371]. E a economia é possível verificar a partir da participação do Desporto nos países e como consequência o aumento do Produto Interno Bruto. Bem como, se utilizado os recursos desportivos de forma equivocada pode levar a um dano social considerável.

IMES direito, São Caetano do Sul, n.8, janeiro/junho, 2004. p. 6-7.

[369] REAL FERRER, Gabriel. **Principios y Fundamentos del Derecho Publico del Deporte.** Tese (Doutorado em Direito) – Universitat d'Alacant-Universidad de Alicante, Alicante, Espanha, 1990. p. 219.

[370] FACHADA, Rafael**. O direito desportivo enquanto uma disciplina autônoma**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 41-46.

[371] VER: HAVEMANN, Nils. **O futebol sob símbolo da suástica**. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org..). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 3, pp. 243- 256.

O requisito dos princípios próprios[372] do direito desportivo pode ser encontrado tanto no que concerne ao próprio Desporto como, *fair play*, pró-competição, igualdade, sendo estes amplos princípios que podem ser encontrados independente do ordenamento utilizado, como também aos princípios advindos da constituição de cada país, como a autonomia desportiva prevista em constituições.

As categorias homogêneas[373] são expressas pelas próprias normas de direito desportivo. É possível ver que haja ingerência do direito desportivo em outros ramos do direito, como por exemplo, direito empresarial, trabalhista, direito penal etc. Há categorias com origem em outros ramos do direito que evoluíram a ponto de ser um direito singular do direito desportivo, tornando-se, portanto, categorias homogêneas. Bem como, há categorias originadas no próprio direito desportivo.

Como exemplo, tem-se o direito desportivo disciplinar, com origem no direito desportivo e com o intuito de criar e implementar normas que protejam os princípios deste direito, como é o caso do Tribunal Arbitral do Esporte CAS/TAS[374]; do Comitê Olímpico Internacional (COI) na área internacional; assim como tribunais de federações e associações, por exemplo, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL); e, na seara nacional, a Justiça Desportiva, como é o caso do Brasil, e o Tribunal Administrativo do Desporto na Espanha.

Referente a um conjunto de normas e relações homogêneas, Real Ferrer[375], no ano de 1990 já argumentava que sem dúvidas o ordenamento jurídico desportivo possui um sistema que supõe uma coerência interna e uma homogeneidade entre as normas. Isso pelo fato de ser um conjunto normativo com uma unidade de objeto e de fim.

---

[372] FACHADA, Rafael**. O direito desportivo enquanto uma disciplina autônoma**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 91.

[373] FACHADA, Rafael**. O direito desportivo enquanto uma disciplina autônoma**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 69-70.

[374] *CAS* é a sigla advinda do inglês *Court Arbitral for Sport*; e, *TAS* é a sigla advinda do francês Tribunal Arbitral du Sport.

[375] REAL FERRER, Gabriel. **Principios y Fundamentos del Derecho Publico del Deporte.** Tese (Doutorado em Direito) – Universitat d'Alacant-Universidad de Alicante, Alicante, Espanha, 1990. p. 219-220.

A unidade de objeto se dá pela regulamentação das relações cuja substancial homogeneidade parece, com perfeita clareza, na medida em que estão agrupadas em torno de um fato tão único quanto o Desporto. E o seu fim é o desenvolvimento e melhora do Desporto de um fato tão único quanto o Desporto.

A autonomia legislativa é outro requisito que o direito desportivo cumpre, pois de um lado é capaz de produzir suas próprias normas, como é o caso da *lex sportiva*, que será tratada mais adiante, e de outro, por possuir normas estatais com a exclusiva finalidade à regência do Desporto.

E por fim, a autonomia didático-científica é clara[376] no direito desportivo tendo em vista que, existe uma gama de bibliografias relacionadas única e exclusivamente para tratar da seara do direito desportivo, seja mediante revistas, artigos e livros. Já apresenta como uma disciplina autônoma em diversas universidades do mundo, seja como disciplina de graduação, seja como especialização, mestrado e doutorado na área do direito desportivo. Há, também, institutos e grupos voltados para esse direito.

Dessa forma, a autonomia do direito desportivo em cada país pode ser em maior ou menor grau, conforme é tratado o direito por cada Estado. No Brasil, por exemplo, depois de muita discussão sobre a sua autonomia, o entendimento é de o direito desportivo ser é um ramo autônomo do direito, pois segue todos os requisitos elencados pelos autores citados para assim ser reconhecido.

Salienta-se, o direito desportivo é tratado na Constituição[377] do Brasil como autônomo, sendo o Estado responsável pelo fomento, e cabendo o ente privado a promoção e organização interna. Portanto, é outorgado às entidades do Desporto a liberdade de se constituir, organizar e funcionar ou ainda, de se auto

---

[376] TOBAR TOBAR, Felipe Bertasso; LIMA, Fernando de. A autonomia do direito desportivo. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.7, n.3. p. 1853-1873, 2012. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica> acesso em 30 de janeiro de 2020.

[377] **Art. 217.** É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do Desporto educacional e, em casos específicos, para a do Desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o Desporto profissional e o não profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. **§ 1º** O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. **§ 2º** A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. **§ 3º** O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998).

gerir, com a mínima intervenção estatal na regulamentação e movimentação da prática desportiva.

Já na Espanha, o direito desportivo possui relação direta com o Estado e com bastante interferência na organização desportiva. Como por exemplo, em virtude do auxílio financeiro do Estado nas federações, associações e entidades desportivas, ficam sujeitas a intervenções estatais. As intervenções estatais nas federações nacionais, como de ser em relação: a forma de eleição, de administração, atribuição das competências, e restrições de bens, gestão do orçamento, e a obrigatoriedade de submissão dos estatutos à aprovação. Inclusive, as federações nacionais na Espanha atuam por delegação função pública de caráter administrativo.

Importante constar que, na Espanha, igual no Brasil, existem diversos cursos em nível de *strictu sensu* e *latu sensu* com a matéria específica de direito desportivo; uma base doutrinaria, jurisprudencial e acadêmica a respeito do tema; conjunto de normas referente ao Desporto; princípios específicos da área; e relevância social. Portanto, o direito desportivo na Espanha possui diversos requisitos para ser considerado como autônomo, mas acaba ainda obtendo mais interferência estatal do que no Brasil.

Essas diferenças encontradas no Brasil e na Espanha são devido ao sistema adotado em cada país. São três modelos de sistema jurídico de direito desportivo[378]: (I) jus-privatista/não intervencionista, adotado pelo Brasil; (II) jus-publicista/intervencionista, adotados pela Espanha, Portugal, França e Itália; e (III) misto, adotado pela Suíça.

Em uma visão do direito desportivo mais abrangente, sem restringir mais aos Estados, é possível verificar a existência da autonomia desportiva, sendo este direito possuidor de um certo poder de criar suas normas e de se governar, conforme é possível verificar através das organizações desportivas como COI, WADA[379], FIFA etc.

A importância de um Estado colocar a autonomia desportiva em sua constituição é por propiciar `às entidades desportivas, aos dirigentes e às

[378] MELO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo**: novos rumos. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 167.
[379] Agência Mundial Antidoping

associações uma organização e um mecanismo funcional flexível permitindo o alcance dos seus objetivos na seara do Desporto. A partir do reconhecimento da autonomia, os entes desportivos podem ir em busca de fórmulas capazes de solucionar problemas, desenvolver de melhor maneira a convivência e proporcionar à sociedade desportiva resoluções novas e ideias criativas de acordo com a organização jurídica e de seu funcionamento[380].

Tendo em vista que o direito desportivo pode ser compreendido como um ramo autônomo do direito, formado com suas normas, princípios, institutos, fontes e instituições, a presente pesquisa será trabalhada com o Desporto a partir desta visão de um ramo autônomo do direito, por assim compreender a melhor categorização deste direito, de acordo com o explicitado.

No mais, será possível sustentar como este direito possui um caráter transnacional, aliás, como salientado por Carter[381], o Direito Desportivo não é apenas uma legislação ligada ao Desporto, ultrapassa esse limite e alcança importantes questões da sociedade, como a questão de gênero.

Portanto, para compreender melhor o direito desportivo é essencial compreender a sua estrutura, verificando seus entes, instituições e a sua organização.

2.4. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DIREITO DESPORTIVO NO ÂMBITO MUNDIAL

O Direito Transnacional converte para um entendimento de uma fonte de direito e de ordenanemnto jurídico plural, sendo possível sustentar o caráterr pluralista no que concerne ao Desporto. Dessa forma, a organização desportiva internacional, apesar de, em sua maior parte, organizar-se por entes privados, também possui entidades em nível nacional e internacional públicas e privadas, bem como salientado por Jessup ao falar de Direito Transnacional.

---

[380] MELO FILHO, Álvaro. Da autonomia desportiva no contexto constitucional. **Revista do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Ceará**, 2006. p. 34-35.

[381] CARTER, W. Burlette. Introduction: What Makes a “Field” a Field? **Viginia Journal of Sport & the Law**, V. 1, p. 235-245, 1999. p. 239. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2351495 > acesso em 11 de fevereiro de 2020.

Desta forma, é imprescindível demonstrar como o Desporto, em nível mundial, é estruturado, trazendo breves esclarecimentos sobre o Movimento Olímpico e as organizações participantes, como federações e comitês, a respeito da Agência Mundial Antidoping e da arbitragem desportiva em nível internacional pelo Tribunal Arbitral Desportivo, podendo assim demonstrar como é a pluralidade de sujeitos e ordenamentos

2.4.1. O Movimento Olímpico e sua estruturação

O Movimento Olímpico Moderno é uma filosofia de vida que combina as qualidades do corpo, da vontade e da mente, aliando o Desporto à cultura e educação. Portanto, cria um estilo de vida com base na responsabilidade social, respeito aos princípios éticos fundamentais universais, no valor educativo do bom exemplo, bem como no prazer do esforço.

Importante ressaltar que o Olimpismo[382] possui o objetivo de colocar o Desporto a serviço do desenvolvimento da pessoa humana de forma harmoniosa, favorecendo uma sociedade pacífica e comprometida com a conservação da dignidade humana. Afinal, o Desporto é uma atividade que faz parte da sociedade.

Em 1894, Coubertin criou o Comitê Olímpico Internacional (COI) para dar forma ao Movimento Olímpico, sendo responsável por administrar e realizar os Jogos Olímpicos e eventos desportivos mundiais. O COI, com o apoio de 78 delegados de 37 federações desportivas de nove países, deu início aos Jogos Olímpicos Modernos, aprovando as regras para a celebração dos jogos e confirmando a lista dos membros do COI. Os primeiros Jogos Olímpicos Modernos foram em Atenas no ano de 1896 e obteve grande êxito, fazendo renascer o movimento olímpico e dando sequência, nos demais anos, aos Jogos Olímpicos[383].

Em 1908, os jogos foram realizados em Londres e trouxeram uma estabilização ao movimento, fazendo com que os próximos Jogos Olímpicos fossem aceitos como a expressão mais elevada do Desporto em um nível mundial pelas

---

[382] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 11.
[383] MÜLLER, Norbert; TODT, Nelson Schneider (Ed.). **Pierre de Coubertin (1963-1937) - Olimpismo**: Seleção de textos. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2015. p. 30.

diversas federações desportivas e pelos desportistas. No congresso Olímpico de 1914, o COI favoreceu essa aceitação ao ceder a responsabilidade técnica dos jogos à respectiva federação internacional[384].

O documento oficial do movimento é a Carta Olímpica[385], a qual possui os princípios fundamentais e valores essenciais do Olimpismo, estabelecendo os objetivos e os conceitos do Movimento Olímpico Moderno. É a Carta Olímpica que governa e organiza todo funcionamento do Movimento Olímpico, bem como dispõe das regras e textos a serem seguidos pelo COI, servindo de Estatuto para este Comitê atuar. É disposto na Carta que as organizações, instituições e pessoas pertencentes ao Movimento Olímpico, bem como todos que aceitam serem guiados por seus regulamentos, são vinculados à Carta e possuem o dever de respeitar as decisões tomadas pelo COI.

A Carta Olímpica[386] descreve que: "A prática do esporte é um direito humano. Todo indivíduo deve ter a possibilidade de praticar esporte, sem discriminação de qualquer espécie e dentro do espírito olímpico, que requer compreensão mútua com um espírito de amizade, solidariedade e jogo limpo".[387]. Inclusive, uma das funções do COI é de estimular e apoiar a promoção das mulheres nos Desportos, fazendo com que a prática desportiva possua igualdade entre homem e mulher[388].

O Movimento Olímpico é estendido aos cinco continentes, reunindo atletas de todo o mundo e de todos os continentes. Dessa forma, tem se mostrado como uma das maiores tendências associativas da humanidade, sendo um grupo de organizações, entidades, instituições e pessoas que seguem ao disposto na Carta Olímpica e os regramentos do COI.

Dentro do Movimento Olímpico, o COI[389] é a autoridade máxima. A sua natureza jurídica é caracterizada por ser uma organização não governamental e sem

---

384 MÜLLER, Norbert; TODT, Nelson Schneider (Ed.). **Pierre de Coubertin (1963-1937) - Olimpismo**: Seleção de textos. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2015. p. 33.
385 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019.
386 Tradução livre do trecho na versão original: "*The practice of sport is a human right. Every individual must have the possibility of practising sport, without discrimination of any kind and in the Olympic spirit, which requires mutual understanding with a spirit of friendship, solidarity and fair play*." (INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 11).
387 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 12.
388 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 17.
389 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 31.

fins lucrativos, constituída como uma associação com personalidade jurídica e é uma organização reconhecida pelo Conselho Federal Suíço, país no qual se encontra sua sede legal, mais especificamente em Lausanne, a capital olímpica.

O COI possui a responsabilidade de promover os valores olímpicos do Movimento Olímpico, oferecer ajuda para organizar, bem como dar conhecimento aos Jogos Olímpicos, apoiar as Federações Internacionais do Desporto, os Comitês Olímpicos Nacionais e atletas em sua preparação aos Jogos. Os Jogos Olímpicos e todos os direitos de propriedade associados aos Jogos são de exclusiva propriedade do COI[390].

Quanto aos membros do COI[391], cabe ao próprio Comitê realizar a composição de seus membros, e esses, por sua vez, são responsáveis por representar e apoiar os interesses do Movimento Olímpico e do COI em seus países de origem e nas organizações do Movimento Olímpico que sirvam.

Destaca-se que os representantes do COI não podem aceitar ordens ou instruções de seus governos, organizações, nem de terceiros, assim, não possibiilitando a interferência na liberdade de agir e de voto junto ao COI[392]. Deixando claro, mais uma vez, a autonomia desta organização desportiva, sem qualquer interferência do Estado-nação em sua estrutura e organização.

O COI funciona juntamente com apoio das Federações Desportivas Internacionais (FI), as quais ofertam ao comitê um suporte técnico e prezam pela aplicação de suas regras, liderando o movimento olímpico juntamente com os Comitês Nacionais Olímpicos (CON), responsáveis em seus países por fomentar o olimpismo e por formar delegações para ir aos jogos olímpicos[393].

Para além das Federações Internacionais e Comitês Nacionais Olímpicos, o Movimento Olímpico abrange também Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO), associações nacionais, clubes e pessoas pertencentes às Federações Internacionais e aos Comitês Nacionais Olímpicos, especialmente os atletas de interesse fundamentais aos Movimento Olímpico, assim como, árbitros, treinadores, juízes, oficiais e técnicos do Desporto, e ainda abrange a organizações e instituições

[390] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 22.
[391] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 31.
[392] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 33.
[393] VER: INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019.

que o COI reconhece[394].

O COI possui diversas atribuições e, dentre elas, a de organizar, juntamente com o apoio das CON e das FI, os Jogos Olímpicos a cada quatro anos, ocorrendo assim competições de várias modalidades desportivas com o envolvimento de atletas de todo o mundo. Ou seja, uma organização não governamental organiza um evento desportivo com diversos países ao redor do mundo, movimentando pessoas, organizações, entidades e Estados para a realização as competições desportivas.

As atribuições[395] do COI são exercidas por seus órgãos: a Sessão, a Comissão Executiva, sendo a Sessão a Assembleia geral dos membros do COI, constituindo o órgão supremo do Comitê. Já a Comissão Executiva é composta pelo Presidente, quatro Vice-Presidentes e dez membros, sendo responsável pela administração do Comitê, pela gestão dos seus assuntos e pelas relações da instituição.

Os seus recursos podem ser provenientes de doações, presentes, legados, bem como, pode ir em busca de outros recursos que possibilitem cumprir com sua missão e fortalecer o seu apoio para com os atletas. Recebe também a receita da exploração de direitos de televisão, licenciamento, patrocínio, de propriedade olímpica, bem como da celebração dos Jogos Olímpicos[396].

É possível verificar que a estrutura do COI e do Movimento Olímpico deixa claro, através da Carta Olímpica, que são independentes de influência dos Estados. O assunto tratado pelo movimento e pelo Comitê, o Desporto, é uma ocorrência transnacional, pelo fato de fazer com que diversos países façam parte do movimento, sigam as regras estabelecidas pelo COI e aqueles descritos na Carta Olímpica, sem que haja intervenção na estrutura e organização do COI e do Movimento pelos Estados. Pelo contrário, quando um país irá sediar os jogos olímpicos, deve seguir as recomendações do COI e fazer as adaptações necessárias dentro do Estado para receber o evento.

Adentrando em outras organizações do Desporto, as Federações

[394] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019.
[395] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. 41-53.
[396] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 53.

Internacionais[397], são organizações internacionais não governamentais, responsáveis por administrar modalidades do Desporto em nível mundial e são ligadas com as organizações que administram o Desporto. A maior parte destas federações são associações privadas e seguem, bem como o COI, a lei de um país da Europa, onde se encontra a sua sede, sendo na maioria das vezes, Suíça.

As Federações Internacionais possuem autonomia e independência para governar o seu respectivo Desporto[398], devendo respeitar a Carta Olímpica. O COI é o responsável por reconhecer uma organização não governamental internacional que administra um ou vários Desportos no âmbito mundial, na qualidade de Federação Internacional, e por consequência, como organizadora destes desportos em nível nacional[399].

Salienta-se que, as Federações Internacionais atuam em conjunto com o COI, sendo essencial a atuação de ambos para a realização dos Jogos Olímpicos. Afinal, as Federações possuem poder de desenvolver e fomentar os Desportos aos quais estão ligadas, bem como possuem controle sobre a realização dos Jogos patrocinados pelo COI.

Ao participar do Movimento Olímpico pelas Federações Internacionais é necessário que seus estatutos, práticas e atividades, estejam de acordo com a Carta Olímpica, em especial no que tange à aplicação do Código Mundial Antidopagem e o Código do Movimento Olímpico de Prevenção à Manipulação de Competições[400]. Da mesma forma, a modalidade desportiva necessita de reconhecimento do COI para que possa fazer parte dos Jogos Olímpicos.

Os Comitês Olímpicos Nacionais (CON)[401] representam o COI em seu Estado e possuem a missão de desenvolver, promover e proteger o Movimento Olímpico em seus países. Quanto à sua natureza jurídica, é em sua grande maioria, uma organização jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, sendo uma exceção, por exemplo, Comitê Olímpico Nacional da Itália[402], que possui natureza jurídica de direito público, logo é submetido a fiscalização do governo italiano e a

---

397 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 55.
398 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 55.
399 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 55.
400 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 55.
401 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 59.
402 ITÁLIA. **Comitato Olimpico Nazionale Italiano**. Disponível em: < Home - Comitato Olimpico Nazionale (coni.it) > acesso em 26 de junho de 2022.

quem cabe a responsabilidade de regulamentar a organização desportiva no país.

A responsabilidade destes comitês é de desenvolver e fomentar o Desporto nacional e selecionar atletas para representar o Estado nos jogos Olímpicos e outros jogos patrocinados pelo COI. Além disso, devem respeitar o descrito na Carta Olímpica, e os seus estatutos estão sujeitos à aprovação do COI.

Os CONs possuem várias funções, como por exemplo, representar seus respectivos países nos Jogos Olímpicos e em outros jogos patrocinados pelo COI; no caso de o país ser selecionado para acolher os Jogos Olímpicos, é o CON do país que irá organizar. Outra função de suma importância para a presente pesquisa é a de "agir contra qualquer forma de discriminação e violência no desporto; adotar e implementar o Código Mundial Antidoping"[403].

Pelo fato de os Comitês Olímpicos Nacionais serem representantes do COI em seu país de origem, devem, portanto, preservar a sua autonomia em relação ao governo de seu Estado, bem como resistir a pressões políticas, religiosas ou econômicas, que possam impedir o CON de se adequar conforme a Carta Olímpica[404].

Há ainda os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos[405], responsáveis pela organização destes jogos desde o início ao fim. São criados pelo país sede dos Jogos Olímpicos, possuindo personalidade jurídica no país sede. Devem realizar todas as atividades de acordo com a Carta Olímpica e com contrato firmado entre o COI, o CON e a sede dos Jogos Olímpicos, bem como qualquer outro regramento ou instrumento da comissão executiva do COI.

É possível verificar que, para a realização dos Jogos Olímpicos no país escolhido, há uma série de atores envolvidos, como os Comitês, as Federações, as Confederações, os Estados, além dos atletas e equipes técnicas. No mesmo sentido, há uma pluralidade jurídica nesse âmbito, por meio da Carta Olímpica, Estatuto do COI e das Federações, Leis dentro dos Estados voltados ao Desporto, dentre outros. Esse conjunto de sujeitos e ordenamentos se forma no intuito de dar continuidade ao Movimento Olímpico. E, para que o país sede consiga trabalhar

---

[403] Tradução livre do trecho original: "The NOCs´ role is: [...] 2.5 to take action against any form of discrimination and violence in sport; 2.6 to adopt and implement the World Anti-Doping Code". (INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 60).
[404] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 60.
[405] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 72.

adequadamente com as organizações desportivas internacionais e seguir o disposto da Carta Olímpica, é necessário haver harmonia entre os poderes públicos do país, a Comissão Organizadora dos Jogos Olímpicos e os respectivos regulamentos e leis de cada um.

Além de toda a regulamentação do Movimento Olímpico e os sujeitos que o compõe, há outros elementos que fazem parte do Direito Desportivo no âmbito internacional, como é o caso da Agência Mundial Antidoping. Para compreender acerca da Agência, é necessário entender o *doping* e a sua relação com o desporto.

2.4.2. *Doping* no desporto e a regulamentação antidopagem

O *doping* pode ser compreendido como a administração de substância/droga/medicamento com o objetivo de obter um aumento do rendimento de um atleta durante a competição. O controle antidoping é importante por ser uma prática que contraria a ética do desporto, bem como por ser prejudicial à saúde do desportista[406].

No final do século XX o desporto mundial assistia ao *doping* ganhando força sem que nenhum organismo fosse capaz de enfrentar este fenômeno transnacional e multiesportivo que atacava o Desporto. Ou seja, os atletas estavam ingerindo susbtâncias e obtendo vantagens nas competições desportivas, fazendo com que a competição ficasse desequilibrada. Nessa época, apenas o COI obrigava, pelo menos em teoria, a todos os participantes que desejassem participar dos Jogos Olímpicos a se submeterem ao seu Código Antidopagem, unificando assim os critérios, sistemas de detecção e sanção[407].

Ocorre que, o procedimento de detecção era similar dentro das competições realizadas pelo COI, mas as normas e sistemas de mecanismos de controle eram diferentes nos países e nas diversas Federações que aplicavam, e quando fora da competição, praticamente não existia controle antidopagem. Outra

---

[406] FERNÁNDEZ, Bernardo Marín. **Mujer y deporte**. Universidad de Oviedo, 1966. p. 65-67.

[407] CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje Deportivo y Código Mundial Antidopaje**. Madrid: Editorial Reus, 2014. p. 11-12.

questão é que os laboratórios de controle não gozavam de autoridade oficial entre os países, restando aos Estados realizar a gestão de seus próprios parâmetros, até algumas Federações obtinham seus laboratórios, variando assim o âmbito de competência de cada laboratório conforme a Federação ou o país[408].

Assim, o Desporto mundial sentiu a necessidade de que a regulamentação contra o doping fosse transnacional e deu origem ao Movimento Antidoping, criando a Agência Mundial Antidoping (WADA), no intuito de eliminar a ação do doping no Desporto. Dessa forma, uma ação conjunta das organizações não governamentais do Desporto juntamente com os governos e organizações intergovernamentais foi realizada na direção de ações antidoping[409].

A WADA foi criada em 1999 como uma agência internacional independente, composta e financiada pelo movimento desportivo e pelos governos de Estados[410]. A sua natureza jurídica é de fundação regida pelo direito privado, sem fins lucrativos, regida pelo código civil suíço, mesmo que atualmente tenha sua sede na cidade de Montreal, no Canadá, sendo seus os sócios: entidades privadas, desportivas e Estados[411].

A missão da Agência é liderar um movimento colaborativo em âmbito mundial para um desporto livre de doping, desenvolvimento, harmonizando e coordenando e monitorando regras e políticas antidoping em todos os desportos e países[412]. As funções da WADA são: a) ajustar, alterar e atualizar as substâncias e os métodos que não são permitidos na prática desportiva; b) equilibrar as políticas antidopagem em todos os desportes e em todos os países através do Código Mundial Antidopagem; c) organizar os sistemas antidopagem através do sistema de administração e de gestão antidopagem; d) difundir os controles antidopagem fora

---

[408] CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje Deportivo y Código Mundial Antidopaje**. Madrid: Editorial Reus, 2014. p. 13.

[409] WADA. World Anti-doping Agency. **WADA:** Governance. Disponível em: <Governance | World Anti-Doping Agency (wada-ama.org)> acesso em: 04 de abril de 2020.

[410] WADA. World Anti-doping Agency. **WADA:** Governance. Disponível em: <Governance | World Anti-Doping Agency (wada-ama.org)> acesso em: 04 de abril de 2020.

[411] CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje desportivo y Código Mundial**. Madrid: Editorial Reus, 2014. p. 14.

[412] WADA. World Anti-doping Agency. **WADA:** Governance. Disponível em: <Governance | World Anti-Doping Agency (wada-ama.org)> acesso em: 04 de abril de 2020.

das competições; e e) programas de educação e desenvolvimento técnico[413].

É composta por um Conselho da Fundação, um Comitê Executivo e várias comissões. O primeiro é o órgão supremo de tomada de decisões da Agência, composto por até 40 membros, sendo eles representantes do Movimento Olímpico, sendo pelo menos quatro atletas, e representantes de organizações intergovernamentais, autoridads públicas e outras entidades públicas envolvidas na luta contra o doping. O Conselho tem, dentre outras funções, o poder de delegar a gestão e o funcionamento da WADA, abrangendo o desempenho das atividades e de administração de ativos para o Comitê Executivo, inclusive este último é nomeado pelo Conselho[414].

O Comitê Executivo é o órgão máximo de formulação de políticas da WADA, atua na definição das políticas adotadas pela Agência, sendo responsável pela gestão e administração dela[415]. A estrutura organizacional do Comitê é constituída por 14 membros, sendo a maioria de membros do Conselho da Fundação, mas pelo menos 2 membros devem ser escolhidos de fora dos Membros do Conselho, bem como devem ser independentes da WADA, do Movimento Olímpico e das autoridades públicas[416]. Essa composição é paritária, portanto, é o mesmo número de representantes das autoridades públicas e de representantes das organizações não governamentais internacionais do desporto. Da mesma forma ocorre o financiamento das atividadades da Wada, ou seja, é dividio de forma igual entre o Movimento Olímpico e os governos[417].

A representação de governos dentro da WADA é definida por meio de um critério geográfico, sendo, portanto, de acordo com os cinco representantes dos anéis olímpicos, ou seja, ocorre eleição e escolha dos participantes pelos próprios

---

413 CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje Deportivo y Código Mundial Antidopaje**. Madrid: Editorial Reus, 2014. p. 15.

414 WADA. World Anti-doping Agency. **WADA Statutes**: English translation of French original. p. 03. Disponível em: < WADA Statutes: English translation of French original (official version) | World Anti-Doping Agency (wada-ama.org)> acesso em 12 de julho de 2022.

415 BAYER, Rodrigo Steinmann. **A autonomia dos Organizações Internacionais Esportivas**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. p. 81.

416 WADA. World Anti-doping Agency. **WADA Statutes**: English translation of French original. p. 09. Disponível em: < WADA Statutes: English translation of French original (official version) | World Anti-Doping Agency (wada-ama.org)> acesso em 12 de julho de 2022

417 BAYER, Rodrigo Steinmann. **A autonomia dos Organizações Internacionais Esportivas**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. p. 81.

organismos governamentais e depois é notificada a Agência sobre as indicações governamentais[418].

Para que haja cumprimento das normas da WADA, há sanções para violações de regras e, apesar de não possuir uma força legal, o Código da WADA é obrigatório a todos os signatários[419]. Dessa forma, a Agência poderá denunciar ao COI por não cumprimento da Carta Olímpica, do Código Mundial Antidopagem, do Código do Movimento Olímpico sobre Prevenção de Manipulação de Competições ou de qualquer outra regulamentação estipuçada pelo COI, por uma FI ou por um CON[420].

Assim, o COI pode impor sanções desportivas e administrativas aos participantes, conforme estipulado na Carta Olímpica, como: (I) aos atletas, a perda de medalhas, pontos e prémios, ou ainda, a suspensão do atleta, (II) a equipe desportiva, que poderá, por exemplo, perder pontos ou invalidar a participação; (III) aos Estados, podendo revogar o direito de sediar os Jogos Olímpicos; (IV) as Federações Nacionais, como revogando direito de enviar atletas aos Jogos; (V) e as Federações Internacionais, como a suspenção do Movimento Olímpico[421].

As normas internacionais também são de cunho obrigatório aos signatários, pois têm por objetivo dar efetividade ao Código da WADA. Desta forma, há uma lista de substâncias proibidas, normas para a realização do teste de amostras corporais dos atletas, normas para a realização dos testes pelos laboratórios credenciados, padrões de isenção para uso terapêutico e normas de proteção da privacidade e de informações do atleta[422].

Dentro do Movimento Antidopagem, é possível verificar que há diversas organizações desportivas que fazem parte, bem como, há participação de organizações intergovernamentais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ao adotar a Convenção Internacional contra o Doping no Esporte.

---

418 BAYER, Rodrigo Steinmann. **A autonomia dos Organizações Internacionais Esportivas**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. p. 81.

419 WADA. Word Anti-Doping Agency. **Word Anti-Doping Code:** 2015 with 2019 amendments. Mondreal, Quebec, 2019. Disponível em: <https://www.wada-ama.org/en/resources/the-code/world-anti-doping-code> acesso em: 04 de abril de 2020.

420 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 99-102.

421 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019. p. 99-102.

422 WADA. Word Anti-Doping Agency. **Word Anti-Doping Code**. Mondreal, Quebec, 2021. p. 10. Disponível em: < 2021_wada_code.pdf (wada-ama.org) > acesso em: 12 de julho de 2022

Conforme a Convenção da UNESCO[423], os Estados que fazem parte são obrigados a adotar medidas de controle de dopagem para que não haja violação das regas do Código da WADA. Isto pelo fato de considerar o Desporto como um desempenho de papel primordial na proteção da saúde, educação, moral, cultural e física, assim como na promoção da paz, fazendo com que haja ações e medidas a serem tomadas para cumprir com o Código e a Carta Olímpica.

Desta forma, há uma conformidade entre autoridades públicas e organizações do Desporto, em todos os níveis, para assegurar o princípio da ética desportiva, dos eventos desportivos e proteger a saúde dos que participam. Inclusive o financiamento[424] da WADA é reflexo desse equilibro de poderes, pois os gastos são suportados de forma igualitária pelos Estados e pelo COI. Demonstrando assim, a existência de uma pluralidade de atores orientados por um pluralismo jurídico

Ken Foster[425] afirma que a WADA provou ser uma efetiva instituição internacional hibrida de governança em matéria de doping, fazendo com que as federações internacionais de Desporto sigam as suas regras e procedimentos.

Além disso, possível verificar o controle da WADA sobre as Federações Internacionais, pois na prática as FIs e as Associações desportivas internacionais aceitam o mandato da WADA e implementam seu Código Antidoping. Além do mais, a Agência controla diretamente a atuação das federações, seja pela possibilidade de recursos das resoluções disciplinares federativas, seja pela instauração habitual de controles fora da competição[426].

Há uma coordenação conjunta da Agência com os Estados ocidentais, tanto pela aplicação da política de prevenção e controle, como pela sua alta incidência nas legislações nacionais e no modo executivo de atuação em uma ação

---

[423] BRASIL. **Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes**. Congresso Nacional, 2007.
[424] CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje Deportivo y Código Mundial Antidopaje**. Madrid: Editorial Reus, 2014. p. 15-16.
[425] FOSTER, Ken. **Lex Sportiva**: Transnational Law in Action. University of Westminster: School of Law, 2011. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1803472 > Acesso em: 05 de abril de 2020. p. 1.
[426] CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje Deportivo y Código Mundial Antidopaje**. Madrid: Editorial Reus, 2014. p. 18-19.

contra o doping[427].

O Código Mundial Antidopagem[428] possui mecanismos de pressão aos Estados, aos que aderiram seguir a WADA, para cumprir com o disposto no Código, como por exemplo, expulsar de competições desportivas internacionais. O Código também dispõe de algumas regulamentações para os Estados tratarem o doping, como o dever de privilegiar a arbitragem como método de resolução de conflitos sobre doping; caso o Estado não possua uma Agência antidopagem, dever colaborar com o seu Comitê Olímpico para criar uma; como também dita a autonomia desta Agência em relação ao Estado.

A WADA conseguiu educar sobre os prejuízos da dopagem, fazendo com que a opinião pública mundial enxergasse que o doping é um problema, e, assim deve atuar contra desportistas e seu entorno para que sejam investigados e castigados. A WADA é unanimidade mundial sobre sua atuação contra o doping, sem que haja quem a questione[429].

Desta forma, é possível sustentar, conforme Cabellero[430], que a WADA possui a capacidade de atuar como ator global na luta contra o doping, pois como visto, a Agência realiza diversas questões positivas neste sentido, bem como na educação de desportistas e na opinião pública, trabalhando conjuntamente com organizações desportivas privadas e com os Estados.

2.4.3. A estruturação e funcionamento do CAS/TAS

Por fim, outro organismo desportivo é a Corte Arbitral do Esporte (CAS)

---

[427] CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje Deportivo y Código Mundial Antidopaje**. Madrid: Editorial Reus, 2014. p. 18-19.

[428] WADA. Word Anti-Doping Agency. **Word Anti-Doping Code:** 2015 with 2019 amendments. Mondreal, Quebec, 2019. Disponível em: <https://www.wada-ama.org/en/resources/the-code/world-anti-doping-code> acesso em: 04 de abril de 2020.

[429] CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje Deportivo y Código Mundial Antidopaje**. Madrid: Editorial Reus, 2014. p. 20.

[430] CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje Deportivo y Código Mundial Antidopaje**. Madrid: Editorial Reus, 2014.

ou também chamado de Tribunal Arbitral do Esporte (TAS). Devido ao aumento de disputas internacionais ligados ao Desporto e por não haver uma autoridade independente e especializada e com poder de vincular suas decisões, foi fundado em 1983 na Suíça o TAS/CAS[431].

No início, o Tribunal não era tão eficiente devido a questões como das federações internacionais possuírem seus próprios órgãos julgadores. A questão do doping não era tão relevante até o final da década de 80 e a vinculação do Tribunal com o COI não dava a isenção política necessária. Porém, após uma reforma no CAS, o Estatuto e Regulamento do Tribunal se tornou mais eficiente, modificando a sua estrutura e garantindo a autonomia e imparcialidade do Tribunal, bem como foi consagrado o Código de Arbitragem do Esporte.

Existem dois tipos de demandas que podem ser levadas ao CAS, a de natureza comercial e a de natureza disciplinar. A primeira é relacionada com execução de contratos, patrocínios, venda de direitos de televisão, realização de eventos desportivos, transferências de jogadores e relações entre jogadores ou trinadores e clubes e/ou agentes[432]. Neste caso, o CAS atua como uma instância única.

Já as disputas de natureza disciplinar são relacionadas com questões de responsabilidade civil, sendo na maioria dos casos relacionadas ao *doping*, mas também a acidentes de atletas em uma competição desportivas, violência feita dentro da área de jogo, abuso de árbitros etc. Neste caso, tais disputas são tratadas em primeira instância pelas autoridades desportivas competentes e, posteriormente, objeto de recurso para o Tribunal do CAS, atuando este como tribunal de última instância[433].

O CAS é um tribunal privado, desempenha suas funções através de árbitros, e é estruturado em duas instâncias: a primeira, a Divisão de Arbitragem Ordinária, responsável por julgar disputas de instância única submetida ao CAS; e a segunda, Divisão de Arbitragem de Apelação, responsável por julgar procedimentos em última instância e tem poder rever decisões aplicadas pelas organizações

[431] CAS. Court Of Arbitration For Sport. **History of the CAS**. Disponível em: < https://www.tas-cas.org/en/general-information/history-of-the-cas.html> Acesso em: 05 de abril de 2020.
[432] CAS. Court Of Arbitration For Sport. **History of the CAS**. Disponível em: < https://www.tas-cas.org/en/general-information/history-of-the-cas.html> Acesso em: 05 de abril de 2020.
[433] CAS. Court Of Arbitration For Sport. **History of the CAS**. Disponível em: < https://www.tas-cas.org/en/general-information/history-of-the-cas.html> Acesso em: 05 de abril de 2020.

desportivas, sendo cada instância chefiada por um presidente[434].

Há ainda o Conselho Internacional de Arbitragem em Matéria Desportiva (ICAS)[435], com sede em Lausanne, Suíça, composto por 20 membros com conhecimento na área desportiva de notório saber jurídico, indicados pelo COI, pelas Federações Internacionais e pelos Comitês Olímpicos Nacionais e o Internacional. O Objetivo do ICAS é de facilitar a resolução de disciplinar ligadas do Desporto por meio de arbitragem ou mediação e salvaguardar a independência do CAS, bem como é responsável pela administração e financiamento do CAS.

O TAS/CAS[436] se tornou um importante exemplo de governança transnacional, representando uma das mais importantes tentativas bem-sucedidas de tratar de questões transnacionais. O TAS pode até servir como exemplo para futuras resolução de disputas transnacionais, demonstrando como o ápice da ordem jurídica de caráter privado e autônomo do Direito Desportivo Transnacional.

Portanto, este tribunal se mostra como importante exemplo do pluralismo jurídico global, estabelecido do direito comercial internacional e com desenvolvimento no domínio essencialmente privado. A jurisprudência do CAS contribui para confirmar a existência de um campo claro da regulamentação transnacional de disputas desportivas internacionais, pois dentro deste campo foram criadas diversas normas por federações desportivas internacionais e princípios legais gerais e são usadas, emergindo uma lei desportiva transnacional[437].

As diversas entidades desportivas internacionais optaram por ter como país-sede a Suíça, devido à flexibilidade conferida pela legislação nacional às associações e a outros tipos de sociedade, bem como pela neutralidade política do país ao longo da história. Esta escolha é justamente para que não haja interferência dos Estados nos assuntos desportivos, e o fato da Suíça ser um país politicamente neutro, não interfere nas relações de conflitos, afastando a possibilidade de

---

434 CAS. Court of Arbitration for Sport. **History of the CAS**. Disponível em: < https://www.tas-cas.org/en/general-information/history-of-the-cas.html> Acesso em: 05 de abril de 2020.
435 CAS. Court of Arbitration for Sport. **Code of Sports-related Arbitration**. 2019. Disponível em: < https://www.tas-cas.org/en/index.html> Acesso em: 05 de abril de 2020.
436 FOSTER, Ken. **Lex Sportiva**: Transnational Law in Action. University of Westminster: School of Law, 2011. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1803472 > Acesso em: 05 de abril de 2020. p. 15.
437 FOSTER, Ken. **Lex Sportiva**: Transnational Law in Action. University of Westminster: School of Law, 2011. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1803472 > Acesso em: 05 de abril de 2020. p. 15.

politização do Desporto pelo Estado[438].

A partir dessa contextualização sobre estrutura e organização do Direito Desportivo no âmbito mundial, é possível verificar a universalização deste direito. A exemplo disso, tem-se as diversas organizações aplicando as mesmas normas a todos os atores envolvidos pelo sistema do Desporto. Inclusive, as disputas dentro dessas organizações podem ser levadas ao conhecimento do CAS para resolução de eventuais conflitos.

Da mesma forma, a universalização desse direito é possível verificar pelas regras das modalidades desportivas serem as mesmas aplicadas em todo e qualquer país que queira participar e realizar a modalidade, submetendo assim, aos organismos desportivos desta modalidade. Ou seja, as organizações desportivas são baseadas em princípios universais e organizadas por normas do direito internacional e não é privativa de um Estado-nação. Por mais que a sede de uma organização esteja em um determinado território, regido por um determinado país, e, portanto, deve seguir a legislação desse país, ao mesmo tempo, as organizações possuem autonomia na sua organização e atuação.

2.5. O ASPECTO TRANSNACIONAL DO DIREITO DESPORTIVO

A partir da confirmação da existência do Direito Desportivo e de como funciona a sua estrutura organizacional, é possível analisar o adjetivo "transnacional" deste direito. Adentra-se, portanto, no argumento do chamado Direito Desportivo Transnacional, no intuito de verificar a ocorrência da transnacionalidade do direito desportivo.

A intensificação do processo de Globalização fez com que as novas ordens jurídicas ganhassem força, sendo desenhadas em um cenário jurídico pluralista com a premissa básica da retirada do Estado do monopólio da produção jurídica. Existindo agora um cenário com ordens jurídicas transnacionais, ou seja, além do Estado, existem também organizações autônomas que realizam produção

[438] FARIA, Thiago Silveira de. Lex FIFA: **Autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional**. Dissertação (Mestrado em Direito Público). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós Graduação em Direito, São Leopoldo, RS, 2016. p. 46.

de normas, como é o caso do direito desportivo.

A nova configuração da sociedade globalizada é baseada no crescimento de poderes transnacionais, dos quais decorrem ordens jurídicas construídas por organizações privadas ou atores, com suas próprias regras de conduta e mecanismos específicos de sanção para o caso de infringência, como da *Lex sportiva*.

A *Lex sportiva* é um conceito desenvolvido com referência à *Lex mercatória*, que possui base no pluralismo jurídico global, validando assim novas ordens jurídicas com abrangência transnacional como o Direito Desportivo. A *Lex Mercatória*[439] não foi criada por acordo internacional entre os Estados, mas sim por interesses comerciais privados. Logo, não há imposição de sanções pelos Estados, mas sim, por sentenças arbitrais reconhecidas por estes.

É possível verificar a semelhança a *Lex Mercatória* e a *Lex sportiva*, pois, conforme Ken Foster[440], a *Lex sportiva* não é apenas uma lei internacional, mas sim, uma lei transnacional, é global, sem pátria, portanto, um exemplo do pluralismo jurídico-global semelhante ao da *Lex Mercatória*.

Latty[441] sustenta que o Direito Desportivo Transnacional pode possuir três significados, sendo eles: a) um significado mais amplo baseado na teoria do professor Jessup, que cobre qualquer regra com escopo externo; b) um significado híbrido, caracterizando as relações jurídicas entre entidades públicas e privadas; e
c) um significado estritamente privado, referente às regras produzidas pelas partes globais/ privadas autorreguladas.

A teoria de direito transnacional de Jessup sai da esfera meramente descritiva e vai para o aspecto operacional, entretanto, conforme Latty[442], não obtém um sucesso esperado. Isto, pois, Jessup sugere que qualquer juiz

---

[439] FOSTER, Ken. **Lex Sportiva**: Transnational Law in Action. University of Westminster: School of Law, 2011. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1803472 > Acesso em: 05 de abril de 2020. p. 1.
[440] FOSTER, Ken. **Lex Sportiva**: Transnational Law in Action. University of Westminster: School of Law, 2011. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1803472 > Acesso em: 05 de abril de 2020. p. 1.
[441] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.
[442] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

confrontado com uma disputa que transcenda as fronteiras do Estado possa escolher a regra do direito transnacional que lhe considera mais proporcional à razão e à justiça para a resolução da disputa. Ocorre que, cada juiz é o órgão de uma ordem legal estabelecida que não lhe deixa uma amplitude para importar padrões externos à vontade.

Em relação ao Desporto, não há dúvida de que, se uma disputa relacionada ao Desporto estiver sendo ouvida por juiz em um tribunal de um Estado-nação, o juiz daria precedência à sua lei nacional. E somente levariam em consideração a lei internacional, se sua Constituição reconhecesse seu valor, enquanto as leis de outro Estado seriam implementadas se os mecanismos do direito internacional privado fizessem referência a ele[443].

Da mesma forma, o juiz somente aplicaria as leis de organismos desportivos internacionais, se assim autorizado pela legislação de seu Estado- nação, por meio de uma referência explícita ou por meio de mecanismos contratuais. No entanto, sob nenhuma circunstância um juiz de um Estado-nação seria autorizado a recorrer a uma colcha de retalhos de regras transnacionais potencialmente relativas à situação em disputa[444].

Entretanto, quando se fala em CAS, as regras de arbitragem do tribunal deixam espaço para seus árbitros, pois no âmbito do processo de apelação há os regulamentos aplicáveis e das regras de direito escolhido pelas partes. Bem como, de forma secundária, a lei do país em que a federação, associação ou órgão relacionado ao desporte emitiu decisão impugnada é domiciliada, podendo o tribunal aplicar as leis que julgar apropriadas[445].

Na prática, pode-se observar que as divisões do CAS às vezes têm interpretações diferentes dessas disposições na lei aplicável. Embora todas as

---

[443] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.
[444] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.
[445] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 35. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

divisões, em primeira instância, apliquem as regras dos órgãos desportivos envolvidos, algumas fazem referências abundantes às leis estaduais, algumas vezes tornando as regras desportivas secundárias a isso, enquanto outras libertam espontaneamente os padrões desportivo de qualquer ordem jurídica nacional[446].

Além disso, as divisões do CAS com relação aos Jogos Olímpicos, poderão decidir sobre a disputa nos termos da Carta Olímpica, quais os regulamentos aplicáveis, os princípios gerais de direito e as regras de lei, cuja aplicação considere apropriado. Logo, o CAS goza de um grau de liberdade de escolha em termos das regras a serem aplicadas, o que parece corresponder às recomendações de Jessup[447].

O Direito Transnacional da teoria de Jessup na visão de Latty é implementado pelo menos em certa medida em relação ao Desporto, somente no que diz respeito ao CAS, tanto nos aspectos descritivos de Jessup pela diversidade das regras de lei aplicáveis as relações desportivas transnacionais, como também nos aspectos operacionais, aplicando as regras mais relevantes pelo juiz/árbitro.

Em relação a uma concepção híbrida do direito transnacional, Latty[448] sustenta que o termo transnacional é utilizado em um sentido específico para qualificar relações entre um Estado e uma entidade privada estrangeira. É levado em consideração a natureza atípica destas relações jurídicas nas quais a igualdade contratual e a soberania do Estado se opõem, sem, em muitos casos, ser totalmente reduzida ao direito nacional ou internacional.

Latty[449] sustenta que o direito desportivo transnacional é compreendido

---

[446] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 35. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.
[447] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 35. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.
[448] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 35-36. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.
[449] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 36. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

ao oferecer uma caracterização dos padrões adotados pela Agência Mundial Antidopagem (WADA). Os padrões produzidos pelo código antidoping mundial e pelos padrões internacionais são, formalmente, atos de direito privado, tendo em vista o status de fundação sob a lei suíça da WADA. Logo, a composição mista da agência reflete uma lei transnacional em seu sentido híbrido.

Lorenzo Casini[450] compreende que a legislação desportiva mostra um direito desportivo global pelo fato de que a dimensão global do Desporto é em primeira instância, reguladora, e abrange todo o complexo de normas produzidas e implementadas por órgãos reguladores do regime desportivo, tanto em nível internacional quanto doméstico. As regras da dimensão global do Desporto incluem normas privadas do Comitê Olímpico Internacional, das Federações Esportivas Internacionais (IFs), bem como normas hibridas, advindas de ordem pública e privadas, aprovadas pela Agência Mundial Antidoping (WADA), e por leis internacionais, como é o caso da Convenção da UNESCO contra doping no Desporto.

Entretanto, insta salientar que, os padrões internacionais e o código antidopagem mundial só possuem efeito à medida que os órgãos desportivos transpõem o conteúdo em seus próprios regulamentos, e enquanto os Estados adotarem a convecção da UNESCO contra o doping, cujo principal objetivo é reconhecer o Código[451].

Com relação ao terceiro e último significado de direito desportivo transnacional, segundo Latty[452], é da concepção privada, ou seja, o direito transnacional como uma forma de autorregulação setorial global. Conceito advindo da *Lex Mercatória*, que caracterizou o direito transnacional como um direito produzido por particulares sem intervenção dos Estados e para além de suas fronteiras, e pretendia governar as atividades na comunidade em questão. Caracterizando, portanto, o Desporto uma ordem jurídica transnacional.

---

[450] CASINI, Lorenzo. **Sports Law**: A Global Legal Order? Society Forum, Honolulu, 2012. p. 01. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2079857> acesso em 21 de janeiro de 2020.
[451] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 36. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.
[452] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 37. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

O CAS formulou uma série de princípios legais, inspirados diretamente pelas leis internas ou deduzidos das necessidades da competição desportiva, aos quais são aplicados ao Movimento Olímpico como um todo. Estes princípios combinam com a Carta Olímpica e o Código Mundial Antidopagem para garantir a unidade da ordem jurídica desportiva transnacional. E, através do Movimento Olímpico, a *lex sportiva* constitui uma manifestação particularmente clara do direito transnacional[453].

Casini[454] compreende que a lei desportiva representa uma ordem jurídica autônoma por possuir características como a separação de poderes, em que o CAS desenvolve o papel judicial; e, há o desenvolvimento de princípios processuais, como de justiça e devido processo, atuando estes precipícios tanto em procedimentos de regulamentação, adoção do código da WADA, quanto nas decisões, por exemplo de medidas disciplinares.

A *Lex sportiva* foi mencionada pelo Tribunal Arbitral do Esporte no ano de 2008[455], sendo nesta ocasião colocado a ideia de punir o atleta e o time em questão com base em princípios da *Lex sportiva*. A partir dessa decisão, o debate do conceito de *lex sportiva* saiu do debate acadêmico e enfrentou também a área jurisprudencial, ganhando assim relevância para solucionar casos.

O neologismo *Lex sportiva* está sendo cada vez mais utilizado como referência direta à *Lex Mercatoria*, ou para indicar o conjunto de regras desportivas transnacionais, ou em sentido mais limitado, referindo-se apenas à jurisprudência do Tribunal de Arbitragem do Esporte[456].

Entretanto, faz-se necessário compreender a *Lex sportiva* como sendo um conceito mais abrangente e não apenas referente às sentenças arbitrais

---

[453] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 37. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

[454] CASINI, Lorenzo. **Sports Law**: A Global Legal Order? Society Forum, Honolulu, 2012. p. 03. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2079857> acesso em 21 de janeiro de 2020. p. 03

[455] VER: CAS. Court of Arbitration for Sport. **Arbitration CAS 2008/A/1545 Andrea Anderson, LaTasha Colander Clark, Jearl Miles-Clark, Torri Edwards, Chryste Gaines, Monique Hennagan, Passion Richardson v. International Olympic Committee (IOC),** award of 16 July 2010. Disponível em: <https://arbitrationlaw.com/library/arbitration-cas-2008a1545-andrea-anderson-latasha-colander-clark-jearl-miles-clark-torri> Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

[456] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 37. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

proferidas pelo Tribunal Arbitral do Esporte, ou seja, não é possível considerar apenas a produção advinda das decisões do CAS.

Isto posto, segue a noção da *lex sportiva* sustenta por Jean-Pierre Karaquillo[457] sobre o direito desportivo, o qual é de que este direito não possui raízes em uma única fonte, pois ele não é puramente privado e nem exclusivamente estatal, mas sim uma fonte diversa.

Desta forma, o direito desportivo está longe de ser compreendido apenas pela perspectiva de um direito privado, ele apresenta uma natureza mista e com uma estrutura regulatória baseada na autonomia privada que interage constantemente com as normas de direito público[458].

A melhor noção de *Lex sportiva* vai ao encontro do entendimento de Karaquillo[459] e pode ser esclarecida por Melo Filho[460] ao vincular a *lex sportiva* a uma ordem jurídica autônoma do Desporto, constituída por regulamentos autônomos das federações desportivas nacionais, que são geralmente harmonizados com a legislação desportiva do Estado onde tem sua sede, assim como as regras advindas das Federações Internacionais, bem como, as sentenças e decisões profanadas dos tribunais de justiça desportiva e cortes arbitrais desportivas.

E é a partir deste entendimento que o Conselho Europeu declarou o compromisso em prol da autonomia das organizações desportivas e com o seu direito de auto-organização. A partir da autonomia e independência, o COI e as federações internacionais passaram a administrar as suas modalidades, estabelecendo e aplicando as suas próprias regras, resultando em uma legislação transnacional[461], aplicável para além das fronteiras dos Estados nacionais de onde foram estabelecidas as regras.

---

457 KARAQUILLO, Jean-Pierre. **Le Droit du Sport**. Paris: Dalloz, 1993. p. 2.
458 CASSINI, Lorenzo. **Sports Law**: A Global Legal Order? Law & Society Forum, Honolulu, 2012. p. 14. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2079857> Acesso em: 28 de fevereiro de 2020.
459 KARAQUILLO, Jean-Pierre. **Le Droit du Sport**. Paris: Dalloz, 1993. p. 2.
460 MELO FILHO, Álvaro. Da autonomia desportiva no contexto constitucional. **Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC**, Universidade Federal do Ceará, 2006. p. 34.
461 PENTEADO, José Tadeu Rodrigues. Aspectos gerais da organização internacional do Desporto. **Revista Jus Navigandi**, ano 21, n. 4639, 5 mar. 2016. p. 3. Disponível em: < https://jus.com.br/artigos/47046> acesso em 16 de fevereiro de 2020.

Além da *Lex sportiva*, destaca-se a Lei do Movimento Olímpico, ou chamada também por *lex olímpica*, é dirigida a todos que desejam fazer parte desse movimento, devendo então seguir as suas regras. A questão é, tanto a legislação desportiva quanto a do movimento olímpico tratam o Desporto como global ou transnacional[462]. Portanto, é necessário desenvolver regras específicas que se apliquem em todos os países, independente de seus sistemas jurídicos, políticos e sua organização, ou seja, sem que seja uma afronta à Soberania dos Estados.

O conceito de *Lex sportiva* exposto vai ao encontro com o conceito de Jessup sobre o Direito Transnacional, pois assim como a descrição de Jessup[463] sobre o Direito Transnacional, a *Lex sportiva* é constituída por normas reguladoras de fatos/atos transcendentes às fronteiras nacionais. Isto é, o direito desportivo regula o Desporto, e consequentemente, todas as outras áreas que o Desporto consegue penetrar dentro da sociedade, como questão da saúde, gênero, economia etc.

De forma mais clara, o Desporto é praticado por diversas nações, mas para isto é preciso que as organizações desportivas de cada Estado sigam as normas de instituições para participar das competições como é o caso de seguir o regramento da Federação Internacional de Futebol (FIFA), Confederação Sul- Americana de Futebol (COMEMBOL), Agência Mundial Anti-Doping (WADA) etc.

Frank Latty[464] sustenta que a *lex sportiva* é uma manifestação do Direito Transnacional, distanciando-a do âmbito do direito internacional tendo em vista que este último é aplicado para relação entre Estados, reafirmando o caráter transnacional do Direito Desportivo.

Uma vez que a Transnacionalidade envolve “para além” de um território nacional definido, poderia este adjetivo permitir a exclusão das leis desportivas no âmbito nacional. No entanto, a *Lex sportiva* se adequa ao conceito de Jessup e vai

---

[462] PENTEADO, José Tadeu Rodrigues. Aspectos gerais da organização internacional do Desporto. **Revista Jus Navigandi**, ano 21, n. 4639, 5 mar. 2016. p. 3. Disponível em: < https://jus.com.br/artigos/47046> acesso em 16 de fevereiro de 2020. p. 3.

[463] JESSUP, Philip C. ***Transnational Law***. New Haven, Yale University Press, 1956. p. 2.

[464] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 34. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

ao encontro com a questão de ser um direito que inclui regras advindas do direito internacional público e privado, leis nacionais e regras e processos de agências públicas e privadas que lidam com o Desporto[465].

A forma como a *Lex sportiva* é compreendida nesta pesquisa vai também ao encontro com o pensamento de Koh[466] quanto ao Direito Transnacional. Isto, pois, considera-se parte do Direito Desportivo todos os direitos referentes aos desportes advindos do âmbito internacional e são internacionalizados como nacional, assim como aqueles originados dentro dos Estados e se tornam parte do direito internacional, bem como o direito interno de um Estado que é utilizado em um sistema jurídico de outro Estado.

Nesta ideia, ao tratar de Direito Desportivo Transnacional, não se faz a diferenciação do direito desportivo nos Estados, pois se trata do Desporto de forma transnacional, para além da nação.

As regras transnacionais atingem o nível mais alto de complexidade, como exemplo o Estado-nação que deseja organizar a Copa do Mundo da FIFA ou os Jogos Olímpicos, devem estar necessariamente vinculados à lista de requisitos estabelecidos por estas organizações desportivas. Portanto, é clara a interferência de uma instituição transnacional do Desporto dentro dos Estados.

Por todo o exposto, restou comprovada a existência do Direito Transnacional dentro da composição do Direito Desportivo, podendo assim denominar como uma categoria de Direito Desportivo Transnacional. A partir dessa análise, é possível verificar como essa categoria de direito transnacional implementa mecanismos nos Estados para tratar de questão igualdade dentro do desporto.

---

[465] LATTY, Frank. Transnational sports law. In: Lex Sportiva: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. p. 35. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.
[466] KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. p. 1.

CAPÍTULO 3

A IGUALDADE DE GÊNERO COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIAL[467]

A igualdade de gênero é relacionada às possibilidades de homens e mulheres gozarem de direitos iguais em todos os âmbitos. O processo histórico sociocultural das sociedades, majoritariamente, foi construído a partir de um modelo de dominação masculina, gerando a desigualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos da sociedade. Esse pressuposto influenciou e ainda influencia diretamente na forma como cada um pode ter acesso ao desenvolvimento, tanto nos âmbitos públicos quanto privados.

O presente capítulo tem por objetivo compreender a igualdade de gênero como um direito humano fundamental ao alcance da sustentabilidade social. A partir desta abordagem, possibilita a identificação da situação de diferença das mulheres com relação aos homens na sociedade, em função da supracitada construção sociocultural de desigualdade. Além disso, analisar-se-á a necessidade de políticas públicas para dar maior efetividade aos direitos das mulheres, em especial, como forma de superar a discriminações e as desigualdades.

Tem-se como argumento de que ao inserir a perspectiva de gênero no debate dos direitos humanos se está contribuindo para o alcance da sustentabilidade. Isso porque, com a redução das assimetrias de gênero é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária e que, portanto, contribuir-se-á para a sustentabilidade social.

A sustentabilidade será tratada sob o prisma de um fenômeno multidimensional, e, portanto, possui como pilares a dimensão social, ambiental e econômica. Sendo a dimensão social, a de importância para a pesquisa, será a dimensão da sustentabilidade mais bem trabalhada e aprofundada.

---

[467] Parte deste capítulo foi publicado no seguinte artigo: CRUZ, Paulo Márcio; PIFFER, Carla; LOURENÇO, Bruna Borges Moreira. A redução das assimetrias de gênero como um direito humano necessário ao desenvolvimento sustentável. p. 71. In: FARIAS, Josiane Petry; DAMITZ, Caroline; DIAS, Renato Duro (Org.). **Direitos Humanos: uma coletânea pela perspectiva dos estudos de Gênero e Diversidade**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2021.

O capítulo está apresentado em três grandes argumentos para alcançar o objetivo deste tópico, sendo eles: análise da construção sociocultural da desigualdade de gênero; compreensão dos direitos humanos sob a perspectiva de gênero; e, investigar a construção da sustentabilidade por meio da perspectiva de gênero.

3.1. A DESIGUALDADE DE GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL

Os estudos feministas são centralizados na explicação dos mecanismos de funcionamento do sistema social de discriminação em razão de gênero e em propostas para a superação desse sistema. Não há apenas uma visão dentro desses movimentos, o certo é a existência de um sistema de discriminação social que se sustenta, mantém e se reproduz. No entanto, as causas para sua ocorrência diferem conforme o discurso feminista adotado.

Para a compreensão dos diversos discursos feministas contemporâneos, é de importância tecer breves explanações sobre vertentes do feminismo no intuito de obter uma visão mais ampla da origem e funcionamento do sistema de discriminação. A partir disso, é possível também verificar como os diferentes pensamentos sobre sistema de desigualdade entre homens e mulheres visualizam as formas para a superação desse sistema.

De modo geral, pode-se classificar os movimentos feministas em cinco principais vertentes[468]: I) radical; II) marxista; III) sistema dual; IV) liberal; e V) pós-moderno. Importante constar que dentro de cada elemento principal do movimento possuem diversos estudos que originou outras vertentes dentro do mesmo eixo. Porém, a análise se dará apenas de forma genérica, sem entrar em cada ramificação das vertentes por não ser o objetivo principal da pesquisa.

O feminismo radical sustenta que a opressão das mulheres é a forma

[468] RUIZ, Eva Espinar; HERNANDO, José Antonio Ríos. ***Producción del espcio y desigualdades de género****: El ejemplo del campus universitário de Alicante*. Universidaded de Alicante, Centro de Estudios sobre la Mujer, 2002. p. 46

mais antigas das opressões da história. Nessa visão do feminismo[469], a estrutura fundamental da sociedade é o gênero, e este determina a distribuição de poder. E sendo os homens detentores do poder, eles possuem a possibilidade de conceituar o que é ser mulher, enquanto elas são privadas de falar e de criar identidades, são convertidas em objetos de intercambio.

Essa vertente[470] dedica maior atenção na reprodução, sexualidade e diferenças biológicas, a identidade ou a violência masculina como variáveis para ter em conta ao abordar o estudo do papel subordinado das mulheres. A proposta de superação da desigualdade é mais do que alcançar o status de igualdade entre os sexos, é buscar uma transformação na sociedade

O movimento do feminismo marxista[471] é centrado nas discriminações de sexo, etnia ou classe como elementos intrinsicamente relacionados entre si. A partir do marxismo clássico, segue a linha de análise das relações de produção e a luta de classes. Os estudos são centrados no trabalho, verificando que a posição das mulheres nos mercados de trabalho ou a função que cumpre a exploração feminina através do trabalho doméstico é o que mantém o sistema capitalista. Assim, superar a discriminação por gênero no discurso marxista só é possível com a eliminação da opressão capitalista. A estratégia a ser adotada seria a de políticas de discriminação positiva em favor das mulheres da classe trabalhadora, para a superação desse sistema de produção.

O feminismo de sistema dual[472] faz diferença entre o sistema capitalista e o patriarcal, ainda que apareçam sempre inter-relacionados, e são definidos como sistemas autônomos. Alguns estudos estabelecem a existência de certas estruturas sociais que atuam como mecanismo de dominação do homem sobre a mulher,

---

469 JARAMILLO, Isabel Cristina. **La crítica feminista al derecho**. In: WEST, Robin. Género y teoria del derecho. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Faculdad de derecho de la Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000. p. 119.

470 RUIZ, Eva Espinar; HERNANDO, José Antonio Ríos. ***Producción del espcio y desigualdades de género****: El ejemplo del campus universitário de Alicante*. Universidaded de Alicante, Centro de Estudios sobre la Mujer, 2002. p. 47.

471 RUIZ, Eva Espinar; HERNANDO, José Antonio Ríos. ***Producción del espcio y desigualdades de género****: El ejemplo del campus universitário de Alicante*. Universidaded de Alicante, Centro de Estudios sobre la Mujer, 2002. p. 47-48.

472 RUIZ, Eva Espinar; HERNANDO, José Antonio Ríos. ***Producción del espcio y desigualdades de género****: El ejemplo del campus universitário de Alicante*. Universidaded de Alicante, Centro de Estudios sobre la Mujer, 2002. p. 50.

como: o mercado de trabalho; o trabalho doméstico; a cultura; a sexualidade; a violência e os Estados. Demonstram que essas estruturas determinam a condição da mulher socialmente, e ainda que o papel da mulher possa ser modificado dentro de cada uma, essas estruturas não mudam pela simples ação dos sujeitos individuais.

O modelo patriarcal[473] é aquele o qual os homens são elevados por suas características biológicas, convencionando que o espaço privado cabe às mulheres e espaço público aos homens. Consequentemente, as mulheres foram condicionadas a estarem distantes das decisões políticas e da construção histórica, evidenciando assim, a assimetria de gênero. Esse sistema é dito como uma organização da sociedade em hierarquia sexual. É promovido o domínio do gênero masculino na sociedade, portanto, é construído um molde da estrutura da família e da organização das instituições públicas sob um prisma de dominação dos homens.

A crença de inferioridade da mulher é enraizada em uma cultura patriarcal, proporcionando às mulheres situações de violências físicas, psicológicas e sexuais pelos homens, inclusive pelos próprios familiares. Nega-se, portanto, o direito à autonomia sobre o próprio corpo e escolhas profissionais e emocionais[474]. Essa realidade impediu, por muito tempo, que as mulheres ocupassem qualquer cargo que não o de mãe e cuidadora do lar. Inclusive, fez com que diversas profissões fossem e são consideradas inapropriadas às mulheres, ou ainda, é o que vem justificando uma menor remuneração das mulheres em relação aos homens[475].

O feminismo liberal[476] sustenta a possibilidade do fim da opressão da mulher sem realizar grandes modificações nas estruturas políticas e econômicas capitalistas, mediante adoção de medidas legislativas orientadas para a igualdade

---

[473] RUIZ, Eva Espinar; HERNANDO, José Antonio Ríos. ***Producción del espcio y desigualdades de género****: El ejemplo del campus universitário de Alicante*. Universidaded de Alicante, Centro de Estudios sobre la Mujer, 2002. p. 46

[474] GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 91.

[475] MACHADO, Lia Zanatta. **Feminismo Brasileiro**: revolução de ideias e políticas públicas. In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. et. al. Introdução Crítica ao Direito. Brasília: CEAD, DUB, 2011, v. 5, p. 78.

[476] RUIZ, Eva Espinar; HERNANDO, José Antonio Ríos. ***Producción del espcio y desigualdades de género****: El ejemplo del campus universitário de Alicante*. Universidaded de Alicante, Centro de Estudios sobre la Mujer, 2002. p. 50.

de oportunidades na educação, política e no trabalho. É analisado também o processo de socialização e os estereótipos sexuais. Portanto, mostra-se como um feminismo reformista e que acredita que a desigualdade de gênero é a falta de oportunidades iguais.

O feminismo pós-moderno[477] critica fortemente as demais teorias por categorizar e apresentar como simples o que os pós-modernos entendem como realidades sociais complexas e fragmentadas. Nessa visão de feminismo, as diferenças entre as mulheres são tantas que é impossível a sua classificação em apenas um grupo, vendo além das polaridades dos feminismos radical e do liberal.

Os adeptos dessa teoria glorificam a posição de "outro"[478] por permitir ter percepções da cultura dominante da qual elas não fazem parte. É uma forma de relativizar a cultura, argumentando que não há uma categoria fixa de "mulher", cada um é fragmentado por diversas identidades e cada identidade possui valor em si mesma. A ideia de classificar o que é mulher acabaria por se concentrar um termo de padrão branco, heterossexual e ocidental. Nesse sentido, o gênero é um produto do discurso de poder e resulta na opressão por meio dos termos de masculino e feminino.

Caracteriza-se por acreditar que o sujeito não é mais do que uma construção social, não podendo ter nenhuma essência ou característica que conceitue e que pertence a ser aquele sujeito e não outra pessoa. Assim, os traços de cada indivíduo são resultado das interações sociais.

Os discursos do movimento feminista demonstram a existência de um sistema de discriminação em razão de gênero e, portanto, esse sistema se apoia na desigualdade de distribuição do poder sociais entre mulheres e homens. Assim, não pode a esfera política que toma corpo do poder social desligar dos discursos e representação de gênero. A dualidade de esquerda e direita fica clara nos discursos em que se tem respectivamente de um lado o feminismo marxista e de outro o liberal.

---

[477] RUIZ, Eva Espinar; HERNANDO, José Antonio Ríos. ***Producción del espcio y desigualdades de género****: El ejemplo del campus universitário de Alicante*. Universidaded de Alicante, Centro de Estudios sobre la Mujer, 2002. p. 51-52.

[478] VER: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O feminismo pós-moderno se diferencia das demais vertentes por possuir a intenção de saber quais os interesses por trás da fragmentação; do descobrimento das identidades culturais em detrimento das classes; da reclamação de valores, comportamentos e conhecimentos próprios da natureza feminina; e da exaltação das conquistas das mulheres que competiram e ganharam em um mundo masculino[479].

As teorias feministas foram construindo o campo dos estudos da mulher, abrindo espaço para o âmbito de conhecimento de caráter interdisciplinar chamado de estudos de gênero, envolvendo diversas áreas do conhecimento, como antropologia, filosofia, história e sociologia. Diversos profissionais dessas áreas se dedicaram aos estudos de gênero para compreender a origem da desigualdade entre homens e mulheres, bem como, alguns propõem como alcançar a igualdade nas sociedades.

A teoria de gênero se assenta na construção do masculino e do feminino e se preocupa com suas implicações, como a desvantagem social da mulher. No entanto, é preciso ter claro que não é possível atribuir ao enfoque de gênero todas das respostas sobre as diferenças entre homens e mulheres ao longo da história e na atualidade[480].

De acordo com Gálvez[481] é possível classificar os estudos de gênero em três grandes fases. Salienta que apesar de ser uma classificação limitada, serve para orientar de forma introdutória os aspectos que enfatizam as distintas respostas que tratam de explicar as desigualdades sociais entre homens e mulheres.

A primeira fase é relacionada ao argumento que sustenta a dominação masculina que perdurou durante do século XIX até o início do século XX. Defendia-se que a diferença biológica predispõe o desenvolvimento de certas tarefas que são desenvolvidas no contexto social. Assim, a biologia dos corpos masculinos e femininos justificava as desigualdades sociais e determinava o social. Nessa fase,

---

[479] RUIZ, Eva Espinar; HERNANDO, José Antonio Ríos. ***Producción del espcio y desigualdades de género****: El ejemplo del campus universitário de Alicante*. Universidaded de Alicante, Centro de Estudios sobre la Mujer, 2002. p. 52.

[480] GÁLVEZ, Natalia Papí. Un nuevo paradigma para el análisis de las relaciones sociales: el enfoque de género. **FEMINISMO/S: Revista del Instituto Universitario de Investigación de Estudios de Género de la Universidad de Alicante**, Alicante, pp. 135-148, junho, 2003. p. 136.

[481] GÁLVEZ, Natalia Papí. Un nuevo paradigma para el análisis de las relaciones sociales: el enfoque de género. **FEMINISMO/S: Revista del Instituto Universitario de Investigación de Estudios de Género de la Universidad de Alicante**, Alicante, pp. 135-148, junho, 2003. p. 137-138.

não há um enfoque de gênero, mas se opõe à teoria feminista, levando a concluir que a missão social da mulher era a maternidade, sua esfera de atuação era doméstica e sem remuneração, e o seu o ideal era de ser esposa e mãe.

A segunda fase é centrada nos papéis sexuais e é originada no período de transição dos movimentos feministas do século XIX e XX, desenvolvendo-se até a Segunda Guerra Mundial. A ideia dessa fase não leva em conta o determinismo biológico, e sim o determinismo social. Ou seja, o processo de socialização para as crianças do sexo feminino e masculino era considerado esquemas diferentes e, por isso, a existência de diferença entre os sexos na personalidade e no comportamento adulto. Portanto, acaba por enfatizar a dominação e as assimetrias nas relações de poder que procuram uma desvantagem estrutural entre os sexos,

E por último, a fase iniciada na década de 70 com o uso do termo gênero como categoria de análise, centrando nesse termo como princípio da organização social que atua em diversos níveis como: cognições, identidades, comportamentos e relacionamentos. Portanto, os estudos de gênero partem de uma preocupação social e política com a comprovada desvantagem social da mulher em relação ao homem, conduzindo para respostas teóricas para explicar em parte ou na totalidade os fenômenos[482].

Ao observar as identidades e comportamentos de ambos os sexos ao redor do mundo e ao longo da história, é verificado diferença entre os sexos. Logo, mesmo as mulheres com condição biológica semelhante, não se comportam necessariamente de maneira parecida. São processos sociais diferentes de formação de identidades e subjetividades; são diferentes relações consigo e com outras mulheres e homens; bem como, relacionam-se com diferentes representações e exigências sociais do que é feminino. Igual vale para os homens e suas masculinidades.

Se são tão diferentes as fêmeas de uma mesma espécie, fica difícil dizer que é a biologia que determina os comportamentos, identidades e subjetividade. Portanto, a diferença nos comportamentos se dá pela cultura e sendo o ser humano

[482] GÁLVEZ, Natalia Papí. Un nuevo paradigma para el análisis de las relaciones sociales: el enfoque de género. **FEMINISMO/S: Revista del Instituto Universitario de Investigación de Estudios de Género de la Universidad de Alicante**, Alicante, pp. 135-148, junho, 2003. p. 138.

o único capaz de produzir cultura, ou seja, interpretar e dar significado para a natureza, ele é o responsável pelas diferenças entre homens e mulheres. Esses significados influenciam no processo e formação de identidade, por isso gênero são as camadas culturais que forma a identidade, relação com o próprio corpo e subjetividade e com os outros. Assim, de acordo com a antropóloga Margaret Mead[483], a feminilidade e masculinidade podem variar de acordo com tempo histórico e cultura que estão inseridos.

A antropóloga realizou um estudo de campo em 1931 a 1933 em três povos primitivos da nova guiné sob a perspectiva da relação entre homem e mulher e como se fazem como sujeitos sociais conforme a cultura que estão inseridos. A análise das tribos Arapesh, Mundugumor e Tchambuli possibilitou verificar que a forma como organizaram a sociedade na diferença entre os gêneros são diferentes em cada. O resultado foi de que a diferença de gênero masculino e feminino é uma construção social e não se dá por elementos biológicos do sexo[484].

Ao longo da obra de Mead é verificado que as personalidades de cada gênero se diferenciavam completamente nas três tribos[485]. No povo Arapesh, ambos se comportam de forma cooperativa na criação dos filhos e no trabalho, são pacíficos e gentis, bem como não foi encontrada a ideia de apenas um como força motriz nem para homens e nem para mulheres. Portanto, se for analisado com a cultura ocidental de hoje, ambos os sexos possuem personalidades que se aproximam do que se definem para o que é feminino.

Analisando a tribo do povo Mundugumor, é observado que ambos eram agressivos, guerreiros, positivamente sexuados, com poucos aspectos de pessoas carinhosas e maternais. Com relação à cultura ocidental de hoje, essas personalidades são mais encontradas no que a sociedade definiu para o homem.

Já a tribo Tchambuli faz uma inversão das atribuições dadas a homens e mulheres da cultura ocidental de hoje. Nessa tribo a mulher é a dominante, dirigente,

---

[483] MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª edição, 2000.
[484] MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª edição, 2000. p. 22.
[485] MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª edição, 2000. p. 267-268.

impessoal e é quem realiza o trabalho brutal, enquanto o homem é o parceiro menos responsável, emocionalmente dependente, preocupados mais com a beleza e sem interesse na guerra.

As crianças de cada tribo sofrem impacto da cultura em que estão integradas e crescem com características conforme já determinada culturalmente pelo seu povo. As forças que levam as crianças nascidas em cada tribo a desenvolverem personalidades da sua sociedade são inteiramente sociais. Portanto, após o estudo nas sociedades primitivas, a antropóloga verificou que as diferenças de personalidade entre os sexos são criações culturais e que cada geração deve se conformar com os papéis de masculino e feminino criados[486].

O que se pode verificar é que nem a tribo Arapesh, nem a Mundugumor, tiram proveito de uma contradição entre os sexos, são ambos atribuídos com personalidades iguais. Não houve um estabelecimento dessas tribos sobre as atitudes específicas para cada sexo, a cultura se dirigiu para criação de um único ser humano, independentemente de sexo, classe ou idade. Já a tribo Tchambuli leva em consideração a diferença entre os sexos como forma de organizar a formação da personalidade social e, por mais que nem toda menina ou menino tenha os traços que lhe são passados culturalmente, a maioria cresce com a personalidade criada para cada homem e mulher[487].

A conclusão da antropóloga é de que as características femininas e masculinas não se limitam ao fator biológico, este é muito limitado para compreender as diferenças entre mulheres, entre homens e entre homens e mulheres. O estudo observa que o significado do corpo biológico não é fixo, varia de acordo com a cultura, ou seja, o corpo biológico não determina as relações sociais, personalidade, identidade, subjetividade e comportamentos sociais.

Em uma análise da cultura ocidental, a autora verifica que para a criação de valores ricos e contratantes foi baseada em diferenças artificiais, como o sexo. Logo, não será com a eliminação dessas diferenças que a sociedade irá desenvolver

---

[486] MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª edição, 2000. p. 269.
[487] MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª edição, 2000. p. 274-275.

padrões em que as aptidões de cada um vão receber o seu lugar. O alcance de uma cultura mais rica em valores contrastantes é preciso reconhecer a variedade de potencialidades humanas e estabelecer uma estrutura social menos contrária, assim cada ser humano diferente irá encontrar o seu lugar adequado[488].

Dentro desse contexto, é importante mencionar a obra “o segundo sexo”, escrita em 1949 pela francesa Simone de Beauvoir[489]. A obra foi muito criticada pelos setores mais conservadores da sociedade francesa, inclusive entrou na lista de livros proibidos da igreja católica, e não aos homens que tiveram a sua supremacia ridicularizada pela obra. O livro se mostra como indispensável, pois surge como uma base teórica para pensar de forma crítica sobre a condição da mulher.

A obra demonstra que as mulheres foram definidas como o Outro sexo, não sendo definidas por si mesmas e que o homem é apresentado como o sexo universal. A escritora francesa argumenta que os homens inventaram a divisão de valores femininos e masculinos para assim delimitar o campo de atuação das mulheres. Logo, nunca foi uma atitude das mulheres de colocarem os seus valores sobre o dos homens, sendo na verdade a reinvindicação das mulheres a de obter reconhecimento como existentes ao mesmo título que os homens. Portanto, as mulheres não querem ser o Outro sexo, só querem a igualdade entre os sexos.

A escritora compreende que a mulher sofre dominação, submissão e dependência, sendo o casamento a peça-chave para entender como essa condição da mulher é mantida e como a independência da mulher é restringida. De acordo com a obra[490], o destino principal da mulher é o casamento e através do regime patriarcal o homem se torna o senhor da mulher, e, portanto, a esposa sua propriedade.

Friedrich Engels, fundador do marxismo juntamente com Karl Marx, compreendeu que a primeira divisão de trabalho foi entre homem e mulher para a

---

[488] MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª edição, 2000. p. 303.
[489] BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
[490] BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 169.

procriação dos filhos[491], e a primeira opressão de classes ocorreu com a opressão da mulher pelo homem[492]. Ao analisar as famílias, concluiu que a origem da família monogâmica foi baseada no predomínio do homem, sendo a sua finalidade de procriar os filhos e de lhes passar a herança, e ao homem, ainda é concedido o direito de ser infiel. Enquanto da mulher é esperada a castidade e a fidelidade conjugal, portanto a monogamia seria apenas da parte das mulheres, que pertencem de corpo e alma ao homem. Segundo Engels, a forma da família monogâmica é a primeira com base em condições econômicas, no triunfo da propriedade privadas sobre a propriedade comum primitiva e não mais em condições naturais.

Nesse pensamento, a monogamia surge como forma de escravizar um sexo pelo outro, sendo a desigualdade legal herdada pelo efeito da opressão econômica da mulher. Com a chegada da família patriarcal, a casa é governada por um serviço privado, sendo a mulher a primeira criada e deixando de fazer parte da produção social, pois para cumprir com todo serviço familiar impede de tornar-se parte da indústria social. De acordo com Engels, a família moderna, em sua maioria, é baseada na escravidão doméstica, ou seja, o homem assume posição de dominador, pois é quem trabalha fora de casa para manter a família e concentra a riqueza em suas mãos, e a mulher é encarregada dos serviços domésticos, um serviço que não recebe[493].

Na visão marxista, a dominação econômica por meio de classes entre burguês e proletário equivale dentro da família a relação entre homem e mulher, respectivamente. Portanto, na família moderna, o estabelecimento de uma igualdade social efetiva entre homem e mulher só será possível quando por lei ambos obtiverem direitos iguais. Para alcançar a libertação da mulher da escravidão doméstica e a igualdade entre os gêneros dentro da família, exige primeiramente a reincorporação da mulher na vida social, e para isso, é preciso a supressão da família enquanto unidade econômica da sociedade[494].

---

[491] VER: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
[492] ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984. p. 66-71.
[493] ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984. p. 80.
[494] ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de

De acordo com Engels, o matrimônio só será realizado com plena liberdade e de forma recíproca, ou seja, com igualdade entre os sexos dentro da família, quando suprimida a produção capitalista e as condições de propriedades criadas por ela[495]. A teoria marxista do feminismo possui a visão de que o patriarcado foi incorporado ao capitalismo e para a superação daquele é preciso a superação desse, assim, não faz sentido acabar com a opressão patriarcal sem considerar esse sistema fundado na divisão da sociedade em classes e que funciona com base na dominação, exploração e opressão de homens, principalmente do sexo feminino.

Os estudos do feminismo marxista verificam que o sexo feminino sofre por discriminação no ambiente de trabalho, por condições precárias de trabalho, por jornadas de trabalho duplas ou triplas, pois além da produção de bens ou serviços, a maioria está à frente dos cuidados da casa. O trabalho de cuidado não remunerado, realizado em grande parte pelas mulheres, é tido como elemento fundamental para a economia capitalista[496]. Dessa forma, é "valorizado" o trabalho doméstico, agregando valor ao sistema capitalista por ser capaz de gerar força de trabalho para que os homens possam ocupar os postos de trabalho.

O trabalho doméstico e a família se mostram como pilares da produção capitalista[497], pois a mulher provê as condições necessárias para que o homem trabalhador possa sair de casa todo dia e produzir o lucro do sistema capitalista. Assim, na visão marxista, o capitalismo se aproveita dessas hierarquias de gênero para conseguir um trabalho não remunerado que é essencial para o seu funcionamento.

De acordo com Federici[498] a luta por salário pelo trabalho doméstico significa a luta contra o papel social da mulher criado pelo capitalismo. Inclusive afirma que não é uma luta para entrar na lógica capitalista tendo em vista que a

---

Leandro Konder. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984. p. 80-82.

[495] ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984. p. 89.

[496] FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 68.

[497] FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 69.

[498] FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 47.

mulher sempre esteve dentro do capitalismo. Portanto, nessa ideia, o salário doméstico significa uma demanda revolucionária, destruindo o capitalismo e forçando o capital a reestruturar as relações da sociedade de forma mais favorável para as mulheres e para uma unidade de classe. O pagamento por esse trabalho não fará com que as mulheres continuem realizando-o, pelo contrário, fará com que deixe de ser invisível e abra espaço para que seja recusado.

Na visão de Beauvoir[499], o socialismo e o destino da mulher estão intimamente ligados, pois tanto a mulher quanto o proletário são oprimidos na sociedade capitalista. Assim, somente quando o modelo socialista dominar o mundo, poderá haver igualdade entre os sexos, deixando de considerar as figuras de homem e mulher, valendo apenas trabalhadores iguais entre si. Nessa ideia, a igualdade acontecerá quando ambos tiverem direitos juridicamente iguais e para isso é preciso a entrada das mulheres na seara da atividade pública, deixando o trabalho doméstico apenas como algo insignificante.

Um importante passo dado sobre estudos de gênero foi nos anos 70 nos Estados Unidos, período em que as ciências humanas contavam com crescente presença do marxismo e da psicanálise, direcionadas para afirmação de que a desigualdade não era natural, mas sim uma questão social. Dentro desse contexto, a antropóloga, socióloga e filósofa americana Gayle Rubin faz uma inovação do ponto de vista de estudos antropológicos e, consequentemente, nos estudos de gênero.

Rubin verifica algumas teorias populares da época para explicar a desigualdade de gênero, sendo elas[500]: I) origem na agressão e dominação masculina inata, assim para exterminar a opressão das mulheres seria necessário eliminar o sexo agressor ou buscar pela modificação do caráter desse sexo; II) origem no capitalismo e para solucionar a opressão seria necessária uma revolução socialista; III) origem no sistema patriarcal ao redor do mundo, necessitando reverter para um matriarcado. No entanto, a antropóloga não se alinha às hipóteses dessas teorias elencadas, a sua pretensão é analisar as teorias de outros autores.

---

[499] BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 75.

[500] RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 9.

É feito o uso do termo gênero de forma inovadora dentro da antropologia, afirmando a existência de um sistema sexo/gênero. Esse sistema consiste em arranjos "[...] por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas"[501]. O uso desse termo indica que a opressão sofrida pelas mulheres na sociedade não é algo inevitável, pois é um produto das relações sociais que assim se organizam[502].

Portanto, na visão de Rubin, as características de homem e mulher não derivam da natureza, são resultados da atividade humana. A antropóloga revê e problematiza o ponto de vista dos autores marxistas e de psicanalistas, fazendo com que a sua obra seja de importante análise para o contexto de gênero.

Rubin[503] critica os estudos que buscaram relacionar a teoria de Marx com a opressão das mulheres. A antropóloga alega que a teoria marxista explica a utilidade da mulher dentro do sistema capitalista, mas não explica muito sobre as mulheres, a opressão delas na sociedade e nem o porquê de normalmente serem as mulheres que fazem os trabalhos domésticos.

Nessa visão, explica que o capitalismo retomou e pôs em circulação conceitos de masculino e feminino que antecedem muitos séculos. Marx, ao discutir a reprodução da classe operária, diz que o que é necessário para essa reprodução, é determinado pelas necessidades biológicas, condições físicas e pela tradição cultural. Portanto, é um elemento histórico e moral que determina a mulher como a responsável pelo trabalho doméstico, assim como responsável por determinar o capitalismo como herdeiro de uma tradição em que as mulheres não lideram, não herdam e não falam com Deus, ou seja, herança cultural de determinar o que é masculino e feminino. Assim, Rubin verifica que é preciso analisar esses elementos históricos e morais para compreender a estrutura da opressão sexual, questão essa

---

[501] RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 11.
[502] RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 20.
[503] RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 7.

que não é vista nessa teoria[504].

Rubin também tece severas críticas quanto à teoria de Engels, que observa a opressão sexual como parte da herança que o capitalismo obteve de configuração de sociedades precedente, e engloba sexo e sexualidade em sua teoria da sociedade. No que se relaciona com os estudos de gênero, a antropóloga alega que a argumentação do livro “a origem a família, a propriedade privada e do Estado” é ultrapassada se relacionada com os avanços da antropologia. Alega, ainda, que apesar da teoria de Engels não ser desenvolvida e aprofundada como merecia, são demonstradas a existência e a importância do domínio da vida social, chamada por ela de sistema sexo/gênero[505].

Engels desenvolve uma teoria da opressão sexual a partir do estudo do parentesco e Rubin verifica que o sistema de parentesco analisado por Engels são formas observáveis e empíricas de sistema de sexo/gênero. É preciso analisar a sexualidade, economia e a política de forma interdependente e sem subestimar a importância de cada elemento dentro da sociedade[506].

Lévi-Strauss[507] desenvolve um estudo sobre a origem e a natureza da sociedade humana, analisando o parentesco como sendo uma imposição da organização cultural sobre os fatos da procriação biológica. A essência do sistema de parentesco para Lévi-Stauss é o tabu do incesto e troca de mulheres entre homens, construindo uma teoria implícita da opressão sexual.

Nesse sistema, o casamento é uma forma de trocar de presentes e as mulheres são os presentes mais preciosos. Portanto, os homens são os beneficiários do produto de troca, são a organização social, e ficando as mulheres à mercê dos homens, não podendo dispor de si. Esse sistema social demonstra que a opressão da mulher não se encontra na biologia, pois as mulheres são trocadas, dadas em casamento, negociadas, compradas etc., questões essas longe do mundo

---

[504] RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 8-9.
[505] RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 62.
[506] RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 62.
[507] Lévi-Strauss, Claude. **Les structures elementaires de la parenté**. Paris: Mouton, 1981.

primitivo, relacionadas às sociedades “mais civilizadas” [508].

Na defesa de que o gênero é uma divisão de sexos impostas socialmente, Rubin[509] analisa a divisão sexual do trabalho de Lévi-Stauss como mais uma forma de instituir uma dependência entre os sexos. Portanto, a organização social do sexo tem a base no gênero, na heterossexualidade compulsória e na imposição de restrições à sexualidade feminina.

Analisando os estudos de Freud é verificado pela antropóloga a interpretação de como se dá a sexualidade dos indivíduos. Os escritos de Freud, por vezes, mostram-se ambíguos e deixam margem para interpretar como sendo a sexualidade do indivíduo resultado do aspecto biológico. No entanto, a antropóloga verifica que por diversas vezes ele enfatizou a sexualidade adulta como resultado de um desenvolvimento psíquico, não podendo ser um reflexo biológico, como alguns afirmam. Pode-se interpretar, como feito por Jacques Lacan, que a origem da sexualidade visto por Freud é da imposição a anatomia da linguagem e significados culturais[510].

De acordo com Rubin[511] o sistema sexo/gênero deve ser reorganizado por meio de ação política. E para o fim dessa desigualdade, deve ir além de uma eliminação da opressão das mulheres, é preciso a eliminação das sexualidades obrigatórias e dos papeis sexuais obrigatórios. Acrescenta ainda que o mais fascinante seria uma sociedade andrógina e sem gênero, mas não sem sexo, fazendo com que a anatomia dos indivíduos fosse irrelevante.

Contribuindo para esse debate, também há historiadores que estudam sobre a questão de gênero a fim de analisar como se iniciaram as diferenças entre homens e mulheres. De acordo com Peter Stearns[512], o desenvolvimento das civilizações foi juntamente com as relações entre homens e mulheres, as determinações de papéis e definições das características de cada um. O historiador

---

[508] Lévi-Strauss, Claude. Les structures elementaires de la parenté. Paris: Mouton, 1981.
[509] RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 62.
[510] RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política do sexo”. Tradução de Christine Rufino Dubat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Correa. Recife: S.O.S Corpo, 1993. p. 15.
[511] RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política do sexo”. Tradução de Christine Rufino Dubat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Correa. Recife: S.O.S Corpo, 1993. p. 22.
[512] STEARNS, Peter Nathaniel. **História das Relações de Gênero**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Constexto, 2007. p. 13

acredita que abordar gênero é enfatizar o caráter social e histórico das concepções com base nas diferenças sexuais, enraizadas no domínio masculino e para rompimento desse milenar sistema não é possível ser feito a curto prazo.

Na análise histórica de Stearns[513] a igualdade entre homens e mulheres existia na época da caça e coleta, em que ambos trabalhavam e contribuíam com importantes bens econômicos. Mas com a transferência para a agricultura foi mudando a relação entre os sexos, juntamente com a cultura e as religiões politeístas que identificavam as deusas como geradoras de força relacionada à fecundidade. O resultado foi o aumento da natalidade, consumindo mais tempo das mulheres com o cuidado das crianças, passando a definir como trabalho da mulher a gravidez e o cuidado, enquanto ao homem, cabia a sobrevivência econômica da família.

Assim, aos poucos foi se instalando a desigualdade entre os sexos, beneficiando o domínio masculino na relação e abrindo caminho para um sistema patriarcal. Nas sociedades patriarcais, os homens eram considerados superiores, com direitos que as mulheres não possuíam, como direito de ter propriedade e sem limitação de aparecer em público. As mulheres possuíam obrigações que os homens não obtinham, como o cuidado doméstico. Nesse sistema, foi enfatizado a inferioridade e fragilidade da mulher, estabelecendo uma hierarquia entre os sexos.

Stearns[514] faz uma análise do patriarcado ao longo da história das civilizações e constata que, tanto no ocidente quanto no oriente, foram surgindo culturas que influenciaram as legislações e estabeleceram cada vez mais a desigualdade das mulheres na sociedade. Alguns exemplos trazidos pelo autor são: o Código de Hamurabi e a lei judaica tratando de forma severa a sexualidade das mulheres e seu papel em público; no Oriente Médico o uso do véu pelas mulheres em público como indício da sua inferioridade e de pertencimento ao homem; dentre outros.

O aumento do poder comandado exclusivamente por homens conduziu

---

[513] STEARNS, Peter Nathaniel. **História das Relações de Gênero**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007. p. 31.
[514] STEARNS, Peter Nathaniel. **História das Relações de Gênero**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

para a redução do papel das mulheres dentro das famílias, bem como acabou contribuindo para as definições de masculinidade, colocando o homem com papel de dominante, deviam estar prontos para liderar, responsáveis pela economia familiar etc. No entanto, é deixado claro[515] que o patriarcado nunca foi um sistema universal que se diversificou bastante ao longo da história nas mais diversas sociedades, bem como a variedade cultural e política ao redor do mundo que aplicou as ideias sobre homens e mulheres e os papéis de cada sexo.

A historiadora americana Joan Scott[516] dedicou seus estudos sobre o papel das minorias na história, com foco principal nas mulheres. Discute três teorias sobre o estudo de gênero, sendo: a primeira sobre a tentativa da teoria do feminismo de compreender a origem do patriarcado; a segunda com relação a tradição marxista e a busca de um compromisso com a crítica feminista; a terceira com relação às escolas da psicanálise que explicam a produção e reprodução da identidade de gênero.

Para Scott[517] todas as teorias analisadas possuem problemáticas. A primeira analisa o patriarcado, mas não busca saber como a desigualdade de gênero acaba por estruturar as outras desigualdades na sociedade, bem como tem por base a diferença física, logo, distante de uma construção sociocultural. A segunda teoria acaba por estar intimamente ligada apenas ao econômico e não demonstra como o patriarcado acaba por se desenvolver fora do sistema capitalista. E por fim, a última teoria acaba por limitar o termo gênero à seara doméstica e ao núcleo familiar, fazendo com que para um historiador não seja possível realizar uma ligação do gênero e do indivíduo com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder.

É verificado que historiadores que focavam apenas em histórias das mulheres acabavam por reforçar a ideia tradicional de um centro natural masculino enquanto a história das mulheres seria algo periférico. Argumenta que a única forma

---

[515] STEARNS, Peter Nathaniel. **História das Relações de Gênero**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.
[516] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade:** Porto Alegre, 1995.
[517] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade:** Porto Alegre, 1995. p. 73-82.

de escrever sobre a história das mulheres seria através do uso de conceito de gênero[518].

É demonstrado pela historiadora[519] que o termo sexo se refere às diferenças biológicas ente homens e mulheres, sendo o gênero uma categoria mais fluida, que se refere aos papéis sociais atribuídos aos sexos. Gênero é uma categoria de ideias de masculinidade e feminilidade, que podem modificar conforme a sociedade ao longo da história. Essa distinção é feita, pois muitos historiadores confundiam essas categorias, encarando os papeis de gênero tão naturais quanto o sexo biológico. Entretanto, é uma posição sexista, pois naturalizaria a figura dos homens como dominantes e as mulheres como dominadas, sendo que a dominação é socialmente construída e não biológica.

O estudo de Scott se mostra como uma referência teórica importante no estabelecimento nos estudos de gênero. Compreender os estudos de gênero é verificar que a categorias de gênero eram ditas como naturais ou como um produto de Deus, ou ainda, que sempre teve mudanças nessas categorias no decorrer do tempo. Com a evolução dos estudos é possível compreender o que pode mudar no presente e que não precisam ser do jeito como sempre pareceram ser.

São analisados[520] que os diversos pesquisadores restringem o uso do termo gênero, principalmente no que diz respeito aos que analisam a origem da desigualdade no sistema de parentesco, como é caso de Rubin, no entanto para a historiadora, essa análise é reducionista. A autora compreende que é necessário utilizar a o termo gênero de forma mais ampla, com a inclusão do mercado de trabalho, a educação, economia e o sistema político. Afinal, o temo é construído igualmente dentre dessas searas na sociedade.

Nessa visão, as relações entre homens e mulheres são construídas socialmente, no entanto, aponta que ainda falta explicar como são construídas e qual o motivo para serem construídas de forma desigual. Alega que é preciso verifica

---

[518] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade:** Porto Alegre, 1995. p. 73-74.
[519] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade:** Porto Alegre, 1995. p. 76.
[520] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade:** Porto Alegre, 1995. p. 87.

como se deu a construção da desigualdade de gênero para mudar os paradigmas históricos a respeito do tema. A análise que é feita é de que o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”[521].

Assim, é possível compreender como a política constrói gênero e como gênero constrói a política. Segundo Scott, as conexões entre gênero e política, além de dar significado às relações de poder, a atenção dada ao gênero constitui uma parte crucial da organização da igualdade e da desigualdade. De acordo com a historiadora: “as estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das assim chamadas relações naturais entre homem e mulher”[522].

Dessa forma, as significações de gênero e poder se constroem de forma recíproca, a americana questiona como pode realizar a transformação no cenário da desigualdade. E a resposta é de que as a categoria de gênero deve ser útil para a história e não apenas a história das mulheres. E para compreender o termo é preciso reconhecer que homem e mulher não são categorias homogêneas e sem história, é na verdade uma relação entre os sexos e é o gênero que dá significado às distinções entre os sexos, logo não é a diferença biológica que determinam as desigualdades.

O mitologista Joseph Campbell[523] verifica que nas sociedades primitivas as mulheres desempenhavam papéis de plantio e colheita de modo dominante e era as provedoras de vida, exercendo o papel de membros mais importantes da sociedade. Logo, nas mitologias em que as Deusas são dominantes, refletiam esse cenário. De acordo com Campbell, houve uma era matriarcal e com o passar do tempo, a sociedade se transformou em patriarcal. Sendo que a partir da invenção do arado na agricultura e com a descoberta da função do homem de prover filhos,

---

[521] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade:** Porto Alegre, 1995. p. 88.
[522] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade:** Porto Alegre, 1995. p. 89.
[523] CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**: com Bill Moyers. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990. p. 115.

houve mudança na relação de poder[524].

Em relação à história do homem na terra, os mitos da base da civilização ocidental cristã são relacionados ao Deus como um ser único, saindo da ideia de vários Deuses para um, portanto, nessa transição, as Deusas são rejeitadas, não existem[525]. A partir de então, o papel das mulheres consideradas como sagradas é de gerar deuses, e, portanto, papel secundário.

Analisando o primeiro livro da Bíblia, observa-se que as relações de poder e os papeis das mulheres e homens são desiguais. Neste contexto, o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus e, com o tempo, foi percebido que todos os animais possuíam seus correspondentes, menos o homem. A partir da tristeza e solidão do homem, este foi presenteado com a mulher, como um agrado, para lhe fazer companhia. A mulher surgiu da costela do homem, sob o papel de companhia para o homem, logo, não foi criada para ser autônoma ou ter suas próprias ideias[526].

Não entrando em maiores discussões sobre os mitos, conclui-se que a mulher foi, por muito tempo nas sociedades primitivas, a imagem dominante na mitologia. Mas com o tempo, surge a imagem do homem como guerreiro e agressivo, líder da sociedade e, em seguida, a figura da mulher é de desempenhar o papel na criação e recriação[527], refletindo isso nos mitos de origem do mundo e do homem, bem como nas religiões, como é caso do catolicismo. E a partir disso surge uma base para a construção sociocultural para as atuais sociedades ocidentais.

Pierre de Bourdieu, sociólogo, antropólogo e filósofo, em seu livro “a dominação masculina”[528] descreve sobre a violência sofrida pelas mulheres por meio de símbolos. Bourdieu verificou o modo como é imposta e vivenciada a dominação da mulher pelo homem, sendo um resultado do que chama de violência simbólica,

---

[524] CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**: com Bill Moyers. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990. p. 115.
[525] CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**: com Bill Moyers. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo :Palas Athena, 1990. p. 58.
[526] LOPES, Claudio Bartolomeu. **Trabalho feminino em contexto angolano**: um possível caminho na construção de autonomia. Dissertação (mestrado em serviço social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo. 2010. p. 98-99.
[527] CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**: com Bill Moyers. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990. p. 196.
[528] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

suave e insensível às próprias vítimas, que se exerce pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento.

Através de uma análise etnográfica na região da Cabília na Argélia, Bourdieu[529] pesquisa a dominação masculina. A escolha do local se deu por ser onde o homem masculino é o centro de tudo, uma região extremamente tradicional, conservadora e com relações assimétricas entre homens e mulheres. Analisar a dominação masculina nas sociedades antigas, como Grécia Antiga, através de documentos produzidos ao longo dos séculos, poderia ter muitas interpretações e modificações de fatos importantes[530]. E, por isso a pesquisa de Bourdieu é por meio de uma sociedade ainda viva e apegada em suas tradições. Desta forma, é possível compreender os simbolismos e como se estruturam os pensamentos de forma a colocar o masculino como medida de todas as coisas.

A análise etnográfica investigou o que parece ser natural e não é questionado, como as estruturas de pensamentos que norteia as ideias de masculinidade e feminilidade, visões presentes em todas as estruturas da sociedade. É proposto a verificação da origem dessa estrutura para concluir que não é uma dominação natural, pois em algum momento houve um início.

Foi constatado que a sociedade analisada era estruturada em organização binaria, tanto na prática quanto na forma como pensa, ou seja, a sociedade concebe o mundo a partir de categoria opostas como a de feminino e masculino. O masculino é dito como positivo e o feminino negativo; a mulher é a falta do masculino, logo, é uma entidade negativa; inclusive a relação sexual é uma relação social de dominação, em que o masculino é o ativo e feminino o passivo. Isso ocorre a partir do momento em que o princípio masculino se torna como medida de todas as coisas, e assim, a diferença biológica entre os sexos pode ser vista como uma justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros[531].

---

[529] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 7.
[530] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 7.
[531] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 10-15.

A postura submissa que se impõe às mulheres na sociedade cabilas é verificada até hoje nas sociedades ocidentais. São colocados alguns imperativos às mulheres desde criança para ensinar como devem ocupar o espaço, caminhar e se portar nos ambientes públicos. Tais imperativos são vistos não apenas nessa sociedade analisada, como também em diversas sociedades ao redor do mundo, fazendo as mulheres adotarem: posições corporais convenientes, como as pernas não podem estar afastas, pois é vulgar, as costas devem estar retas, devem sorrir, aceitar interrupções etc.[532]

Bourdieu demonstra que as roupas impostas às mulheres asseguram uma espécie de confinamento simbólico e limita de certo modo os seus movimentos, principalmente no espaço público, como a bolsa que deixa as mãos ocupadas; o salto alto que dificulta o andar; a saia que impede ou desencoraja a realização de algumas atividades como correr e se sentar de certas formas, dentre outros. As roupas femininas são mais uma construção para limitar sua atuação em público, fazendo com que não possam fazer o mesmo que os homens. Inclusive, as poses e posturas mais relaxadas não são bem-vistas nas mulheres, diferentemente dos homens, em que muitas vezes, tem-se a imagem de homens do alto escalão com postura relaxada e com pés na mesa para demonstração de poder.[533]

É constatado por Bourdieu a diminuição das mulheres por meio de símbolos, pois é como se a feminilidade fosse medida pela arte de se fazer pequena, tanto que, tudo que estava relacionado ao feminino era sempre no diminutivo[534]. É limitado o espaço ocupado pelas mulheres de forma simbólica, por meio seus movimentos e deslocamentos do seu corpo. Não é dito que a mulher não pode fazer as coisas, mas por meio de símbolos de comunicação, como por exemplo, roupas, gestos, posturas e a forma como homem trata na rua, fazem a mulher passar por situações, como assédio, e a faz pensar que aquele espaço público não é o espaço dela.

---

[532] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 19-20.
[533] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 19-20.
[534] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 19.

Dentre os diversos aspectos levantados por Bourdieu para demonstrar como o homem domina a mulher por meios simbólicos e faz dela um objeto simbólico, demonstra que isso gera um efeito de constante insegurança da mulher com o próprio corpo. Isso ocorre pelo fato de ser imposto ao corpo da mulher uma dependência simbólica, ou seja, a mulher existe primeiramente para o olhar do outro, enquanto um objeto receptivo, atraente e disponível. É esperado pela sociedade que as mulheres sejam femininas, em outras palavras, que estejam sempre sorrindo, sejam simpáticas, submissas, discretas, contidas, atenciosas e até mesmo apagadas. Tornando-a dependente dos outros, fazendo parte de seu ser, e muitas vezes, essa pretensa feminilidade imposta às mulheres é mais uma forma de atender às expectativas masculinas e engrandecimento do ego dos homens[535].

O padrão de dominação pelo homem foi reproduzido por muito tempo pelas principais instituições da sociedade: família, igreja e escola. Todos possuem em comum a atuação sobre as estruturas inconscientes da sociedade, perpetuando a ideia da dominação ao longo dos anos. Mais tarde, a instituição do Estado surge para ratificar e reforçar o patriarcado, agora um patriarcado público.

Quanto à influência dessas instituições, Bourdieu[536] compreende que a família possui o papel principal dessa reprodução, impondo uma precoce experiência de divisão sexual do trabalho; a Igreja, dominada por valores da sociedade patriarcal e dogma da inferioridade da mulher, age de maneira indireta sobre estruturas históricas do inconsciente por meio da simbologia dos textos sagrados, liturgia e espaços religiosos; a Escola, mesmo após a liberação da influência da igreja, continuou a reproduzir pressupostos patriarcal.

A exclusão das mulheres por muito tempo do universo das coisas sérias, assuntos públicos e econômicos, fizeram com que as mulheres ficassem confinadas ao espaço doméstico e restritas à atividade de reprodução biológica. Na maior parte das vezes, o trabalho doméstico não é reconhecido e não possui uma contribuição econômica, desvalorizando esse trabalho, inclusive aos próprios olhos da mulher, como se o tempo de trabalho doméstico não tivesse importância por não ter valor de

---

[535] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 41.
[536] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 51-53.

mercado e podendo ser realizado sem contrapartida e sem limites[537].

É possível verificar como esses signos que denotam a dominação masculina reverberam no trabalho ainda hoje, como exemplo: quando se fala na profissão médico, logo faz ligação com o homem médico, e a profissão enfermeira é ligada a mulher; da mesma forma a palavra “chefe” sempre é dita no masculino, enquanto a profissão secretária é sempre no feminino. Ou seja, quando se fala em posição superior ou hierarquicamente maior é ligada aos homens, e a posição inferior é ligada às mulheres, como se essas posições subalternas pertencessem somente às mulheres. Dizer a uma mulher de poder que ela é muito feminina, é uma forma sutil de negar a ela qualquer direito ao poder, pois este é colocado como um atributo caracteristicamente masculino.

Conforme Bourdieu, as mulheres são levadas a pensar em si como objetos estéticos, devendo dedicar de forma constante com a beleza, elegância e vestes, fazendo com que naturalmente o seu cargo na divisão de trabalho doméstico se refira também à estética. Isso é possível ser verificado ao analisar que são as mulheres responsáveis pela imagem e aparência social dos membros da família, dos filhos e, por muitas vezes, do esposo que lhe delega a escolha da roupa. O cuidado e preocupação com a decoração da casa também fica aos cuidados da mulher[538].

Esse papel executado pelas mulheres na família é levado para dentro da empresa, onde quase sempre é pedido para a mulher ficar com as atividades de apresentação, representação, acolhida e recepção. Assim como os rituais feitos pela mulher dentro do ambiente doméstico, os rituais delegados a ela dentro da empresa também contribuem para a manutenção e aumento do capital social de relações e da empresa[539].

No ambiente de trabalho, as mulheres são vistas com menos seriedade e tudo que lembra o masculino é visto com maior seriedade. Assim, em um debate, as mulheres lutam para poder falar, pois os homens não vão levar a sério. Por muitas

---

[537] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 58.
[538] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 59.
[539] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 59.

vezes, quando uma mulher dá a sua ideia em uma discussão de trabalho, ocorre de o homem após a sua fala puxar um elogio sobre parte do corpo, algo sobre a sua beleza, como forma de desprezar o que foi dito por ela e valorizar o estético[540].

Outra atitude que pode ser vista no ambiente de trabalho é o tratamento do homem com a mulher de forma mais íntima, carinhosa, tratando com menos seriedade, enquanto os homens ao falarem entre si no ambiente de trabalho utilizam o tratamento mais formal. Isso ocorre por meio dos símbolos que fabricam as mulheres como um ser mais infantil e fútil, não merecendo o mesmo respeito e tratamento que os homens[541].

Portanto, Bourdieu explica que a organização da dominação masculina instaura nos espaços sociais, fazendo com que essa dominação seja constante ao longo da história. O sociólogo compreende que esse movimento ao longo da história produz um efeito de naturalização, ignorando um trabalho histórico sobre a dominação masculina, seus mecanismos e ações, sendo esse trabalho fundamental para a política de transformação progredir[542].

A visão do autor é de que a unidade doméstica pode ser um dos locais em que se manifesta de forma mais indiscutível a dominação masculina. Na medida em que o princípio da perpetuação dessas relações é exercido de forma fundamental nas instituições da Igreja, Escola ou pelo Estado. E foi o movimento feminista que contribuiu para ampliar a área política, trazendo para essa esfera a discussão de algo que antes era ignorado ou afastado por uma visão tradicional da política de que esse assunto era algo propriamente privado[543].

De acordo com o sociólogo francês, o desaparecimento progressivo da dominação masculina na sociedade depende de:

> [...] uma aça política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os

[540] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 59.
[541] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 59.
[542] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 62.
[543] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 69.

> homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre "mão direita", masculina; e sua "mão esquerda", feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diversos mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.[544]

É importante constar que os estudos de gênero não se esgotam nesses autores e perspectivas apresentados, sendo um assunto que se distribui por diversas disciplinas e pesquisas, obtendo variados pontos de vista. Ao longo dos anos, outros pensamentos foram sendo abordados para compreender como se originou e como superar a desigualdade entre os gêneros, inclusive pesquisas com foco além da heterossexualidade, raça branca e povo ocidental. No entanto, pretendeu-se aqui elaborar de forma sintética alguns pontos de relevância para compreender melhor esse estudo complexo do gênero.

Conclui-se da análise dos estudos de gênero de caráter multidisciplinar que a desigualdade de gênero nas sociedades se dá por uma construção sociocultural. Esse cenário contribuiu de forma significativa para a mulher ser vítima de violações dos Direitos Humanos e restrições de direitos civis e políticos ao longo da história[545]. E é a partir desse contexto que ocorrem os diversos preconceitos e discriminações presentes na sociedade com relação à mulher.

O que pode ser visto é que a utilização do gênero feminino e masculino serve para justificar e produzir diversas injustiças ao longo da história. A utilização do termo pelo movimento feminista é para evidenciar “um posicionamento político e assumindo que se apropriar dos direitos humanos não é só um direito, mas também um dever das mulheres”[546]. Esse ato é uma forma de contribuir para o empoderamento das mulheres e para realizar uma desnaturalização das

---

[544] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 69.
[545] GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 92.
[546] MACHADO, Lia Zanatta. **Feminismo Brasileiro**: revolução de ideias e políticas públicas. In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. et. al. Introdução Crítica ao Direito. Brasília: CEAD, DUB, 2011, v. 5, p. 78.

desigualdades reproduzidas ao longo do tempo.

3.2. OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Como foi possível verificar, são décadas de estudos de gênero para compreender a origem e como superar as desigualdades entre homens e mulheres. Da mesma forma, existem diversos esforços para tentar eliminar os tratamentos discriminatórios em razão de gênero[547]. Nos últimos anos, foram criados diversos mecanismos normativos para contribuir com o avanço da igualdade de gênero no âmbito internacional, tendo em vista ser a desigualdade um problema que afeta a todos, independente da origem e localização.

A humanidade está em um contínuo processo de construção e reconstrução de direitos e, de acordo com Bobbio[548], por mais fundamentais que se apresentem tais direitos, eles são diretamente relacionados com uma construção histórica de luta por novos direitos. Isso quer dizer que os direitos surgem sob certas circunstâncias, sendo caracterizados por buscas de novas liberdades, em especial, face aos antigos poderes. Portanto, o direito manifesta-se como solução às violências que a sociedade compreende como injustas e no desejo de eliminar tais situações.

Nesta perspectiva, os Direitos Humanos - direitos primários pertencentes a todos os seres humanos, como o direito à vida, liberdade e outros[549] - são resultado de conquistas construídas ao longo da história que "vão se constituindo como um acúmulo crescente de parâmetros, de conteúdo reputados fundamentais, dos quais todo ser humano é titular"[550].

---

[547] SÁEZ, Maravillas Espín; CARUJO, Borja Suárez. Efectos de la Globalización sobre el principio de igualdade: género y globalización. **Revista de Estudios de Ciencias Sociales y Humanidades**, Universidad Autónoma de Madrid, n. 11, pp. 97-104, mês, 2014. p. 97. Disponível em: < https://helvia.uco.es/bitstream/handle/10396/8739/11.9.pdf?sequence=1&i> acesso em 18 de maio de 2021.

[548] BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 26.

[549] FERRAJOLI, Luigi. **Diritti fondamentali**: um dibattito teórico. A cura di Ermanno Vitale. 3. ed. Roma: Editori Laterza. 2008. p. 08.

[550] GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão**

Os Direitos Humanos como hoje se compreendem são frutos de uma elaboração a partir de variados documentos fundamentais: 1) a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776, elaborada por Thomas Jefferson após a independência da Inglaterra; 2) a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, sendo uma consequência da Revolução Francesa; e
3) a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, decretada pela Organização das Nações Unidas (ONU) sendo similar aos demais documentos.

A partir da Revolução Americana de 1776 e da Revolução Francesa de 1789, são fundados novos direitos civis. A primeira Declaração abre caminho para a independência da América do Norte. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, por sua vez, tenta ir além, posto que buscou contemplar a humanidade como um todo, com direitos civis de todos os homens, países, povos e etnias. E a Declaração de 1948 segue os princípios gerais dos anteriores, agora ao invés de falar em direitos do homem, avança para a nomenclatura Direitos Humanos, um primeiro elemento de superação, ainda que apenas terminologicamente, da centralização do homem[551].

A concepção contemporânea dos Direitos Humanos é marcada por sua universalidade, considerando o ser humano dotado de moral[552]. Como características destes direitos, cita-se a inalienabilidade e a indivisibilidade, ou seja, se um direito é violado, os outros também o são, sendo que essa unidade indivisível é capaz de conjugar os direitos civis e políticos com os direitos sociais, econômicos e culturais[553]. Essa concepção surgiu com a Declaração de 1948, a partir de um movimento de internacionalização dos Direitos Humanos do pós-guerra como uma resposta às crueldades e aos horrores realizados na época do nazismo[554].

E nessa circunstância, enxerga-se o esforço de reconstrução destes

---

interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 68

[551] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação história dos direitos humanos**. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saravica, 2005.

[552] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação história dos direitos humanos**. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saravica, 2005.

[553] PIOVESAN, Flavia. A. proteção internacional dos direitos humanos das mulheres. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 21-34, Jan.-Abr. 2014. p. 22.

[554] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação história dos direitos humanos**. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saravica, 2005. p. 40.

direitos como paradigma e referencial ético a conduzir a ordem internacional. Ética dos Direitos Humanos à medida que "vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas, de forma livre, autônima e plena"[555]. Isto pelo fato de que, ao longo da história, as violações mais graves dos Direitos Humanos são em relação ao olhar preconceituoso com o Outro, na condição de alguém diferente e menor, e não como um diferente mais igual, como ocorrera na época da escravidão do negro pelo branco e no período nazista, em que os judeus eram subjugados pela sua origem.

Apesar dos avanços alcançados por esses documentos internacionais, não é encontrado em nenhum deles aspectos relevantes sobre a violação dos Direitos Humanos das mulheres. E por haver assimetrias de gênero nas sociedades por questões socioculturais, é importante que haja documentos internacionais tratando da perspectiva de gênero, com vistas a alcançar uma efetiva igualdade entre homens e mulheres.

A compreensão de Direitos Humanos sob a perspectiva de gênero implica definir o termo 'gênero', podendo ser compreendida como uma categoria que se refere à construção sociocultural da ideia sobre os papéis dos homens e mulheres, sendo um meio de identificar o sentido e de entender a complexa relação das interações humanas. O gênero pode ser utilizado para realizar uma análise histórica, permitindo compreender, inclusive, como a política constrói a ideia de gênero e como o gênero constrói a política[556].

A partir da Carta das Nações Unidas, teve início no cenário internacional uma forma progressiva de abordagem sobre as mulheres e seus direitos. No início, ocorrera de forma mais abrangente e difusa, e com o tempo foram surgindo garantias de diversos direitos específicos para as mulheres, como forma de buscar a igualdade dentro da sociedade.

Aos poucos, foram surgindo convenções e documentos que discutiam de

---

[555] PIOVESAN, Flavia. A. proteção internacional dos direitos humanos das mulheres. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 21-34, Jan.-Abr. 2014. p. 22.

[556] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade:** Porto Alegre, 1995.

maneira substancial o aspecto de gênero e a necessidade do enfrentamento desta realidade. Partiu-se de questões que hoje podem parecer elementares, tais como o direito das mulheres ao voto, suas elegibilidades e possibilidade de ocuparem cargos públicos; discussões sobre igualdade de remuneração, de oportunidades e de igualitários salários entre homens e mulheres trabalhadores, respeito e garantia de direitos sem discriminação de gênero, ainda hoje, fruto de muitas lutas e discussões. Assim, foram surgindo um conjunto de Convenções Internacionais da ONU que começaram a introduzir a categoria mulheres nos mais variados temas.

Em 1979, estabeleceu-se um importante momento para a luta pela igualdade de gênero, ao ser adotada a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres[557]. Constituindo-se como marco histórico na definição internacional dos Direitos Humanos das mulheres, isso porque foi o primeiro instrumento internacional a reconhecer os direitos das mulheres como Direitos Humanos.

Em 1985 ocorreu a III Conferência da ONU sobre as Mulheres[558], abordando os temas de igualdade, desenvolvimento e paz, pela primeira vez colocando as mulheres como sujeito do desenvolvimento. A Conferência trouxe a grave situação das mulheres em todos os países, demonstrando o lento avanço da incorporação de seus direitos e dos compromissos internacionais das reivindicações dos direitos das mulheres. A partir das constatações, foram traçadas metas para superar as discriminações e as desigualdades de gênero para possibilitar o desenvolvimento das mulheres[559].

Grupos e entidades feministas impulsionaram nos anos 90 o debate para o reconhecimento dos Direitos Humanos sob uma perspectiva de gênero. O movimento se intensificou com a Declaração de Viena de 1993, a qual trouxe de

---

557 UN. United Nations. **Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women**. New York; UN, 1979. Disponível em: <Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women New York, 18 December 1979 | OHCHR> acesso em 14 de julho de 2022.

558 UN. United Nations. **Conferences**: women and gender equality. Noirobi: UN, 1985. Disponível em: < World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women | United Nations > acesso em 14 de julho de 2022.

559 BANDEIRA, Lourdes M. Políticas públicas para mulheres: mulheres e sustentabilidade. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 165-181, jan. - abr. 2014. p. 171.

forma explícita os direitos das mulheres e das meninas como inalienáveis, indivisíveis e universais[560]. Proporcionou-se, assim, inserir a perspectiva de gênero em todas as demais Conferências da ONU da década de 90, sendo os Direitos Humanos das mulheres reconhecidos como uma questão prioritária para toda a comunidade internacional [561].

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas de 1993, realizadas no Cairo, foram reconhecidos os direitos sexuais e reprodutivos como Direitos Humanos, e se estabeleceu de forma indissociável a relação da mulher com a ideia de desenvolvimento sustentável[562].

No mesmo ato restou elaborada uma agenda de compromissos comuns aos países, como forma de melhorar a vida de todos através da promoção dos Direitos Humanos, dignidade, igualdade de gênero, questões relacionadas à população e meio ambiente, dentre outros. Os resultados desse compromisso se mostraram inovadores, pois as políticas e programas de população passaram a reconhecer como motivo determinante para a qualidade de vida de todos o exercício pleno dos direitos humanos e a aumento dos meios de ação da mulher[563].

No Brasil, com a intensificação dos movimentos feministas no final dos anos 70, o estudo de gênero se fortalece, autorizando as mulheres se tornarem sujeitos políticos[564]. O impacto desses movimentos, juntamente com a ratificação da Convenção da ONU de 1984 para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, fez com que surgissem as primeiras políticas públicas relacionadas ao gênero.

Entretanto, somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com os documentos internacionais voltados aos direitos da mulher, nos anos 90, é

---

560 PIOVESAN, Flavia. A. proteção internacional dos direitos humanos das mulheres. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 21-34, Jan.-Abr. 2014. p. 24.

561 BARSTED, Leila Linhares. **Os direitos humanos na perspectiva de gênero**. In: I Colóquio de direitos humanos. São Paulo, 2001. p. 03.

562 GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 96.

563 ONUBR. Nações Unidas do Brasil. **Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

564 FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n.1., p. 47-71, jan. - abr., 2004. p. 47.

que a mulher foi alçada à posição de relevância no cenário político, com maior preocupação em relação a seus direitos e com maior previsão de legislações em busca da igualdade de homens e mulheres.

A igualdade é direito fundamental, estabelecido nos ordenamentos constitucionais dos mais diversos países romano-germânicos, portanto, elemento primeiro a ser buscado e assegurado por qualquer Estado que se reconheça e se identifique como Democrático de Direito regido por uma Constituição. O Brasil, identificado como tal, deve dar máxima efetividade a este basilar princípio – o da igualdade – que se concretizará, por excelência, por meio de políticas públicas de discriminação positiva. De acordo com Farah[565], o movimento do feminismo contribuiu para que a perspectiva de gênero fosse incluída na agenda política do país.

Os estudos de gênero são importantes para dar maior compreensão dos fundamentos base das discriminações contra as mulheres, sendo a introdução dos direitos das mulheres na legislação internacional essencial para firmar conceitos fundamentais para um novo direito internacional dos Direitos Humanos, contemplando, agora, as mulheres.

De acordo com Gonçalves[566], abordar de forma genérica o direito à igualdade como direito fundamental não é suficiente aos sujeitos individualmente identificados, como é o caso das mulheres. É que nem mesmo a previsão específica de direitos têm conseguido assegurar o seu respeito no dia a dia. Isto ocorre pelo fato de que, apesar de as normas de Direitos Humanos deverem ser observadas de forma plena, as interpretações legais não observam as demandas específicas e estão relacionadas a concepções conservadoras e tradicionais do que é masculino e feminino.

Os desafios levantados pelos movimentos feministas abarcam diversas ordens e, para superá-los, é necessário promover alterações legislativas para atender às demandas específicas como forma de garantir que as mudanças saiam

---

565 FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n.1., p. 47-71, jan. - abr., 2004. p. 51.

566 GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 67.

do plano jurídico e sejam implementadas. Dessa forma, abordar a perspectiva de gênero no âmbito internacional, por meio dos Direitos Humanos, carrega consigo a importância de impulsionar transformações no cenário mundial. Assim, mostra-se imprescindível forçar o reconhecimento, afirmação e concretização de direitos negados internamente nos Estados, podendo auxiliar para que haja superação de barreiras e resistências sobre valores ou bens jurídicos[567].

Ao falar em igualdade, é possível encontrar três vertentes: 1) a igualdade formal, em que é reduzida aos dizeres de que todos são iguais perante a lei; 2) a igualdade material, ligada à ideia de justiça social e distributiva, sendo esta conduzida pelo critério socioeconômico; e 3) a igualdade material, ligada à ideia de justiça enquanto reconhecimento de identidades, conduzida por critérios de gênero, idade, raça, etc.[568].

Dessa forma, a igualdade tratada nesta pesquisa refere-se à igualdade material conduzida por critérios de gênero. Igualdade não significa que os homens e as mulheres são biologicamente iguais, entretanto, as oportunidades, direitos e responsabilidades não devem depender do fato de os indivíduos nascerem do sexo masculino ou feminino. A igualdade de gênero é indicar que “os interesses, necessidades e prioridades de homens e mulheres devem ser levados em consideração, reconhecendo a diversidade dos diferentes grupos de homens e mulheres”[569].

É função do Estado democrático a elaboração de políticas públicas que reconheçam as desigualdades de poder entre homens e mulheres. Portanto, é legítimo e imperioso a existência de políticas que tratem de forma diferenciada homens e mulheres, por meio de ações que visem o empoderamento das mulheres. Isto porque existem assimetrias que retiram das mulheres o acesso às oportunidades, mantendo-as em condições de subordinação em relação aos

---

[567] GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 67.

[568] PIOVESAN, Flavia. A proteção internacional dos direitos humanos das mulheres. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 21-34, Jan.-Abr. 2014. p. 23.

[569] ONUBR. Nações Unidas do Brasil. **Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

homens nas sociedades[570].

Partindo-se do pressuposto de que as políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações realizadas pelo Estado e que irão produzir efeitos específicos, no intuito de promover o bem-estar de toda a sociedade e o interesse público, os governos usam das políticas públicas para obter resultados em diversas áreas, como no caso da assimetria de gênero.

De acordo com Gavilanes[571], pode ser compreendido como política pública o processo integrador de decisões, ações, inações, acordos e instrumentos, adiantado por autoridades públicas e com a participação eventual de particulares, e direcionada para solucionar ou prevenir uma situação definida como problemática. Compreende-se, portanto, a política pública como parte de um ambiente determinado do qual se nutre e ao qual pretende modificar ou manter.

Assim, por meio de políticas públicas de ação afirmativas é, possível trabalhar com: 1) eliminação das assimetrias/desigualdades entre as mulheres, tornando os direitos das mulheres acessíveis a todas; 2) garantia de igualdade no mundo do trabalho com base na corresponsabilidade da sociedade e do Estado pela reprodução da vida; 3) ampliação da presença das mulheres em posição de decisão e poder; 4) combate a todas as formas e manifestações de violência contra as mulheres[572].

Atualmente surge a necessidade das políticas públicas de ações afirmativas no intuito de dar evidência às desigualdades sociais determinadas com fundamento nas diferenças naturais e sociais e culturalmente criadas, de forma a procurar um equilíbrio entre as mulheres e homens com vínculo de igualdade de Direitos Humanos, equidade e reciprocidade.

A transformação das lutas de igualdade de gênero em propostas de

---

570 SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 74.

571 GAVILANES, Raúl Velásquez. Hacia una nueva definición del concepto “política pública”. **Revista Desafíos**: Bogotá, Colombia, v. 20, p. 149-187, primeiro semestre 2009. p. 167.

572 BANDEIRA, Lourdes M. Políticas públicas para mulheres: mulheres e sustentabilidade. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 165-181, jan. - abr. 2014. p. 170.

políticas públicas significa demandar do Estado a promoção de ações que visem à eliminação das assimetrias de gênero como condição para ampliação da democracia. A partir dessa visão, propõe-se uma democracia que não seja exclusiva aos iguais, logo, uma democracia inclusiva, a partir de uma igualdade material entre homens e mulheres, universalização dos direitos e neutralidade das instituições públicas.

De acordo com o filosofo alemão Habermas[573], as mulheres se defendem da opressão, da marginalização e do desprezo. E o feminismo, vai contra a dominante cultura que compreende a relação dos gêneros de maneira desigual e desfavorável à igualdade de direitos. Atualmente, reconhece-se que as demandas femininas nas esferas privada e pública estão intimamente ligadas, no entanto, é importante mencionar que sem a representação das mulheres nos espaços públicos, fica impossibilitada a luta por seus direitos em todos os demais âmbitos.

A inserção da perspectiva de gênero nas políticas públicas estatais alcançou grande êxito[574], pois exige uma reflexão sobre a desigualdade existente e contínuas ações na busca por igualdade entre homens e mulheres na esfera pública e privada. As políticas feministas de igualdade de direitos demonstram que "a configuração democrática do sistema de direitos acata não apenas demarcações políticas de objetivos em geral, mas também fins coletivos que se articulam em lutas por reconhecimento"[575].

De acordo com Silveira[576], as desigualdades de gênero possuem um caráter sistêmico que exige intervenção do Estado para que se consiga superá-las, necessitando, para isto, um sujeito de transformação para impulsionar no rumo das igualdades, mediante um feminismo em ação que estimule as práticas de cidadania das mulheres, bem como, aprofunde a democratização do Estado.

---

[573] HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002. p. 238.
[574] MACHADO, Lia Zanatta. **Feminismo Brasileiro**: revolução de ideias e políticas públicas. In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. et. al. Introdução Crítica ao Direito. Brasília: CEAD, DUB, 2011, v. 5, p. 78.
[575] HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002. p. 229.
[576] SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p.

A partir da análise das políticas públicas sob a perspectiva de gênero, é possível compreender a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, verificando como o Estado contribui para modificar o padrão estabelecido de assimetrias de gênero. O direcionamento das políticas públicas visando dar visibilidade a condição particular das mulheres dentro da sociedade, oportuniza a inserção destas na sociedade de forma mais igualitária e contribuem para a proteção, legitimação e efetivação dos seus direitos.

De todo o exposto, verifica-se que as políticas públicas de ações afirmativas para a redução de assimetrias de gênero se mostram como necessárias. Assim, é possível começar a transformar os padrões tradicionais impostos pelas sociedades quanto aos papéis dos homens e das mulheres, representando a desconstrução de ideias que colocaram as mulheres em posição de desigualdade na sociedade, levando a sociedade, consequentemente, ao alcance da sustentabilidade.

3.3. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUTENTÁVEL: UM DEBATE ACERCA DOS TERMOS E SUA APLICABILIDADE

Diante da globalização, muitos são os riscos aos quais a humanidade está exposta. Dessa forma, nas últimas décadas, intensificam-se os interesses por questões relacionadas à Sustentabilidade. Segundo Leonardo Boff[577], o termo Sustentabilidade é um dos mais utilizados atualmente, seja pelos governos, diplomacia, empresas e meios de comunicação. Apesar de estar em voga, acaba por muitas vezes sendo limitado ao tema de questões ambientais, como a preservação dos recursos naturais e equilíbrio ecológico.

De acordo com Bolssemann[578], ao analisar a história das sociedades, verificam-se indícios das razões pelas quais a Sustentabilidade sempre foi uma preocupação, motivo pelo qual não se pode dizer que é este um debate recente,

[577] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 9.
[578] BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade**: transformando direito e governança. Tradução de Philip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 27.

apenas se acentuou sob uma nova perspectiva, a de um “desenvolvimento sustentável”.

A história da Sustentabilidade está relacionada com a história do direito ambiental, pois é com o desenvolvimento desse direito nas sociedades, que o princípio da sustentabilidade ganha força. O conceito de Sustentabilidade surge por volta de 1300 e 1350 por conta do desenvolvimento agrícola e pela utilização da madeira ocorridas no continente Europeu que leva a uma grave crise ecológica. Foi a partir de então que as sociedades tomaram medidas e promulgaram leis fundadas na ideia da Sustentabilidade para que houvesse meio ambiente para futuras gerações[579].

O cientista florestal alemão Hans Von Carlowitz pode ser considerado como o criador deste termo, tendo publicado no ano de 1713 um livro com a investigação de como o cultivo de madeira e a sua conservação podem ser geridos de modo a proporcionar um uso sustentável, contínuo e duradouro. Definiu Sustentabilidade como algo que é indispensável para a continuidade da existência do país, devendo ser preservado, assim seria possível os seres humanos usarem os recursos no presente e no futuro. O cientista relacionou demandas econômicas e preocupações sociais em face da Sustentabilidade ecológica, fazendo um apelo pela responsabilidade com as gerações futuras[580].

Apesar dos avanços ocorridos no direito ambiental, em 1800 houve outra crise ambiental e alimentar, dando lugar à moderna civilização industrial. A Revolução Industrial de 1798 fez uma profunda transformação da terra e do uso de recursos naturais, e os efeitos maléficos começaram a aparecer, como a pobreza, desemprego etc. e surgiram os critérios de livre iniciativa privada. Nesse contexto, foi ignorado em grande parte a proteção ambiental, consequentemente, quase desaparece no século XIX os direitos públicos ambientais. A ideia de Sustentabilidade ficou desaparecida, mas não morreu, inclusive o termo

[579] BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade**: transformando direito e governança. Tradução de Philip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 31.
[580] BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade**: transformando direito e governança. Tradução de Philip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 34.

"Sustentabilidade" continuou sendo usado por centenas de anos[581].

Após a Segunda Guerra Mundial, devido a era nuclear, na década de 1960, surgiram preocupações com novo tipo de poluição e radiação, iniciando então um movimento ambientalista[582]. O movimento ganhou impulso a partir da obra "Primavera Silenciosa" de Rachel Carson[583], pois o destaque da autora foi pela necessidade de respeitar o ecossistema para proteger a saúde dos seres humanos e o meio ambiente.

A partir dessa, obra foi impulsionada uma fusão entre as ideias de progresso, desenvolvimento e crescimento, sob a premissa de uma estabilidade ecológica e economicamente sustentável no intuito de melhorar a condição humana. A crescente atenção na esfera internacional para a preservação da natureza e a insatisfação de vários ramos da sociedade com relação as repercussões da poluição sobre a qualidade de vida resultaram na primeira grande reunião organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o debate sobre questões do meio ambiente.[584]

As constatações da reunião da ONU sobre um ecossistema frágil e interdependente fez surgir na consciência coletiva do mundo a responsabilidade de proteção a saúde e do bem-estar desse ecossistema. A partir da contínua preocupação universal do uso saudável e sustentável da Terra e seus recursos, a visão ambiental tornou um fenômeno global. Assim, se deu a Conferência sobre o Ambiente Humano em 1972 em Estocolmo/Suécia.[585]

Para Gabriel Real Ferrer[586], o direito ambiental admite vários enfoques e para compreendê-lo, é necessário, ao menos, explorar seu progresso cronológico,

---

581 BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade**: transformando direito e governança. Tradução de Philip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 33.

582 BRASIL. Nações Unidas Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> acesso em: 27 de abril de 2020.

583 VER: CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 2ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

584 LAGO, André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília, 2006. p. 15. Disponível em: < http://www.funag.gov.br/biblioteca/> acesso em 27 de abril de 2010.

585 BRASIL. Nações Unidas Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> acesso em: 27 de abril de 2020.

586 FERRER, Gabriel Real. La construcción del derecho ambiental. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 6, n.2, 2º quadrimestre de 2011. p. 477 - 478. Disponível em: <www.univali.com.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791> acesso em 01 de maio de 2020.

chamado por ele de “ondas”. Desta forma, Ferrer compreende a Conferência de 1972 como a primeira onda, a qual propagou a legislação ambiental e sua constitucionalização em diversos países, tratando o direito ambiental como um direito fundamental e reconhecendo subdesenvolvimento como o maior motivo dos problemas ambientais.

Apesar de haver adoção de legislações referente ao meio ambiente nos países, acabou sendo uma reprodução umas às outras, sem levar em consideração a realidade ambiental, social, jurídica e econômica de cada país. Assim, a comunidade internacional agiu de forma conjunta e com a mesma postura em relação às agressões sofridas pelo planeta, aparecendo como um novo paradigma a necessidade de estabelecer limites ao crescimento.

Depois que a primeira onda desapareceu, o resultado em termos de saúde do planeta acabou sendo decepcionante, entretanto, permaneceu um traço regulatório na maioria das leis dos países[587].

Em 1987, a Comissão Brundtland publicou um relatório chamado “Nosso Futuro Comum”, trazendo o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo o desenvolvimento que cumpre com as necessidades das atuais gerações sem comprometer as futuras gerações em relação às suas necessidades[588].

Houve diversas ações em prol do meio ambiente, como a criação da Comissão Mundial sobre o meio ambiente, o protocolo de Quioto, convenção sobre diversidade biológica, estabelecimento da estreita relação entre degradação ambiental e pobreza mundial, bem como foi adotado a Agenda 21, um esquema de proteção do planeta Terra e para o seu desenvolvimento de forma sustentável[589].

O compromisso internacional de 1992, a Agenda 21, foi além das questões ambientais para tratar de padrões de desenvolvimento que contribuem

---

587 FERRER, Gabriel Real. La construcción del derecho ambiental. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 6, n.2, 2º quadrimestre de 2011. p. 477 - 478. Disponível em: <www.univali.com.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791> acesso em 01 de maio de 2020.

588 BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade**: transformando direito e governança. Tradução de Philip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

589 GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 39.

para os danos ao meio ambiente, tratando de questões como o caso da pobreza, dívida externa de países em desenvolvimento, padrões de consumo, dentre outros. Destaca-se a importância da Conferência que trouxe o papel das mulheres como essencial no gerenciamento do desenvolvimento a partir da sua plena participação na sociedade para o alcançar do desenvolvimento sustentável. [590]

Foi partir da Conferência de 1992 que houve a integração das três dimensões da Sustentabilidade: a ambiental, social e econômica.[591] Mas, apesar dos avanços propostos pela Conferência de 92 com as metas e medidas acordadas pelos países, não houve implementação de meios efetivos para controlar a sua implementação e eficácia. Logo, não houve institucionalização de uma governança ambiental planetária eficaz, ficando uma sensação de que a Conferência foi um fracasso[592].

A terceira onda[593] do direito ambiental foi a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente de 2002 em Joanesburgo, conhecida como Rio +10, possuiu um viés focado principalmente no desenvolvimento sustentável. Com essa conferência, a ideia é de introduzir mudanças normativas que respondam melhor as peculiaridades de cada sociedade, podendo colocar um fim a homogeneização dos ordenamentos internos ambientais trazidos pela segunda onda.

Apesar dos avanços trazidos pela Conferência, não houve instauração de meios efetivos para controlar as metas e medidas acordadas e sua eficácia. Este sentimento de fracasso perdurou até Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável de 2012, ocorrida no Rio de Janeiro, chamada de Rio

---

590 BRASIL. Nações Unidas Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> acesso em: 27 de abril de 2020.

591 GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 39.

592 GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 40.

593 FERRER, Gabriel Real. La construcción del derecho ambiental. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 6, n.2, 2º quadrimestre de 2011. p. 483. Disponível em: <www.univali.com.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791> acesso em 01 de maio de 2020.

+20[594], descrito por Ferrer como a quarta onda do direito ambiental[595].

Os eixos desta conferência eram de encontrar caminhos para economia verde no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável, assim como um novo modelo de governança que favorecesse a Sustentabilidade. De forma paralela, a conferência deveria servir para garantir a renovação dos compromissos políticos com o desenvolvimento sustentável, avaliar os avanços dos objetivos acordados em nível internacional e destacar os novos e emergentes desafios[596].

As conferências obtiveram êxitos, mas também deixaram sensações de fracasso em questão de avanços visíveis, mas de qualquer forma, o importante é que tiveram o papel de introduzir correções no rumo que as sociedades estão tomando, introduzindo ondas de transformações, e que mesmo que orientadas em boa direção, se manifestaram de forma insuficiente[597].

Ocorreu ainda, a conferência no ano de 2015 em Nova York, sendo definido os novos objetivos do desenvolvimento sustentável como parte da nova Agenda, conhecida como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nesta nova Agenda foi proposto como um dos objetivos o de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas”, assunto este que será mais explorado no final deste capítulo[598].

A partir das Conferências mundiais, foi possível estabelecer debates mundiais a respeito do desenvolvimento sustentável e de suas dimensões, surgindo

---

[594] GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 39.

[595] FERRER, Gabriel Real. Calidad de vida, médio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía: ¿construimos juntos el futuro?. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN 2175-0491, Itajaí, v. 17, n,3, 3º quadrimestre de 2012. p. 318. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202> acesso em: 02 de maio de 2020.

[596] FERRER, Gabriel Real. Calidad de vida, médio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía: ¿construimos juntos el futuro?. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN 2175-0491, Itajaí, v. 17, n,3, 3º quadrimestre de 2012. p. 318. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202> acesso em: 02 de maio de 2020.

[597] FERRER, Gabriel Real. Calidad de vida, médio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía: ¿construimos juntos el futuro?. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN 2175-0491, Itajaí, v. 17, n,3, 3º quadrimestre de 2012. p. 314. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202> acesso em: 02 de maio de 2020.

[598] BRASIL. Nações Unidas Brasil. **Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> acesso de 04 de maio de 2020.

novas indagações, metas e objetivos em diversos âmbitos da sociedade. Outro ponto que começou a ser sucitado foi a respeito do uso do temo Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável.

Vale apontar que o desenvolvimento e a Sustentabilidade são compatíveis e se constituem mutualmente[599], afinal uma sociedade sustentável é aquela que o seu progresso é medido conforme a qualidade de vida. Juarez de Freitas sustenta que a "sustentabilidade deve adjetivar, condicionar e infundir as suas características ao desenvolvimento e nunca ao contrário".[600]

Na definição clássica do desenvolvimento sustentável, construída pelo relatório de Brundtland, a ideia é gerenciar adequadamente os recursos para garantir justiça intergeracional. Essa visão possui conotações econômicas, já que não é dito em como colocar em ação a justiça para o futuro e entre gerações, questão essencial se realmente tem o objetivo de um mundo habitável para futuras gerações[601].

Do ponto de vista da teoria econômica, o desenvolvimento vem a substituir o perigoso paradigma do crescimento, acrescentando consideração as condições de vida e à dimensão do progresso social. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável supõe o acréscimo à noção de desenvolvimento o adjetivo sustentável, logo, trata de desenvolver de forma compatível com a manutenção da capacidade dos sistemas naturais de sustentar a existência humana.[602]

Ocorre que, desde a Conferência de Joanesburgo, fala-se de Sustentabilidade em sua tripla dimensão como equivalente ao desenvolvimento sustentável, principalmente pelos documentos da ONU. Já Ferrer[603] compreende

---

599 FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 105.
600 FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 54.
601 FERRER, Gabriel Real**. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (Org.). Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade, E-Book, Univali Editora, Itajaí, 2013. p. 3.
602 FERRER, Gabriel Real**. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (Org.). Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade, E-Book, Univali Editora, Itajaí, 2013. p. 3.
603 FERRER, Gabriel Real**. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (Org.). Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade, E-Book, Univali Editora, Itajaí, 2013. p. 3-6.

que por mais adjetivado seja o desenvolvimento, segue sendo o paradigma que se propõe, o de apenas crescimento.

Ferrer[604] sustenta que desenvolvimento sustentável e Sustentabilidade são termos diferentes, sendo que na noção de desenvolvimento sustentável, a Sustentabilidade opera de forma negativa, compreendida como um limite, onde é preciso desenvolver de certa maneira. E a Sustentabilidade é uma noção positiva e altamente proativa que supõe a introdução das mudanças necessárias para que os seres humanos possam perpetuar indefinidamente no tempo.

De acordo com Ramón Martín Mateo[605], o princípio da Sustentabilidade fará com que seja possível combinar o desenvolvimento econômico com o respeito ao meio biofísico adequado para que as futuras gerações possam viver com dignidade.

De acordo com Freitas,[606] a Sustentabilidade é um princípio da constituição que estabelece a responsabilidade do Estado e da sociedade, com eficácia direta e imediata, pela realização de forma solidária do desenrolamento tanto material quanto imaterial, socialmente inclusivo, duradouro e equilibrado, sendo ambientalmente limpo, ético, inovador e eficiente, na intenção de assegurar primordialmente o direito ao bem-estar de modo precavido e preventivo, no presente e no futuro.

A Sustentabilidade trata de uma questão existencial,[607] pois vai em busca de garantir a vida, estando relacionada com a relação entre os indivíduos e todo o ambiente a sua volta. A Sustentabilidade da vida do ser humano no planeta impõe condutas de solidariedade e cooperação universal, sendo que o princípio jurídico que deve presidir a articulação do direito da Sustentabilidade é a Solidariedade.

Este princípio vem ganhando importância nas sociedades por conta da

---

[604] FERRER, Gabriel Real**. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (Org.). Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade, E-Book, Univali Editora, Itajaí, 2013. p. 6.
[605] MATEO, Ramón Martín. **Manual de derecho ambiental**. 2.ed. Madrid: Editora Trivium, 1998. p. 41.
[606] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 41.
[607] GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 42.

conscientização da necessidade de melhorar as condições ambientais, sociais e econômicas, de modo a elevar a qualidade de vida da sociedade, resguardando o meio ambiente, e ao mesmo tempo com indivíduos socialmente sustentáveis e organizações sustentáveis econômicas.

Nesta pesquisa, a Sustentabilidade é compreendida a partir de uma visão macro, como uma categoria que engloba o desenvolvimento do ser humano e todos os seus vieses. O desenvolvimento integral da sociedade é condicionado à efetivação da Sustentabilidade em todas as suas dimensões, sendo essencial as suas dimensões estarem ativas e devidamente conjugadas.[608]

A partir da globalização, o mundo se tornou menor, pois uma atitude feita em qualquer ponto do globo, independente da dimensão, repercute em outro lugar do mundo, e a depender da ação humana, pode ser uma repercussão positiva ou negativa[609]. Assim, a busca pela efetivação da sustentabilidade, em toda a sua complexidade, tonou-se uma nova necessidade, afinal a sustentabilidade impacta de forma transnacional, vai além das fronteiras territoriais dos Estados para proteger e incitar pessoas e sociedades ao redor do mundo a adquiram novas práticas e atitudes no intuito de haver sobrevivência das futuras gerações.

De acordo com Souza[610], o êxito da sustentabilidade é possível através da capacidade da sociedade de impulsionar o seu bem-estar e das futuras gerações. Para que isso ocorra, é preciso que as dimensões da sustentabilidade estejam alicerçadas[611], em especial no que concerne ao estudo do presente trabalho: a igualdade de gênero.

---

608 FERRER, Gabriel Real**. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (Org.). Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade, E-Book, Univali Editora, Itajaí, 2013. p. 6.

609 SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de. Sustentabilidade Corporativa: uma iniciativa de cunho social transformando o meio ambiente. **Revista Jurídica Unicuritiba,** Curitiba, v. 4, n. 45. pp. 245-262. Jan./dez. 2016. p. 247.

610 SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de. Sustentabilidade Corporativa: uma iniciativa de cunho social transformando o meio ambiente. **Revista Jurídica Unicuritiba,** Curitiba, v. 4, n. 45. pp. 245-262. Jan./dez. 2016. p. 247

611 GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Meios para o alcance da dimensão econômica da sustentabilidade**. In: CRUZ, Paulo Marcio; BRANDÃO, Paulo de Tarso; OLIVIEIRO, Maurizio (Org.). O direito contemporâneo e diálogos científicos univali e perugia: edição comemorativa 10 anos do convênio de dupla titulação entre a univali e a unipg. Edição. Perugia: Università Degli Studi di Perugia, 2016. 2016. p. 283.

De acordo com Ferrer[612], o direito à Sustentabilidade é constituído por três partes: a) aspectos sociais e institucionais: referentes à governança, como as sociedades se regulam, estabelecem mecanismos de inclusão e como evitam a marginalização social; b) direito econômico: relacionado com a forma que as sociedades geram e distribuem a riqueza; e c) direito ambiental: como é o comportamento de todos com relação ao meio ambiente.

Em definições legais, esse direito à Sustentabilidade carrega consigo a organização dos ordenamentos jurídicos, ambientais e econômicos, com aspectos dos estados soberanos, mas é preciso salientar que vai além desse campo de ação. Esse direito guarnece soluções que sirvam a todos, proporcionando um futuro melhor para a sociedade global[613].

O princípio da Sustentabilidade é complexo e multidimensional, possuindo a dimensão ambiental, a econômica e a social. Há quem[614] compreenda para além destas dimensões, mas o entendimento majoritário perpassa pelo chamado tripé da Sustentabilidade, o qual será adotado nesse estudo.

A dimensão ambiental da Sustentabilidade relaciona-se com a proteção do meio ambiente e do direito ambiental com a finalidade de garantir a sobrevivência do planeta com a preservação e melhora dos elementos químicos e físicos que fazem possível, levando em consideração a melhor qualidade de vida dos seres humanos na terra.[615] Em suma, “não pode haver qualidade de vida e longevidade

---

612 FERRER, Gabriel Real. **El Derecho ambiental y el derecho de la sostenibilidad**. In: PNUMA. Programa regional de capacitacion em derecho y políticas ambientales, 2008. p. 45. Disponível em: <http://web.pnuma.org/gobernanza/documentos/VIProgramaRegional> acesso em: 05 de maio de 2020.

613 SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de. Sustentabilidade Corporativa: uma iniciativa de cunho social transformando o meio ambiente. **Revista Jurídica Unicuritiba,** Curitiba, v. 4, n. 45. pp. 245-262. Jan./dez. 2016. p. 250-251.

614 Como por exemplo a Boff que compreende a existência da dimensão cultural (BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.); Freitas que compreende para além do tripé, como a dimensão ética e jurídico-política (FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2012.); Ferrer e Cruz compreende a existência da dimensão tecnológica (FERRER, Gabriel Real; CRUZ, Paulo Márcio. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; REZENDE, Elcio Nacur. Sustentabilidade e meio ambiente: efetividades e desafios. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2017), dentre outros.

615 GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 44.

digna em ambiente degradado", é o direito das gerações atuais, sem prejuízo das futuras ao ambiente limpo, ecologicamente equilibrado.[616]

A dimensão econômica da Sustentabilidade é relacionada com o desenvolvimento da economia no intuito de melhorar a qualidade de vida dos seres humanos.[617] Consiste essencialmente em resolver o desafio de aumentar a geração de riquezas de forma ambientalmente sustentável e de encontrar mecanismos para uma justa e homogênea distribuição.[618]

A dimensão social da Sustentabilidade é a de interesse para esta pesquisa, logo não será dado profundo debate, apenas breve explanação, sobre as dimensões econômica e ambiental, para então, passar à análise da dimensão social.

3.3.1. Sustentabilidade e mulheres: a perspectiva de gênero para a construção da sustentabilidade social

A dimensão social da Sustentabilidade é ligada às qualidades dos indivíduos, baseada em um processo de melhoria na qualidade de vida de toda a sociedade através da redução das desigualdades e nivelamento do padrão de renda, acesso ao básico, como moradia, educação e alimentação[619]. Freitas[620] ao falar desta dimensão diz que ela demanda o aumento da equidade entre as gerações e na mesma geração, condições adequadas para florescer de forma virtuosa as potencialidades dos seres humanos, com educação de qualidade para o convívio. Assim, como o comprometimento no desenvolvimento que perdura e faz

---

[616] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 64-65.

[617] GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 42.

[618] FERRER, Gabriel Real. Calidad de vida, médio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía: ¿construimos juntos el futuro?. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN 2175-0491, Itajaí, v. 17, n,3, 3º quadrimestre de 2012. p. 321. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202> acesso em: 02 de maio de 2020.

[619] GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 44.

[620] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 60.

com que a sociedade esteja capacitada a sobreviver a longo prazo, com dignidade e respeito a todos os seres vivos.

A sustentabilidade social é tão ampla quanto à atividade humana, pois se trata de construir uma sociedade mais harmoniosa e integrada para que nada humano escape desse objetivo. Desde a proteção da diversidade cultural, a garantia real do exercício dos direitos humanos para garantir qualquer tipo de discriminação se enquadra nessa categoria.[621] A sustentabilidade se mostra como um processo necessário como direito fundamental do cidadão, e, portanto, não se admite qualquer modelo de desenvolvimento que exclua ou acabe com o cidadão[622].

A garantia dessa dimensão exige que seja assegurado o mínimo existencial, podendo exigir "[...] a) o direito de não ser privado do que se considera essencial à conservação de uma existência minimamente digna e b) o direito de exigir do Estado prestações que traduzam esse mínimo"[623].

São abrigados na dimensão social da Sustentabilidade os direitos fundamentais sociais, fazendo com que não seja admitido modelo de desenvolvimento excludente e iníquo[624]. Logo, não pode existir sob égide do novo paradigma da Sustentabilidade uma simplificação, nem mesmo admitir a discriminação negativa, inclusive a de gênero.[625] Na dimensão social, estão os programas ligados à universalização, de forma eficaz e eficiente, sob pena do modelo de governança ser insustentável, isto vale tanto para a governança pública

---

621 FERRER, Gabriel Real. Calidad de vida, médio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía: ¿construimos juntos el futuro?. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN 2175-0491, Itajaí, v. 17, n,3, 3º quadrimestre de 2012. p. 321. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202> acesso em: 02 de maio de 2020.

622 ASSI, Morgana; CAMPOS, Eduardo Erivelton. As dimensões da sustentabilidade em face ao princípio da dignidade da pessoa humana como direito fundamental. **Revista Justiça do Direito**, Passo fundo, v. 27, n. 1, p. 34-52, jan./jun. 2013. Disponível em: < http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/4555/3124> acesso em 18 de maio de 2021. p. 39-40.

623 GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Meios para o alcance da dimensão econômica da sustentabilidade**. In: CRUZ, Paulo Marcio; BRANDÃO, Paulo de Tarso; OLIVIEIRO, Maurizio (Org.). O direito contemporâneo e diálogos científicos univali e perugia: edição comemorativa 10 anos do convênio de dupla titulação entre a univali e a unipg. Edição. Perugia: Università Degli Studi di Perugia, 2016. p. 284-285.

624 GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 84.

625 FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 58.

quanto privada.[626]

Portanto, a Sustentabilidade tem como fim a inclusão social para promover condições dignas a todos em um ambiente socialmente sadio, tanto com relação ao meio ambiente, como nas demais dimensões que autorize uma sociedade solidária e justa. Demonstrando que essa proteção é um direito fundamental para a preservação da humanidade[627].

Nesse norte, os direitos humanos se mostram como uma forma de tentar concretizar a dimensão social da Sustentabilidade. No entanto, para se obter uma eficácia maior nessa atuação, é preciso a atuação dos novos modelos de governança[628]. Quanto aos novos modelos de governança, o desafio consiste em estabelecer instituições para avançar no novo paradigma da Sustentabilidade mediante formas de associação entre diferentes partes intervenientes e sistemas de nível local, nacional e global. Nessa nova governança, os governos nacionais administram parcelas de poder cada vez mais reduzidas.[629]

Da mesma forma, é necessário a junção da luta pelos direitos das mulheres com a luta em defesa da sustentabilidade, pois estão intimamente relacionadas, tendo em vista que ao existir apropriação dos meios de produção pelos homens, as liberdades da mulher e o equilíbrio de meio ambiente ficaram comprometidos. Ressalta-se que o empoderamento das mulheres não busca a mudança de hegemonia, mas sim uma convivência de forma harmônica, cooperativa e igualitária entre os gêneros.

---

[626] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 59.

[627] ASSI, Morgana; CAMPOS, Eduardo Erivelton. As dimensões da sustentabilidade em face ao princípio da dignidade da pessoa humana como direito fundamental. **Revista Justiça do Direito**, Passo fundo, v. 27, n. 1, p. 34-52, jan./jun. 2013. Disponível em: < http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/4555/3124> acesso em 18 de maio de 2021. p. 48.

[628] SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de. Sustentabilidade Corporativa: uma iniciativa de cunho social transformando o meio ambiente. **Revista Jurídica Unicuritiba,** Curitiba, v. 4, n. 45. pp. 245-262. Jan./dez. 2016. p. 254.

[629] FERRER, Gabriel Real. Calidad de vida, médio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía: ¿construimos juntos el futuro?. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN 2175-0491, Itajaí, v. 17, n,3, 3º quadrimestre de 2012. p. 321. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202> acesso em: 02 de maio de 2020.

3.3.2. A importância da igualdade de gênero para alcance da sustentabilidade: uma análise a partir da agenda 2030

O desenvolvimento das sociedades afeta aos homens e mulheres, e é possível verificar que o padrão de desenvolvimento não ocorre de forma igualitária e nem sustentável. Para se chegar em um novo modelo de desenvolvimento é preciso que todos os atores sejam contemplados, considerando a voz de todos.

A partir do relatório Global Gender Gap[630], é possível verificar como o desenvolvimento das sociedades em todo o globo ocorre de forma desigual, atingido consideravelmente as mulheres em diversos setores. Dentre outros dados, o relatório compara a evolução da igualdade de gênero nos países com base em quatro dimensões: I) participação econômica e oportunidade; II) desempenho educacional; III) saúde e sobrevivência; e IV) empoderamento político. O relatório do ano de 2021 indica que nenhum país conseguiu alcançar a igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos até o momento.

Em nível global, a igualdade de gênero é de 68%, um retrocesso de 0,6% relacionado ao ano de 2020, tal retrocesso foi devido à pandemia do COVID-19 que atingiu os mais vulneráveis, como as mulheres. Portanto, a estimativa de alcançar a igualdade global é de 135,6 anos. Verificou-se que no Oriente Médio e no norte da África ocorre a concentração dos países com menor alcance de igualdade de gênero no mundo, representando 60,9% de igualdade. E na Europa Ocidental, é a região que mais progrediu na direção da paridade de gênero, atingindo o valor de 77,6%. Com relação a região da América Latina e Caribe foi alcançado 71,2% em igualdade de gênero[631].

Em termos de empoderamento político, nos 156 países abrangidos pelo relatório, verificou-se que as mulheres representam 26,1% da representação parlamentar e apenas 22,6% de representação ministerial em todo o mundo. Desde

---

630 WORD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2021**: insight report. Março, 2021 p. 5-6. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf> aceso em 18 de maio de 2021.

631 WORD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2021**: insight report. Março, 2021 p. 5-6. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf> aceso em 18 de maio de 2021.

o relatório anterior, houve acréscimo de mais mulheres no parlamento e dois países, Togo e Bélgica, elegeram a primeira mulher como primeira-ministra, sendo que até janeiro de 2021 são 81 países que nunca obtiveram uma mulher como chefe de Estado. Dentro da política foi estimado 154,5 anos para atingir a igualdade de gênero[632].

A diferença de gênero na participação econômica e oportunidade[633] é grande e estima-se que levará 267,7 anos para chegar em uma paridade nessa dimensão econômica. O lento progresso se dá pelas questões opostas que de um lado se tem o aumento da proporção de mulheres entre profissionais qualificados e o progresso em relação à igualdade de salários e de outro lado as disparidades gerais de renda e a falta de mulheres em posições de liderança. A porcentagem de mulheres em posições de liderança em todo o mundo é de apenas 27%[634].

No que diz respeito ao desempenho educacional, há maior igualdade, encontrando 37 países que alcançaram a igualdade nessa dimensão, atingindo 95% e estimando 14,2 anos para chegar à paridade. No que concerne à saúde e sobrevivência, atingiu 96% de paridade em todo o mundo, mas para fechar o resto da porcentagem ainda é indefinido. Apesar de haver maior progresso na educação e na saúde da igualdade das mulheres com relação à dimensão econômica e política, pode haver consideráveis implicações no futuro devido à pandemia do último ano, bem como continuar variações na qualidade de renda[635].

A utilização da perspectiva de gênero é necessária pelo fato de que o desenvolvimento só será sustentável e equitativo quando homens e mulheres puderem participar de forma mais igualitária em todos os níveis dos processos de

---

632 WORD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2021**: insight report. Março, 2021 p. 5-6. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf> aceso em 18 de maio de 2021.

633 WORD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2021**: insight report. Março, 2021 p. 5. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf> aceso em 18 de maio de 2021.

634 WORD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2021**: insight report. Março, 2021 p. 5-6. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf> aceso em 18 de maio de 2021.

635 ORD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2021**: insight report. Março, 2021 p. 5. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf> aceso em 18 de maio de 2021.

tomada de decisões[636]. A partir da obtenção da igualdade entre os indivíduos de um Estado, é possível se pensar em uma sociedade sustentável.

Diversos documentos internacionais surgiram para tratar do pleno alcance do desenvolvimento sustentável a partir da ligação com as mulheres, isto porque a ONU sempre exerceu papel fundamental nos avanços dos direitos econômicos, sociais e políticos das mulheres. O documento que deve ser ressaltado é o compromisso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A sua importância se deve ao colocar a igualdade de gênero como instrumento essencial para o desenvolvimento sustentável dos Estados.

A Agenda 2030[637] é um plano de ação para as pessoas, planeta e prosperidade, buscando fortalecer a paz universal com mais liberdade. Esse plano funciona em parceria colaborativa entre todos países e partes interessadas em tomar providências que transformem de forma urgente o direcionamento do mundo para um caminho sustentável e resiliente, no compromisso de não deixar ninguém para trás.

A grande diferença deste documento para os anteriores é devido ao seu alcance e significado que não possuem precedentes. Enquanto anteriormente era tratado como uma Agenda para países considerados desenvolvidos, já a Agenda 2030 é aceita e aplicável por todos os países da ONU. É levando em consideração as diferentes realidades das nações bem como, a capacidade e os níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades de cada nação.

Neste compromisso, foram elaborados 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, tendo como foco central a busca por concretizar os Direitos Humanos de todos os indivíduos, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Sendo objetivos integrados e indivisíveis, equilibrando as três dimensões: econômica, social e ambiental[638].

---

[636] CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 38

[637] UN. UNITED NATIONS. **Transforming our World**: the 2030 agenda for sustainable development. p. 3. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication> Acesso em 25 de set. de 2020.

[638] UN. UNITED NATIONS. Transforming Our World: the 2030 agenda for sustainable development. p.

De acordo com a ONU, Mulheres, Entidade da Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são "compromissos abrangentes, transversais e profundos, ou seja, se cumpridos, podem alterar profunda e positivamente a sociedade. Para que isso ocorra, benefícios devem ser alcançados igualmente para homens e mulheres"[639].

A Agenda 2030 vai além da promoção da igualdade de gênero ao propor o seu alcance[640], razão pela qual a perspectiva de gênero para a construção do desenvolvimento sustentável pode contribuir substancialmente para a promoção de sociedades mais justas, estáveis e prósperas.

O Objetivo 5 da Agenda 2030 é o que merece destaque quanto a esta temática, posto tratar especificamente do alcance da igualdade de gênero e de empoderar todas as mulheres e meninas. Verifica-se, portanto, as diversas metas para conseguir seu alcance desse objetivo, sendo elas[641]:

> 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
>
> 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
>
> 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
>
> 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
>
> 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de

---

3. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication> Acesso em 25 de set. de 2020.

639 ONU MULHERES. Organização das Nações Unidas para Mulheres. **ONU Mulheres tem plataformas de apoio à gestão pública sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-tem-plataformas-de-apoio-a-gestao-publica-sobre-direitos-das-mulheres-igualdade-de-genero-e-sustentabilidade/> Acesso em 25 de set. de 2020.

640 GIANNINI, R. A. **ODS 5:** "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas sustentável". In: MENEZES, H. Z. (Org.). Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 107.

641 ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030**: Objetivo 5: igualdade de gênero. ONU, 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/5/> Acesso em: 25 de setembro de 2020.

> tomada de decisão na vida política, econômica e pública
>
> 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
>
> 5.a Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
>
> 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
>
> 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis

Em uma relação com o tema central da pesquisa, pode-se verificar que o direito desportivo transnacional, ao promover a participação equitativa e o tratamento justo dentro do âmbito desportivo, pode desempenhar um papel crucial na descontrução de esteriotipos de gênero e na criação de oportunidades iguais para atletas de ambos os sexos. Nesse sentido, o direito desportivo transnacional atua para alcançar os objetivos da Agenda 2030 no que concerne a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas.

Mas, para além do Objetivo 5, é possível verificar que as mulheres estão presentes nas metas e indicadores de todos os demais objetivos globais[642]. Assim, a pesquisa tras a seguir a relação entre as mulheres e todos os demais Objetivos da Agenda 2030[643], bem como a intrínseca relação com a temática da pesquisa.

No Objetivo 1, que trata de acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, visa reduzir pessoas que vivem na pobreza, tanto homens quanto mulheres. Ainda tem como meta garantir, particularmente aos mais

---

642 UN. UNITED NATIONS. **Transforming Our World**: the 2030 agenda for sustainable development. p. 3. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication> Acesso em 25 de set. de 2020.

643 UN. UNITED NATIONS. **Transforming Our World**: the 2030 agenda for sustainable development. p. 17-30. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication> Acesso em 25 de set. de 2020.

vulneráveis, tanto homens quanto mulheres, direitos iguais aos recursos econômicos, bem como, acesso a serviços básicos, tecnologias novas apropriadas, propriedade, controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, bem como serviços financeiros.

Uma forma do direito desportivo transnacional atuar por meio das metas desse Objetivo é criando condições para o empoderamento econômico das mulheres por meio de uma participação ativa no mundo desportivo, abrindo portas para a carreira dentro e fora do campo, retirando diversas meninas e mulheres em situação de pobreza para um futuro dentro do desporto. Assim, é possibilitado as mulheres o alcance de metas desse Objetivo, como acesso a serviços básicos.

No Objetivo 2, sobre acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, tem como metas, dentre outras, atender às necessidades nutricionais de mulheres grávidas e lactantes. Bem como, a meta de dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, em especial, dentre outros, das mulheres.

Seguindo ao lado do primeiro Objetivo, este também pode ser influenciado positivamente ao gerar condições econômicas para as mulheres, pois torna possível o alcance de uma segurança alimentar, podendo acabar com a desnutrição de diversas meninas e mulheres. Além de uma capacitação econômica, pode haver uma conscientização sobre nutrição e alimentação sustentável a partir de eventos desportivos promovidos pelas entidades transnacionais, afinal, atletas necessariamente precisam estar com uma alimentação regrada e saudável, podendo gerar essa referência em todas as pessoas envolvidas no desporto.

No Objetivo 3, de assegurar uma vida saudável e de promover o bem- estar para todos, em todas as idades, tem como uma de suas metas assegurar até 2030 “[...] o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais”[644]

É sabido a forte relação entre desporto e saúde e bem-estar, posto que

[644] ONUBR. Nações Unidas do Brasil. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. p. 22. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pd> Acesso em 21 de set. de 2020.

aquele se apresenta como um instrumento de promoção da saúde. Assim, a participação das mulheres no desporto promove um estilo de vida saudável, gerando o seu bem-estar e a garantindo a sua saúde mental. Além do mais, direito desportivo transnacional pode fortalecer políticas voltadas a saúde no desporte, obtendo como resultados mais pessoas adeptas a vida saudável e, consequentemente, prevenindo e diminuindo doenças.

No Objetivo 4, de assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, bem como, de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, de todos as 10 metas elaboradas, apenas 3 não colocam de forma individualizado a questão das meninas, mulheres e de gênero. Nas demais metas, é possível verificar o intuito de eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir igualdade de acesso a todos os níveis de educação.

As entidades transnacionais do desporto possuem o poder de estimular a participação ativa das meninas na educação, incentivando a participação nas atividades desportivas educativas e frequencia escolar. E, também com relação as mulheres, pode abrir as oportunidades para participação de mulheres nas ciências do desporto, gestão desportiva ou na educação física.

O Objetivo 5 foi amplamente abordado anteriormente, passando, portanto, para o objetivo 6 da Agenda 2030.

No Objetivo 6, de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, ao tratar sobre o acesso ao saneamento e higiene adequados e equitativos, traz que deve ser dada especial atenção para as necessidades das meninas e das mulheres.

A forte influência do desporto mostra ele como um catalizador para a conscientização sobre a importância do uso àgua e a sua gestão sustentável. Por meio dos eventos desportivos, proporcionados pelas entidades transnacionais do desporto, pode-se utilizar o desporto como uma plataforma para promover práticas sustentáveis do uso as águas. A promoção de oportunidades iguais às mulheres garante que mulherem possam ter acesso aos recursos, bem como possam implementar práticas sustentáveis dentro das comunidades em que vivem. Afinal, uma das metas desse Objetivo é o acesso equitativo e unviersal a água.

No Objetivo 7 é traçada a meta de acesso para todos à energia confiável, sustentável, moderno e a preço acessível, sem fazer menção em particular para as meninas e mulheres, mas garantindo para todos. No mesmo sentido do Objetivo 6, segue este quanto a forma de atuação do direito desportivo transnacional na influência para gerar oportundiades iguais e acesso universal, abrangendo assim, homens e mulheres.

No Objetivo 8, de promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, possui como meta específica em relação às mulheres, o alcance do emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, prevendo a remuneração igual para trabalho de igual valor. E, ainda, trata em particular as mulheres migrantes no que concerne à proteção dos direitos trabalhista e promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos.

Como já salientado anteriormente, a partir de oportunidades iguais as mulheres dentro do âmbito desportivo, as entidades transnacionais do desporto promovem o crescimento econômico e inclusivo das mulheres. A partir das oportunidades de empregos dentro e fora do campo, é possível garantir as mulheres o trabalho decente, pleno e sustentável.

No Objetivo 9 é tratado sobre construir infraestrutura resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, sem trazer especificações referente às mulheres, pois o foco é no desenvolvimento da infraestrutura, indústria e na inovação.

No Objetivo 10 trata sobre a redução da desigualdade dentro dos países, bem como entre os países. É tratado a respeito do desenvolvimento social, econômico e político dos países, pomovendo a redução das desigualdades em todos os âmbitos da sociedade independente de idade, gênero, raça, etnia, origem, religião e outros.

Em uma análise do décimo objetivo com o objeto da pesquisa, infere-se que o direito desportivo transnacional pode contribuir ao assegurar oportunidades e recursos iguais no âmbito desportivo. Ao atuar nesse sentido, esse direito elimina barreiras que historiacamente prejudicam as mulheres dentro do desporto, e acaba

por auxiliar no desenvolvimento dentro da sociedade em que estão inseridas. Isto, pois, o desporto inclui socialmente, economicamente e politicamente as mulheres, reduzindo desigualdades, inclusive por meio de leis, políticas e ações no âmbito desportivo, que por sua vez, acabam influenciando a diminuição de desigualdades dentro do próprio país.

O Objetivo 11 é de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Possui entre suas metas proporcionar a todos o acesso à sistema de transporte acessível, seguro, preço acessível e sustentável, mas com especial atenção para algumas pessoas, como é o caso das mulheres. E ainda, possui como meta o acesso universal aos espaços públicos acessíveis, seguros e verdes, em particular para as mulheres. Demonstrando, mais uma vez, atenção especial ao gênero feminino nas metas.

Por certo que o direito desportivo também consegue cumprir com certas metas estabelecidas neste objetivo, inclusive voltados a situação das mulheres, uma vez que oportunizar as mulheres à prática desportiva e ao trabalho no ambiente desportivo é oferecer acesso aos espaços públicos. Nesse sentido, a partir de legislações e políticas desportiva voltadas a inserção das mulheres neste âmbito, contribui para retirada de menina e mulheres da ideia de que servem apenas para o espaço privado, oferecendo acesso seguro e inclusivo a todas.

O Objetivo 12 é voltado para a gestão sustentável e ao uso dos recursos naturais, por isso não há menção de forma individualiza a qualquer pessoa. Entretanto, traça a meta de garantir a todas as pessoas, em todos os lugares, o desenvolvimento sustentável.

No objetivo 13 de tomar medidas urgentes para o fim de combater a mudança do clima e seus impactos, é traçado em um de suas metas o foco em mulheres no que concerce a promoção de mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz.

O objetivo 14 é focado na conservação e no uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, portanto, suas metas são no sentido de gerir de forma sustentável e de proteger os ecossistemas

marinhos e costeiros.

O Objetivo 15 segue no mesmo sentido do objetivo anterior, mas agora é voltado à gestão sustentável no que concerne aos ecossistemas terrestres, portanto, também não se fala em metas com focos especiais para as mulheres.

O Objetivo 16 é para a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando para todos o acesso à justiça e à construção em todos os níveis de instituições responsáveis e inclusivas. É trabalhado diversos âmbitos e abrange a contemplação de todos os indivíduos. Inclusive, possui como meta a promoção de leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Verifica-se a grande intersecção entre a temática da pesquisa com este Objetivo da Agenda 2030, principalmente no que concerne a meta de pomover a não discriminação para obter o desenvolvimento sustentável. Deste modo, é possível identificar a relação entre sustentabilidade e igualdade de gênero, e, podendo ainda acrescentar o direito desportivo, uma vez que as entidades transnacionais do desporto, criar e reforçar normas e regulamentos que combatem a discriminação de gênero no desporto, contribuem significativamente para a construção de um ambiente mais justo e equitativo, garantindo uma sociedade mais sustentável.

O Objetivo 17 sobre o fortalecimento dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável, abrangendo área de finanças, tecnologia, capacitação, comércio e questões sistêmicas. Neste, por não ser voltada a indivíduos, e sim a relação entre países, não aborda a questão das mulheres em si.

Obversa-se que os Objetivos do desenvolvimento sustentável, ao traçarem metas relacionadas ao desenvolvimento diretamente relacionadas aos seres humanos, fez questão de dar especial atenção às mulheres, ou traçando maior igualdade de gênero, e quando raramente não o faz, traça meta para todos sem qualquer discriminação. Ao ser tratado em todos os objetivos globais da Agenda 2030 a respeito das mulheres, é evidenciada a intrínseca relação da necessidade da redução das assimetrias de gênero com o alcance do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, salienta-se o tema tratado na Agenda 2030:

> A igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas a base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável. O esforço de alcance do ODS 5 é transversal à toda Agenda 2030 e reflete a crescente evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável. Muitos avanços em termos de assegurar melhores condições de vida a mulheres e meninas são um importante legado dos ODM. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável visam intensificar estas realizações, não apenas nas áreas de saúde, educação e trabalho, mas especialmente no combate às discriminações e violências baseadas no gênero e na promoção do empoderamento de mulheres e meninas para que possam atuar enfaticamente na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da participação na política, na economia, e em diversas áreas de tomada de decisão. O desenvolvimento sustentável não será alcançado se as barreiras tangíveis e intangíveis que impedem o pleno desenvolvimento e exercício das capacidades de metade da população não forem eliminadas.[645]

A partir dos objetivos e metas globais, cada governo define as próprias metas nacionais, levando em consideração as circunstâncias do seu país. Também, decide como as metas globais serão incorporadas nos processos, políticas e estratégias de planejamento do país. É essencial o reconhecimento do vínculo entre a sustentabilidade e os processos no âmbito social, econômico e ambiental[646].

Partindo-se do pressuposto de que a sustentabilidade possui conexão profunda com as políticas estabelecidas nos planos nacionais para as mulheres, a justiça social e a equidade, que são referências para eliminar as assimetrias de gênero, são estruturadas sob o aspecto ambiental, social, econômico e político. Com os governos incluindo a perspectiva de gênero em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável se faz possível verificar a maior integração e inclusão das mulheres na sociedade.

A partir da ideia de que o gênero é uma construção sociocultural, compreende-se que a sociedade, principalmente com atuação do Estado, pode modificar a situação de desigualdade entre homens e mulheres. As instituições, privadas, públicas ou transnacionais reforçam os estereótipos de gênero e distribuem o poder e recursos na sociedade, sendo também importantes para a

---

[645] ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030**: Objetivo 5: igualdade de gênero. ONU, 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/5/> Acesso em: 25 de setembro de 2020.
[646] BRASIL. Secretaria do Governo. **O Governo Brasileiro e a Agenda 2030**. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/assuntos/secretaria-especial-de-articulacao-social/capa/noticias/o-governo-brasileiro-e-a-agenda-2030-1> Acesso em 25 de set. de 2020.

modificação desse cenário. Assim, é possível traçar programas, ações, atividades que o Estado e essas instituições podem realizar levando em consideração as especificidades da mulher, conseguindo alcançar os direitos das mulheres que por anos foram negados.

Nesse sentido, a pesquisa demontra profunda relação com os Objetivos da Agenda 2030, uma vez que o direito desportivo transnacional emerge como um mecanismo eficaz na redução das desigualdades de gênero. Assim, contribui para a realização de metas específicas estabelecidas pela ONU, conforme demonstrado a partir do destrinchamento das ODS.

Por todo exposto, a igualdade de gênero é um Direito Humano[647] e se mostra como essencial para alcançar a sustentabilidade em todas as suas dimensões, principalmente no que concerne à dimensão social. A inserção da perspectiva de gênero no debate dos direitos humanos contribui para a redução das assimetrias por meio da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para o pleno alcance do direito à igualdade de gênero, é preciso a realização da inclusão das peculiaridades dos indivíduos, nesse caso das mulheres, em todos os pontos de desenvolvimento de uma sociedade. Afinal, não é possível alcançar o potencial humano e a sustentabilidade só para uma parte da humanidade. É preciso que Direitos Humanos e oportunidades não mais sejam negados, e, para isso, os Estados devem se comprometer a aumentar os investimentos em ações e políticas para a redução das assimetrias de gênero.

[647] ONUBR. Nações Unidas do Brasil. **Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CAPÍTULO 4
AS AÇÕES DO DIREITO DESPORTIVO TRANSNACIONAL PELA IGUALDADE DE GÊNERO

A inserção das mulheres no âmbito desportivo desafia os estereótipos de gênero, exige a transformação de modelos a serem seguidas e apresenta homens e mulheres como iguais. É notória, ainda, que as mulheres possuem menos oportunidades, investimentos, treinamentos e segurança na prática desportiva, e ao se tornarem atletas profissionais, deparam-se com uma lacuna de oportunidades e diferença de remunerações, patrocínios e subsídios substanciais em relação aos homens.

O processo histórico das mulheres no desporto foi marcado por muita luta e enfretamento de obstáculos para conseguir participar do meio desportivo. As barreiras começaram com a tentativa de assistir aos desportos, depois para conseguir participar e, mais recentemente, para fazer parte da gestão e do poder dentro deste ambiente. Essa trajetória é resultado da busca por direitos iguais e inserção em todos os níveis da sociedade: econômico, social e político.

Apesar do caminho percorrido, de forma contínua, ainda há diversos empecilhos encontrados pelas mulheres na sociedade globalizada. Haja vista a construção do desporto moderno pelos homens e para os homens, constitui-se de um ambiente de predominância masculina, seja em relação a sua prática, seja na participação em outras esferas relacionadas ao desporto, como na tomada de decisões. A partir desse, cenário surge a necessidade de além de as mulheres buscarem pela igualdade, o Estado e a comunidade transnacional buscarem, também, uma sociedade mais justa e igualitária.

A questão em tese ultrapassa os limites de um desafio acadêmico da busca pelos direitos das mulheres. Afinal, a exigência de uma igualdade no âmbito desportivo vai além de reivindicar o desporto como um espaço de exercício da liberdade delas. É, portanto, uma necessidade mundial para a obtenção de uma sociedade sustentável, sendo imprescindível a utilização de mecanismos

transnacionais para um efeito em grande escala.

Este último capítulo tem o objetivo de investigar os mecanismos implementados pelo direito desportivo transnacional para a redução da desigualdade de gênero neste âmbito. Em primeiro lugar será contextualizado sobre a inserção da mulher no mundo desportivo, compreendendo assim as dificuldades encontradas. Dar-se-á seguimento para o tratamento de dados das entidades transnacionais desportivas na comunidade mundial. E, por fim, como forma de demonstrar evidências e indícios das transformações no desporto, será dado enfoque em dados da comunidade europeia e da América do Sul, em especial atenção aos países do exercício da cotutela deste doutoramento, a Espanha e o Brasil.

A partir dos instrumentos implementados pelo Direito Desportivo Transnacional, será possível proporcionar à comunidade mundial, ou seja, a todos os Estados e seus indivíduos, uma participação nos desportos com respeito às diferenças, tradições e cultura de todos os sujeitos e grupos sociais envolvidos. Bem como poderá evidenciar o potencial de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres em relação ao acesso ao desporto e criar condições para o enfrentamento dos preconceitos e da discriminação de gênero como um todo.

O Direito Desportivo Transnacional pode favorecer, como se demonstrará, uma mudança cultural com a disseminação de comportamentos, conceitos e ações que enaltecem as diferenças e diversidades entre os indivíduos. Pode propiciar discussões sobre formas de resistências em desfavor à desigualdade de gênero, averigua e tentar destruir discursos sexistas, os quais estão presentes nas diversas mídias eletrônicas e impressas, bem como, em vários outros produtos do cotidiano da sociedade.

Assim, é possível, a verificação e reprovação dos estereótipos construídos socialmente e culturalmente no que diz respeito aos papéis e funções específicas dos homens e mulheres. Portanto, esse direito, o transnacional, influencia diretamente nas diversas sociedades e no desenvolvimento como todo, tanto nas questões relacionadas ao desporto, como também em questões que tornarão a sociedade sustentável em seu âmbito social a partir da igualdade de gênero.

4.1. OS OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ÂMBITO DESPORTIVO

A verificação de como as mulheres ocupam os espaços no âmbito desportivo exige a compreensão de como se deu o contexto histórico da inserção das mulheres no desporto. Assim, é possível compreender como ainda hoje as mulheres possuem tantos obstáculos dentro da sociedade, ainda mais em meios que por muito tempo foram de predominância masculina. Apesar de a mulher sempre estar presente nas práticas desportivas, tendo em vista que este acompanha o ser humano devido às suas necessidades vitais[648], verifica-se muitas barreiras e restrições impostas para a participação efetiva das mulheres.

Cagigal[649], filósofo espanhol do desporto, propõe a ideia do desporto como intrínseco à natureza humana, compreendendo-o como uma propriedade metafisica do homem. Assim, segundo sua compreensão, onde há ser humano, há desporto, e dentro dessa ideia, o ser humano realiza a prática dos desportos desde os primórdios da humanidade. Portanto, dinate desse posicionamento, pode-se dizer que tanto homens quanto mulheres utilizavam do desporto para as questões de suas necessidades e de sua sobrevivência.

O desporto na era primitiva era confundido com rituais religiosos e com questões de sobrevivência, como a caça. Os homens e mulheres participavam, enquanto eles caçavam, as mulheres ajudavam no abate da presa. Ocorre que, apesar de ambos participarem da atividade desportiva da época, as mulheres já sofriam proibições e recolhimento, mantendo a situação até o período da Grécia Antiga[650].

Ao longo do tempo, foi instituído o desporto associado ao jogo, como uma forma de brincar, incorporando-o às culturas como diversão. A partir da inserção em

---

[648] DUARTE, Orlando. **História dos Esportes**. 6ª edição. São Paulo: Senac, 2016.
[649] CAGIGAL, José María. **Aporías iniciales para un concepto del deporte**. Citius, altius, fortius, v. 1, n. 1, p. 7-35, 1959.
[650] OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2008. p. 118. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

diversas culturas, os jogos ganharam regras e organização a fim de viabilizar maior interação entre os diferentes povos, permitindo a igualdade nas competições de mesma modalidade. Assim, um simples jogo, que objetivava a diversão, tornou-se prática esportiva, como hoje é amplamente conhecido[651].

Como compreendido anteriormente, foi na Grécia Antiga que surgiram os primeiros jogos olímpicos, denominado de Panatéias, e ficou marcado como o evento desportivo mais importante, onde competidores jogavam e lutavam. A participação das mulheres era proibida, seja como uma competidora, seja como espectadora. Nessa época, a função da cidadania era ligada à atividade de guerrear e essa, por sua vez, era proibida às mulheres, cabendo apenas o papel de mãe dos cidadãos e excluídas da vida pública. Era permitido somente às mulheres solteiras assistir aos jogos juntamente com o pai e/ou irmãos, com a finalidade de encontrar um marido. As casadas, caso assistissem, eram punidas, inclusive com sanção de morte[652].

Apesar da proibição da participação das mulheres nos jogos olímpicos da Grécia Antiga, havia lacunas dentro dessa regra da antiguidade, como por exemplo as corridas de bigas[653] ou charretes, nas quais o ganhador da competição não era o cavalo, mas sim os seus donos e qualquer pessoa podia ser dona desses animais, inclusive mulheres. Dessa forma, os cavalos de Kyaniska, filha do rei de Esparta, competiram nas olimpíadas e ganharam, tornando a sua dona a primeira mulher a vencer os Jogos na Antiguidade.

Havia outra exceção, os Jogos Heraean. Tratou-se de um festival grego dedicado à Deusa Hera, que foi criado para que houvesse a participação das mulheres. Nesses jogos, somente atletas jovens e solteiras podiam competir na modalidade da corrida a pé em uma pista mais curta do que a modalidade masculina[654].

---

[651] REZENDE, José Ricardo. **Nova legislação de direito desportivo: preparando o Brasil para a Copa de 2014 e Olimpíadas 2016**. São Paulo: All Print, 2010.

[652] OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 118. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

[653] Carroça romana puxada por cavalos.

[654] BINNER, Andrew. **Top tem facts about the ancient olumpic games**. Comité Olímpico

É devido ressaltar que havia uma distinção significativa sobre o papel ou o modelo desejável de mulher entre as duas principais sociedades gregas da antiguidade. Enquanto a sociedade Espartana tinha a ideia de que uma mulher saudável era aquela com condicionamento físico e que, portanto, ao realizar exercícios constantemente, iria gerar filhos com saúde; a Ateniense entendia que as mulheres deviam permanecer reclusas no lar, para lá desenvolver devidamente os afazeres domésticos[655].

Assim sendo, é possível afirmar que os espartanos, a partir dessa premissa levantada, possuíam filosofia de inclusão da mulher na atividade física, ainda que pensado com a finalidade da procriação saudável. Evidentemente que as mulheres não exerciam um papel relevante dentro do desporto, nem na ideia Espartante, muito menos na Ateniense[656].

Essa perspectiva, mencionada nos parágrafos antecedentes, justifica o fato de as primeiras atletas, das quais se há relatos dos períodos da antiguidade, serem provenientes de Esparta[657].

De acordo com Oliveira, Cherem e Tubino[658], a participação das mulheres nas atividades desportivas, durante a Idade Média, era um pouco semelhante às dos homens, pelo menos no que diz respeito à participação delas em jogos mais populares, como jogos com a bola. Isto, pois, de acordo com Oliveira[659], nesse período, as práticas desportivas estavam ligadas à preparação dos homens para as guerras, como equitação, caça, lança, arco e fecha, etc., logo essas práticas não

---

Internacional, 2021. Disponível em: <https://olympics.com/en/featured-news/top-ten-facts-ancient-olympic-games> acesso em 29 de junho de 2021.

655 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 231.

656 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 231.

657 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 231.

658 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 118-119. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

659 OLIVEIRA, Vítor. Marinho de. **O que é Educação Física?** 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 26.

eram realizadas por mulheres. Inclusive, na Idade Média não se relacionavam as atividades desportivas com o corpo e preocupações educacionais[660].

A participação das mulheres no desporto durante a história sofreu muitas influências do momento, do lugar e do contexto social. Por momentos, houve maior participação, em outros, menor. No século XVII, por exemplo, a mulher não possuía muitos direitos, fazendo com que sofressem substancial exclusão das práticas desportivas. No século XVIII e início do XIX, aos poucos, passou-se a permitir, à mulher, assistir aos desportos, mas apenas por conta de os ingleses levarem as esposas em alguns eventos tipicamente masculinos[661], momento em que se relativizou a sua presença nos campos.

4.1.1. A participação das mulheres no desporto durante contemporaneidade

Pode-se afirmar que foi apenas a partir da segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX que a situação das mulheres no desporto começou a se transformar de forma considerável, sempre em consonância com as vitórias também nos demais espaços sociais.

Isto, pois, ao longo do século XX, diversos foram os movimentos que emergiram pelo mundo com o objetivo de inclusão da mulher em mais espaços públicos, em especial com a busca de eliminar instituições que oprimiam as mulheres. Aos poucos, passou-se a ter mais e mais movimentos de mulheres que exigiam direitos iguais na lei, em todos os setores da sociedade[662]. Assim, de forma gradual, a mulher conseguiu se tornar mais ativa na vida pública, lutando para ser considerada cidadã e para ocupar espaço dentro da sociedade[663].

---

660 CAPINUSSÚ, José Maurício. Atividade física na Idade Média: bravura e lealdade acima de tudo. **Revista de Educação Física**, nº 131, Universidade Federal do Rio de Janeiro, agosto de 2006. p. 56. Disponível em: < https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/2654> acesso de 03 de agosto de 2021.

661 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 118-119. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

662 MCCANN, Hanna et al. **O livro do feminismo**. Tradução de Ana Rodrigues. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. Coletânea - As grandes ideias de todos os tempos. p. 44.

663 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO,

Como não poderia ser diferente, a reviravolta que vinha ocorrendo do papel da mulher na sociedade também reverberou no desporto. Ao observar os relatos históricos, é possível perceber que foram quebradas, aos poucos, as perspectivas misóginas que ainda impunham a ideia de que a atividade física e competição não eram da natureza feminina.

No início do século XX, no cenário francês foi consagrado por Georges Hébert os conceitos de beleza, saúde e força pensados para a emancipação das mulheres por meio da obra *"L'éducation physique féminine: Muscle et beauté plastique"*[664]. Hébert defendia a ideia de que homens e mulheres tinham a mesma capacidade física, podendo desenvolver o músculo de igual forma e que, no entanto, as mulheres eram educadas desde novas à imobilidade física. Foi verificado que o cerceamento dos movimentos das mulheres estava sendo usado sob o pretexto da moda e da etiqueta, padrões esses construídos socialmente[665].

O francês verificou, ao analisar a sua sociedade, a situação de imposições sociais às mulheres desde criança até a fase adulta. Quando crianças, eram cerceadas de participarem de brincadeiras, como de correr; quando adolescentes, ficavam presas em casa e sem atividades físicas, e depois com o uso do espartilho colocou-se fim ao exercício físico. As mulheres eram vistas como bonecas, ou seja, delicadas, frágeis e doces, sempre adornadas, com maquiagem, salto alto, acessórios luxuosos, e assim, fazendo com que não pudessem serem tocadas para não "quebrar".[666]

Hérbert envidou esforços para tirar as mulheres da condição de escravas das convenções sociais, que lhes causavam deformações corporais, buscando a emancipação física e moral por meio da prática sistemática de exercícios físicos.

Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 229.

[664] HÉBERT, G. **L'éducation physique féminine. Muscle et beauté plastique**. 4ª ed. Paris: Vuibert, 1919

[665] JUBÉ, Carolina. Geroges Hébert e a Educação do Corpo Feminino no Brasil. **Educação em Revista,** UFMG, v. 35, 2019. p. 05. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/edur/a/YbfnFSndmDxydjjsqm6MY9s/?lang=pt > acesso em 28 de junho de 2021.

[666] JUBÉ, Carolina. Geroges Hébert e a Educação do Corpo Feminino no Brasil. **Educação em Revista,** UFMG, v. 35, 2019. p. 11. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/edur/a/YbfnFSndmDxydjjsqm6MY9s/?lang=pt > acesso em 28 de junho de 2021.

Além de melhorar a condição física das mulheres, prevenindo doenças por meio da prática física, o francês também tinha a intenção de chamar a atenção das mulheres para o que estava por trás das limitações impostas na prática de exercícios. Apontava que além dos preconceitos e convenções sociais, o trabalho em escritório ou domésticos levavam a negligenciar a cultura do corpo. O seu método era elaborado de forma universal, ou seja, era feito para desenvolver os corpos, sem distinção de gênero, no que diz respeito à força, resistência e agilidade, para alcançar a beleza plena[667].

O autor francês ofereceu às mulheres uma transformação na mentalidade, dando consciência de sua força e valor ao propor igualdade entre os corpos masculino e feminino, bem como ofereceu maior autonomia às mulheres para se desvencilharem das regras sociais. Além de suas obras voltadas ao corpo feminino, colocou o seu método em prática através de escolas, para desenvolver o corpo das mulheres da mesma forma em que se dava o desenvolvimento do corpo do homem[668]. No entanto, ainda longe de dizer que as mulheres estavam incluídas dentro do mundo desportivo.

4.1.2. A difícil inserção das mulheres nas Olímpiadas da Era Moderna

Na análise da evolução das mulheres dentro do desporto, faz-se importante compreender a trajetória das Olímpiadas da Era Moderna para verificar como se deu a inserção das mulheres no desporto ao longo dos anos. Apesar do início das Olímpiadas não ter havido participação das mulheres, aos poucos, conforme o evento evoluía, as mulheres também iam ganhando espaço na área desportiva.

A reinvenção dos Jogos Olímpicos na Era Moderna foi realizada por

---

[667] JUBÉ, Carolina. Geroges Hébert e a Educação do Corpo Feminino no Brasil. **Educação em Revista,** UFMG, v. 35, 2019. p. 11-13. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/edur/a/YbfnFSndmDxydjjsqm6MY9s/?lang=pt > acesso em 28 de junho de 2021.
[668] JUBÉ, Carolina. Geroges Hébert e a Educação do Corpo Feminino no Brasil. **Educação em Revista,** UFMG, v. 35, 2019. p. 15. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/edur/a/YbfnFSndmDxydjjsqm6MY9s/?lang=pt > acesso em 28 de junho de 2021.

Coubertin. O francês foi em diversos eventos, faculdades e clubes desportivos propor a nova era dos Jogos, até que, em um congresso em Paris na Universidade de Sorbonne no ano de 1894, obteve sucesso, ou seja, a ideia foi acolhida e começaram as discussões para colocar em prática os Jogos. Nesse evento, não houve participação de mulheres nas discussões e tomada de decisões, nem mesmo menção sobre a presença de mulheres na reinauguração dos jogos[669].

Assim, a proposta de Coubertin para o renascimento dos Jogos na atualidade, agora com uma escala internacional, envolvendo diversos países, foi aprovada e assim, Coubertin deu início ao Comitê Olímpico Internacional para a organização dos jogos e elaboração de regras[670].

A ideia dos Jogos modernos era de coroar o ideal de masculinidade por meio da prática dos jogos, relacionando o corpo masculino com a força, virilidade e coragem. Essas atividades, para Coubertin, eram incompatíveis com as mulheres por dar um tom de indecência, resistindo à inclusão feminina nos Jogos. Coubertin até reconhecia o direito das mulheres a educação desportiva, inclusive de competir entre si, mas fora dos olhos dos homens, com base em argumentos antropológicos e culturais[671].

Além de toda a construção sociocultural de desigualdade de gênero, a resistência de Coubertin, sob preceitos de não inclusão feminina, auxiliou em um processo lento de inserção das mulheres no desporto. Como resultado, se tem a primeira edição dos jogos da modernidade no ano de 1896 em Atenas contando com a presença de 241 atletas[672] de diversos países, mas sem participação de mulheres.

A não aceitação das mulheres, advinda do idealizador do evento e de grande parte dos homens da época, era sob alguns argumentos, como: I) o desporto

---

669 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 119. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

670 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 232.

671 DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005, p.5-6.

672 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Women in the Olympic Movement´s factsheet**. Lausanne, Switzerland, junho de 2020. p. 6. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/gender-equality > acesso em 02 de julho de 2021.

pertencia a local cheio de honras e conquistas, não devendo a mulher fazer parte para não vulgarizar o ambiente; II) mulher não deveria fazer atividades físicas, mas sim procriar; III) a função da mulher no desporto era incentivar seus filhos para serem campeões e de aplaudir para recompensar os atletas. Inclusive, o francês dizia não ser possível uma Olimpíada feminina, pois não seria correto, seria desinteressante e antiestética, logo impraticável tal evento[673].

A primeira mulher a confrontar os obstáculos impostos na seara do desporto na era moderna foi grega Stamati Revithi ao realizar a maratona na primeira edição de modo extraoficial. Já que não foi permitida a entrada de mulheres no estádio como participantes, Revithi realizou a maratona do lado de fora e acabou sendo mais rápida que homens que estavam correndo de modo oficial. Os organizadores do evento apelidaram-na de Melpômene, Deusa grega da tragédia, como uma forma de deixar claro que a sua atitude devia ser lembrada como algo ruim[674].

Na segunda edição dos jogos modernos, no ano de 1900 em Paris, foi possível a participação das mulheres. Apesar da ideia contrária do idealizador Coubertin, a edição teve 22 mulheres competindo de um total de 997 atletas nos desportos: tênis, vela, croquet, hipismo e golfe[675]. No entanto, somente o golfe e o tênis tiveram competições femininas, afinal ambos desportos são sem contato físico e considerados bonitos[676].

Na terceira edição dos jogos, ocorrida no ano de 1904, teve a participação

---

673 MIRAGAYA, Ana. As mulheres nos Jogos Olímpicos: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 233.

674 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 119. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

675 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Women in the Olympic Movement**. Lausanne, Switzerland, junho de 2020. p. 3. Disponível em: < https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf?_ga=2.137089528.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 17 de junho de 2021.

676 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 119. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

de apenas 6 atletas e todas competindo na modalidade de arco e flecha. O Comitê Olímpico Americano permitiu a participação de atletas nas competições dessa modalidade, porém a permissão só foi possível para uma apresentação simbólica, pois o próprio comitê era contra a participação de mulheres. A base para essa posição do comitê é de uma cultura ocidental de não participação de mulheres no desporto, resultando em apenas essas participantes para arco e flecha e falta de patrocínio para outras modalidades[677].

Nos jogos de 1908, sediados na Inglaterra, houve aumento da participação de mulheres para 37 atletas, participando dos desportos: tênis, patinação no gelo e arco e flecha. Nessa edição, foi permitido duas atletas disputarem as provas de vela e barco a motor, mas somente junto com seus respectivos maridos[678].

Já em 1912, nos jogos de Estocolmo, houve aumento para 48 atletas mulheres participando. O avanço se deu pela inclusão da modalidade da natação feminina, e, portanto, a Federação Internacional de Natação Amadora foi a primeira entidade a promover a participação de mulheres nos jogos, contribuindo para outras representações internacionais. Na mão contrária aos avanços, o Comitê Olímpico Americano (COA) não permitiu nenhuma atleta de participar da modalidade, pois só poderia para desportos que fossem possíveis o uso de saias longas. Assim, como forma de protesto ao COA, as tenistas não participaram dos jogos[679].

No ano de 1916, não houve a disputa dos jogos olímpicos devido à primeira guerra mundial, todavia a luta feminina por inclusão nas olimpíadas continuava. A francesa Alice Melliat desafiou os obstáculos impostos pelo COI sobre a não inclusão de mulheres nos Jogos, bem como a recusa da Federação

---

677 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 119-120. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

678 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 120. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

679 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 120. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

Internacional de Atletismo Amador (FIAA) em apoiar e representar as mulheres no atletismo[680]. À vista disso, a francesa criou em 1917 a Federação de Sociedades Femininas da França (FFSF) para desenvolver o desporto feminino no país.

No ano de 1921 a francesa Melliat liderou a criação da Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI) para promoção da inclusão feminina de forma internacional. Melliat exerceu um papel fundamental para superar essa estrutura de não reconhecimento da participação femininas nos Jogos. A partir do seu posicionamento mostrou a possibilidade de romper com a submissão das mulheres aos homens, fazendo-as irem em busca de conquistar o seu espaço na sociedade. A intenção era promover a inclusão das mulheres nos desportos, principalmente nas Olimpíadas, e para pressionar as instituições desportivas a aceitarem as mulheres[681].

Apesar do desenvolvimento do desporto feminino nos países, as instituições do desporto, como o COI, seguiam recusando a participação das mulheres. Com a pressão da FEFI, porém, foi possível marcar uma nova era no desporto. A Federação criou os Jogos Mundiais Feminino, ocorrendo quatro edições entre os anos de 1922 e 1936 com a participação de vários países. O primeiro evento obteve a participação de 300 atletas[682], além de um público de 20 mil pessoas em apenas um dia de evento, na segunda edição, 700 mulheres e o números aumentaram ainda mais nas duas outras edições, portanto, alcançando grande impacto como desejado[683].

A iniciativa dos Jogos Mundiais Feminino pela FEFI teve como resultado a

---

680 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 120. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

681 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 120. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

682 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 120. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

683 GIGLIO, Serio Settani et all. Desafios e percalços da inserção da mulher nos jogos olímpicos (1894-1965). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-22, jan/jun, 2018. p. 6.

maior inclusão das mulheres nos Jogos Olímpicos e o COI aceitou a introdução do atletismo feminino, como o desejado desde o início pela francesa[684]. No entanto, a inserção do atletismo ainda foi de forma meramente de exibição, restringindo a cinco provas, completamente diferente do que ocorria com o atletismo masculino. Outro ponto que pode ser salientando é que a aceitação das mulheres competirem na modalidade foi tardia, portanto, não houve tempo suficiente para as atletas se preparem e obterem um rendimento melhor na modalidade. Dessa forma, o simples fato de as atletas terem chegado ofegantes na prova de 800 metros rasos, fez com que começassem novamente a discutir exclusão das mulheres do desporto sob o argumento de que não possuíam capacidade física para provas de resistências[685].

A cada evento Olímpico novas modalidades eram aceitas para a participação das mulheres e, consequentemente, os números de atletas também aumentavam. No entanto, a visão do idealizador das olimpíadas modernas sobre a participação das mulheres não mudava, declarando-se completamente contrário à inserção das atletas nas competições, e apontando o homem como um verdadeiro herói. Sem embargo, o COI verificou a demanda dos Jogos Olímpicos Femininos e em 1931 ampliou modalidades a serem disputadas nos jogos olímpicos[686].

A partir da promoção gradual da inclusão das mulheres nos Jogos, a FEFI conseguiu cumprir com o seu objetivo e, no ano de 1936, houve a sua dissolução[687].

Apesar de todos os esforços femininos para alcançar igualdade dentro de das organizações desportivas, no ano de 1936 ainda não se obtinha a inserção completa das mulheres, ou seja, já participavam de várias modalidades, mas não de todas que os homens participavam. E, portanto, nesse mesmo ano, se discutia sobre

---

684 GIGLIO, Serio Settani et all. Desafios e percalços da inserção da mulher nos jogos olímpicos (1894-1965). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-22, jan/jun, 2018. p. 6.

685 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 120. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

686 GIGLIO, Serio Settani et all. Desafios e percalços da inserção da mulher nos jogos olímpicos (1894-1965). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-22, jan/jun, 2018. p. 8.

687 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 120. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

quais modalidades poderiam ter participação feminina, ficando estabelecido, após votação, a inclusão nos desportes: natação, patinação, esgrima, ginástica, esqui e atletismo, negando a participação no hipismo e hóquei sobre gelo[688].

Em suma, é possível verificar que do início dos Jogos modernos até meados da década de 1930, os jogos eram marcados pelos mesmos traços da tradição dos jogos da antiguidade, resistindo a inserção das mulheres nos desportos olímpicos. Foi construída e mantida a crença da fragilidade da mulher, condenando-as ao não exercício físico na justificativa de que poderia gerar perigo, ideias essas com bases médicas limitadas da época. A mulher era vista, ainda, como diferente do homem pela biologia, com a função de procriação, sujeitando-se às prescrições de médicos homens. Portanto, com base nessas crenças, as mulheres eram excluídas, principalmente, das modalidades que exigiam força e resistência[689].

Outro ponto importante dos primeiros anos dos Jogos modernos, pelo menos até a década de 1930, é a tradição social de posições ativas de comando realizadas por homens. Assim, as mulheres deveriam ser passivas, e aos homens, cabiam decidir sobre o controle do desporto feminino, tanto em nível nacional quanto internacional. Dessa forma, também o controle e organização do desporto feminino estava sob a liderança de homens, excluindo as mulheres da posição de poder dentro dos desportos, mesmo nas modalidades femininas[690].

4.1.3. O crescimento da participação das mulheres nas Olímpiadas

Somente na década de 40, por conta da segunda guerra mundial, houve maior ocupação das mulheres dentro da sociedade e fora do ambiente doméstico, devido ao número de homens que foram para a guerra e deixaram suas posições

---

688 GIGLIO, Serio Settani et all. Desafios e percalços da inserção da mulher nos jogos olímpicos (1894-1965). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-22, jan/jun, 2018. p. 8.

689 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 235-236.

690 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 235-236.

vagas. Consequentemente, houve maior inclusão das mulheres na economia dos países em guerra e a emancipação financeira delas, caminhando para uma nova posição da mulher no contexto social. Juntamente a isso, os avanços na ciência corroboraram a mudança nos papéis de gênero construídos socialmente, promovendo maior inserção da mulher na sociedade[691].

O contexto em que as mulheres foram inseridas nessa época reverberou no âmbito do desporto, fazendo com que se tornasse mais frequente a participação das mulheres nos desportos, como nas Olímpiadas. Porém, salienta-se que a inclusão ainda era com base em um modelo conservador, reforçando ainda a fragilidade da mulher e preservando o modelo de atleta o do homem herói da antiguidade[692].

Após o ano de 1952, as mulheres ganharam maior importância dentro do desporto, em grande parte dos países, por influência da política. Houve grande participação de atletas da União Soviética e outros países do Leste, pois não discriminavam os atletas pelo gênero, afinal as mulheres já estavam mais incluídas nessas sociedades. O importante para os novos países participantes dos jogos era se tornarem visíveis ao mundo e, claro, promover politicamente seu país, assim, o número de medalhas obtidos nos Jogos significava a suas vitórias. Quanto mais medalhas, mais visíveis ao mundo os países estavam, independente de gênero, e, portanto, forçou a mudança em outros locais pelo mundo[693].

A situação promovida por esses países fez com que os outros países, que ainda estavam restringindo a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos, começassem a investir nas atletas de seu país. O sentimento gerado pelas atitudes dos países da União Soviética e de países do Leste foi com relação ao espaço ocupado por eles dentro das Olímpiadas, ou seja, como o país se destacava em um evento internacional e como se mostrava para o mundo. Para que os países

---

691 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 237-238.

692 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 237.

693 MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 237-238.

passassem a ganhar mais números de medalhas, foi precisa a inclusão das mulheres, aumentando assim o investimento nas atletas.

No ano de 1953 o tema sobre as modalidades permitidas para as mulheres nos Jogos voltou a ser discutido pelo Comité Olímpico Internacional. No entanto, o posicionamento do presidente da época, Avery Brundage, foi de aceitar as mulheres nos desportos apropriados a seu gênero[694]. Demonstrando ainda resistência na inclusão feminina e cultivando preceitos dos Jogos da antiguidade, conforme o idealizador dos Jogos modernos instituiu.

Diferentemente do contexto em que estava inserido Coubertin, e grande parte dos presidentes anteriores do COI, o espanhol João Antonio Samaranch assumiu o COI em 1980, um período mais evoluído da sociedade. Nessa época já tinha acontecido diversas lutas e conquistas femininas dentro da sociedade, e, portanto, estava ocorrendo transformação nos papéis de gênero e a visão sobre ocupação de lugares públicos e privados. Dentro desse cenário, o espanhol ao assumir o organismo buscou inserir as mulheres em todas as funções dentro do movimento olímpico[695].

Samaranch possibilitou passos muito importantes para a inclusão das mulheres, construindo uma nova era do desporto feminino nas Olímpiadas. Apenas 75 anos após a criação do Comitê Olímpico Internacional é que as primeiras duas mulheres se tornaram membros desse organismo. A nova política de inclusão marcou o cenário do movimento olímpico, proporcionando o aumento no número de mulheres nas Olimpíadas em diferentes desportos, bem como fora das competições, em outros âmbitos do desporto[696].

A partir desses movimentos de inclusão, principalmente por meio deste organismo transnacional, o desporto feminino evoluiu consideravelmente. Essa política implementada pelo Espanhol fez com que as mulheres pudessem se desenvolver para o desporto e como resultado houve a quebra de recordes nas

---

694 GIGLIO, Serio Settani et all. Desafios e percalços da inserção da mulher nos jogos olímpicos (1894-1965). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-22, jan/jun, 2018. p. 8.

695 DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005, p.1.

696 DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005, p.6.

modalidades desportivas, diversas medalhas nos Jogos e mulheres sendo destaque nos desportos[697].

Apesar disso, o COI ainda se mostrava conservador em certas questões relacionadas ao gênero dentro desporto olímpico. Isto, pois, as mulheres ainda não podiam participar de alguns desportos, tais como: futebol, boxe, judô, polo aquático, pentatlo, luta e levantamento de peso. Ainda havia a compreensão de que desportos com maior combate com corpo e com contatos, muitas vezes com mais agressividade não podiam ser praticados por mulheres, portanto, permanecia a influência da construção sociocultural da mulher como algo frágil e delicado. Apesar da resistência do COI, nos anos 90, surgiram campeonatos mundiais femininos de alguns desses desportos[698].

Verifica-se que a desigualdade de gênero dentro do desporto obtinha uma discrepância visível ao longo de todo o primeiro século de Jogos Olímpicos Modernos. Porém, o cenário vai mudando ao longo dos anos, chegando no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, a partir das políticas implementadas pelo COI, e, consequentemente, pelos demais organismos desportivos, como federações e associações, como também por mudanças na sociedade em geral, ocorre um avanço significativo no desporto feminino, que tem significado um grande avanço em busca da igualdade de gênero no desporto.

4.1.4. As barreiras enfrentadas pelas mulheres no desporto: análise dos dados

Verifica-se que o movimento olímpico se tornou um evento social, cultural e político mundial, que usa do desporto combinando com a educação para promover o desenvolvimento do ser humano em harmonia com os outros e com o meio ambiente. O impacto desse movimento reverbera na seara da economia, política, cultura e educação, tornando-se símbolo de progressos sociais e da solidariedade, como exemplo a busca da igualdade de gênero.

---

[697] DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005, p.6-8.
[698] DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005, p.7.

Assim, as mulheres começaram a ganhar força no desporto, lutando contra os valores estabelecidos da época[699]. A maior conscientização das mulheres sobre a sua inclusão na sociedade e no desporto chegou a ponto de sair da questão de "não participação das mulheres nas olimpíadas" para "como elas participariam" (quais modalidades e posições poderiam participar).

A igualdade dentro de campo já é uma realidade em diversas modalidades e eventos desportivos, mas em todas as áreas do desporto ainda é um processo com muitas barreiras. Portanto, pode-se falar em um grande avanço em relação à participação de atletas mulheres nas mais diversas modalidades esportivas, porém, não se pode falar de uma participação efetiva e equânime de mulheres em posição de poder dentro dos organismos, bem como na mídia, o que ainda demostra a discrepância e desigualdade ainda latente.

Em relação a isso, o COI elencou três grandes obstáculos para o desenvolvimento do desporto feminino e das desportistas: I) a sub-representação das mulheres nas competições e de liderança de mídia desportiva em todos os níveis; II) falta de reconhecimento; III) o foco primeiro no gênero[700].

Entrando em maiores detalhes sobre esses obstáculos[701], é possível verificar a falta investimento global em desportistas e nos desportos femininos, da mesma forma como falta da cobertura dos meios de comunicação, sendo que a maior parte dos recursos e a exposição tem como foco os desportos masculinos. Os desportos considerados mais adequados ao gênero feminino são os mais prováveis de receberem cobertura midiática, como a ginástica feminina.

A sub-representação das mulheres também é encontrada em todos os

---

699 OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. p. 119. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

700 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. p. 8. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

701 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. p. 8. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

níveis de liderança e na mídia desportiva. No ano de 2018, a UNESCO apresentou alguns dados que retratam essa afirmação, quando apresentaram que apenas 4% (quatro por cento) da mídia desportiva é dedicada ás mulheres e que somente 12% (doze por cento) de mulheres apresentam os jornais desportivos. Quando se fala em jogos olímpicos, o percentual de mulheres na mídia desportiva aumenta um pouco, porém ainda são baixos 20% (vinte por cento). [702]

Outro dado que evidencia a desigualdade de gênero no desporto diz respeito ao percentual de treinadoras nos jogos olímpicos, que se resumem aos 10% (dez por cento), de acordo com os dados da COI.[703].

Umas das formas de arrecadar dinheiro para o desporto, por excelência, é por meio da transmissão dos jogos na TV. No entanto, os meios de comunicação também não reconhecem o valor das mulheres nas modalidades desportivas. Os canais fechados até transmitem jogos femininos, mas o fato de os canais abertos não transmitirem, reduz a possibilidade de a grande massa da sociedade ter acesso.

A rara exceção de transmissão de desporto feminino na televisão aberta é no período dos Jogos Olímpicos e, eventualmente, em eventos de grande repercussão, como a Copa do Mundo. Mesmo nestes grandes eventos, não são todas as modalidades vão para a televisão quando é o desporto feminina.

Portanto, a cobertura da mídia no mundo dos desportos é desproporcional se comparado ao desporto feminino e masculino, dando mais visibilidade aos desportos tradicionalmente praticados por homens, como o futebol, e mostrando de forma massiva os atletas do sexo masculino e seu desempenho.

No ano de 2011, foi divulgado pelo *International Sports Press Survey* a pesquisa realizada em quase 18 mil artigos sobre desporto em 80 jornais de 22 países diferentes, e chegou-se à compreensão de que 90% dos artigos foram

---

[702] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. p. 8. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

[703] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. p. 8. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

escritos por jornalistas homens e mais de 85% dos temas abordados eram sobre atletas homens[704].

Em um estudo de 2018, foi descoberto que o volume da cobertura da mídia sobre desportos femininos em toda a Europa variou de 2% a apenas 12% nos horários de pico[705].

A mídia se mostra como uma ferramenta importante para contribuir com a igualdade de gênero no desporto, pois a partir dela ocorre o aumento significativo da comercialização dos jogos e rendendo dinheiro a toda cadeia desportiva. A maior parte de empresas globais ou nacionais patrocinam uma equipe desportiva, bem como os atletas de forma individual, também eles atraem patrocínio. A afirmação está em evidência em todos as partidas desportivas, nos uniformes dos atletas, no local do evento, na vasta gama de promoção de matérias dos esportes e clubes, na cobertura da mídia, etc.[706].

A situação só muda drasticamente por duas semanas, quando acontecem os Jogos Olímpicos, o maior evento global caracterizado por maior paridade de gênero dos eventos desportivos. Ao contrário de outros eventos, hoje as Olímpiadas apresentam homens e mulheres competindo nos mesmos eventos e nos mesmos estádios por medalhas de igual importância. E, justamente pela natureza equilibrada do público das Olímpiadas, as emissoras e patrocinadores não diferenciam o gênero nos Jogos[707].

Em um estudo, conforme pode ser observado no gráfico 1, analisou o interesse de homens, mulheres e o interesse geral nos principais eventos desportivo, sendo eles: Olímpiadas de verão, Olímpiadas de inverno, Liga de Basquetebol Profissional da América do Norte (*NBA*), Liga dos Campeões da União

---

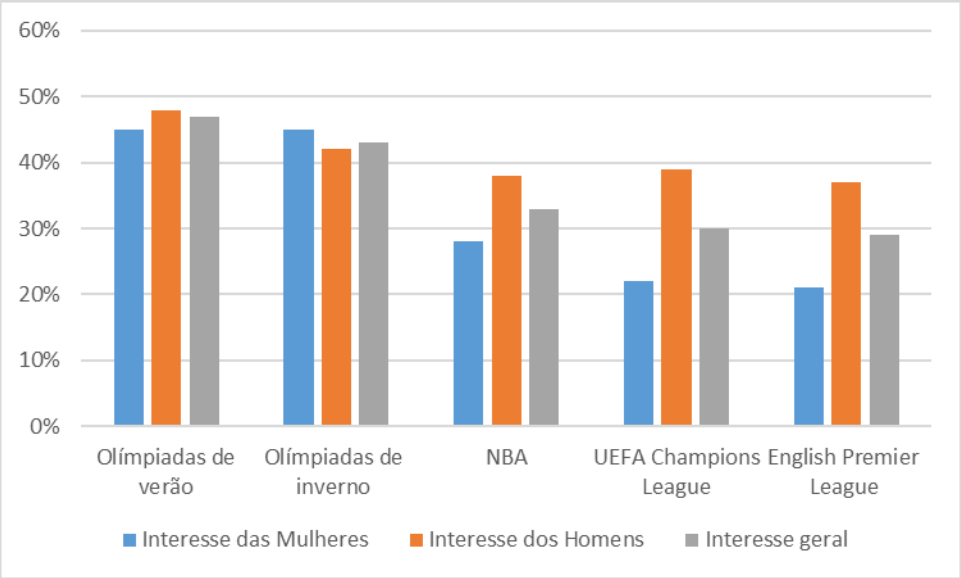
[704] EUROPA. Council of Europe. **Gender Equality in Sport and The Role of Media**. Europa, 2016.
[705] NIELSEN. **The Olympics is the biggest platform for gender equality in global sports**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-olympics-is-the-biggest-platform-for-gender-equality-in-global-sports/> acesso em 30 de agosto de 2021.
[706] BRAUND, Claire. **Gender balance in global sport report 2014**. Women on Board, 2014. p. 6. Disponível em: <https://www.sportsthinktank.com/uploads/women-on-boards-gender-balance-in-sport-report-july-2014-3.pdf> acesso em 30 de agosto de 2021.
[707] NIELSEN. **The Olympics is the biggest platform for gender equality in global sports**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-olympics-is-the-biggest-platform-for-gender-equality-in-global-sports/> acesso em 30 de agosto de 2021.

das Associações Europeias de Futebol (*UEFA Champions League*) e a Liga Profissional de Futebol da Inglaterra (*English Premier League)*.

A pesquisa foi realizada com dados de doze países de diferentes continentes, sendo eles: Alemanha, Austrália, Brasil, China, Corrêa, Espanha, Estados Unidos da América, França, Índia, Japão, Reino Unido e Rússia[708].

Gráfico 1

Interesses nos principais eventos desportivos



Fonte: Adaptado de *Nielsen Insights*[709]

É perceptível o interesse das mulheres nesses eventos desportivos. Assim sendo, refuta-se um dos argumentos por muito manifestado no senso comum, sobre a hipotética falta de interesse das mulheres para justificar a realidade da desigualdade de gênero no desporto.

Analisando o gráfico, é interessante notar a diferença do interesse das mulheres nas olímpiadas, sobressaindo aos outros principais eventos. O diferencial está nas olímpiadas de inverno que atraem maior interesse das mulheres do que

[708] NIELSEN. **The Olympics is the biggest platform for gender equality in global sports**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-olympics-is-the-biggest-platform-for-gender-equality-in-global-sports/> acesso em 30 de agosto de 2021.

[709] NIELSEN. **The Olympics is the biggest platform for gender equality in global sports**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-olympics-is-the-biggest-platform-for-gender-equality-in-global-sports/> acesso em 30 de agosto de 2021.

dos homens e do interesse geral. Ao comprar as ligas com as Olímpiadas, essa se mostra com maior interesse nas sociedades do que as grandes ligas especificas de cada modalidade[710].

Os dados demonstram a variação em porcentagem de mulheres interessadas nos Jogos Olímpicos de verão de acordo com cada país. Dentre os países analisados do estudo, a china ficou em primeiro lugar, com 54% das mulheres interessadas nos jogos. O Brasil fica em quarto lugar, com 48%, e a Espanha em oitavo lugar, com 38% das mulheres interessadas nos Jogos[711].

Na análise dos dados de percentual de fãs interessados nos eventos femininos por esporte, foi verificado a ginástica e a natação com um número elevado de fãs, alcançando o número de 86% e 82% respectivamente. Em relação às outras modalidades, foi verificado o interesse acima de 70% dos fãs no badminton, tênis de mesa, tênis e vôlei. Outro esporte digno de nota é o críquete, que obteve, na Copa do Mundo de Críquete T20 feminino de 2020, recordes de audiência, tornando-se o evento de críquete feminino mais assistido de os tempos[712].

Na modalidade de tênis é verificado o grande interesse pela modalidade feminina, como por exemplo a final do *U.S Open Women´s Tennis,* que recebeu maior público e audiência que as finais do masculino. Apesar do crescente interesse e do aumento nas classificações de jogos femininos de tênis, o evento *Grand Slam* de Tênis feminino recebeu 41% menos de cobertura que os eventos masculinos[713]. O que evidencia a desigualdade que ainda persiste de investimentos e cobertura.

É possível evidenciar, com base nas análises realizadas, que nem toda liga ou organização do desporto reconhece a importância do desporto feminino no

---

[710] NIELSEN. **The Olympics is the biggest platform for gender equality in global sports**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-olympics-is-the-biggest-platform-for-gender-equality-in-global-sports/> acesso em 30 de agosto de 2021.

[711] NIELSEN. **The inclusivity of the olympic games is key to widespread fan appel**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível em: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-inclusivity-of-the-olympic-games-is-key-to-widespread-fan-appeal/> acesso em 30 de agosto de 2021.

[712] NIELSEN. **The inclusivity of the olympic games is key to widespread fan appel**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível em: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-inclusivity-of-the-olympic-games-is-key-to-widespread-fan-appeal/> acesso em 30 de agosto de 2021.

[713] NIELSEN. **The inclusivity of the olympic games is key to widespread fan appel**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível em: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-inclusivity-of-the-olympic-games-is-key-to-widespread-fan-appeal/> acesso em 30 de agosto de 2021.

mesmo grau que o COI[714]. Afinal, a cada ano que passa, o COI caminha para a diminuição da assimetria de gênero no desporto, mas ao observar alguns eventos dirigidos por outras organizações desportivas, a diferença de gênero ainda é grande. É possível perceber, no entanto, que os passos dados pelo COI, sobretudo em função de sua imposição e importância, outras entidades do âmbito estão e ainda irão se modificar, assim como o próprio comitê olímpico se modificou.

As olímpiadas servem como uma plataforma de representação do auge das conquistas nos desportos a nível global, representando para as mulheres mais oportunidades de ganhar reconhecimento mundial e de serem inspirações para fãs de desporto e população em geral[715]. Portanto, é essencial a igualdade na cobertura das mídias, podendo despertar maior interesse da sociedade, receber maior patrocínio e, consequentemente, mais oportunidades para o desenvolvimento das mulheres no âmbito desportivo.

O patrocínio deve estar junto na pauta da busca de igualdade de gênero, pois é fundamental para apoiar e dar o suporte necessário às atletas. Como por exemplo, Allyson Felix, atleta do atletismo, mudou do patrocínio da Nike para a Athleta, uma marca com a visão de empoderar mulheres e meninas. A atleta Felix esteve no pódio das Olímpiadas desde 2004, conquistando o lugar de mulher mais premiada do desporto olímpico, no entanto, mesmo com sua trajetória, no ano de 2016, nas negociações do seu contrato de patrocínio com a Nike, foi oferecido 70% a menos do que já recebia. Logo após, a atleta ficou gravida e tentou garantir direitos para a sua nova condição, mas não conseguiu, e, portanto, mudou o patrocínio para a Athleta. A partir desse novo contrato, a empresa garantiu benefícios maternos, inclusive caso Felix engravidasse novamente[716].

Simone Biles, atleta da ginástica artística, também saiu do patrocínio da

---

[714] NIELSEN. **The inclusivity of the olympic games is key to widespread fan appel**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível em: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-inclusivity-of-the-olympic-games-is-key-to-widespread-fan-appeal/> acesso em 30 de agosto de 2021.
[715] NIELSEN. **The Olympics is the biggest platform for gender equality in global sports**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-olympics-is-the-biggest-platform-for-gender-equality-in-global-sports/> acesso em 30 de agosto de 2021.
[716] SILVA, Rebecca. **Mãe e atleta**: como Allyson Felix quebrou tabus e redefiniu a indústria esportiva. Forbes, 2021. Disponível em: < https://forbes.com.br/forbes-mulher/2021/08/mae-e-atleta-como-allyson-felix-quebrou-tabus-e-redefiniu-a-industria-esportiva/> acesso em 16 de julho de 2022.

Nike para a Athleta pelo fato da empresa ajudar mulheres. A partir do novo contrato, Biles teve a oportunidade de ser uma ativista nas causas femininas e inspiração para outras desportivas, pois a marca assume compromisso de reconhecer e apoiar a força das mulheres. Inclusive, a empresa Athleta é formada por 97% mulheres, portanto, é comprometida com a inclusão de todas as mulheres, oferecendo maiores oportunidades. Após a contratação, a atleta foi financiada pela empresa para realizar um tour de exibição de ginástica pós-Olimpíadas. Outra vantagem recebida por ambas as atletas, Biles e Felix, foi a coleção de roupas criadas para cada uma delas pela Athleta[717].

Assim, cada vez mais os patrocinadores de desportos estão se transformando para apoiar a igualdade de gênero. Entre os anos de 2017 e 2020 houve um aumento nos negócios comerciais com atletas do sexo feminino, aumentando em 31% o número de acordos de patrocínio, e subiu para 65% o valor do patrocínio[718]. Esse aumento valoriza as mulheres atletas e dá oportunidade para continuarem no desporto.

Os maiores patrocínios são dominados pelas tenistas, mas ainda assim, é possível identificar aumento de patrocínios em outras modalidades, como é o caso da atleta Simone Biles da ginástica, Megan Rapinoe do futebol, Mikaela Shiffrin do esqui alpino, Pusarla Venkata Sindhu do badminton e Katie Ledecky da natação[719].

Desafortunadamente, as mulheres enfrentam outro tipo de obstáculos quanto aos patrocínios, pois ainda prevalecem os patrocínios mais vultosos pela aparência e características fora da quadra. Questões como aparência física, roupas e vidas pessoais são postas à frente do seu desempenho desportivo e suas habilidades[720].

---

[717] SILVA, Rebecca. **Mãe e atleta**: como Allyson Felix quebrou tabus e redefiniu a indústria esportiva. Forbes, 2021. Disponível em: < https://forbes.com.br/forbes-mulher/2021/08/mae-e-atleta-como-allyson-felix-quebrou-tabus-e-redefiniu-a-industria-esportiva/> acesso em 16 de julho de 2022.

[718] NIELSEN. **The Olympics is the biggest platform for gender equality in global sports**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-olympics-is-the-biggest-platform-for-gender-equality-in-global-sports/> acesso em 30 de agosto de 2021.

[719] NIELSEN. **The Olympics is the biggest platform for gender equality in global sports**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-olympics-is-the-biggest-platform-for-gender-equality-in-global-sports/> acesso em 30 de agosto de 2021.

[720] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive

Ainda em relação aos obstáculos enfrentados pelas mulheres, é necessário enfatizar a sexualização das atletas como um dos mais perversos que ainda persistem. Sobre isso, basta observar a diferença entre os uniformes desenvolvidos para as mulheres em comparação ao dos homens, em praticamente todas as modalidades. Os trajes são regulamentados pelas entidades de cada modalidade, devendo os atletas seguirem o estabelecido quanto a vestimenta[721].

Em comparação com os uniformes masculinos, pode ser observada a preocupação com o conforto, por outro lado, o das mulheres a preocupação é em potencializar os aspectos físicos, independente do conforto das atletas.

Inclusive, no campeonato europeu de ginástica artística e nos jogos olímpicos de Tóquio, de 2020, aconteceram manifestações de atletas alemãs contra os uniformes da ginástica olímpica. A regra da modalidade é o uso de collant curto como uniforme, abrindo exceção para roupas compridas apenas por motivos de religião. No entanto, por razões de denúncia contra a sexualização no desporto e pelo direito de escolher uniforme com mais conforto, utilizaram roupas cobrindo todo o corpo[722].

Ainda, sobre a sexualização das mulheres, é possível citar o exemplo do Campeonato Europeu de Handebol de Praia, em 2021, no qual as atletas da Noruega se recusaram a usar o uniforme tradicional regulamentado pela federação para a modalidade feminina, ou seja, o biquíni. A equipe foi multada em € 1.500 euros pela vestimenta considerada imprópria pela Federação Europeia de Handebol. A partir da repercussão, a Federação Internacional de Handebol comunicou que iria

---

representation in sport. 2021. p. 8. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

[721] GUEDES, Larissa. **O protagonismo das mulheres nos jogos olímpicos: a luta por igualdade de gênero e pelo fim da sexualização dos corpos femininos**. Rio de Janeiro: ADUR, 2021. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/portal/o-protagonismo-das-mulheres-nos-jogos-olimpicos-a- luta-por-igualdade-de-genero-e-pelo-fim-da-sexualizacao-dos-corpos-femininos/> acessado em 30 de agosto de 2021.

[722] GUEDES, Larissa. **O protagonismo das mulheres nos jogos olímpicos: a luta por igualdade de gênero e pelo fim da sexualização dos corpos femininos**. Rio de Janeiro: ADUR, 2021. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/portal/o-protagonismo-das-mulheres-nos-jogos-olimpicos-a- luta-por-igualdade-de-genero-e-pelo-fim-da-sexualizacao-dos-corpos-femininos/> acessado em 30 de agosto de 2021.

empreender debates sobre o assunto[723].

Enquanto as atletas devem usar uma vestimenta desconfortável para a prática desportiva, o biquíni, no mesmo campeonato do desporto, a equipe masculina deve usar shorts com dez centímetros de comprimento. Restando clara a sexualização dos corpos femininos, ao se colocar em foco o corpo ao invés da valorização de suas habilidades[724].

Os obstáculos enfrentados pelas mulheres são percebidos também em sutilezas. Enquanto a palavra "futebol" é utilizada para desporto praticado pelos homens, a mesma prática exercida pelas mulheres recebe uma qualificação de "futebol feminino". A falta de uma qualificação também para o desporto masculino como "futebol masculino", implica o reconhecimento do desporto masculino como normal,[725] como regra, e o feminino como exceção, porquanto se exige a qualificação após o nome do esporte.

Ao falar no desporto feminino, dá-se o foco principal no gênero, ou seja, as desportistas são mais frequentemente definidas por seu gênero (mulher, feminina) ou pelo papel de gênero (esposa, mãe, feminino) e somente depois como uma atleta. O mesmo já não ocorre com os atletas homens, que por sua vez são enquadrados de acordo com ideais heroicos heterossexuais, valorizando a força, resistência e coragem[726]. Consequências da construção sociocultural sobre os papeis das mulheres e dos homens dentro da sociedade e sobre as suas

---

[723] GUEDES, Larissa. **O protagonismo das mulheres nos jogos olímpicos: a luta por igualdade de gênero e pelo fim da sexualização dos corpos femininos**. Rio de Janeiro: ADUR, 2021. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/portal/o-protagonismo-das-mulheres-nos-jogos-olimpicos-a- luta-por-igualdade-de-genero-e-pelo-fim-da-sexualizacao-dos-corpos-femininos/> acessado em 30 de agosto de 2021.

[724] GUEDES, Larissa. **O protagonismo das mulheres nos jogos olímpicos: a luta por igualdade de gênero e pelo fim da sexualização dos corpos femininos**. Rio de Janeiro: ADUR, 2021. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/portal/o-protagonismo-das-mulheres-nos-jogos-olimpicos-a- luta-por-igualdade-de-genero-e-pelo-fim-da-sexualizacao-dos-corpos-femininos/> acessado em 30 de agosto de 2021.

[725] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. p. 8. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

[726] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. p. 8. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

características intrínsecas.

Além desses obstáculos elencados, há alguns outros que também não auxiliam o avanço da igualdade de gênero no desporto. Ao analisar a diferença dos salários de desportistas mulheres e homens, bem como ganhos contratuais de atletas e prêmio em dinheiro, a disparidade é grande. No ano de 2020, a Forbes publicou uma lista dos 100 atletas mais bem pagos do mundo, apenas duas mulheres estavam nessa lista: Naomi Osaka e Serena Williams, ambos do tênis.

Da mesma forma ocorre com a lista da Forbes de 2021 com os 50 atletas mais bem pagos, com apenas duas mulheres, ambas do ano de 2020. Na lista, o atleta Roger Federer, da mesma modalidade, ficou em sétimo lugar, ganhando o valor de 90 milhões de dólares, enquanto a atleta Naomi Osaka, ficou em décimo segundo lugar com 60 milhões de dólares e Serena Williams com 41,5 milhões de dólares[727].

O número de 2 mulheres em 100 atletas e de 2 mulheres em 50 atletas já mostra a existência de uma discrepância salarial entre homens e mulheres a nível mundial, inclusive não é uma questão de uma ou outra modalidade, é extensível a praticamente todas as modalidades. Se analisado as modalidades dos atletas mais bem pagos de 2021, verifica-se uma grande diversidade, sendo elas: MMA, futebol, futebol americano, basquete, tênis, automobilismo, boxe e golfe[728]. Além de não ter mulheres nas 10 primeiras colocações na última década, as duas que aparecem nas edições são de uma modalidade "mais adequada" às mulheres, o tênis, conforme a construção sociocultural.

Em um estudo[729] publicado no ano de 2019 sobre a diferença de valores recebidos entre atletas mulheres e homens, constatou-se que no basquete é onde há uma das maiores diferenças, principalmente quando comparado com outras modalidades. A soma de todos os pagamentos da liga de basquete feminino nos

---

[727] KNIGHT, Brett; BIRNBAUM, Justin. **Highest-paid athletes: the top 50 sports stars combined to make nearly $2.8 bilion in a year of records**. Disponível em: <https://www.forbes.com/athletes/> acesso em 23 de agosto de 2021.

[728] KNIGHT, Brett; BIRNBAUM, Justin. **Highest-paid athletes: the top 50 sports stars combined to make nearly $2.8 bilion in a year of records**. Disponível em: <https://www.forbes.com/athletes/> acesso em 23 de agosto de 2021.

[729] PISANI, Camila. **Mulheres no esporte: diferença de gênero, diferença em números**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019. p. 85.

EUA é estimada no valor de 11 milhões de dólares, enquanto apenas um atleta masculino, que é o mais bem pago da modalidade, Lebron James, recebe de salário 35,7 milhões de dólares e 53 milhões de dólares de patrocínio.

O vôlei é mais um exemplo da disparidade de valores entre homens e mulheres. Enquanto a competição mundial masculina (*World League*) nunca teve o valor total distribuído na competição abaixo de quatro milhões de dólares, a competição feminina (*Grand Prix*) nunca passou de três milhões de dólares. Ocorre que, ambas as competições foram criadas pela Federação Internacional de Vôlei, assim, os valores fixados para cada um também foi sustentado pela própria Federação[730]. E o vôlei é, certamente, dos esportes com maior audiência na modalidade feminina, ainda assim há essa disparidade enorme.

Os valores para a premiação da competição feminina de vôlei somente aumentaram após uma repercussão da grande disparidade de valores, mas ainda continuavam 40% menores do que a competição masculina. Foi apenas a partir de 2017 que a Federação internacional da modalidade extinguiu as duas competições e criou unicamente o *Volleybal Nations League,* agora já com o mesmo valor, de um milhão de dólares, para os campões de ambas as modalidades[731].

Dentre tantos esportes, um dos mais populares é o futebol, que é também um dos que perpetua e reproduz a desigualdade de gênero, sendo um dos desportos com maior desigualdade de ganhos entre as modalidades femininas e masculinas. Um exemplo é a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2015 com o prêmio a ser distribuído de 15 milhões de dólares, enquanto a Copa do Mundo de Futebol Masculino recebeu o valor de 400 milhões de dólares em 2018 para distribuir entre os participantes[732].

As distâncias de valores entre o futebol feminino e masculino reflete em todos os níveis de competição. O prêmio para o campeão do Campeonato

---

730 AGUIAR, Gustavo. **Gran Prix X Liga Mundial**: competições semelhantes, prêmios distintos.To fly vollerball, 2020. Disponível em: < https://www.toflyvolleyball.com/2020/06/3-grand-prix-x-liga-mundial-competicoes.html > acesso em 02 de setembro de 2021.

731 PISANI, Camila. **Mulheres no esporte: diferença de gênero, diferença em números**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019. p. 86.

732 EUROPEAN UNION; COUNCIL OF EUROPE. **Toolkit: how to make na impact on gender equality in sport**. p. 5. Disponível em: <https://rm.coe.int/all-in-toolkit-how-to-make-an-impact-on-gender-equality-in-sport-all-y/1680989ab2 > acesso em 08 de setembro de 2021.

Libertadores da América de Futebol Masculino de 2018 foi de 6 milhões de dólares, enquanto a equipe do futebol feminino campeã recebeu 55 mil dólares[733].

Quando é levantada a questão, a justificativa para a diferença é de que o desporto masculino lucra mais do que o feminino, tanto em patrocínio, direitos de transmissão, audiência, público e outros. No entanto, como já mencionado anteriormente em outros esportes, como é o caso do tênis ou do vôlei, tem-se um desporto feminino rendendo igual ou até mais que o desporto masculino, no entanto, mesmo assim com ganhos menores.

Outro dado que evidencia o que se afirma é em relação à seleção feminina de futebol dos EUA, que em 2015 recebeu 2 milhões de dólares por ter sido campeã da Copa, enquanto a seleção masculina foi eliminada nas oitavas de final e recebeu 9 milhões. Os públicos das duas seleções foram iguais, cerca de 30 mil pessoas por partida e obteve o mesmo número de espectadores na televisão. O time feminino gerou em receitas para a federação 20 milhões a mais que o time masculino no ano de 2015. Em questão de bilheteria nos jogos, no ano de 2016 a 2018 a seleção masculina americana arrecadou 49,9 milhões de dólares, já a feminina arrecadou 50,8 milhões. Em 2017, houve mês em que a seleção masculina americana lucrou 9 milhões e a feminina lucrou 17,6 milhões.[734]

Portanto, mesmo com mais títulos, bilheteria, audiência e lucro, a equipe feminina recebeu menos do que a equipe masculina, tanto com relação aos recebidos por equipe quanto por atleta. O caso da seleção feminina de futebol não é isolado ou uma exceção à regra, ocorre tal situação em diversos países e em diferentes modalidades.

De outro lado, no caso dos desportos femininos que rendem menos que o desporto masculino, a justificativa sempre é a discrepância de valores/ganhos. Acaba se tornando um ciclo vicioso no qual a modalidade feminina é pouco transmitida pelas mídias, logo, não desperta interesse do público que não tem muito

---

[733] PISANI, Camila. **Mulheres no esporte: diferença de gênero, diferença em números**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019. p. 87.

[734] PISANI, Camila. **Mulheres no esporte: diferença de gênero, diferença em números**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019. p. 87-88.

acesso à modalidade, e, consequentemente, é pago valor menor do que a modalidade masculina que é transmitida e desperta interesse do público[735].

A questão da representação de mulheres em cargos de tomada de decisão nas organizações do desporto também é preocupante, pois ainda é mínima. Um dos fatos geradores é que somente no ano de 1981 foi aceito pelo COI as mulheres nesse tipo de cargo. Dentre os 103 membros do COI, apenas 35 são mulheres, dentre os 44 membros honoráveis, são ainda menos, apenas 2 mulheres[736]. Na diretoria executiva do COI, há 4 mulheres entre 10 membros, 1 mulher entre 4 vice-presidentes e nenhuma mulher chegou ao posto de presidente do COI[737]. Por ser uma trajetória mais recente do que a das atletas, o processo de inclusão das mulheres nesse âmbito ainda é muito lento, com números inexpressivos.

O Comitê Olímpico Internacional concluiu pela necessidade de reformular a narrativa no âmbito desportivo, pois ainda reforçam estereótipos e ideias de feminino ou masculino[738]. Como exemplos dessas narrativas se tem que determinados desportos não são apropriados a certo gênero ou pela pessoa ser uma figura masculina ou feminina. Tais narrativas são prejudiciais aos atletas e futuros atletas, pressionando-os a se conformarem com esses estereótipos e até mesmo fazerem com que meninas e meninos abandonem por completo desportos que não se encaixem com o seu estereótipo

Ao mesmo tempo o desporto pode ser um grande impulsionador da igualdade e inclusão. O desporto assume uma posição única que proporciona a mudança de estereótipos negativos e normas de gênero; pode gerar novos modelos de papeis fortes, positivos e diversos; promover e exigir o equilíbrio dos desportistas

---

735 PISANI, Camila. **Mulheres no esporte: diferença de gênero, diferença em números**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019. p. 88-90.

736 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Members**. IOC, 2021. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/members> acesso em 23 de agosto de 2021.

737 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC Executive Board**. IOC, 2021. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/executive-board> acesso em 23 de agosto de 2021.

738 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. p. 9. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

em toda a sua diversidade. A sua posição pode proporcionar todos esses benefícios independentemente de sexo, raça, religião, orientação sexual ou status econômico[739].

A mudança nesse cenário realizará um impacto positivo em atletas, treinadores, dirigentes e todos que compõem o âmbito desportivo. Garantir o equilíbrio de gênero na representação dentro do desporto é um pequeno passo, mas essencial no caminho para a igualdade de gênero e um meio para influenciar comportamentos e mudar atitudes. O desporto pode, ainda, modelar uma cultura que reflete igualdade, respeito pela diversidade e inclusão, dentro e fora do desporto[740].

Inclusive, o COI reconheceu o desporto como uma das plataformas mais poderosas de promover a igualdade de gênero e de empoderar mulheres e meninas. Isto, pois, por meio do desporto se promove a interação dos povos de toda a comunidade global, comunicam-se pessoas mais novas e mais velhas, unem-se as barreiras nacionais e as diferentes culturas. Portanto, o desporto se mostra como uma poderosa ferramenta para transmitir mensagens para todo o mundo, como a importância da igualdade de gênero[741].

4.2. OS MECANISMOS DO DIREITO DESPORTIVO TRANSNACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO DESPORTO

---

739 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. p.10. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

740 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. p.10. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

741 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC Gender Equality Review Project**. 2018. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/What-We-Do/Promote-Olympism/Women-And-Sport/Boxes%20CTA/IOC-Gender-Equality-Report-March-2018.pdf?_ga=2.116127182.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 24 de junho de 2021.

O movimento das mulheres no âmbito desportivo fez com que aumentasse o incentivo dos países e das organizações desportivas no desporto feminino. As mulheres em diversos países ganharam acesso à prática desportiva, ao trabalho dentro desse âmbito, ganharam maior visibilidade e assim, vem crescendo, via de consequência, também o interesse do público no desporto feminino. O resultado dessa trajetória são mulheres se tornando modelos de inspiração e lendas para homens e mulheres, facilitando o aumento da conscientização sobre questões de gênero, proporcionando a exigência de mudanças nesse cenário[742].

As organizações desportivas colaboram em diversas formas no desenvolvimento do desporto feminino, como por exemplo, por meio de investimento no nível de base, por estratégias de igualdade de gênero e políticas de salvaguarda, colaborando para o aumento de mulheres na liderança desportiva em todos os níveis da profissão. Além disso, podem alocar recursos, aumentando a cobertura da mídia, investimento em marketing livre de preconceitos e na promoção das conquistas femininas, dentre outros.

A partir de um processo de desconstrução sociocultural da desigualdade de gênero e com muita luta das mulheres, a sociedade começou a compreender a importância de proporcionar as mesmas oportunidades para homens e mulheres. Os organismos transnacionais do desporto também acompanharam o processo de evolução da sociedade e aos poucos foi buscando maior igualdade dentro do âmbito desportivo.

A luta das mulheres para vencer os obstáculos dentro do desporto conseguiu alcançar uma marca importante nos anos 90 por novas mudanças dentro do COI. É a partir de uma mudança na política dentro do organismo que mais mulheres conseguem alcançar posições antes proibidas no desporto. Afinal, um organismo transnacional acaba por influenciar toda a rede do desporto em outros níveis.

---

[742] UM WOMEN. **Sport for genderenation equality framework**: driving implementation of the Beijing Platform for action through the power of the sport ecosystem. p. 4. Disponível em: < https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/news%20and%20events/stories/2020/sport-generationequality.pdf?la=en&vs=1815 > acesso em 19 de julho de 2021.

Na conferência sobre os 100 anos de Olimpíadas modernas, no ano de 1994, foi levantada a pauta da promoção da igualdade de gênero no desporto. A visão voltada para construir um novo olhar para as mulheres dentro desse âmbito buscou garantir igualdade de oportunidade para todos e em todos os níveis do Movimento Olímpico. Dessa forma, buscou-se não apenas a promoção das mulheres enquanto atletas, mas também dentro da tomada de decisões e em funções administrativas nos organismos internacionais[743].

Em 1995, foi criado o Grupo de Trabalho Mulher e Esporte para atuar com os membros do COI na responsabilidade de buscar a igualdade de gênero. O Grupo teve como objetivo providenciar informações a respeito de políticas sobre mulher e desporto para que, a partir disso, pudessem ser implementadas ações para alcançar tal objetivo[744].

No ano de 1996, o Comitê Olímpico Internacional organizou a I Conferência Mundial sobre a Mulher e o Desporto, levando novas possibilidades paras as mulheres no âmbito desportivo. Nesse evento surgiu a proposta de colocar metas para alcance de que “pelo menos” 10% das posições administrativas nos Comitês Olímpicos Nacionais, Federações Internacionais e Organizações Esportivas relacionadas ao Movimento Olímpico fossem ocupadas por mulheres[745]. Inclusive, o Comitê fez uma emenda à Carta Olímpica para deixar de forma explícita a promoção das mulheres em todos os níveis do âmbito desportivo.

É possível perceber a grande influência que o espanhol Samaranch exerceu para modificar consideravelmente o desporto feminino dentro do Movimento Olímpico. Aliás, desde a sua entrada no COI, além das primeiras duas mulheres como membro, treze mulheres foram eleitas para ocupar cargos no organismo, e pela primeira vez, o COI teve como vice-presidente uma mulher[746]. Dessa forma, houve aumento na representatividade das mulheres em funções, inclusive em

---

[743] DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005, p.8-9.
[744] DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005, p.8-9.
[745] DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005, p.9.
[746] DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005, p.9-10.

posição de liderança, dentro de organismos internacionais, como confederações e federações.

No início do século XXI, em 2000, foi realizada a II Conferência Internacional organizada pelo COI. O movimento de inserção e promoção das mulheres no mundo do desporto passou a se evidenciar reiteradamente. É que, apesar dos avanços, naquele momento ainda existia uma grande desigualdade de gênero no desporto, motivo pelo qual também, nesta conferência, foi reafirmada a necessidade de implementar mais condições de acesso às mulheres ao desporto[747]. Portanto, o COI vem trabalhando junto com outros organismos para alcançar o equilíbrio de gênero.

No ano de 2012, os Jogos femininos foram considerados um divisor de águas do evento mundial. O resultado obtido pelo esforço dos organismos desportivos transnacionais, pela primeira vez, foi a inclusão em todos os Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) de pelo menos uma atleta feminina em suas delegações. Inclusive, foram os primeiros jogos em que todos os esportes tinham competidoras do sexo feminino[748].

Sob a recomendação da Agenda Olímpica 2020, no ano de 2014, o COI se comprometeu a trabalhar com as Federações Internacionais para atingir 50% de mulheres participando dos Jogos Olímpicos. Da mesma forma, assumiu a responsabilidade de estimular a participação das mulheres no desporto, criando mais oportunidades nos jogos e, por fim, para encorajar a inclusão de eventos de equipes mistas[749].

Nas Olímpiadas do Rio de Janeiro em 2016, seis países alcançaram a igualdade de gênero no que diz respeito ao número de mulheres participantes,

---

[747] GRAÇA, Odete. A participação das mulheres nos diferentes aspectos da dinâmica desportiva. **Povos e Culturas**, n. 9, p. 393-406, Universidade Católica Portuguesa, 2004. p. 399-400. Disponível em: < https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2004.8839> acesso em 24 de agosto de 2021.

[748] BRAUND, Claire. **Gender balance in global sport report 2014**. Women on Board, 2014. p. 6. Disponível em: <https://www.sportsthinktank.com/uploads/women-on-boards-gender-balance-in-sport-report-july-2014-3.pdf> acesso em 30 de agosto de 2021.

[749] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Factsheet: Women in the Olympic Movement**. Lausanne, Switzerland, outubro de 2020. p. 2. Disponível em: < https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf?_ga=2.137089528.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 17 de junho de 2021.

inclusive chegaram a ultrapassaram o número de participantes homens nas suas delegações. Os países que fizeram parte desse contexto foram: I) Nova Zelândia, com 99 mulheres e 98 homens; II) Austrália, com 213 mulheres e 208 homens; III) EUA, com 192 mulheres e 164 homens; IV) Canadá, com 183 mulheres e 127 homens; V) China, com 243 mulheres e 151 homens; VI) Porto Rico, com 27 mulheres e 12 homens[750].

Os Jogos Olímpicos da Juventude[751], de 2018, foi o primeiro evento olímpico equilibrado entre homens e mulheres. Nos jogos de verão chegou-se ao número de 2 (dois) mil atletas masculinos e 2 (duas) mil atletas femininas, bem como o número de 936 (novecentos e trinta e seis) para cada gênero nos jogos de inverno. Importante fazer constar os avanços desses jogos, tendo em vista que desde a sua inauguração, no ano de 2010, há competição com equipes mistas.

A igualdade nos Jogos Olímpicos da Juventude continua no caminho dos avanços, sem retrocessos. Na última edição, os Jogos Lausanne 2020 também continuaram com 50% de mulheres competindo, e, nos jogos de Dakar 2022 estavam com 50% de vagas preenchidas por mulheres[752], no entanto os dados não se confirmaram pelo adiamento dos jogos para 2026.

Na última edição dos Jogos Olímpicos em Tóquio o Conselho Executivo do COI mudou as diretrizes do protocolo da entidade para obter maiores resultados. Foi imposto aos 206 CONs e a equipe de refugiados ao menos uma representante do sexo feminino e um do sexo masculino em todas as edições dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. O resultado foi positivo, as mulheres quase alcançaram a igualdade nas competições, obtendo 48,8% de participação feminina[753].

---

[750]EUROPEAN UNION; COUNCIL OF EUROPE. **Toolkit: how to make an impact on gender equality in sport**. p. 5. Disponível em: < https://rm.coe.int/all-in-toolkit-how-to-make-an-impact-on- gender-equality-in-sport-all-y/1680989ab2> acesso em 08 de setembro de 2021.

[751] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Factsheet: Women in the Olympic Movement**. Lausanne, Switzerland, outubro de 2020. p. 4. Disponível em: < https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf?_ga=2.137089528.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 17 de junho de 2021.

[752] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Gender equality through time**: at the olympic games. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/gender-equality/gender-equality-through-time/at-the-olympic-games> acesso em 12 de setembro de 2021.

[753] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **IOC sends extremely strong message that gender**

Houve alteração nas regras do COI paras permitir que cada país na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2020 tivesse como porta-bandeira um homem e uma mulher, na prática apenas alguns poucos países entraram com um representante[754]. Somente essa atitude de entrar dois atletas, um homem e uma mulher, representando o país no evento, manda uma poderosa mensagem para o mundo sobre a importância da igualdade de gênero dentro e fora das quadras[755].

O crescimento das mulheres dentro das Olímpiadas fica claro quando comparada à participação no início das Olímpiadas modernas até a última edição, em que elas já estão presentes em praticamente todos os desportos. Nas Olímpiadas de Tóquio 2020, as únicas modalidades que não estavam abertas para as mulheres eram a luta greco-romana, o beisebol e *softbal*, apesar das mulheres participarem nos eventos internacionais dessas modalidades[756].

No intuito de deixar evidenciado tais alegações, foi desenvolvida uma tabela com os dados para a comparação das mulheres com os homens ao longo das Olímpiadas.

Tabela 1

Evolução da participação das atletas nos Jogos Olímpicos

Ano	Local	Quantidade de Desporto permitido a mulheres	Participantes Gerais	Total de Mulheres
1896	Atenas	0	241	00
1900	Paris	2	997	22
1904	Saint Louis	1	651	06
1908	Londres	2	2.008	37

balance is a reality at the Olympic Games. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/ioc- sends-extremely-strong-message-that-gender-balance-is-a-reality-at-the-olympic-games> acesso em 20 de agosto de 2021.

754 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **IOC sends extremely strong message that gender balance is a reality at the Olympic Games**. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/ioc- sends-extremely-strong-message-that-gender-balance-is-a-reality-at-the-olympic-games> acesso em 20 de agosto de 2021.

755 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Gender equality through time**: at the olympic games. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/gender-equality/gender-equality-through-time/at-the-olympic-games> acesso em 12 de setembro de 2021.

756 NIELSEN. **The inclusivity of the olympic games is key to widespread fan appel**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível em: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-inclusivity-of-the-olympic-games-is-key-to-widespread-fan-appeal/> acesso em 30 de agosto de 2021.

1912	Estocolmo	2	2.407	48
1920	Antuérpia	2	2.626	63
1924	Paris	3	3.089	135
1928	Amsterdã	4	2.883	277
1932	Los Angeles	3	1.332	126
1936	Berlim	4	3.963	331
1948	Londres	5	4.104	390
1952	Helsinque	6	4.955	519
1956	Melbourne	6	3.314	376
1960	Roma	6	5.338	611
1964	Tóquio	7	5.151	678
1968	Cidade do México	7	5.516	781
1972	Munique	8	7.134	1.059
1976	Montreal	11	6.084	1.260
1980	Moscou	12	5.179	1.115
1984	Los Angeles	14	6.829	1.566
1988	Seul	27	8.391	2.194
1992	Barcelona	19	9.356	1.704
1996	Atlanta	21	10.318	3.512
2000	Sydney	25	10.651	4.069
2004	Atenas	26	10.625	4.329
2008	Pequim	26	10.942	4.637
2012	Londres	26	10.490	4.676
2016	Rio de Janeiro	28	11.237	5.059
2021	Tóquio	33	11.500	5.386

Fonte: Comité Olímpico Internacional[757];

Além dos Jogos Olímpicos de verão, comumente chamado apenas de Jogos Olímpicos, é possível também verificar a evolução da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos de Inverno. Em uma breve análise, foi constatada a participação, no ano de 1924, de apenas 11 atletas, evoluindo com o passar dos anos, de forma um pouco mais lenta do que nos Jogos de verão, para o número de 1169 no ano de 2018, representando 41% das mulheres. Em quantidade de desportos competidos por mulheres, partiu de 1 desporto no ano de 1924 e chegou

[757] COI. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Women in the Olympic Movement´s factsheet**. Lausanne, Switzerland, junho de 2020. p. 6. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/gender-equality > acesso em 02 de julho de 2021.

em 7 desportos no ano de 2018[758]. E, por fim, o último de 2022 obteve 45% de mulheres participantes como atletas[759].

A partir das decisões de um organismo desportivo transnacional de incluir as mulheres em mais modalidades ao longo dos anos, como um efeito cascata, obteve-se a investimento nos diversos países no desenvolvimento do esporte feminino, ficando evidenciado por meio do aumento gradual da participação feminina nas olimpíadas ao longo dos anos.

Foi com a permissão, por parte dos organismos desportivos transnacionais, para a prática desportiva e com as ações por eles desenvolvidas que a evolução da mulher no desporto teve maior eficácia, seja nas olimpíadas, seja internamente nos diversos países ao redor do mundo. Afinal, quanto mais esportes são possibilitados, mais mulheres serão representadas e representando o seu país a nível mundial.

As organizações desportivas transnacionais também possuem o objetivo, como já mencionado, de atingir a igualdade de gênero nos outros âmbitos do desporto. A trajetória da representatividade das mulheres nos cargos de tomada de decisão dentro do COI obteve avanço, também, ao longo dos anos, de forma mais lenta do que a atuação nas quadras e campos. No entanto, a cada ano progride o sentido de se alcançar a igualdade.

A primeira mulher eleita como membro do Conselho Executivo da organização foi no ano de 1990 e, após sete anos, o Conselho obteve a primeira mulher como vice-presidente. Em 2016, o Conselho Executivo do COI, seguindo as recomendações da sua Comissão das Mulheres no Desporto, aprovou uma meta para todos aqueles que participam do Movimento Olímpico atinjam 30% (trinta por

---

[758] COI. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Women in the Olympic Movement**. Lausanne, Switzerland, junho de 2020. p. 6. Disponível em: < https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/What-We-Do/Promote-Olympism/Women-And-Sport/Boxes%20CTA/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement-02.pdf?_ga=2.142865650.699721483.1631131236-964956536.1629385107> acesso em 02 de julho de 2021.

[759] COI. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Women at the Olympic Winter Games Beijing 2022**: all you need to know. COI, 2022. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/news/women-at-the-olympic-winter-games-beijing-2022-all-you-need-to-know > acesso em 23 de novembro de 2022.

cento) de representação das mulheres em seus órgãos de governo até 2020[760].

No ano de 2020, o Conselho executivo do COI tinha 05 mulheres como membros, representando o número de 33.3% de seus membros.[761] A partir da nomeação de Seiko Hashimoto como nova presidente do Comitê Organizador das Olímpiadas de Tóquio 2020, após renúncia do antigo responsável por promover a desigualdade de gênero, foram alcançadas novas porcentagens dentro da igualdade de gênero na organização. Hashimoto aumentou o número de mulheres na Conselho executivo para 42%, buscou manter equilíbrio de gênero nos apresentadores em cerimônias de medalhas, criou uma equipe de promoção da igualdade de gênero para promover iniciativas nesse âmbito, proporcionando a inclusão das mulheres durante os jogos em todos os âmbitos do movimento[762].

A representação das mulheres como membros das Comissões do COI saiu de 20% no ano de 2013 para 36% no ano de 2020[763]. Já, em 2021, houve registro, novamente, de grandes êxitos. O COI, pela primeira vez, conta com 46% de mulheres membros na sua comissão, demonstrando o compromisso nos últimos aos dessas organizações em reforçar a igualdade no desporto em todos os âmbitos[764].

O COI exerce um papel de liderança na iniciativa da ONU Mulheres na

---

[760] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Factsheet: Women in the Olympic Movement**. Lausanne, Switzerland, outubro de 2020. p. 2. Disponível em: < https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf?_ga=2.137089528.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 17 de junho de 2021.

[761] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Factsheet: Women in the Olympic Movement**. Lausanne, Switzerland, outubro de 2020. p. 2. Disponível em: < https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf?_ga=2.137089528.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 17 de junho de 2021.

[762] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **The Tokyo Organising Committee of the Olympic and Paralympic: games update to the sustainability pre-games report**. p. 31. Disponível em: <https://olympics.com/tokyo-2020/en/games/sustainability/report> acesso em 20 de agosto de 2021

[763] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Factsheet: Women in the Olympic Movement**. Lausanne, Switzerland, outubro de 2020. p. 2. Disponível em: < https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf?_ga=2.137089528.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 17 de junho de 2021.

[764] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **IOC sends extremely strong message that gender balance is a reality at the Olympic Games**. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/ioc- sends-extremely-strong-message-that-gender-balance-is-a-reality-at-the-olympic-games> acesso em 20 de agosto de 2021.

promoção da igualdade de gênero, gerando influência em todos os âmbitos, para além do desportivo. Com vistas à Plataforma de Ação de Pequim, uma diretriz para remover barreiras sistemáticas que impedem as mulheres e meninas de alcançarem a igualdade, a ONU Mulheres traz novos parceiros para tornar realidade a igualdade. Além do desporto estar explícito na Plataforma, a recente evolução dentro do sistema desportivo demonstra a importância das organizações desportivas em favor da igualdade de gênero[765].

O convite da ONU Mulheres para o mundo desportivo é para fazer parte de uma coalização de múltiplas partes interessadas em tornar a igualdade de gênero uma realidade vivida no desporte e por meio dele. Dessa forma, fazem parte da campanha: os governos, organizações das Nações Unidas, organizações do desporto para o desenvolvimento e paz, sociedade civil, federações desportivas, organizadores de eventos, ligas, times, marcas, profissionais de marketing, mídia e influenciadores do desporto[766].

A junção de todos multiplica o impacto para a igualdade e o empoderamento de mulheres e meninas. Com o mesmo interesse, permite-se que todos aprendam uns com os outros e acelerem os esforços para conseguir promover: a liderança feminina e a igualdade nos modelos de governança; prevenir e responder a violência de gênero; comprometer-se a fechar as lacunas de investimento no desporto feminino e promover as oportunidades econômicas iguais; representação livre de preconceitos na mídia; ofereça oportunidades iguais nos desportos, em atividades físicas e na educação física, entre outras ações ainda necessárias.[767]

As organizações do desporto estão cada vez mais empenhadas com os

---

[765] ONU MULHERES. Organização das Nações Unidas para Mulheres. **Sport for Generation Equality: advancing gender equality in and through sport**. 2020. Disponível: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/3/news-sport-for-generation-equality> acesso em 14 de setembro de 2021.

[766] ONU MULHERES. Organização das Nações Unidas para Mulheres. **Sport for Generation Equality: advancing gender equality in and through sport**. 2020. Disponível: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/3/news-sport-for-generation-equality> acesso em 14 de setembro de 2021.

[767] ONU MULHERES. Organização das Nações Unidas para Mulheres. **Sport for Generation Equality: advancing gender equality in and through sport**. 2020. Disponível: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/3/news-sport-for-generation-equality> acesso em 14 de setembro de 2021.

objetivos da ONU Mulheres na promoção da igualdade, realizando, dentre outras, as seguinte ações: desenvolvendo seu desporto no nível de base para mulheres e meninas; implementando estratégias de igualdade de gênero; criando políticas de proteção e garantia; aumentando a participação das mulheres na liderança e em todos os níveis da profissão; aumentando a alocação de recursos para os desportos femininos; melhorando e aumentando a cobertura da mídia nos desportos femininos; marketing livre de preconceitos de gênero e promovendo a conquistas das mulheres no mundo desportivo[768].

Por meio dessas ações, será possível acabar com as desigualdades de gênero dentro do desporto e, consequentemente, dentro das próprias relações sociais. Assim, questões como desigualdade salarial, violência de gênero, falta de incentivo, reprodução de estereótipos negativos e normas sócias já não serão realidade.

No ano de 2021, foi realizado o Fórum Igualdade de Gênero por iniciativa da ONU Mulheres e patrocinado juntamente com o governo da França e do México, em parceria com a sociedade civil. Na ocasião, foram 110 eventos que juntaram governos, organizações internacionais, sociedade civil, juventude, setor privado e ativistas para tomar ações ambiciosas, concretas e transformadoras para acelerar a igualdade de gênero em todo o mundo[769].

Nesse sentido, o compromisso assumido pelo do COI para os jogos de 2024 é de: I) consolidar os jogos olímpicos como a plataforma global mais efetiva em promoção e aceleração da igualdade de gênero; II) garantir uma representação justa e com igualdade de gênero em todas as comunicações relacionadas aos jogos no intuito de promover atitudes positiva e desafiar as normas sociais, estereótipos e práticas de gênero prejudiciais; III) acelerar a representação feminina em posições de governança e liderança em todo o movimento olímpico para alcançar 30% de

---

768 ONU MULHERES. Organização das Nações Unidas para Mulheres. **Sport for Generation Equality: advancing gender equality in and through sport**. 2020. Disponível: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/3/news-sport-for-generation-equality> acesso em 14 de setembro de 2021.

769 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC mobilises olympic movement with Strong commitments at the generation equality fórum in Paris**. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/news/ioc-mobilises-olympic-movement-with-strong-commitments-at-the-generation-equality-forum-in-paris > acesso em 02 de setembro de 2021.

representação feminina em órgãos de tomada de decisão desportivos[770].

No ano de 2022, o COI lançou o relatório “Igualdade de Gênero e Inclusão” atualizando o planejamento coorperativo em algumas áreas estratégicas de atuação na promoção da igualdade de gênero. Dentre os objetivos mais urgentes levantados pela entidade, está no esforço das entidades participantes do movimento olímpico a “incorporação mínima de 30% de mulheres em cargos de governança (presidência e diretoria), nas equipes de gestão, administrativa e técnica, nas comissões e conselhos, e em vagas para chefes de missão, técnicas e árbitras”[771].

O incentivo e trabalho do COI juntamente com as Federações Internacionais e com os Comitês Olímpicos Nacionais avançaram, como provam as evidências apresentadas, na igualdade de gênero nos desportos. Dentre as estratégias para aumentar a participação feminina estavam: a abertura das modalidades desportivas para mulheres; vagas de cotas nos diversos desportos que são definidas pelo COI e preenchidas pelas FI’s; e o aumento do número de provas de medalhas para atletas femininas[772].

Outros resultados alcançados pelas decisões tomadas pelos organismos transnacionais do desporto é de que, pela primeira vez, eventos internacionais de canoa, remo, tiro e levantamento de peso passam a contar com modalidade feminina. E com relação a cotas de atletas, as federações internacionais de canoa, judô, remo, tiro, levantamento de peso e vela irão também ao encontro da igualdade de gênero, pela primeira vez[773]. Inclusive, os novos desportos dos Jogos de Tóquio, beisebol; softball; caratê; skate; escalada e surfe terão eventos femininos

---

[770] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC mobilises olympic movement with Strong commitments at the generation equality fórum in Paris**. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/news/ioc-mobilises-olympic-movement-with-strong-commitments-at-the-generation-equality-forum-in-paris > acesso em 02 de setembro de 2021.

[771] COB. Comitê Olímpico do Brasil. **Igualdade e Inclusão da Mulher no Esporte**: mapeamento das organizações esportivas nacionais e internacionais. COB, 2022. p. 16. Disponível em: < /www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/08/MulheresnoEsporte-Digital.pdf> acesso em 03 de outubro de 2022.

[772] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Gender equality through time**: at the olympic games. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/gender-equality/gender-equality-through-time/at-the-olympic-games> acesso em 12 de setembro de 2021.

[773] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **IOC sends extremely strong message that gender balance is a reality at the Olympic Games**. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/ioc- sends-extremely-strong-message-that-gender-balance-is-a-reality-at-the-olympic-games> acesso em 20 de agosto de 2021.

internacionais[774].

Todas as formas de desenvolver as modalidades desportivas sob a perspectiva da igualdade de gênero têm grande importância dentro e fora do desporto. O COI busca não apenas a igualdade nas estatísticas, mas compreende que todas as oportunidades oferecidas ao desporto feminino e às atletas nos Jogos Olímpicos têm um impacto direto na promoção da igualdade em todo o mundo[775].

4.2.1. A utilização da boa governança desportiva como mecanismo de incentivo à igualdade de gênero dentro dos organismos desportivos

A boa governança[776] é uma forma como as empresas privadas ou públicas, tanto a nível nacionais ou internacionais, são governadas de maneiras que prestam contas às suas partes interessadas, sejam elas internas ou externas. Por meio da boa governança, são desenvolvidos processos e estruturas para estabelecer os objetivos de uma organização por meio de uma direção estratégica, monitorando seu desempenho com relação aos seus objetivos e garantindo que o seu corpo dirigente atue no melhor interesse dos seus membros[777].

De acordo com o Comitê Olímpico do Brasil, os princípios chaves da boa governança são[778]: responsabilidade, eficiência, eficácia, previsibilidade, boa gestão financeira, combate à corrupção e transparência. Assim, são implementadas melhorias na gestão, prestando contas sobre a atuação da

---

[774] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Gender equality through time**: at the olympic games. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/gender-equality/gender-equality-through-time/at-the-olympic-games> acesso em 12 de setembro de 2021.

[775] INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Gender equality through time**: at the olympic games. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/gender-equality/gender-equality-through-time/at-the-olympic-games> acesso em 12 de setembro de 2021.

[776] GEERAERT, Arnout; ALM, Jeans; GROLL, Michael. Good governance in international sport organizations: na analsis of the 35 olympic sport governing bodies. **International jornal of sport policy and politics,** v. 6, n. 3, p. 281-306, 2014. p. 282.. Disponível em: <http://ls00012.mah.se/bitstream/handle/2043/16506/Good%20governance.pdf?sequence=2&isAllowed=y> acesso em 24 de agosto de 2021.

[777] LONDOÑO, Mauricio Hernãndez. La buena gobernanza em el deporte de elite em Colombia: comparación entre atletas y ejecutivos. **Revista de educação física**, v. 8, n. 2, Universidade de Antioquia, 2019. p. 43.

[778] COB. Comitê Olímpico do Brasil. **A boa governança no esporte**. Disponível em: < https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/0b6dddf00bbfc> acesso em 26 de agosto de 2021.

empresa. A implementação da boa governança faz com que tenha uma gestão eficiente, entrega bons resultados, dá motivação e melhora no ambiente de trabalho, inspirando colaboradores, patrocinadores e parceiros. A partir da boa governança, é possível difundir boas práticas que regulam as empresas e organizações no objetivo de aprimorar a gestão e promoção de condutas adequadas dentro das empresas e organizações.

A implementação da boa governança no mundo desportivo passou pela criação das organizações desportivas não governamentais, estabelecidas no final do século XIX e no início do século XX por pessoas que acreditavam na importância da separação do Estado e do desporto, para que não houvesse violação da integridade do desporto. A partir de então, os líderes desportivos trouxeram diversos argumentos para proteger a autonomia do desporto das intervenções estatais[779].

Assim, foi possível a auto governança no mundo do desporto, e hoje, as organizações desportivas prezam por autonomia e evitam intervenções do Estado em suas atividades. Na maior parte do mundo, os organismos desportivos são independentes ou possuem um alto grau de independência do governo onde estão sediados com relação ao modo de organização e de suas regras. Inclusive, no ano de 2014, houve o reconhecimento pelas Nações Unidas da autonomia do desporto[780], um grande avanço para o setor desportivo.

O desporto pode ser considerado a única área da existência humana que alcançou a lei universal. Isto é, aplica-se nos mais diversos cantos do mundo, e logo, para tanto, o desporto deve ter autonomia responsável[781], que pode ser feita por meio da boa governança desportiva. Porém, nas últimas décadas, houve

---

[779] GEERAERT, Arnout; ALM, Jeans; GROLL, Michael. Good governance in international sport organizations: na analsis of the 35 olympic sport governing bodies. **International jornal of sport policy and politics,** v. 6, n. 3, p. 281-306, 2014. p. 282.. Disponível em: <http://ls00012.mah.se/bitstream/handle/2043/16506/Good%20governance.pdf?sequence=2&isAllowed=y> acesso em 24 de agosto de 2021.

[780] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Historic milestone: United Nations recognises autonomy of sport**. 2014. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/news/historic-milestone-united-nations-recognises-autonomy-of-sport> acesso em 26 de agosto de 2021.

[781] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Historic milestone: United Nations recognises autonomy of sport**. 2014. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/news/historic-milestone-united-nations-recognises-autonomy-of-sport> acesso em 26 de agosto de 2021.

exposição das falhas de governança dentro do desporto e foram expostas para o mundo[782].

Ficou demonstrado que o desporto não está imune às práticas ilícitas dentro de suas estruturas de governança, podendo haver manipulação de competição, assédio, abuso, doping, corrupção e outros comportamentos que violam a ética[783]. Esses comportamentos ameaçam os atletas, a competição leal e a credibilidade das organizações desportivas, consequentemente impacta socioeconomicamente a sociedade, sendo fundamental cuidar do desporto de maneira responsável e transparente.[784]

As entidades de administração do desporto, assim como o desporto, não possuem donos e por isso é fundamental que haja no processo de desenvolvimento da entidade uma boa governança. Esse instrumento é um pilar essencial para as organizações desportivas sobreviverem a longo prazo, ou seja, é preciso a criação de regras e estruturas que garantam a sua sustentabilidade. Assim, é possível, com uma boa governança, deixá-las aptas para cumprirem com seus objetivos.

A falta de uma boa governança esportiva impede o desporto de atingir o seu potencial de forma plena, ou seja, de beneficiar as pessoas e a sociedade, gerando uma redução na eficiência e efetividade no uso dos recursos disponíveis para investir no desporto em todos os níveis[785]. É necessário que os gestores desportivos busquem alternativa na gestão para que as práticas adotadas sejam efetivas, bem como resultados atingidos sejam satisfatórios.

---

[782] GEERAERT, Arnout; ALM, Jeans; GROLL, Michael. Good governance in international sport organizations: na analsis of the 35 olympic sport governing bodies. **International jornal of sport policy and politics,** v. 6, n. 3, p. 281-306, 2014. p. 282.. Disponível em: <http://ls00012.mah.se/bitstream/handle/2043/16506/Good%20governance.pdf?sequence=2&isAllowed=y> acesso em 24 de agosto de 2021.

[783] INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTE.. **Ethics and good governance**. In: Olympic Word Library: the olympic studies center. Disponível em: <https://library.olympics.com/default/zoom-ethique-et-bonne-gouvernance.aspx?_lg=en-GB> acesso em 26 de agosto de 2021.

[784] GEERAERT, Arnout; ALM, Jeans; GROLL, Michael. Good governance in international sport organizations: na analsis of the 35 olympic sport governing bodies. **International jornal of sport policy and politics,** v. 6, n. 3, p. 281-306, 2014. p. 285-286. Disponível em: <http://ls00012.mah.se/bitstream/handle/2043/16506/Good%20governance.pdf?sequence=2&isAllowed=y> acesso em 24 de agosto de 2021.

[785] I TRUST SPORT. **Boa governança esportiva**. 2018. Disponível em: < https://www.itrustsport.com/pt/sports-governance/tackling-sports-corruption/good-sports-governance> acesso em 26 de agosto de 2021.

A falta de equilíbrio de gênero na tomada de decisão dos órgãos desportivos, como já verificado, deve-se a uma cultura organizacional dominada por normas feita por homens e para os homens. Esse sistema levantou questões sobre a governança desportiva e levou os líderes desportivos a enfrentarem uma decisão de adequar o deporto para o desenvolvimento futuro, para um desporto com igualdade e inclusivo[786].

A boa governança chegou recentemente no desporto[787] e a sua utilização incentiva os organismos a utilizarem os recursos disponíveis de forma mais eficiente, auxiliando a fornecer certo grau de confiança para o correto funcionamento de uma economia de mercado. Por meio de melhorias na gestão do desporto, é possível enfrentar questões como a desigualdade de gênero, investindo para cada vez mais tenha igualdade dentro das organizações desportivas, seja fora de campo, seja dentro de campo.

Os valores do desporto, como o fair play, dignidade humana, respeito ao outro e outros são supervisionados pelas organizações desportivas transnacionais que promulgam seus códigos e regras de ética. O COI possui a responsabilidade de promover os valores positivos por meio do desporto, trabalhando com os interessados para fortalecer a boa governança esportiva em todos os níveis[788].

A boa governança no desporto cria confiança ao permitir relacionamentos sólidos com os principais interessados no jogo, gera crescimento e facilita o aumento da participação e aumento das receitas. Da mesma forma, constrói o desempenho ao atrair e reter pessoas apta para o jogo, motivadas e apoiadas para desempenhar a sua capacidade total. A partir da boa governança, é possível aumentar a transparência e a supervisão independente que irá abrir a perspectiva de

---

786 BRAUND, Claire. **Gender balance in global sport report 2014**. Women on Board, 2014. p. 7. Disponível em: <https://www.sportsthinktank.com/uploads/women-on-boards-gender-balance-in-sport-report-july-2014-3.pdf> acesso em 30 de agosto de 2021.

787 GEERAERT, Arnout; ALM, Jeans; GROLL, Michael. Good governance in international sport organizations: na analsis of the 35 olympic sport governing bodies. **International jornal of sport policy and politics,** v. 6, n. 3, p. 281-306, 2014. p. 282.. Disponível em: <http://ls00012.mah.se/bitstream/handle/2043/16506/Good%20governance.pdf?sequence=2&isAllowed=y> acesso em 24 de agosto de 2021.

788 INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTE.. **Ethics and good governance**. In: Olympic Word Library: the olympic studies center. Disponível em: <https://library.olympics.com/default/zoom-ethique-et-bonne-gouvernance.aspx?_lg=en-GB> acesso em 26 de agosto de 2021.

um melhor equilíbrio de gênero na tomada de decisão dos organismos[789].

São várias as organizações desportivas envolvidas na boa governança, como por exemplo: COI, WADA, TAS/CAS, Comissão Europeia – esporte, Conselho da Europa – esporte, dentre outros[790]. Inclusive, entre os princípios fundamentais do movimento olímpico, bem como a função do COI, ambos constantes na Carta Olímpica[791], encontra-se o dever de aplicar os princípios da boa governança no desporto, devendo estimular e apoiar a sua promoção.

O COI estabeleceu princípios básicos universais de boa governança no sistema olímpico e no movimento desportivo, exigindo a adoção obrigatória de todos os membros do movimento olímpico. Algumas federações internacionais adotaram as próprias regras de boa governança sob a justificativa da autonomia desportiva. No entanto, os membros associados ao COI que não adotaram foram sancionados, já demonstrando o poder coercitivo da entidade transnacional desportiva. Um exemplo é a sanção pelo COI da Federação Internacional de Luta por não ter mulheres nos órgãos de decisão da organização[792].

Na Agenda 2020+5 do COI, ao salientar o papel do desporto na sociedade, recomendou-se o fortalecimento do movimento olímpico por meio da boa governança[793], demonstrando a importância de se implementar tal mecanismo nas entidades desportivas para o próprio desenvolvimento de toda a seara desportiva.

Visando à boa governança desportiva, o Comitê Olímpico Brasileiro criou o programa de Gestão, Ética e Transparência (GET) focado para as Confederações brasileiras e dirigentes de desportos olímpicos. O objetivo foi de

---

789 BRAUND, Claire. **Gender balance in global sport report 2014**. Women on Board, 2014. p. 7. Disponível em: <https://www.sportsthinktank.com/uploads/women-on-boards-gender-balance-in-sport-report-july-2014-3.pdf> acesso em 30 de agosto de 2021.

790 I TRUST SPORT. Organisations involved in sports governance. Disponível em: <https://www.itrustsport.com/pt/resources> acesso em 26 de agosto de 2021.

791 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITETTEE. **Carta Olímpica**. Suíça, 2020. p. 11 e 16. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/General/ES-Olympic-Charter.pdf> acesso em 31 de agosto de 2021

792 LONDOÑO, Mauricio Hernãndez. La buena gobernanza em el deporte de elite em Colombia: comparación entre atletas y ejecutivos. **Revista de educação física**, v. 8, n. 2, Universidade de Antioquia, 2019. p. 45-46.

793 INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Agenda 2020+5**: 15 recommendations. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/What-We-Do/Olympic-agenda/Olympic-Agenda-2020-5-15-recommendations.pdf> acesso em 03 de outubro de 2022.

aprimorar a gestão do próprio COB e de suas entidades filiadas, reverberando na melhora de aplicação de recursos, surtido como efeito o melhor desenvolvimento dos atletas. Uma das recomendações é obter a diversidade de gênero dentro do Conselho de Administração e da comissão de atletas, pois é indispensável na promoção de um modelo mais igualitário e inclusivo[794].

A Comissão Europeia (CE) se esforça para fortalecer a organização do desporto na Europa ao implementar os padrões de boa governança no desporto. A CE fornece valor ao trabalho nacional, recolhendo e partilhando boas práticas, bem como fornece recomendações práticas para aumentar os padrões de boa governança no desporto. Inclusive, a Comissão verificou a boa governança como uma condição para a autonomia e autorregularão das organizações desportivas[795].

A Comissão Europeia, as federações e organizações desportivas na União Europeia acreditam na necessidade de: incorporação dos princípios de boa governança nas entidades desportivas; compartilham o objetivo em comum de estarem preparadas para os desafios século 21; concordam em promover e garantir uma cultura de boa governança e melhorar os padrões de governança desportiva; reconhecem a íntima ligação da autonomia e da boa governança; rejeitam qualquer forma de discriminação; reconhecem que a governança desportiva deve promover a igualdade de gênero e refletir a natureza diversa da sociedade; e se esforça para defender os princípios básicos de boa governança[796].

Nesse sentido, a União Europeia financia diversas universidades para avaliar a governança desportiva. O produto obtido a partir desta ação são alguns projetos como: *Indicadores Básicos para una Mejor Gobernanza em el Deporte*

---

[794] COB. Comitê Olímpico do Brasil. **A boa governança no esporte**. Disponível em: < https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/0b6dddf00bbfc> acesso em 26 de agosto de 2021.
[795] EUROPEAN COMISSION. **Sport and integrity: good governance**. Disponível em: < https://ec.europa.eu/sport/policy/integrity/governance_en#:~:text=We%20voluntarily%20commit%20to%20implement,Inclusivity%20%2D%20into%20our%20sport%20organisation. > acesso em 20 de julho de 2021.
[796] EUROPEAN COMISSION. **Sport and integrity: good governance**. Disponível em: < https://ec.europa.eu/sport/policy/integrity/governance_en#:~:text=We%20voluntarily%20commit%20to%20implement,Inclusivity%20%2D%20into%20our%20sport%20organisation. > acesso em 20 de julho de 2021.

Internacional (BIBGIS); *Observador de la Gobernanza Deportiva* (GSO), *Grupo de Trabajo sobre gobernanza* (GTF), dentre outros[797].

Nesses projetos, são verificados vários itens sobre as organizações desportivas, dentre eles, a questão da igualdade de gênero dentro da organização. O projeto GSO, por exemplo, verificou se as organizações tinham política de igualdade de gênero, se era para todos os níveis da organização, e, conforme os níveis de igualdade, foi dado a pontuação de cada federação desportiva. O ponto mais alto, qualificando como excelente a organização, foi dado para aquelas que: I) adotaram uma cota de 25% ou mais para os membros femininos do governo; II) tem uma política de igualdade de gênero para toda a organização, promovendo a igualdade em todas as posições de liderança; e III) tem uma política que enfatiza a igualdade de gênero por meio do desporto em todos os níveis[798].

O projeto GESPORT+ juntamente com apoio do Erasmus+ visa melhorar a acessibilidade das mulheres na tomada de decisão das organizações desportivas. Por consequência, o projeto verificou a existência de diferentes iniciativas para alcançar na igualdade de gênero em diversos países, bem como a existência de diversos códigos de boa governança. Na análise da boa governança dentro do desporto, foi verificado a prioridade do assunto pelos governos e partes interessadas[799].

O projeto verificou que há poucos estudos sobre boa governança desportiva, mostrando pouca participação feminina nas tomadas de decisão. Portanto, a partir da compreensão de como é a representação feminina dentro da tomada de decisão desportiva, poderia ser identificado quais políticas de gênero podem ser implementadas, bem como melhorar as que existem. Inclusive, mostrar como é a experiência das mulheres, dos seus papéis dentro dos organismos, os

---

[797] LONDOÑO, Mauricio Hernãndez. La buena gobernanza em el deporte de elite em Colombia: comparación entre atletas y ejecutivos. **Revista de educação física**, v. 8, n. 2, Universidade de Antioquia, 2019. p. 46.

[798] GEERAERT, Arnout. **Observador de Gobernanza Deportiva 2015**: la crisis de legimidad em la gobernanza deportiva internacional. Copenhague: Play the Game, 2015. p. 67.

[799] DI CIMBRINO, Tiziana et al. **Corporate governance in sport organizations: a gender perspectiv**e. Universidad de Zaragoza, 2019. Disponível em: < https://zaguan.unizar.es/record/84009/files/BOOK-2019-047.pdf> acesso em 27 de agosto de 2021.

problemas e as limitações enfrentadas. Essas questões que podem auxiliar outras mulheres as quais participam de processo de tomada de decisão[800].

Quanto menos mulheres dentro do mundo do desporto, principalmente nos níveis mais altos, como na gestão dos organismos, menos vozes femininas, e consequentemente, perpetuando a situação de desigualdade de gênero. Portanto, não avançando em termos de cobertura da mídia, patrocínio e salários, dificulta o desenvolvimento completo das atletas. Por meio da modernização da governança desportiva, os órgãos reguladores do desporto devem liderar a mudança do jogo.

A implementação da boa governança desportiva se mostra como um importante mecanismo de incentivo à igualdade de gênero dentro dos organismos desportivos. A participação de todos os envolvidos na administração do desporto aumenta a qualidade e gera legitimidade das tomadas de decisão da organização desportiva[801]. Esse processo se mostra como fundamental para correto funcionamento das organizações, transformando-as em justas e igualitárias.

4.2.2. Números na prática: indícios da igualdade de gênero nos desportos promovida pelos organismos desportivos transnacionais

Após perceber de forma ampla como o direito desportivo transnacional incide dentro dos desportos para se chegar a uma igualdade de gênero, faz-se necessário traçar novos limites na pesquisa para obter maiores resultados. Apenas como uma forma de evidenciar o que pesquisa já demonstra, será mostrado como as organizações estão incidindo dentro dos países para a igualdade de gênero no desporto e, consequentemente, modificando a realidade das mulheres em diferentes locais do globo.

A análise mais aprofundada sobre o tema exige uma maior delimitação do objeto, analisando como as organizações desportivas transnacionais incidem suas

---

[800] DI CIMBRINO, Tiziana et al. **Corporate governance in sport organizations: a gender perspectiv**e. Universidad de Zaragoza, 2019. Disponível em: < https://zaguan.unizar.es/record/84009/files/BOOK-2019-047.pdf> acesso em 27 de agosto de 2021.

[801] MEZZADRI, Fernando Marinho et al. **Cartilha de governança em entidades esportivas: lei 9.615/98**. Brasília/DF: Ministério do Esporte, 2ª ed., 2018. p. 36

regras com relação a: I) incentivos diversos para orientação em prol da igualdade de gênero no desporto, como eventos educativos, campanhas para promover a igualdade, alteração nos estatutos, entre outros[802]; II) equiparação de valores para atletas homens e mulheres, seja de salário, premiação ou outros; e III) quantidade de mulheres dentro e fora do campo no âmbito desportivo da modalidade;

O recorte espacial é quanto à incidência dessas organizações das modalidades dentro da América do Sul e da Europa, mais especificamente, no Brasil e na Espanha. A escolha se dá pela pesquisa ter sido realizada nesses países, em virtude da dupla titulação com as instituições da UNIVALI e Universidade de Alicante. Da mesma forma, é possível abarcar territórios de diferentes regiões e com maneiras diferentes de lidar com o direito desportivo. Portanto, com essa análise, apresentar-se-á ainda mais evidências de como o direito desportivo transnacional se infiltra e acaba por modificar a realidade dessas sociedades.

A delimitação temporal é focada principalmente nos últimos anos, a partir de 2016 até 2021, mas também seguindo os dados mais atualizados sobre cada tópico em cada modalidade. O recorte é dado por haver mudanças mais substanciais recentemente nos regulamentos das organizações desportivas transnacionais em prol da igualdade de gênero.

A análise para mostrar os indícios das transformações feitas pelas entidades desportivas transnacionais será a partir dos desportos mais conhecidos. Em pesquisa sobre os esportes mais populares do mundo[803] foram utilizados quinze critérios para verificar quais os desportos se encaixam nesse ranking, sendo eles: 1) base de fãs e audiência globais; 2) audiência na tv; 3) acordos de direitos de TV; 4) popularidade na internet; 5) presença nas redes sociais; 6) número de ligas profissionais no mundo; 7) salário médio dos atletas das primeiras ligas; 8) acordos

[802] Conforme os dados encontrados sobre o tema.

[803] Algumas pesquisas mostram uma pequena diferença nas posições para os desportos, no entanto, a pesquisa optada é a de maior detalhamento sobre os critérios utilizados para chegar ao resultado do ranking. (DAS, Sourav. **Top 10 most popular sports in the world**: 2021 power ranking. Sports Show, 2021. Disponível em: <https://sportsshow.net/top-10-most-popular-sports-in-the-world/> acesso em 15 de outubro de 2021). Bem como, a confiabilidade da pesquisa escolhida se dá também pela confirmação do ranking por outros sites, como: MILLER, Mike. Top 10 most popular sports in the world 2021. The cuesports, 2021. Disponível em: <https://thecuesports.com/most-popular-sports-in-the-world/> acesso em 15 de outubro de 2021; e KHAN, Kamran. Top 10 most popular sports in the world 2021. Sports Hub Net, 2021. Disponível em: <https://www.sportshubnet.com/top-10-most-popular-sports-in-the-world-2021/> acesso em 15 de outubro de 2021.

de patrocínio; 9) número de países em que o esporte é popular; 10) maior competição; 11) relevância ao longo do ano; 12) igualdade de gênero; 13) acesso ao público em geral; 14) número de jogadores amadores no mundo; 15) o destaque do esporte em manchetes esportivas na mídia impressa e eletrônica.

Além do ranking mundial, foram identificadas as regiões em que esses desportos são mais populares[804]. Portanto, tendo em vista o foco de analisar as regiões em que se encontram Brasil e Espanha, o ranking dos desportos mais populares ao mesmo tempo na Europa e na América, proporcionou-se o seguinte ranking: 1) futebol; 2) Tênis; e 3) Voleibol.

Verificou-se que apesar das duas últimas modalidades possuírem diversas ações em prol da igualdade de gênero, ainda não são tão avançadas como a modalidade do futebol. Dessa forma, passa-se a analisar as três modalidades desportivas, seguindo uma ordem do desporto que possui menos ações para o que possui mais mecanismos de igualdade de gênero. Assim, será verificado de forma mais profunda sobre a atuação das entidades desportivas transnacionais nas regiões mencionadas para a igualdade de gênero nas modaldiades. Ao final, poderá ser demonstrado que o futebol, por meio das entidades desportivas transnacionais, interfere nos Estados nacionais para construir a igualdade de gênero no desporto.

4.2.2.1. As incipientes ações em prol da igualdade de gênero na modalidade do voleibol

Analisando ações em prol da igualdade de gênero em um contexto mundial do voleibol, verifica-se que, apesar de incipientes, há atitudes tomadas pelas entidades transnacionais da modalidade para buscar proporcionar o alcance desse objetivo.

A Federação Internacional de Voleibol (FIVB) possui em seus estatutos e regulamentações a determinação de uma representação mínima para mulheres e

[804] DAS, Sourav. **Top 10 most popular sports in the world**: 2021 power ranking. Sports Show, 2021. Disponível em: <https://sportsshow.net/top-10-most-popular-sports-in-the-world/> acesso em 15 de outubro de 2021

homens na constituição do Conselho de Adminstração, na Diretoria Executiva e nas Comissões da entidade[805]. No entanto, em análise ao quadro do Conselho, verificam-se 7 mulheres e 29 homens; na Diretoria são 4 mulheres e 10 homens; já nas 11 Comissões da entidade, todas possuem mulheres membros, mas o número muito pequeno comparado à quantidade de homens[806].

Com relação a políticas específicas para mulheres, a entidade possui um espaço exclusivo para denúncias de assédio e abuso com documentos informando a respeito de espaços seguros dentro do desporto[807].

A FIVB lançou, no ano de 2021, a campanha mundial *Equal Jersey* ou "Camisas da Igualdade" para dar visibilidade à questão da desigualdade de gênero. Nessa campanha, foram selecionados jogadores de destaque na modalidade para utilizarem um uniforme especial de jogos nas decisões da Liga das Nações, assim, além do próprio nome, a camisa também tinha o nome do atleta do sexo oposto que utiliza o mesmo número de jogo. O objetivo foi de defender a igualdade de gênero e para ampliar o apelo global da modalidade[808].

No Brasil, há ações em prol do assunto em discussão por parte dos responsáveis pelo desporto no país. A Confederação Brasileira de Voleibol, por exemplo, criou o projeto da Academia do Voleibol para levar conhecimento técnico e científico de forma gratuita aos profissionais do desporto. Em um dos encontros, foram discutidos os obstáculos e possíveis alternativas para aumentar as profissionais nas comissões técnicas das equipes do voleibol, tendo em vista o baixo número de mulheres nesta posição[809].

---

[805] COB. Comitê Olímpico do Brasil. **Igualdade e Inclusão da Mulher no Esporte**: mapeamento das organizações esportivas nacionais e internacionais. COB, 2021. p. 33. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/08/MulheresnoEsporte-Digital.pdf> acesso em 03 de outubro de 2022.

[806] FIVB. Fédération Internacionalale de Volleyball. **The Federation: structure**. FIVB, 2022. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/thefivb/structure> acesso em 03 de outubro de 2022.

[807] COB. Comitê Olímpico do Brasil. **Igualdade e Inclusão da Mulher no Esporte**: mapeamento das organizações esportivas nacionais e internacionais. COB, 2021. p. 33. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/08/MulheresnoEsporte-Digital.pdf> acesso em 03 de outubro de 2022.

[808] FIVB. FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE VOLLEYBALL**. Iniciative to Champion gender equality: volleyball word lauches the "equal jersey".** Disponível em: <https://www.fivb.com/en/about/news/initiative-to-champion-gender-equality-volleyball-world?id=94348> acesso em 18 de outubro de 2021.

[809] CBV. Confederação Brasileira de Vôlei. **Academia do Voleibol debate presença feminina nas**

No intuito de proporcionar maior igualdade de gênero dentro da Espanha, a Real Federação Espanhola de Voleibol (RFEV) se juntou com a empresa Iberdrola e estabeleceram um convênio para impulsionar o vôlei feminino no país. Nesse sentido, a empresa fomenta e promove a modalidade para oferecer igualdade de oportunidades, para que mulheres conciliem a vida pessoal com a profissional e desenvolvam a carreira profissional no desporto. O esforço resultou em mais de 50 mil mulheres federadas na Espanha[810].

Por muitos anos, as mulheres recebiam valores de premiações muito inferiores aos dos homens nas competições do vôlei. No entanto, a questão da igualdade de prêmios entre homens e mulheres na modalidade chegou à preocupação da entidade máxima. Assim, foram realizadas mudanças significativas no ano de 2018 para alcançar maior igualdade de gênero, como a criação da Liga das Nações. A nova competição objetivou implementar valores iguais aos times campeões, bem como o mesmo número de partidas e igual formato de evento, seja do vôlei masculino, seja do feminino. Ao dar o mesmo tratamento nessas questões para as mulheres e aos homens, evidencia-se que a entidade está preocupada em dar os mesmos direitos a todos os atletas da modalidade, proporcionando as mesmas oportunidades[811].

Os eventos de vôlei masculino e feminino recebem índices de audiências semelhantes, sendo que 59% dos torcedores de vôlei e vôlei de praia se interessam pelo jogo tanto masculino quanto o feminino. Nos Jogos Olímpicos de 2016, as competições, de ambos, esgotaram todos os ingressos, tornando-se o desporto com maior número de público da televisão. Na Copa do Mundo da FIVB de 2019, as partidas dos jogos femininos estavam lotadas de público. A audiência igualitária para os jogos demonstra como a modalidade é bem aceita pela sociedade, sem preconceito pelo gênero.

---

comissões técnicas. Vôlei Brasil, 2020. Disponível em: <https://cbv.com.br/noticia/27654/academia-do-voleibol-debate-presenca-feminina-nas-comissoes-tecnicas> acesso em 21 de dezembro de 2021.

[810] IBERDROLA. **Voleibol Femenino: Iberdrola aportar su energia al voleibol femenino**. Disponível em:<https://www.iberdrola.com/compromiso-social/deporte-femenino/otros-deportes/voleibol-femenino> acesso em 14 de fevereiro de 2022.

[811] FIVB. FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE VOLLEYBALL. **FIVB leading the charge for gender equality**. FIVB, 2020. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/about/news/fivb-leading-the-charge-for-gender-equality?id=90608> acesso em 21 de dezembro de 2021.

A entidade desportiva da FIVB tem o compromisso de usar sua plataforma para promover e capacitar as mulheres. Nesse sentido, garante uma divisão igualitária de gênero na Comissão de Atletas, possibilitando verificar por meio dos próprios atletas os impactos das suas ações em prol da igualdade de gênero[812].

Na Europa, foi criado o projeto “ALL IN – towards gender balance in sport” desenvolvido pelo Conselho da Europa e da Comissão Europeia para combater a desigualdade de gênero no desporto. Nos dados colhidos da Espanha, pode-se destacar a quantidade de mulheres participantes da Federação nacional do vôlei e da ginástica. Ambas as modalidades são as únicas em que mulheres representam acima de 50% dos membros, sendo, respectivamente 76% e 85% mulheres. Com relação aos dados de participação nos jogos olímpicos de 2016 e 2018, obteve 50% de mulheres no vôlei[813].

Em relação às mulheres em posição de decisão das federações e comitê olímpico nacional da modalidade do vôlei, foi alcançado 50% no cargo de vice-presidente, porém quanto a membros de conselho, assembleia e presidência, os números são muito baixos se comparado com os membros homens. As mulheres treinadoras registradas no vôlei na Espanha é de 39% e 61% são homens[814]. Os dados colhidos na pesquisa demonstram grande número de atletas participando da modalidade como profissionais, mas ainda é preciso avanços para os outros números chegarem a 50%, em todos os níveis do desporto.

Os dados do Brasil mostram que dentre os 26 Estados e o Distrito Federal apenas três mulheres são presidentes de federação de voleibol. E, dos 12 membros da Confederação Brasileira de Volei de quadra e de praia, apenas uma mulher[815].

Portanto, a modalidade do voleibol apresenta ações em busca da

---

812 FIVB. FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE VOLLEYBALL. **FIVB leading the charge for gender equality**. FIVB, 2020. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/about/news/fivb-leading-the-charge-for-gender-equality?id=90608> acesso em 21 de dezembro de 2021.

813 COUNCIL OF EUROPE. **ALL IN: Towargs gender balance in sport**. Couincil of Europe, 2019. Disponível em: < https://public.tableau.com/app/profile/all.in.coe/viz/AllInTableauPublic/Homepage> acesso em 14 de fevereiro de 2022.

814 COUNCIL OF EUROPE. **ALL IN: Towargs gender balance in sport**. Couincil of Europe, 2019. Disponível em: < https://public.tableau.com/app/profile/all.in.coe/viz/AllInTableauPublic/Homepage> acesso em 14 de fevereiro de 2022.

815 COBRAV. Confederação Brasileira de Voleibol. **Institucional: membros**. Disponível em: < https://institucional.cbv.com.br/cobrav-membros> acessado em 27 de janeiro de 2023.

igualdade de gênero no desporto por meio das entidades desportivas da modalidade. Porém, é possível verificar que ainda é de forma muito incial, necessitando de maior atuação das entidades para que a modalidade alcance maiores objetivos.

4.2.2.2. O expressivo destaque das mulheres no tênis e as ações iniciais em prol da igualdade na modalidade

A modalidade do tênis é também relevante para o estudo, pois se destaca pela capacidade de obter números expressivos de fãs, chegando ao número de um bilhão na Europa, América e Ásia. Além do destaque entre os 10 desportos mais populares, pode ser considerado o terceiro mais popular na internet, depois do futebol e do críquete[816]. Além de se enquadrar dentro desses rankings, o tênis mostra a importância de ser analisado, pelo fato, conforme já explanado anteriormente, de ser único a ter mulheres no ranking dos 100 atletas mais bem pagos mundialmente.

No intuito da modalidade seguir avançando dentro das sociedades, tanto para as presentes gerações quanto para as futuras, a Federação Internacional de Tenis (IFT) realizou um projeto de pesquisa global para obter resultados sobre a igualdade de gênero no desporto. A partir dos dados colhidos sobre o mundo do tênis e a igualdade de gênero, foi possível verificar quais as partes da modalidade que mais sofrem pela desigualdade, podendo criar estratégias para incentivar e melhorar a situação das mulheres no tênis[817].

Desde a eleição de Haggerty para a presidência da Federação, a questão da igualdade está dentro da agenda estratégica da entidade para obter resultados até 2024. Dessa agenda, surgiu, por exemplo, a ideia de formar um programa de estratégias chamado de *Advantage All*, apoiado pela Fundação Global Sports

[816] DAS, Sourav. **Top 10 most popular sports in the world**: 2021 power ranking. Sports Show, 2021. Disponível em: <https://sportsshow.net/top-10-most-popular-sports-in-the-world/> acesso em 15 de outubro de 2021

[817] ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF unveils new research into gender equality in sport**. Advantage All, 2021. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/news-and-media/articles/itf-unveils-new-research-into-gender-equality-in-sport/> acesso em 26 de novembro de 2021.

Development[818], com um comitê de igualdade de gênero no tênis para a implementação de metas para avanços das mulheres na modalidade[819].

O programa da ITF visa capacitar e aumentar o número de mulheres para assumir posições de liderança em todas as áreas do desporto, fornecer iguais oportunidades, aumentar o apelo comercial do tênis feminino, conscientizar e gerenciar a imagem da modalidade na mídia e criar uma cultura que inclua e inspire a todos. O programa pode ser implementado em 210 nações e seis associações regionais, que são afiliados à Federação, e, portanto, a ideia é de alcançar e inspirar líderes em todo o mundo para a construção de uma aliança de defensores nacionais que conduzam estratégias e políticas de igualdade de gênero nos locais. Assim, podem desenvolver sistemas para empoderar as mulheres e criam oportunidades iguais, eliminando as barreias com base no gênero dentro de seus países[820].

Desde a implementação do Advantage All, em 2018, foram percebidas diversas melhoras na igualdade no desporto, tendo em vista os cinco temas chave do programa, como o empoderamento, equilíbrio, cultura, valor e voz.

No que diz respeito ao empoderamento das mulheres, foram percebidas melhoras como: por meio da arbitragem e entretenimento para promover a participação da mulher; financiamento de treinadoras para receberem formação de alto nível em matéria de liderança; e as associações nacionais começaram a identificar uma embaixadora da arbitragem por país para ajudar a impulsionar a participação. As iniciativas empoderam mulheres, também, para assumir postos de liderança dentro da modalidade desportiva[821].

No tema de equilíbrio no desporto, foram verificadas mais oportunidades

---

818 GLOBAL SPORTS DEVELOPMENT. Los Angeles, 2021. Disponível em: <https://globalsportsdevelopment.org/> acesso em 20 de novembro de 2021.

819 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF presidente David Haggerty named UM Women he for she Champion**. 2021. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/news-and-media/articles/itf-president-david-haggerty-named-among-un-women-heforshe-champions/> acesso em 10 de novembro de 2021.

820 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF presidente David Haggerty named UM Women he for she Champion**. 2021. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/news-and-media/articles/itf-president-david-haggerty-named-among-un-women-heforshe-champions/> acesso em 10 de novembro de 2021.

821 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **Advantage All: elabora tu propia estratégia de igualdad de género**. p. 5-6. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/advantage-all/ > acesso em 31 de janeiro de 2022.

iguais proporcionadas pela ITF para desfrutar e participar do tênis, aumentou a representação de mulheres em cargos nas comissões e comitês da modalidade. Outra estratégia da entidade é elevar o atrativo comercial do tênis para obter a mesma oportunidade de fãs, patrocínio e difusão, seja feminino ou masculino. A entidade também elevou valores de prêmio em dinheiro, sendo concedido às competições mundiais femininas o equivalente aos mundiais masculinos[822].

Além dessas modificações, está sendo feito dentro do tênis uma revisão da governança e da sua constituição para erradicar qualquer barreira de gênero que exista e eliminar discriminações dentro da estrutura operacional, cultural e de governança da IFT. E, por fim, o último tema chave do programa, a voz, é uma estratégia da IFT para criar consciência e gerir a imagem dos meios de comunicação do tênis feminino, assim, a ideia é oferecer diretrizes para compartilhar de forma uniforme e positiva sobre as mulheres no tênis e o próprio tênis feminino.[823.]

O compromisso da IFT em aumentar o número de mulheres dentro e fora das quadras fez com que a Federação desenvolvesse essas práticas para englobar as associações da modalidade desportiva em nível nacional e regional. O sucesso do programa *Advantage All* depende da colaboração e parceria dos países membros e regiões, portanto, a IFT fornece ferramentas e recursos para apoiá-los na implementação do programa. Dentre as diversas iniciativas para capacitar de forma coletiva as mulheres, é feito pela IFT diretrizes de como fazer, manuais, webinars, o lançamento do site Advantage ALL e prêmios para incentivar a igualdade de gênero.

Afinal, somente com o esforço coletivo das entidades desportivas transnacionais em obter bases sólidas de igualdade de gênero é possível alcançar o objetivo e representar uma mudança cultural em todas as nações e regiões.[824]

Dentre as estratégias do *Advantage All*, a IFT realizou parceria com a

---

[822] ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **Advantage All: elabora tu propia estratégia de igualdad de género**. p. 5-6. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/advantage-all/ > acesso em 31 de janeiro de 2022.

[823] ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **Advantage All: elabora tu propia estratégia de igualdad de género**. p. 5-6. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/advantage-all/ > acesso em 31 de janeiro de 2022.

[824] ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **Advantage All: elabora tu propia estratégia de igualdad de género**. p. 7. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/advantage-all/ > acesso em 31 de janeiro de 2022.

iSPORTCONNECT[825] no intuito de levar a indústria do desporto ao Fórum Global *Level the Playing Field*, evento realizado pela Federação para discutir a igualdade de gênero. A intenção é mudar percepções, liderar a mudança cultural, garantindo a identificação e eliminação das barreiras impostas pelo atual sistema que impedem mulheres de atingir seu pleno potencial. Assim, através de um evento global é possível inspirar e influenciar pessoas dentro da modalidade, de outros desportos e da indústria desportiva em geral[826].

A IFT realizou uma aliança com a ONU Mulheres e o movimento global "*HeForShe*" [827], em inglês, ou "Ele por Ela", em português. Essa união forma um desenvolvimento em conjunto de soluções escaláveis e compartilháveis para os desafios mais urgentes da igualdade de gênero. Juntos visam mudanças nos países, empresas e comunidades, inspirando outros a seguir o exemplo e demonstrando o valor da aliança na aceleração do processo[828].

O movimento de âmbito global impulsiona o progresso da igualdade de gênero e realiza mudanças dentro da Federação Internacional de Tênis, consequentemente em toda cadeia da modalidade. Assim, é feita uma elevação do nível de engajamento e responsabilidade em cada nação onde está presente o desporto para a construção da igualdade de gênero no tênis. Os avanços proporcionados pela Federação foram importantes ao ponto de a ONU Mulheres nomear o presidente da ITF, David Haggerty, como o campeão do movimento Ele por Ela[829].

---

[825] É uma plataforma online de rede e comunidade voltada para aqueles que trabalham no mundo desportivo, oferecendo informações e oportunidades para a indústria do desporto. (ISPORTCONNECT. The iSportConnect story: connecting the business of sport. Disponível em: < https://www.isportconnect.com/about-us/ > acesso em 26 de novembro de 2021).

[826] ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF unveils new research into gender equality in sport**. Advantage All, 2021. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/news-and-media/articles/itf-unveils-new-research-into-gender-equality-in-sport/> acesso em 26 de novembro de 2021.

[827] ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF presidente David Haggerty named UM Women he for she Champion**. 2021. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/news-and-media/articles/itf-president-david-haggerty-named-among-un-women-heforshe-champions/> acesso em 10 de novembro de 2021.

[828] ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF presidente David Haggerty named UM Women he for she Champion**. 2021. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/news-and-media/articles/itf-president-david-haggerty-named-among-un-women-heforshe-champions/> acesso em 10 de novembro de 2021.

[829] ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF presidente David Haggerty named UM Women he for she Champion**. 2021. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/news-and-

A grande contribuição da modalidade do tênis é de desenvolver e manter o desporto como uma modalidade de vantagens iguais, servindo como modelo para todos os desportos olímpicos e paraolímpicos. Da mesma forma que o equilíbrio de gênero irá tornar a própria modalidade melhor para todos. A Federação Internacional de Tenis incentiva as associações nacionais e regionais a usarem recursos para planejar, desenvolver e conduzir suas próprias estratégias de igualdade de gênero[830].

A ITF possui um programa de Reconhecimento de Sistemas de Educação de Treinadores para garantir que os países membros da Federação atendam, pelo menos, aos padrões mínimos de educação para os treinadores. Assim, é feito o reconhecimento por meios de critérios e padrões da formação desses profissionais, devendo as nações fornecerem a entidade do tênis as informações, bem como é realizada uma visita *in loco* para verificar quais ferramentas e recursos e aprendizagem são utilizados no programa. Como resultado, as nações recebem classificações em níveis de bronze, prata e ouro. Tanto o Brasil quanto a Espanha são reconhecidos no nível máximo do programa[831].

A Federação possui um comitê de igualdade de gênero no objetivo de aconselhar e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre o assunto na modalidade. Assim, é possível promover oportunidades iguais para meninas e mulheres participarem do tênis, da liderança do desporto e em busca da aplicação do princípio da igualdade entre homens e mulheres[832].

A Constituição da Federação dispõe quais são os deveres dessa comissão, sendo eles: I) o desenvolvimento e implementação de uma estratégia de igualdade de gênero no tênis, abordando operações da Federação Internacional, bem como definindo os padrões para as associações nacionais e regionais

---

media/articles/itf-president-david-haggerty-named-among-un-women-heforshe-champions/> acesso em 10 de novembro de 2021.

830 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **Advantage All: The ITF´s gender equality strategy**. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/advantage-all/ > acesso em 10 de novembro de 2021.

831 INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF Global Tennis Report: 2021**. p. 20. Disponível em: <http://itf.uberflip.com/i/1401406-itf-global-tennis-report-2021/7?> acesso em 18 de outubro de 2021.

832 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **Committees and Commissions: gender equality in tennis committee**. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/committees-and-commissions/> acesso em 06 de dezembro de 2021.

membros; II) o desenvolvimento de declarações de posições relacionadas à desigualdade de gênero no desporto; III) a promoção do uso do desporto como ferramenta para igualdade e empoderamento de gênero e a conscientização sobre o assédio e o abuso no desporto; IV) contribuição para as políticas e práticas de proteção da Federação, relatando e reconhecendo o progresso das nações e regiões membros da IFT no avanço da igualdade de gênero na participação e liderança; e V) o apoio da Federação a iniciativas que beneficiam meninas e mulheres no desporto e liderança no meio[833].

Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se elencar outro incentivo da Federação para o desenvolvimento do desporto de forma mais igualitária, a constituição de um comitê do circuito mundial de tênis feminino. Os objetivos desse comitê são: organizar um circuito sustentável e de sucesso; atrair talentos e apoiar a entrada de jogadoras no tênis profissional; atrair talentos emergentes para o tênis profissional; reter os melhores jogadores e entregá-los aos circuitos e além; fornecer oportunidades em todos os países membros para jogadoras profissionais[834].

A partir de uma entidade internacional é possível que as entidades dentro dos diversos países atuem da mesma forma, com modificações e incentivos para alcançar a igualdade dentro da modalidade no seu país, e, portanto, tornando-as transnacionais.

Dentro desse contexto, a Espanha se mostra como exemplo em que as entidades desportivas dentro do país buscam por igualdade nesta modalidade. No ano de 2010, a Real Federação Espanhola do Tênis e a Fundação Espanhola de Tênis formalizaram adesão ao Manifesto pela Igualdade e pela Participação da Mulher no Desporto do Conselho Superior do Esporte (Espanha)[835].

No ano de 2013, a Federação espanhola fechou acordo com a secretária

---

833 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **Committees and Commissions: gender equality in tennis committee**. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/committees-and-commissions/> acesso em 06 de dezembro de 2021.

834 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **Committees and Commissions: gender equality in tennis committee**. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/committees-and-commissions/> acesso em 06 de dezembro de 2021.

835 RFET. Real Federación Espanhola de Tenis. La RFET se adhiere al Manifiesto por la Igualdad y la Participación de la Mujer em el Deporte. RFET, 2010. Disponível em: < https://www.rfet.es/es/noticia/la-rfet-se-adhiere-al-manifiesto-por-la-igualdad-y-la-participacion-de-la-mujer-en-el-deporte> acesso em 06 de dezembro de 2021.

de Estado de Serviços Sociais e Igualdade para realizar ações conjuntas na promoção da igualdade, da mulher e da juventude, bem como na prevenção e sensibilização contra a violência de gênero na prática do tênis em geral. Dessa forma, os objetivos dessa colaboração foram de: I) ajudar a visibilizar o princípio da igualdade de trato e da não discriminação, assim como a prevenção contra qualquer tipo de violência; II) organizar encontros, seminários, conferências ou qualquer outra atividade que permita contribuir para criar consciência social; III) difundir, promover e divulgar uma imagem moderna, equilibrada, solidária e igualitária da sociedade antes da cidadania; IV) promover eventos desportivos que sirvam de exemplo de integração social; e V) impulsionar ante a terceiros relacionamentos à incorporação da atividade diária do princípio da igualdade de oportunidades[836].

Em questão de ações em prol dessa igualdade, pode-se citar o programa de capacitação da Confederação Sul-Americana de Tênis em parceria com a ITF para atletas femininas de 12 a 18 anos de alto rendimento. O programa tem como objetivo a realização de acampamento com as melhores atletas de nível juvenil e seus treinadores para realizar atividades de capacitação a ambos. Ocorre a troca de informações, revisão e calendários de jogos, até aspectos de técnicas, físico, mental e tático[837].

Há diversos eventos para difundir a modalidade e capacitar os profissionais do tênis, como por exemplo, os Workshops oferecidos pela Confederação Brasileira de Tênis (CBT). No worskshop, de abrangência internacional, de 2021, foi oferecido formação de treinadores e jogadores para o alto rendimento. E, como forma de demonstrar o compromisso da CBT com o desenvolvimento do tênis feminino, houve no evento espaço reservado para tratar de questões de gênero[838].

---

836 ESPANHA. Ministerio de Igualdad: instituto de las mujeres. **Servicios Sociales e Igualdad y la Federación Española de Tenis colaborarán em la lucha contra todo tipo de descriminación**. Espanha 2013. Disponível em: <https://www.inmujeres.gob.es/actualidad/noticias/2013/abril/ServSocFedTenis.htm> acesso em 14 de dezembro de 2021.

837 COSAT. Confederacion Sudamericana de Tenis. **Campamentos femininos de alto rendimento**. COSAT, 2020. Disponível em: < https://www.cosat.org/campamentos-femeninos-de-alto-rendimiento/> acesso em 03 de fevereiro de 2022.

838 CTB. Confederação Brasileira de Tênis. **Inscrições abertas para o Workshop Internacional CBT – 2021**. CTB, Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://cbt-tenis.com.br/noticiasc.php?cod=4207>

A Confederação Brasileira, juntamente com Federações do tênis, também incentiva a modalidade por meio da produção do conhecimento, como ao apoiar uma obra lançada em 2020 por meio do seu departamento de capacitação. O livro oferece um olhar multidisciplinar sobre a modalidade do tênis, tratando sobre entidades desportivas, programas de formação, técnicas de treinamento, gestão da modalidade, dentre outros. Além de oferecer informações para a comunidade desportiva, também conversa com a sociedade e amantes do desporto. Inclusive, são tratadas na obra, temas relacionados à mulher dentro dos tênis, como uma forma de disseminar o conhecimento sobre o assunto[839].

Quando se fala em tênis, é importante ser analisado em uma escala maior, ou seja, analisar os *Grand Slam*, torneios de tênis mais importantes mundialmente, sendo eles: *Australian Open* (Austrália), *Roland Garros* (França), *Wimbledon* (Inglaterra) e *US Open* (EUA).

Em uma pesquisa sobre a diferença de valores aos ganhadores dos torneios de Wimbledon, abertos dos Estados Unidos e França, desde 1987 até 2018, foram constatados maiores prêmios para os homens no início, mas é conquistada a igualdade de valores nos últimos anos. O torneio *US Open* se mostra como o mais avançado nessa questão, pois desde 1973 ofereceu premiação igual aos competidores homens e mulheres. O torneio da Austrália, no ano de 1988, foi a única exceção em que premiou com maiores valores as mulheres, no restante, sempre desigual, com maiores valores aos homens. Somente no ano de 2018, todos esses torneios igualaram as premiações[840].

Apesar da igualdade de premiações para os atletas, as categorias feminina e masculina no tênis profissional ainda não proporcionam a mesma capacidade de geração de renda. A ação das entidades da modalidade em proporcionar a mesma premiação permite demonstrar a influência do desporto na

---

acesso em 04 de fevereiro de 2022.

[839] CTB. Confederação Brasileira de Tênis. **Livro Tênis: um olhar multidisciplinar é lançado nesta segunda-feira.** CTB, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://cbt-tenis.com.br/noticiasc.php?cod=4114> acesso em 04 de fevereiro de 2022.

[840] CEPEDA, Isabel. Wage Inequality of Women in Professional Tennis of the Leading International Tournaments: gender equality vs marquet discrimination? **Journal of International Women's Studies**, Bridgewater State University, Massachusetts, vol. 22, n. 5, junho 2021. p. 413. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol22/iss5/25 > acesso em 10 de novembro de 2021.

sociedade e o papel transformador que pode desempenhar. Isto, pois, essa equalização pode ser um modelo e exemplo para implementar nos salários entre homens e mulheres de outros setores, uma fórmula para aumentar sua visibilidade e até proporcionar a mesma capacidade de renda.

Nos torneios do *Grand Slam,* os ingressos são vendidos sem especificação de "feminino" ou "masculino", com exceção das finais de campeonatos. No entanto, apesar da recente igualdade nos torneios quanto à premiação, ainda há questões dentro desse âmbito que precisam de avanços. É possível verificar grande diferença de valores para assistir aos torneios masculino e feminino, chegando a custar 82% mais caro a final masculina do que a feminina, em 2018 no Wimbledon[841].

Apesar de algumas desigualdades na modalidade, a conquista de um título chamado *Golden Slam*, ou seja, conquistar os quatro *Grand Slams* e mais o ouro nos Jogos Olímpicos foi alcançada até o momento por dois homens e duas mulheres. Os tenistas que alcançaram o título na carreira foram: Serena Williams, Andre Agassi, Rafael Nadal e Steffi Graf, sendo a última a única atleta a conseguir todos os prêmios no mesmo ano em 1988[842]. Desta forma, é possível verificar a alta qualidade dos tenistas, seja masculino ou feminino, em mesmo número de atletas que alcançaram o mais alto patamar da modalidade. Salientando que o único atleta a conseguir no mesmo ano foi uma mulher.

Em uma pesquisa global realizada pela Federação Internacional de Tênis, foi elaborado um relatório[843] com os dados de 41 países sobre o cenário do tênis. Dentre os resultados[844] obtidos, foi constatado que há mais de 87 milhões de jogadores do tênis, sendo 41% de mulheres e do número de treinadores - cerca de

---

841 CEPEDA, Isabel. Wage Inequality of Women in Professional Tennis of the Leading International Tournaments: gender equality vs marquet discrimination? **Journal of International Women's Studies**, Bridgewater State University, Massachusetts, vol. 22, n. 5, junho 2021. p. 415. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol22/iss5/25 > acesso em 10 de novembro de 2021.

842 ISAT. Instituto Sul Americano de Tênis. **As conquistas do tênis feminino: onze grandes passos na busca pela igualdade de gênero no esporte**. Disponível em: <https://isatenis.com/as- conquistas-do-tenis-feminino/> acesso em 07 de dezembro de 2021.

843 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF Global Tennis Report: 2021**. Disponível em: <http://itf.uberflip.com/i/1401406-itf-global-tennis-report-2021/7?> acesso em 18 de outubro de 2021.

844 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF Global Tennis Report: 2021**. p. 12-19. Disponível em: <http://itf.uberflip.com/i/1401406-itf-global-tennis-report-2021/7?> acesso em 18 de outubro de 2021.

149 mil profissionais - 22.3% são treinadoras. Na análise de países, como Brasil e Espanha, encontrou-se o número de 9,5% de treinadoras brasileiras certificadas pela entidade nacional, e 9% de treinadoras certificadas na Espanha,[845] ou seja, números ainda muito aquém do desejável, inclusive da média dos países acima exposto.

Alguns outros números foram identificados na pesquisa, como a região da África como a mais elevada em igualdade de jogadores, sendo 50,3% de mulheres no tênis. A Ásia é a região que possui o maior número de mulheres com 28% de treinadoras. Em relação aos números nos torneios da ITF, obteve-se de um total de 7,275 jogadores no tour mundial júnior a quantidade superior de mulheres (3,703) em relação aos homens (3,572). Já nos torneios profissionais, o masculino organizado pela Associação de Tênis Profissional e o feminino pela Associação de Tênis Feminino, é onde se encontra a diferença de mais homens do que mulheres jogando, sendo 2,137 homens para 1,482 para mulheres. Enquanto no torneio Junior *Grand Slam* as mulheres são maioria com 105 contra 102 homens, na análise do mesmo torneio, mas na categoria profissional, os homens são em 170, enquanto as mulheres são em 166[846].

Os números de mulheres em posição de poder a nível da ITF são no comitê da liga feminina de tênis, já nas outras posições, a diferença entre homens e mulheres é grande[847]. Analisando o mesmo dado em relação ao Brasil, verificou-se que na Confederação Brasileira de Tênis nunca houve presidente mulher e nas Federações dos Estados há apenas uma federação em que tem uma mulher como presidente, todas as outras 26 são homens[848]. A estrutura analisada na Espanha não foge muito desses dados, pois na grande maioria das posições dentro do

---

845 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF Global Tennis Report: 2021**. p. 137. Disponível em: <http://itf.uberflip.com/i/1401406-itf-global-tennis-report-2021/7?> acesso em 18 de outubro de 2021.

846 INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF Global Tennis Report: 2021**. p. 9. Disponível em: <http://itf.uberflip.com/i/1401406-itf-global-tennis-report-2021/7?> acesso em 18 de outubro de 2021.

847 ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF Committees and Commissions 2022-2023**. ITF, 2022. DIsponível em: <https://www.itftennis.com/media/4622/itf-committees-and-commissions-2022-2023-aug-2022.pdf> acesso em 30 de Janeiro de 2023.

848 CBT. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS. **A Confederação Brasileira de Tênis.** Disponível em: < http://cbt-tenis.com.br/confederacao.php> acesso em 30 de janeiro de 2023.

organograma são homens[849].

O último desporto a ser analisado é o futebol, a modalidade mais desenvolvida no tema da pesquisa, ou seja, é a que possui mais ações voltadas à igualdade de gênero. Será possível verificar no próximo item que o futebol se mostra como um caso emblemático de entidade transnacional que funciona como um mecanismo de influência nos Estados na redução da desigualdade de gênero no desporto. Portanto, faz-se necessário abrir um tópico secundário para que possa ser mais bem explorado o tema, afinal por ser um item complexo e com bastante informações, ficando mais bem organizado dessa maneira.

4.3. O CASO EMBLEMÁTICO DA ENTIDADE TRANSNACIONAL DO FUTEBOL COMO MECANISMO DE INFLUÊNCIA NOS ESTADOS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO DESPORTO

Por ser a modalidade mais popular mundialmente, o futebol tem o poder de transcender os limites da sociedade, da religião e dos aspectos socioeconômicos[850], apresentando-se um dos desportos mais interessantes para a presente pesquisa, tendo em vista que a questão da igualdade de gênero perpassa por todos esses âmbitos. Ademais, é de se destacar que por muito tempo o futebol foi sustentado como inadequado para as mulheres, excluindo-as totalmente desse desporto e restando, atualmente, ainda, muita resistência da participação das mulheres nesse esporte.

Dessa maneira, será possível analisar como as organizações transnacionais relacionadas ao desporto de maior influência/importância mundial, e que por muitos anos negligenciou a participação das mulheres, vêm modificando o mundo desportivo nas regiões de análise.

---

[849] RFET. REAL FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE TENIS. **Estructura: Organigrama**. Disponível em: < https://www.rfet.es/es/rfet-estructura-organigrama.html> acesso em 30 de janeiro de 2023.

[850] FIFA. Fédération Internationale De Football Association. **Women's fotball administrator handbook**. p. 2. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/7a077094dd7d176c/original/nduju6vk2fyr7d8doyu3-pdf.pdf> acessado em 26 de julho de 2021

A prova dessa negligência pode ser verificada no surgimento das ligas de futebol. Enquanto a primeira liga masculina surgiu no ano de 1888, a liga de futebol feminina surgiu[851] apenas em 1970, quase um século depois. Bem como, pelos 40 anos de proibição da mulher praticar futebol no Brasil, que foi previsto por meio de um decreto-lei, em 1941 (Decreto-Lei nº 3.199). Mesmo com tais adversidades, as mulheres estão se destacando cada vez mais na modalidade. Nos últimos anos, está ocorrendo uma transformação na forma de olhar para esse desporto, não havendo mais espaço para defender não ser um desporto "inadequado" para as mulheres.

A Federação Internacional de Futebol (FIFA), no ano de 2018, tomou a decisão de impulsionar o futebol feminino a partir do desenvolvimento e fortalecimento da modalidade. A entidade lançou a "Estratégia Global para o Futebol Feminino"[852], um documento elencando os pilares essenciais para o desenvolvimento da modalidade desportiva até o ano de 2026, como: o crescimento do futebol feminino dentro e fora de campo; aperfeiçoamento das competições femininas; comercialização da modalidade e campanhas de incentivo ao empoderamento feminino; governança e liderança para lutar pela igualdade de gênero; e ações educacionais para desenvolvimento sustentável de projetos para melhorar a vida das mulheres.

As estratégias levantadas pela entidade são para trabalhar em conjunto com todas as confederações e seus membros associados, os clubes e seus jogadores, a mídia e fãs para demonstrar o poder do futebol feminino. Aliás, de acordo com o Estatuto da FIFA, mais especificamente nos artigos 14 e 22, todas as Federações nacionais e Confederações continentais, como é o caso da CONMEBOL (Confederação Sul-Americana de Futebol) e da UEFA, são obrigadas a seguirem o Estatuto, as regulamentações e decisões traçadas pela FIFA. Portanto, por meio do sistema doméstico, as entidades do futebol devem seguir para implementação dos temas citados na Estratégias Global para o Futebol Feminino. Em caso de violação,

---

851 FIFA. **Setting the pace: FIFA benchmarking report women's football**. Disponível em: < https://digitalhub.fifa.com/m/3ba9d61ede0a9ee4/original/dzm2o61buenfox51qjot-pdf.pdf> acesso em 01 de setembro de 2021. p. 7.

852 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Women´s Football Strategy**. Disponível em: < https://www.fifa.com/womens-football/strategy/strategy-details> acesso em 20 de setembro de 2022.

as entidades poderão sofrer punições[853].

Por meio do Programa de Desenvolvimento Feminino da FIFA, foi oferecido às 211 federações do futebol, membros da Entidade, a oportunidade de solicitar e acessar recursos adicionais e conhecimentos especializados para desenvolver o futebol feminino em nível nacional. Dessa forma, as federações podem solicitar apoio financeiro para custear programas voltados ao desenvolvimento do futebol feminino durante o período de 2020 a 2023. Além dessa assistência, podem os associados ter acesso a especialistas em futebol feminino, equipamentos adicionais e suporte técnico dentro da FIFA para desenvolver a modalidade em seu país[854].

Dentro desse programa de desenvolvimento da FIFA, são oferecidos oito projetos em diferentes áreas da modalidade do futebol, como o desenvolvimento de ligas femininas; licenciamento de clubes femininos; mulheres na liderança do futebol; mentoria de treinadores, dentre outros. Em cada projeto a entidade já possibilitou avanços na modalidade dentro de diversos países[855].

No desenvolvimento de ligas femininas, por exemplo, a Federação de Futebol da Bielorrússia, com o auxílio da FIFA, criou uma nova liga feminina Sub-13 e recebeu da entidade máxima da modalidade a educação para os treinadores dessa nova liga. A liga possui 60 novas equipes, 1.200 jogadoras ao longo de 54 rodadas e 418 partidas. Dessa forma, foi possível suprir uma lacuna que a Federação tinha entre a categoria de base e a Liga Sub-16 [856].

Outro exemplo é o progresso do futebol na Arábia Saudita por meio do alinhamento com a estratégias global da FIFA para o futebol feminino. Em 2019, a Arábia Saudita construiu um departamento para o desenvolvimento do futebol

---

853 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA STATUTES**: may 2021 edition. Suiça: FIFA, p. 10. Disponível em: < https://www.fifa.com/about-fifa/official-documents?filterId=1Ik5980rsO4CRiqjqrlXUS > aceso em 27 de setembro de 2021

854 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA Women´s Football Development**: The Story So Far. 2022. Disponível em: <https://www.fifa.com/womens-football/news/fifa-womens-football-development-the-story-so-far> acesso em 23 de setembro de 2022.

855 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA Women´s Football Development**: The Story So Far. 2022. p. 06. Disponível em: <https://www.fifa.com/womens-football/news/fifa-womens-football-development-the-story-so-far> acesso em 23 de setembro de 2022.

856 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA Women´s Football Development**: The Story So Far. 2022. p. 13-15. Disponível em: <https://www.fifa.com/womens-football/news/fifa-womens-football-development-the-story-so-far> acesso em 23 de setembro de 2022.

feminino e, desde, então recebe suporte da FIFA. Por meio da criação da Liga da Arábia Saudita, em que dezesseis equipes participam da primeira liga feminina do futebol do país, a modalidade se desenvolve de forma significativa. A criação da liga resulta também no desenvolvimento de treinadoras, árbitras e jogadoras, bem como na criação de uma seleção feminina, com objetivo final de classificação na Copa do Mundo Feminino da FIFA[857].

No programa de licenciamento de clubes, a FIFA apoia a profissionalização do futebol feminino ao elevar os padrões de clubes e ligas em nível nacional e confederativo que ainda não possuem um sistema formal de licenciamento de clubes ou clubes que visam fortalecer as bases. Nesse sentido, é ministrado um curso sobre licenciamento, dois anos de suporte, mais de vinte e cinco mil dólares e equipamentos para 12 times femininos. As entidades do desporto nacional que desejam aplicar para receber o auxílio da FIFA devem seguir diversos critério, como por exemplo obter uma estratégia para o desenvolvimento do futebol feminino, participar de competições no nível profissional e de base. E, como exemplo desse programa, a Associação Chinela de Futebol implementou o sistema de licenciamento de clubes para a liga de primeira linha do futebol feminino chileno. Assim, é possível desenvolver o nível de profissionalismo da modalidade[858].

Outra ação promovida pela FIFA foi o lançamento do “manual para os administradores do futebol feminino”[859], um documento com estratégias para o avanço da igualdade de gênero no futebol. Os principais fundamentos dessas estratégias são: desenvolvimento da organização do futebol feminino; mulheres na liderança; incentivo financeiro; desenvolvimento de projetos e apoio à profissionalização. Assim, a FIFA caminha na direção do desenvolvimento do desporto sob a perspectiva da igualdade.

---

857 857 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Saudi Arabia stages first-ever Nationwide women’s league**. FIFA, 2022. Disponível em: < https://www.fifa.com/womens-football/news/saudi-arabia-stages-first-ever-nationwide-womens-league> acesso em 03 de outubro de 2022.

858 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA Women´s Football Development**: The Story So Far. 2022. p. 21-23. Disponível em: <https://www.fifa.com/womens-football/news/fifa-womens-football-development-the-story-so-far> acesso em 23 de setembro de 2022.

859 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Women’s football administrator handbook**. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/7a077094dd7d176c/original/nduju6vk2fyr7d8doyu3-pdf.pdf> acessado em 26 de julho de 2021.

O êxito da Copa do Mundo de Futebol Feminino, em 2019, foi o grande despertar para as entidades desportivas da modalidade investirem mais no desenvolvimento do futebol feminino. Na ocasião, várias emissoras transmitiram os jogos, foi obtido o recorde de vendas de ingresso, realizada a fabricação de uniformes femininos para venda, o futebol feminino recebeu grandes patrocínios no evento e houve comentaristas mulheres nos jogos[860].

Em termos de dados, pode-se verificar que os Jogos foram transmitidos para mais de 106 países, resultando em importantes comerciais para movimentar a modalidade. O alcance na audiência da Copa do Mundo de Futebol Feminino foi de mais de 1 bilhão de pessoas, alcançando a transmissão de 106% a mais do que a última Copa do Mundo de 2015 no Canadá[861]. Houve aumento exponencial na receita por conta do apelo gerado pelo evento, recorde de ingressos vendidos meses antes dos jogos, e também, a atenção da mídia. Um grande exemplo da Copa nas mídias foi no Brasil que, pela primeira vez, transmitia o mundial pela maior emissora de TV aberta do país, além de outros três canais. Os resultados deixaram claro o interesse do público pela modalidade e o grande alcance que tem o futebol feminino, se as oportunidades forem dadas.

Além da Copa do Mundo transmitida em canais abertos, a CBF criou mais ferramentas e condições para desenvolver o futebol feminino no Brasil. A exemplo, foi equiparado o pagamento das Seleções Brasileiras de Futebol em 2020, assim, as atletas receberam os mesmos valores pagos aos atletas da Seleção, tanto no que concerne a diárias, como em premiações pagas para o período de preparação e jogos. Um grande avanço na modalidade para a equidade de gênero[862].

Em 2019, a entidade ampliou o calendário de jogos do Brasileirão feminino A-1 e A-2 e fechou parceria para a transmissão de competições de ambas

---

860 FERNANDES, Andrea Karl; COELHO, Armineyde Abtibol. **Futebol Feminino: história, fomento e profissionalização**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019. p. 31.

861 CHAMUSCA, Fernanda. **O futebol feminino e as novas normativas de proteção à mulher atleta**. Instituto Brasileiro de Direito Desportivo: Coluna Jus Desportiva. 2022. Disponível em: <> acesso em 20 de setembro de 2022.

862 CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **CBF equipara diárias e premiações pagas às Seleções Brasileiras**. CBF, 2020. Disponível em: < https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/presidente-da-cbf-anuncia-equiparacao-das-diarias-pagas-as-selecoes-br> acesso em 03 de outubro de 2022.

as categorias com a emissora Band. Para além da transmissão pelo canal aberto de televisão, também foi acordado com a rede social do *Twitter* para transmitir o Brasileirão feminino A-1 por 2 anos[863].

Seguindo na mesma direção, no ano de 2021, a CBF fechou acordo de transmissão do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino com o canal aberto da Band, no Sportv, Pay-TV e, pela primeira vez, nas redes digitais do TikTok. A competição entrou para a história do futebol por ser a CBF a primeira Confederação a utilizar o árbitro de vídeo, ou o chamado VAR, nas disputas femininas nacionais[864]. Dessa forma, a Confederação está valorizando e contribuindo para maior visibilidade do futebol feminino dentro do país e buscando um desporto mais justo e igualitário.

No início do ano de 2021, o futebol feminino atingiu uma conquista histórica pela transmissão da CONMEBOL Libertadores transmitido na TV pública Argentina (país sede) e ainda com o patrocinador oficial da competição o Banco Santander[865]. Quando se fala na Libertadores na modalidade masculina, a transmissão em TV aberta e um bom patrocínio não são difíceis de serem alcançados. Já no desporto feminino, sempre foi o oposto, porém, aos poucos, vem ganhando espaço dentro da sociedade e conseguindo maior visibilidade.

A UEFA também possui grandes patrocinadores, como Adidas, Visa, Volkswagen e outros, para as suas ligas de futebol feminino[866]. No ano de 2018, o cartão Visa foi primeiro patrocinador da UEFA dedicado ao futebol feminino, separado dos direitos de patrocínio do desporto masculino[867]. A partir de grandes patrocínios e, ainda, reconhecimento de independência do desporto feminino, é

---

863 CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **CBF e Band fecham acordo para transmissão de seis competições**. Assessoria CBF, 2019. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-feminino/cbf-e-band-fecham-transmissao-feminino-a-1-a-2-e-masculino-sub-20> acesso em 10 de fevereiro de 2022.

864 CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **Brasileirão Feminino Neonergia contará com transmissão exclusiva doTikTok nas redes sociais**. Assessoria CBF, 2021. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-feminino/cbf-e-band-fecham-transmissao-feminino-a-1-a-2-e-masculino-sub-20> acesso em 10 de fevereiro de 2022.

865 CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. 74 **Ordinary Congress 2021**: annual report 2020. p. 76. Disponível em: < http://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2021/Memoria-2020-en.pdf > acesso em 23 de julho de 2021.

866 UEFA. Union of Associations of European Football. **UEFA oficial sponsors and partners**. Disponível em: < https://www.uefa.com/partners/ > acesso em 16 de setembro de 2021.

867 VISA. **Futebol Feminino da UEFA**. Disponível em: < https://www.visa.pt/sobre-a-visa/patrocinados-pela-visa/uefa-partnership.html > acesso em 16 de setembro de 2021.

possível buscar o equilíbrio entre os gêneros, a diversidade e inclusão no desporto.

O Grupo Iberdrola patrocina diversos projetos para promover o empoderamento feminino, apoiando mais de 330 mil atletas em vários países, inclusive foi reconhecido como melhor iniciativa de futebol feminino no *Word Footboll Summit*. Desde 2016, a empresa patrocina o futebol feminino na Espanha, renovando em 2019 o contrato para continuar até 2025, destacando-se nesses anos como a principal parceira da Seleção Nacional Feminina, as seleções sub-20 e sub- 17, Copa da Rainha e a Primeira Divisão do Futebol Feminino. Além do futebol, oferece apoio a 16 federações nacionais de diferentes desportos femininos[868].

Além da atuação do grupo na Espanha, a empresa Neoernergia, filial brasileira da Iberdrola e uma das maiores de energia do país e do mundo, tornou-se importante para o futebol feminino brasileiro. Em 2021, virou o patrocinador exclusivo do futebol feminino, apoiando as seleções brasileiras de base e adulta, bem como Brasileirão Feminino A-1 para promover a igualdade e o empoderamento através do desporto[869]. A empresa, por meio do seu patrocínio, facilita ao desporto obter resultados como um verdadeiro agente de mudança social no caminho da igualdade de gênero.

Assim, iniciaram-se consideráveis mudanças no cenário do futebol feminino, com influência direta no desenvolvimento da modalidade em nível nacional e, consequente, em nível global. Nesse sentido, a FIFA expandiu o número de times femininos na copa e, portanto, a partir de 2023 o número subirá de 24 para 32 times disputando o título. Além do mais, foi anunciado pela entidade o investimento de um bilhão de dólares no futebol feminino. Essas estratégias lançadas pela FIFA são na intenção de aumentar o número de jogadoras para 60 milhões até o ano de 2026[870].

---

868 NEOENERGIA. **Igualdade em todos os campos**: Iberdrola e o orgulho em apoiar estrelas. Neoenergia 2021. Disponível em: < https://www.neoenergia.com/pt-br/igualdadeemtodososcampos/Paginas/iberdrola-orgulho-em-apoiar-estrelas.aspx> acesso em 10 de fevereiro de 2022.

869 NEOENERGIA. **Igualdade em todos os campos**: Iberdrola e o orgulho em apoiar estrelas. Neoenergia 2021. Disponível em: < https://www.neoenergia.com/pt-br/igualdadeemtodososcampos/Paginas/iberdrola-orgulho-em-apoiar-estrelas.aspx> acesso em 10 de fevereiro de 2022.

870 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA: women's developmente programme**. p. 12. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/a08ad6a73aa4d41b/original/z25oyskjgrxrudiu7iym-pdf.pdf> acesso em 03 de outubro de 2022.

A Confederação Sul-Americana de Futebol, instituição desportiva internacional responsável por organizar, desenvolver e controlar as competições de futebol na América do Sul, também caminha para maior igualdade da modalidade. Visando à evolução, desenvolvimento e profissionalização do futebol feminino na região da América do Sul, a entidade organizou no ano de 2020 o primeiro congresso de futebol feminino, denominado "Futebol com F para Fêmea". O principal objetivo era de fortalecer e contribuir para o posicionamento das mulheres dentro e fora do campo de jogo[871].

O presidente da CONMEBOL anunciou no congresso três ações para progredir com o futebol feminino no continente:1) a partir de 2022, a competição da Copa América Feminina será realizada a cada 2 anos; 2) propôs a criação da Copa Intercontinental entre clubes femininos; e 3) anunciou a isenção de pagamentos de licenças de *Pro Coaches*[872] para todas as mulheres por 3 anos[873].

O Congresso ocorreu em três dias com mais de 70 palestrantes para continuar a disseminar a importância do desporto feminino. O evento contou com personalidades do futebol Sul-Americano, 6 mil participantes registrados, 100 mil visualizações nas redes sociais da CONMEBOL e 800 participantes nos workshops de treinamento. Dentre os alcances obtidos, foi possível destacar as palestras realizadas pela ONU Mulheres para as jogadoras da CONMEBOL Feminino Sub-20 sobre o futebol feminino e o impacto na promoção da igualdade de gênero no desporto e em outras áreas da sociedade[874].

A CONMEBOL e a ONU Mulheres desenvolveram estratégias para buscar um futuro com igualdade, em que todos sejam beneficiados com as mesmas

---

[871] CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. 74 **Ordinary Congress 2021**: annual report 2020. p. 59. Disponível em: < http://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2021/Memoria-2020-en.pdf > acesso em 23 de julho de 2021.

[872] Licença *Pro Coache* é um curso de qualificação do profissional do futebol na condição de treinador de equipes profissionais. O valor é de aproximadamente 20 mil reais. Essa licença é exigida por algumas ligas para o profissional poder exercer a atividade no time. (BRASIL. CBF ACADEMY. **Licença Pro**. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/cbfacademy/pt-br/noticias/126-licenca-pro> acesso em 24 de agosto de 2021)

[873] CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. 74 **Ordinary Congress 2021**: annual report 2020. p. 59. Disponível em: < http://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2021/Memoria-2020-en.pdf > acesso em 23 de julho de 2021.

[874] CONMEBOL Confederacion Sudamericana de Futbol.. 74 **Ordinary Congress 2021**: annual report 2020. p. 64. Disponível em: < http://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2021/Memoria-2020-en.pdf > acesso em 23 de julho de 2021.

oportunidades e direitos. Buscou fomentar a liderança e igualdade no futebol por meio da promoção dos direitos das mulheres, determinando o empoderamento delas e aprimorando as condições do futebol feminino na América do Sul. Assim, novos espaços são abertos para a discussão, debate e conhecimento essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento do futebol feminino na região[875].

Foi organizada, também, a campanha Geração Igualdade para aprofundar os debates sobre o tema e organizar ações para colocar em prática o fomento a igualdade. No lançamento da campanha, foram realizadas palestras para as jogadoras dos clubes participantes da CONMBOL sobre o impacto do futebol feminino na promoção da igualdade de gênero dentro da sociedade e do âmbito desportivo. Durante os jogos da Copa, foram feitas ações para reforçar a busca pela igualdade, como o compartilhamento do slogan #EuSouGeraçãoIgualdade nas redes sociais, principalmente das atletas[876].

Por meio dessa campanha, foram compartilhados princípios para avançar na igualdade dentro do desporto, sendo eles: 1) promoção da liderança feminina; 2) prevenção e resposta à violência contra mulheres e meninas; 3) promoção de iguais oportunidades econômicas para as mulheres nos esportes; 4) participação igualitária e eliminação dos estereótipos de gênero na mídia; 5) alcançar a igualdade de oportunidades para garotas no esporte e na atividade física; e 6) monitoramento e relatório público do progresso anual.

Os resultados têm correspondido, nos últimos anos, a importante crescimento dentro da CONMEBOL nos termos do desenvolvimento do futebol feminino. Foram registrados quase 5 vezes mais jogadoras profissionais, 4 novos torneios, treinamento de mais de 600 treinadores homens e mulheres, diversos workshops e palestras para jogadores e a inclusão de mulheres na função de árbitras em campeonatos masculinos[877]. Esses resultados crescentes mostram o

---

875 CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. **CONMEBOL e ONU Mulheres fomentam liderança e geração de igualdade para o futebol feminino**. Disponível em: <https://www.conmebol.com/pt-br/conmebol-e-onu-mulheres-fomentam-lideranca-e-geracao-de-igualdade-para-o-futebol-feminino> acesso em 23 de julho de 2021.

876 CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. **CONMEBOL e ONU Mulheres juntos pela "Geração Igualdade".** Disponível em: <https://www.conmebol.com/pt-br/conmebol-e-onu-mulheres-juntos-pela-geracao-igualdade > acesso em 23 de julho de 2021.

877 CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. 74 **Ordinary Congress 2021**: annual report

interesse no desenvolvimento do futebol feminino na América do Sul para o presente e futuro.

Já na Europa, pode ser verificado o protagonismo da UEFA no desenvolvimento das mulheres no futebol, sendo responsável por várias estratégias importantes. A exemplo, tem-se o lançamento do primeiro programa de desenvolvimento voltado para o futebol feminino no intuito de aumentar o número de praticantes e fomento de mulheres em cargos de arbitragem, de gestão, técnicas e comissões, no incentivo a uma cultura de mulheres protagonistas no desporto. Além disso, a UEFA investe nas categorias de base feminina e nas competições desportivas para mulheres e meninas, fazendo com que aumente o número de praticantes no continente europeu,[878].

É possível verificar mudanças significativas nos últimos anos, com um progresso acelerado da modalidade dentro da Europa. Diversos recordes estão sendo quebrados, novas parcerias são feitas e o valor do jogo está cada vez maior. Portanto, a modalidade se desenvolve na região em todas as suas áreas, seja o aumento de profissionais em campo, no número maior de equipes femininas profissionais, melhorando o padrão técnico e de qualidade desportiva do jogo[879].

O resultado desses avanços pode ser visto pelo crescimento exponencial de transferências internacionais, como no ano de 2021, pela primeira vez, houve gasto maior de dois milhões de euros com transferências de jogadoras. Também é possível verificar avanços por meio do maior número de pessoas que assistem aos jogos, como, por exemplo, na final de futebol feminino da UEFA que obteve o dobro de espectadores em 2022, com relação ao ano de 2021. O alcance das competições nas redes sociais também superou os índices anteriores, aumentando em 76% em relação ao ano anterior. Além disso, podem ser citado os novos patrocínios que as

---

2020. p. 59. Disponível em: < http://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2021/Memoria-2020-en.pdf > acesso em 23 de julho de 2021.

878 GUIMARÃES, Karen Letícia**. Análise das estratégias da UEFA para o desenvolvimento do futebol de mulheres no continente europeu**. XXVIII Congresso de Iniciação Científica da Unicamp. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), 2020. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2020P17732A35497O4805.pdf> acesso em -3 de outubro de 2022.

879 UEFA. Union of European Football Associations. **UEFA Women's Football: the business case for women's**. UEFA, 2022. p. 05. Disponível em: <https://www.uefa.com/insideuefa/news/0278-15e1359d73bf-0abdd5cc60ba-1000--the-business-case-for-women-s-football/> acesso em 03 de outubro de 2022.

ligas europeias estão fechando, com marcas como AXA e Barclays consideradas empresas de grande porte[880].

No ano de 2021, a liga feminina da UEFA foi reestruturada para obter uma consolidação do estatuto da competição como a melhor do futebol europeu de clubes femininos. Dentre os objetivos, o mais importante foi o de impulsionar o desenvolvimento e profissionalização da modalidade em todo o continente europeu, e, dessa forma, foram lançadas estratégias de competição para implementar mudanças nas seguintes áreas: I) desporto e regulamentos; II) comercial; III) distribuição financeira e solidária; IV) promoção[881].

Os resultados positivos na área do desporto e regulamentos foram vários, dentre eles um novo formato de competição em que a fase de grupos possui 16 times de futebol, mais participantes do que nunca; podendo acessar a competição todos os campeões nacionais com acesso para equipes vice-campeãs e terceiras colocadas das principais nações, bem como um número mínimo de 10 nações representadas na fase de grupos. Em questão de regulamentação, houve atualização no licenciamento de clubes para melhorar padrões e intrudo cão de disposições relacionadas à maternidade. Dessa forma, a liga aprimora e incentiva em cada país a modalidade.

Na parte comercial, obteve forte patrocínio e ativação de parceiros para a modalidade, bem como realizou uma parceria global com o YouTube e a DZN, um serviço on-line de transmissão de esportes, para obter a máxima visibilidade dos jogos. Dessa forma, possibilitou a transmissão dos jogos por esses canais, e garantiu a acessibilidade às partidas em todo o mundo por duas temporadas de forma gratuita e 30% de graça nas outras duas temporadas.

Já no item de distribuição financeira, foi alcançado o aumento de quatro vezes para clubes concorrentes, totalizando o valor de 24 milhões de euros. Houve o

---

880 UEFA. Union of European Football Associations. **UEFA Women's Football: the business case for women's**. UEFA, 2022. p. 05. Disponível em: <https://www.uefa.com/insideuefa/news/0278-15e1359d73bf-0abdd5cc60ba-1000--the-business-case-for-women-s-football/> acesso em 03 de outubro de 2022.

881 UEFA. Union of European Football Associations. **UEFA Women's Football: the business case for women's**. UEFA, 2022. p. 48. Disponível em: <https://www.uefa.com/insideuefa/news/0278-15e1359d73bf-0abdd5cc60ba-1000--the-business-case-for-women-s-football/> acesso em 03 de outubro de 2022.

investimento da UEFA nas competições, bem como de clubes masculinos da UEFA para pagamentos solidários. Nesse sentido, 23% das distribuições financeiras são realizadas pelos clubes não participantes em todas as principais ligas da Europa para o desenvolvimento do futebol feminino.

Por fim, dentre os resultados da UEFA na parte comercial para o futebol feminino, obteve a primeira campanha global, chamada de “Rainhas do Futebol”, que gerou grande visibilidade da modalidade.

A partir dessa abordagem da entidade, foi possível o desenvolvimento do futebol feminino dentro do território europeu. Essas competições acabam por impulsionar o desenvolvimento da modalidade e afetam todo o ecossistema do futebol feminino em geral, inclusive dentro dos países, obtendo resultados para a modalidade de forma global.

Em análise da situação dentro do território espanhol, verifica-se que a Real Federação Espanhola de Futebol (RFEF) alterou os seus estatutos para avançar no desenvolvimento do futebol feminino no país, sobretudo a partir da temporada de 2020. Portanto, a Federação tirou o futebol feminino de primeira e segunda classe da categoria de futebol amador para uma nomenclatura de competição profissionalizada, mas ainda se enquadrando como uma modalidade não profissional. A nova classificação supôs a criação de comitês profissionalizados para que os clubes que participam tenham autonomia para gestão da modalidade, bem como requisitos para a profissionalização das atletas, e condições mínimas de trabalho[882].

No final de 2020, a Federação espanhola da modalidade implementou importantes mudanças para ir ao encontro da igualdade de gênero no futebol espanhol. Algumas das ações que justificam essa afirmação foram: a incorporação da quarta árbitra; obrigação e colocar o nome das jogadoras nas camisetas para o reconhecimento e maior divulgação das atletas; e a obrigação de os clubes terem um mínimo de três equipes de futebol de base feminino, potencializando a

[882] ESPANHA. Real Federación Española de Fútebol. **Normas reguladores y bases de competición de futebol feminino profesionalizado de ámbito estatal: temporada 2020/2021**. RFEF, 2020. Disponível em: <https://www.rfef.es/normativas-sanciones/bases-competicion/bases-competicion-20202021> acesso em 23 de setembro de 2021.

modalidade desde a base[883].

Em meados de 2021, a Comissão Diretiva do Conselho Superior de Desportes (CDS) da Espanha realizou um marco importante para o futebol feminino espanhol. Após uma reunião do presidente do CDS com a associação de clubes de futebol feminino, a real federação espanhola de futebol, e todos os agentes atuantes de forma direta com o desenvolvimento da competição, foi aprovada a profissionalização do futebol feminino. Desse modo, essa profissionalização se mostra como um avanço para as atletas da modalidade e todo o coletivo de atletas que vinham sendo discriminadas pelo gênero[884].

Já na temporada 2021/2022, a RFEF buscou tornar o futebol feminino mais competitivo e realizou uma reestruturação das categorias nacionais da Federação Espanhola, com a configuração de primeira, segunda e terceira divisão do futebol feminino e a primeira divisão nacional do futebol feminino. A RFEF, juntamente com a empresa Iberdrola, possui o compromisso firmado de apoiar o futebol feminino em todas as competições até a temporada de 2024/2025, impulsionando a modalidade jogada por mulheres em todas as categorias[885].

A Federação e Iberdrola desenvolvem diversas atividade de ação social e de conscientização para o futebol feminino dentro da Espanha, como por exemplo: festivais de futebol feminino em diferentes cidades da Espanha para incentivar a participação e difundir a competição; campanhas educativas nos colégios para conscientizar, por meio do futebol, sobre a importância da igualdade na sociedade, assim como a difusão de valores desportivos e hábitos saudáveis; e concurso nacional de colégios em que os alunos desenvolvem projetos relacionados com o futebol feminino[886].

---

883 IBERDROLA. **Primeira Iberdrola: Iberdrola refuerza su compromiso com el fútbol femenino hasta 2015**. Disponível em: < https://www.iberdrola.com/compromiso-social/deporte-femenino/futbol-femenino/primera-iberdrola> acesso em 14 de fevereiro de 2022.

884 ESPANHA. Consejo Superior de Deportes (CDS). **El CDS aprueba la profesionalización del fútbol femenino**. CDS: Madri, Espanha, 2021. Disponível em: <https://www.csd.gob.es/es/el-csd- aprueba-la-profesionalizacion-del-futbol-femenino-0> acesso de 14 de fevereiro de 2022.

885 IBERDROLA. **Primeira Iberdrola: Iberdrola refuerza su compromiso com el fútbol femenino hasta 2015**. Disponível em: < https://www.iberdrola.com/compromiso-social/deporte-femenino/futbol-femenino/primera-iberdrola> acesso em 14 de fevereiro de 2022.

886 IBERDROLA. **Primeira Iberdrola: Iberdrola refuerza su compromiso com el fútbol femenino hasta 2015**. Disponível em: < https://www.iberdrola.com/compromiso-social/deporte-femenino/futbol-femenino/primera-iberdrola> acesso em 14 de fevereiro de 2022.

No ano de 2022, por meio do valor distribuído pela UEFA e pela FIFA em suas competições, a Federação Espanhola igualou as premiações das seleções masculinas e femininas. A inovação foi feita por meio de um acordo firmado por cinco anos com a seleção de futebol feminino e valerá para as próximas duas Eurocopas, Copas do Mundo e os Jogos Olímpicos de Paris 2024. Demonstrando assim, como o incentivo das entidades transnacionais possuem forte influência no desenvolvimento da modalidade feminina dentro dos países, podendo gerar a igualdade no desporto[887].

Além de todas as estratégias e incentivos com foco no aumento da participação feminina no âmbito desportivo, houve a imposição de regras e normas pelas organizações desportivas transnacionais sob esse mesmo prisma, como forma de obter maior eficácia na igualdade de gênero no âmbito desportivo. Afinal, as exigências das organizações transnacionais atingem não apenas um país, mas todos aqueles que desejam ver seus atletas representando o país em competições para além do local.

Em 2016, a FIFA modificou seu Estatuto e Regulamento de Governança da federação para promover a igualdade de gênero com a promoção da mulher na modalidade[888]. A Federação regulamentou a necessidade de os times masculinos fomentarem as equipes femininas, bem como, a inclusão da igualdade de gênero nos estatutos das organizações do futebol. No estatuto da FIFA, encontra-se como objetivo o fomento para desenvolver o futebol feminino e participação das mulheres em todos os níveis de governança do futebol[889].

Dessa forma, a FIFA cobra das confederações dos países que adotem ações de governança com incorporação de artigos relacionados a igualdade de gênero. Além do mais, as organizações desportivas que queiram ser membro da FIFA deverão constituir os órgãos legislativos com os princípios de

---

887 MKT ESPORTIVO. **Espanha iguala premiação das seleções masculina e feminina**. 2022. Disponível em: <https://www.mktesportivo.com/2022/06/espanha-iguala-premiacao-das-selecoes-masculina-e-feminina/> acesso em 03 de outubro de 2022.

888 FERNANDES, Andrea Karl; COELHO, Armineyde Abtibol. **Futebol Feminino: história, fomento e profissionalização**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019. p. 28.

889 FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA STATUTES**: may 2021 edition. Suiça: FIFA, p. 10. Disponível em: < https://www.fifa.com/about-fifa/official-documents?filterId=1Ik5980rsO4CRiqjqrlXUS > aceso em 27 de setembro de 2021.

representatividade democrática, levando em consideração a importância da igualdade de género no futebol[890].

No intuito de impulsionar a profissionalização e a promoção do futebol, a FIFA inseriu um sistema em 2007 de licenciamento de clubes', estabelecendo regras mínimas a serem cumpridas por suas associações. Quando cumpridos os critérios referentes à infraestrutura, administração, direito, finanças e aspectos do desporto, a associação da modalidade recebe a certificação da Federação. Além do mais, tais condições devem ser repetidas e transmitidas nas confederações regionais e associais nacionais dos países[891].

Porém, o regulamento de licenciamento de clubes da Federação ainda se destina de forma majoritariamente ao futebol masculino. E, quando aplicado ao futebol feminino, é interligado com o futebol masculino. O que poderia obter maiores benefícios é a elaboração de metas específicas para desenvolver o futebol feminino e de acordo com a sua realidade.

Nessa ideia, é possível verificar como é feito na UEFA, instituição de futebol filiada à FIFA. Em sua liga feminina, *UEFA Women's Champions* League, formularam-se critérios próprios para o futebol feminino. Dentro desse regulamento, encontra-se o licenciamento destinado à liga feminina que deve ser feito conforme requerimento da FIFA. Assim, é outorgando maior autonomia da modalidade feminina, com vistas ao seu desenvolvimento conforme as suas necessidades[892].

Nesse sentido, voltando à América Latina, outro ponto relevante em relação a atuação da CONMEBOL no sentido de promover a igualdade de gênero no futebol, diz respeito às modificações recentes nos seus regulamentos. É que, em 2016, aprovou-se o regulamento de licença de clubes para as associações que disputam as Copas Libertadores da América, Sul-americana ou a Recopa Sul- americana. A visão da CONMEBOL no licenciamento foi de ir além e se

---

890 FIFA. Fédération Internationale De Football Association. **FIFA STATUTES**: may 2021 edition. Suiça: FIFA, p. 18. Disponível em: < https://www.fifa.com/about-fifa/official-documents?filterId=1Ik5980rsO4CRiqjqrlXUS > aceso em 27 de setembro de 2021.

891 FIFA. **Club Licensing Regulations**. p. 10. Disponível em: < https://www.fifa.com/legal/football-regulatory/stakeholders/fifa-club-licensing > acesso em 14 de setembro de 2021.

892 UEFA**. Regulations of the UEFA Women's Champions League**. Disponível em: < https://documents.uefa.com/r/Regulations-of-the-UEFA-Women-s-Champions-League-2021/22/Preamble-Online> acesso em 15 de setembro de 2021.

comprometer com o desenvolvimento e profissionalização de mais mulheres dentro e fora do campo, foi de promover a igualdade de gênero e proporcionar mais espaços na tomada de decisão. Entrando para a posição da única Confederação do mundo a exigir que os clubes masculinos que participam de suas competições tenham times de futebol feminino em duas categorias, sendo um time principal e outro na categoria juvenil[893].

Dessa forma, para obter licença da CONMEBOL, dentre outros critérios:

> O solicitante deverá ter uma equipe principal feminina ou associar-se a um clube que a tenha. Além disso, deverá ter pelo menos uma categoria juvenil feminina ou associar-se a um clube que a tenha. Em ambos os casos, o solicitante deverá providenciar suporte técnico e todo o equipamento e infraestrutura (campo de jogo para a disputa de jogos e treinamento) necessários para o desenvolvimento de ambas equipes em condições adequadas. Finalmente, é exigido que ambas equipes participem de competições nacionais e/ou regionais autorizadas pela respectiva Associação Membro[894].

A regra estabelecida pela Confederação é tão rígida que caso os clubes masculinos não cumpram com esse requisito não poderão participar em competições internacionais promovidas pela entidade, ou seja, Copa Libertadores da América, Recopa e Copa Sul-Americana[895]. A obrigação imposta obteve como resultado os principais clubes do Brasil e de toda a América do Sul investindo no time feminino, aumentando os times femininos, afinal 10 clubes masculinos de diferentes países incorporaram o time de futebol feminino[896], o que não haveria ocorrido sem tal imposição normativa deste importante organismo transnacional do futebol sul-americano.

A política de incentivo da modalidade da FIFA gerou uma onda de

---

[893] CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. **74 Ordinary Congress 2021**: annual report 2020. p. 75-76. Disponível em: < http://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2021/Memoria- 2020-en.pdf > acesso em 23 de julho de 2021.

[894] CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. Confederação Sul-Americana de Futebol. **Regulamento de licença de clubes**. Paraguai: Conselho da CONMEBOL, 2018. Disponível em: https://www.conmebol.com/sites/default/files/reglamento-de-licencia-de-clubes-portugues.pdf <> acesso em 01 de setembro de 2021. p. 40-41.

[895] FERNANDES, Andrea Karl; COELHO, Armineyde Abtibol. **Futebol Feminino: história, fomento e profissionalização**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019. p. 28.

[896] FIFA. **Setting the pace: FIFA benchmarking report women's football**. Disponível em: < https://digitalhub.fifa.com/m/3ba9d61ede0a9ee4/original/dzm2o61buenfox51qjot-pdf.pdf> acesso em 01 de setembro de 2021. p. 25.

interferências dentro do desporto, fazendo com que a CONMEBOL e por consequência, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) impusessem normas dentro do seu Regulamento de Licenças tanto para as competições do futebol masculino quanto do feminino. Assim, para participar das competições da CBF, o clube deve ter uma equipe principal feminina e uma de base ou ter parceria/associação com clube que mantenha uma equipe feminina principal e uma de base. Além disso, deve o clube demonstrar que a equipe principal feminina está efetivamente disputando competições oficiais autorizadas pela CBF ou por Federações Estaduais[897].

Além dos clubes serem obrigados a desenvolverem o futebol feminino, será necessário para obter a licença da CBF oferecer condições adequadas para o desenvolvimento das equipes. Nesse sentido, o clube deve, por exemplo, dar suporte técnico, equipamentos, infraestrutura e saúde, bem como, é obrigado a informar à CBF o orçamento anual destinado ao futebol feminino. É condicional que as equipes participem das competições oficiais da CBF ou das Federações Estaduais[898].

Aos clubes que não cumprissem as regras estabelecidas pela FIFA, e agora internalizadas pela CBF, até o ano de 2019, estariam sujeitos à eliminação das competições que exigem a licença, como é o caso da Série A do Campeonato Brasileiro, Copa Sul-Americana e a Libertadores. No prazo estabelecido, sete clubes da Série A tinham departamento de futebol feminino estruturado, sendo eles: Ceará, Corinthians, Flamengo, Grêmio, Internacional, Santos e Vasco. Outros times fecharam parceria com times femininos já existentes para desenvolvê-los. Já aos clubes em Série B, C e D, deveriam cumprir com o regulamento de forma gradativa, estabelecendo o respectivo prazo de até 2020, 2021 e 2022.

No ano de 2021, a Série A do Campeonato brasileiro Feminino obtinha 16 equipes, na Série B conta com 32 equipes femininas, bem como há o Campeonato

---

[897] BRASIL. CBF Conferação Brasileira de Futebol. **Regulamento de Licença de Clubes 2021**. Disponível em: <http://portaldegovernanca.cbf.com.br/programa-de-licenciamento> acesso em 21 de setembro de 2021.

[898] BRASIL. CBF Conferação Brasileira de Futebol. **Regulamento de Licença de Clubes 2021**. Disponível em: <http://portaldegovernanca.cbf.com.br/programa-de-licenciamento> acesso em 21 de setembro de 2021.

na categoria Sub-18 e Sub 16. E, no ano de 2021, foi criado a Série A3 do feminino com 32 equipes para iniciar a competição no ano de 2022. Esses dados demonstram a influência da entidade transnacional da modalidade ao impor o desenvolvimento do futebol feminino[899].

Outra interferência dentro das entidades nacionais foi realizada pelo Conselho da FIFA, no ano de 2020, ao reformular o Regulamento sobre seu Estatuto e Transferência de Jogadores no intuito de prever proteção de um direito básico do trabalho de licença à maternidade. Destarte, foram estabelecidos critérios mínimos para as federações do futebol, clubes membros da FIFA em todo o mundo, implementarem de forma obrigatória. A exemplo do estabelecido foi: período de descanso do trabalho; recebendo de valores no período de ausência; direito de retornar à atividade após licença; apoio médico; prevê inscrição fora dos prazos regulares para atleta pelo término da licença maternidade; obrigação de pagar indenização, sanções esportivas e multa no caso de o clube rescindir unilateralmente o contrato com atleta por estar ou ficar grávida[900].

Nesse cenário, as entidades do futebol dentro dos países foram obrigadas a incorporarem nos seus regulamentos os direitos da mulher atleta, salvo se já existia previsão mais favorável[901]. Diante dessa obrigatoriedade, de início a CBF determinou, em seu regulamento, que os termos “membro de comissão técnica”, “técnico de futebol” e “atleta” sejam utilizados tanto para homens quanto para mulheres, sem distinção. Já no ano de 2022, foi incorporada a alteração da FIFA em seu Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas do Futebol 2022, prevendo os direitos da mulher, como os direitos relativos à maternidade[902].

---

[899] AUGUSTA, Camila; GABORGINI, Luiza**. Breve panorama sobre Futebol Feminino no Brasil de 2019 a 2021: da obrigação à realidade**. Comunicação, Esporte e Cultura: Blob do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte. 2021. Disponivel em: < https://comunicacaoeesporte.com/2021/06/29/breve-panorama-sobre-futebol-feminino-no-brasil-de-2019-a-2021-da-obrigacao-a-realidade/> acesso em 20 de setembro de 2022.

[900] FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Regulations on the Status and Transfer of Players**. Suíça: FIFA, 2021. p. 26-28. Disponível em: < https://www.fifa.com/about-fifa/official-documents?filterId=1Ik5980rsO4CRiqjqrlXUS > aceso em 23 de setembro de 2021.

[901] FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Regulations on the Status and Transfer of Players**. Suíça: FIFA, 2021. p. 26-28. Disponível em: < https://www.fifa.com/about-fifa/official-documents?filterId=1Ik5980rsO4CRiqjqrlXUS > aceso em 23 de setembro de 2021.

[902] CHAMUSCA, Fernanda. **O futebol feminino e as novas normativas de proteção à mulher atleta**. Instituto Brasileiro de Direito Desportivo: Coluna Jus Desportiva. 2022. Disponível em: < https://ibdd.com.br/o-futebol-feminino-e-as-novas-normativas-de-protecao-a-mulher-atleta/> acesso

Não há conhecimento sobre aplicabilidade da nova regulamentação nos Comitês de Resolução de Disputas da FIFA, porém o fato de os direitos das mulheres atletas estarem protegidos demonstram avanços na modalidade. O reconhecimento desses direitos garante proteção da dignidade da pessoa humana e da mulher, proporcionando mudanças em todo o sistema da modalidade do futebol[903]. E, para a continuação do progresso nessa seara, verifica-se a importância das entidades transnacionais em impor obrigações que são adotadas pelas entidades dentro dos países, modificando o cenário do futebol feminino no local, na região, na nação de forma a transcender as barreiras territoriais dos países.

Na Espanha, foi assinado um convênio coletivo da Europa para o futebol feminino. A associação de futebolistas da Espanha apresentou ao Conselho Superior de Desportos e a Federação Espanhola de Futebol um protocolo para garantir direitos relacionados à gravidez e à maternidade das atletas. Desse modo, foi acordado com as atletas da primeira divisão do futebol que estão grávidas a opção de renovar por uma temporada nas mesmas condições do período em que engravidou ou a renovação do contrato, dispondo também que a discriminação por gravidez e maternidade é discriminação por sexo[904].

A implementação dessas normativas de direito à maternidade das jogadoras no futebol foi um progresso para a igualdade dentro da modalidade. Antes da modificação nos regulamentos, as atletas, ao engravidarem, ficavam sem perspectivas com relação ao trabalho e, obviamente, sem remuneração. Dessa maneira, foi possível assegurar tanto o direito ao trabalho quanto à remuneração, sem discriminação da atleta pela maternidade. Agora, o futebol feminino é acessível a todos, inclusive às atletas que queiram engravidar, assegurando oportunidades a todas as mulheres de participarem de forma ativa do futebol.

A partir do estudo realizado, foi possível perceber a evolução ocorrida

---

em 20 de setembro de 2022.

[903] CHAMUSCA, Fernanda. **O futebol feminino e as novas normativas de proteção à mulher atleta**. Instituto Brasileiro de Direito Desportivo: Coluna Jus Desportiva. 2022. Disponível em: <> acesso em 20 de setembro de 2022.

[904] ESPANHA. Ministerio de Trabajo y Economía Social. **Convenio colectivo para las futebolistas que prestan sus servicios em clubes de la primera división feminina de futebol**. Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2020. p. Disponível em: < https://www.boe.es/eli/es/res/2020/08/11/(1)> acesso em 23 de setembro de 2021.

dentro das modalidades desportivas. Por muito tempo, as mulheres foram proibidas de participar de desportos por restrições das próprias entidades desportivas. Tanto o idealizador dos Jogos modernos, quanto o COI, Federações e Associações transformaram a inserção das mulheres no desporto em um processo tortuoso, lento e cheio de obstáculos. No entanto, salienta-se que o contexto em que a sociedade estava inserida durante todo esse processo inicial, ainda era muito escasso de informações e tomado por construções socioculturais de desigualdade e preconceitos, reverberando no desporto.

Como foi possível constatar pelos dados apresentados, hoje há mais mulheres disputando e representando os países, recebendo salários mensais cada vez de maneira mais equânime em relação aos homens e participando de forma igual. Consequentemente, as mulheres aparecem nas mídias com frequência, inspirando jovens e contribuindo para a igualdade de gênero. Apesar de as competições estarem cada vez mais iguais, o progresso ainda é necessário e por isso, essa pesquisa serve de base para demonstrar os avanços, podendo novas pesquisas buscarem mais mecanismos de implementação para a igualdade de gênero no desporto.

As modificações dentro do ambiente desportivo, como a igualdade de gênero, não refletem apenas para o desporto, mas demonstram o desenvolvimento sociocultural, de respeito à diversidade e a igualdade das pessoas, independente do gênero. Portanto, quando um grupo de mulheres avança dentro do desporto, em questão de oportunidades, salário, premiação, visibilidade, etc., além de estar proporcionando mudanças dentro do desporto, estará a sociedade avançando. Da mesma forma, ocorre com mulheres fora do mundo desportivo ao ver mulheres chegando a postos de liderança e lugares antes só eram vistos para homens ocupar.

Levando em consideração que o avanço na igualdade de direitos na sociedade reflete diretamente na melhoria da vida de todos, é preciso combater a desigualdade em todos os âmbitos da sociedade para alcançar a sustentabilidade social. Afinal, como se verificou, a sustentabilidade em sua dimensão social exige que a sociedade se desenvolva de maneira igualitária, devendo haver promoção de condições dignas a todos para obter uma sociedade justa. Portanto, é necessário a

igualdade de gênero hoje para que haja um amanhã sustentável.

Dentre desse contexto, o que foi compreendido é que o desporto se mostra como um importante instrumento dentro das sociedades para alcançar a igualdade de gênero. Dessa feita, abordar a perspectiva de gênero pelos organismos desportivos em todas as suas dimensões de atuação é preciso para que haja uma sociedade sustentável. A partir da atuação das entidades desportivas em prol da igualdade, é possível verificar maior integração e inclusão das mulheres nos desportos.

Para além do jogo, as iniciativas dos organismos transnacionais do desporto fazem com que as mulheres sejam valorizadas tanto quanto os homens são na mesma profissão, seja por meio de salários, patrocínios premiação, oportunidades iguais, dentre outros. Dessa maneira, organismos transnacionais contribuem para modificar a situação de desigualdade entre homens e mulheres dentro dos países, obrigando entidades nacionais a acatarem e imporem regras aos seus membros.

Os dados coletados foram suficientes para dar evidência ao argumento da atuação das entidades desportivas transnacionais como um mecanismo para a redução da desigualdade de gênero no desporto de cada país. Isto pois, esses organismos possuem elevado potencial de inserção em todo o sistema desportivo, fazendo valer seus regulamentos e normas dentro dos países.

A partir da imposição de aplicação das regras, regulamentos, recomendações e investimentos das entidades transnacionais, as entidades desportivas nacionais são obrigadas a inseri-las dentro dos seus regramentos. Assim, as ações em prol da igualdade de gênero transformam a modalidade em todos os âmbitos de atuação do desporto, seja local, regional ou internacional, e consequentemente, transcende todas as barreiras territoriais para proporcionar maior igualdade nas sociedades, e consequentemente, tornando-as mais sustentável socialmente.

O argumento pode ser confirmado por meio dos exemplos expostos anteriormente sobre a atuação dessas entidades transnacionais. Foi possível constatar por meio da pesquisa nas entidades transnacionais do desporto as

diversas ações implementadas que modificaram o desporto dentro dos países. A partir dessas ações, houve aumento: no número de atletas mulheres, chegando cada vez mais ao número equânime aos atletas homens; mulheres na gestão do desporto; nos salários e premiações das atletas; recebimento de patrocínios; visibilidade na mídia aos desportos femininos, dentre outros.

Toda essa cadeia de ações implementadas na seara transnacional do desporto transformou cada modalidade desportiva no caminho da igualdade de gênero. Na análise das modalidades em específico, o futebol, por ser uma das mais conhecidas e praticadas pelo mundo, também acaba sendo uma das pioneiras e com mais ações em prol da igualdade de gênero e com grandes interferências dentro dos Estados, servindo de exemplo para as outras modalidades.

A mudança no Estatuto da FIFA para promover a igualdade de gênero dentro do futebol por meio da recomendação dos times masculinos para o fomento em equipes femininas e inclusão da igualdade nos estatutos das organizações do futebol proporcionou uma cadeia de ações na modalidade. Após essa regulamentação no Estatuto, a COMNEBOL e a CBF passaram a exigir o incentivo no futebol feminino para participarem de suas competições, realizando assim, interferência direta nos Estados, modificando a relação dos clubes com o desporto feminino.

Da mesma forma, é a questão da obrigação dos clubes oferecerem condições adequadas ao futebol feminino para a obtenção da licença da CBF para participarem das competições oficiais da entidade. Portanto, foi preciso que as entidades desportivas nacionais seguissem as regulamentações da FIFA, que foram internalizadas pela CBF para obter como resultado o aumento de equipes femininas nos campeonatos brasileiros, desenvolvento cada vez mais a modalidade em seus diversos aspectos.

Apenas no intuito de salientar os argumentos já trazidos na pesquisa, enfatiza-se que esse mecanismo regulamentado pela entidade transnacional do desporto obteve grandes resultados para a modalidade dentro de cada Estado, fazendo com que os clubes fossem obrigados a fomentar o futebol feminino. Consequentemente, mais mulheres estão dentro da modalidade e cada vez mais

vão em direção à igualdade, contribuindo significativamente para avanços da sustentabilidade.

Na mesma linha, a obrigação dos clubes oferecerem condições adequadas ao futebol feminino para a obtenção da licença da CBF e da UEFA. Nesse caso, é condição para participarem das competições oficiais das entidades, e, portanto, exigindo que os clubes sigam as regulamentações da FIFA, internalizadas pela CBF e pela UEFA. No mesmo sentido, os direitos relacionados à maternidade exigida pela FIFA e implentada tanto pela CBF quanto pela Federação Espanhola de Futebol são formas de garantir direitos às mulheres sem discriminação por sexo, incentivando cada vez mais a modalidade.

Portanto, todos os exemplos trazidos, tanto na evolução das mulheres nas Olímpiadas por meio das entidades transnacionais do desporto, como de forma mais específica, dentro das modalidades, como no futebol, trouxeram evidência ao argumento trazido na pesquisa. Assim, por meio de ações de incentivo, regulamentações e normas advindas das entidades transnacionais, é gerado uma cadeia de ações em prol da igualdade de gênero no desporto, modificando a realidade dentro dos Estados, e consequentemente, de forma global.

CONCLUSÕES

O relatório desta pesquisa à obtenção ao título de doutorado em Ciência Jurídica, por meio do caminho metodológico argumentativo e rigoroso com que se empreendeu, proporcionou o alcance do objetivo geral e a confirmação das hipóteses levantadas face ao problema de investigação, ambos previstos no projeto de pesquisa. O relatório foi organizado em quatro importantes momentos, sem os quais, não seria possível ser respondido o problema de pesquisa.

O primeiro momento foi essencial para compreender o processo de transformação do Estado e seus reflexos na soberania. Assim, foi possivel analisar como são encarados pelo Estado, em sua atual confuguração, os novos fenômenos advindos de um mundo Globalizado.

Constatou-se que a implementação do neoliberalismo, caracterizada pela mínima inteferência do Estado, modificou a relevância estatal para a sociedade. Se antes era dito como um intrumento essencial da organização da sociedade, agora, nessa nova ideia, é dito como inimigo do desenvolvimento, restringindo a sua finalidade a proteger as liberdades e preservar a lei.

A globalização fez com que surgissem diversas modificações em nível mundial nas questões sociais, econômicas, culturais e políticas dentro das sociedades. Esse fenômeno de escala mundial fez surgir a facilitação da comunicação, circulação de mercadorias e pessoas, fez crescer a interligação e interdependência entre os Estados e os indivíduos, e, por conseguinte, caracterizou-se pela desterritorialização, desvinculando o limite territorial imposto pelos Estados.

Diante das diversas transformações, o Estado acaba sendo pequeno para resolver grandes problemas, questões para além dos seus limites territoriais, bem como o Estado é grande demais para lidar com pequenos problemas. Assim, houve a criação de um ordenamento internacional, levando à perda da competência do Estado para lidar com determinadas questões para que atores internacionais assumam. Diante dessa flexibilização da soberania, foi levantada a ideia de o Estado estar em crise ou em fase de falecimento, afinal, o Estado e a sua soberania estão paltados em um território, enquanto os novos fenômenos trazem a

desterritorialização.

O estudo mostrou que a partir da perspectiva neoliberal do Estado juntamente com a globalização viabilizaram maior mistura dos povos, relações para além dos limites territóriais, comércio mundial e implicações a niveis globais. Ou seja, afetou diretamente as características do Estado, mas não ocorre o seu fenecimento, apenas dá a impressão de uma crise e para superar tal condição, deve ir além da visão classica dos conceitos sob os quais o Estado está estruturado.

Nesse sentido, a soberania não deve ser vista como um conjunto de poderes exercidos única e exclusivamente pelo Estado, deve ser distribuído esse poder para além das fronteiras por meio de um direito transancionais, que desvincula do limite territorial imposto pelo Estado. Afinal, a nova realidade mundial exige novos atores para lidar com os problemas em que o Estado sozinho não consegue alcançar.

Foi possível compreender que a nova realidade é vivida em todo o mundo por conta do fenômeno da transnacionalidade, indo além da concepção de Estado soberano e criando vínculos que atravessam os limites do Estatais. Deixa de lado a soberania absoluta de um Estado e entra no cenário a flexibilização dessa soberania, bem como são criados sujeitos para atuação a nível transnacional para atender às novas demandas. Os problemas que perpassam as fronteiras dos Estados geram riscos a toda sociedade mundial e ameaça bens de todos, necessitando de um direito transnacional para lidar com essas questões.

No segundo capítulo, foi possível compreender o direito desportivo como um direito transnacional. De início, obteve como essencial a compreensão de que direito transnacional é um direito que afasta as dicotomias entre um direito público e um privado e entre o direito interno e internacional; nessa nova relação mundial, há o estado e atores não estatais, como organizações transnacionais; e é um direito normativo, pois a partir dessa relação transnacional, são criadas leis, que, por sua vez, são interpretadas, internalizadas e aplicadas nos mais diversos locais, regiões e Estados.

Esse direito possui capacidade de aplicar sanções nos atores envolvidos, seja ator nacional, internacional ou transnacional, para impor direitos e

deveres estabelecidos nos regramentos transnacionais. Nesse sentido, o direito transnacional é uma forma de lidar com os efeitos causados nos Estados pelo neoliberalismo em conjunto com a globalização. Dessa forma, desastres naturais, comércio entre países, proteção de direitos humanos, dentre outros, podem ser resolvidos por meio o direito transnacional que é capaz de aplicar suas regras além das fronteiras, incluindo tanto o espaço local, regional quanto o mundial.

Dentro desse contexto, a pesquisa verificou o surgimento de um novo direito transnacional, o desportivo, um ordenamento jurídico autônomo que possui intereferência nos Estados. A análise do desporto serviu para compreender a sua importância para os Estados, evoluindo junto com a sociedade conforme as suas transformações e servindo como um lazer e entretenimento, de maneira profissional ou ainda na forma de saúde e poder.

As organizações desportivas regulamentaram regras a nível mundial e impôs a todos para obter competições equilibradas, portanto não houve delimitação territorial para atuação dessas organizações. Inclusive, verificou-se que além da atuação desses atores dentro dos Estados, também ocorre a regulamentação dos desportos por meio dos Estados, uma vez que o desporto interfere nas mais diversas searas da sociedade, seja, na parte econômica, social ou cultural. Demonstrando a importância desse fenômeno para as sociedades a partir da constitucionalização da temática nos mais diversos países.

Dada a importância do desporto, foi imprescindível a sua regulamentação e, portanto, concluiu na pesquisa que esse direito é dito como um ramo autonômo. Isto implica dizer que o desporto possui uma relevância social; existe um corpo de leis e princípios desportivos bem definidos; há autonomia legislativa, logo é capaz de produzir suas próprias normas; e, por fim, possui autonomia didático-científica, por meio das diversas bibliografias relacionadas de forma única e exclusiva com esse direito.

Configurado o direito desportivo em si, passou-se a análise da estrutura organizazional desse direito no ambito mundial para compreender como um direito transnacional.

O movimento olímpico se mostra como um grande exemplo de estrutura transnacional, pois é estendido pelos cinco continentes, reúne indivíduos, organizações, entidades, instituções e Estados dos mais diversos lugares do mundo. Dentro do movimento, a autoridade máxima é o Comite Olímpico Internacional, uma organização de natureza não governamental e sem fins lucraticos, que impõe a todos os seus integrantes os seus regramentos. A dissociação para o Estado pode ser vista em diversos momentos dentro desses regramentos, como é caso de os integrantes do COI não poderem aceitar ordens e instruções de seus governos para que náo haja interferência de Estados nessa organização desportiva. Incluse, quando um país sedia os Jogos Olímpicos, deve seguir todas as recomentações do COI para receber o evento.

O funcionamento do COI ocorre com o apoio das federações internacionais, comitês nacionais, associações nacionais, clubes, e todos os individuos pertecentes a estes atores, como atletas, treinadores, juízes etc.

As federações internacionais são organizações nao governamentais internacionais que administram modalidades desportivas a nível mundial. Elas possuem autonomia e indepedência para governar sua modalidade, mas deve respeitar os regramentos impostos pelo COI, inclusive é esse organismo que dá o reconhecimento para uma modalidade desportiva poder fazer parte dos Jogos Olímpicos.

Os comitês olímpicos nacionais são de natureza jurídica, em grande parte, de direito privado e sem fins lucrativos, possui como finalidade a representação do COI em seu Estado. Além de seguir os regramentos do COI, os seus estatutos estão sujeitos a sua aprovação. Dessa forma, é necessária a preservação da autonomia desses comitês em relação ao Estado.

Os comitês organizadores dos jogos olímpicos, formados para organização dos jogos no país sede, são criados pelo próprio país. Da mesma forma, possuem a obrigação de seguir a Carta Olímpica e os regramentos do COI e do CON. Para sediar o evento, é preciso que todos os sujeitos envolvidos trabalhem conjuntamente, seguindo o desporto nos regramentos do movimento olímpico.

Outra estrutura desportiva que foi analisada para compreender como um direito transnacional foi a Agência Mundial Antidoping, uma fundação de direito privado e sem fins lucrativos, composta e financiada pelo movimento desportivo e por diversos Estados. A função da agência é regular o desporto livre de *doping*, ou seja, do uso de substâncias que podem aumentar o rendimento dos atletas, pois vai contra a ética desportiva, bem como prejudicial à saúde.

Essa Agência é composta por representantes de cada continente com eleição pelos próprios organismos governamentais, demonstrando a sua abrangência mundial. Da mesma forma, todos os Estados signatários da agência devem seguir os seus regramentos, caso contrário, sofrem sanções desportivas e adminstrativas pelo COI. As federações e associações desportivas devem implementar o código da agência, sendo a atuação daquelas controladas por esta. A agência atua de forma global contra o *doping* no desporto, conjuntamente com os Estados e organizações privadas, demonstra ser um verdadeiro híbrido de governança, reunindo diversos atores para seguir seus regramentos.

A corte arbitral do esporte é uma estrutura desportiva também analisada na pesquisa e que deu mais indícios da transnacionalidade do direito desportivo. Esse tribunal é de natureza jurídica privado que trata de demandas desportivas de natureza comercial (contratos, patrocínios, transferência de jogadores etc.) e disciplinar (responsabilidade civil, doping, violência etc.). O CAS tornou-se um exemplo de governança transnacional por meio das resoluções de problemas além das fronteiras dos Estados.

Verificou-se ainda que as organizações desportivas se baseam em princípios universais e normas que não são privativas de um Estado, logo, devem ser seguidos as mais diversas normas e regulamentos desportivos, seja do Estado, seja de organismos desportivos.

O direito desportivo transnacional foi analisado na pesquisa em um sentido mais amplo, com base na teoria de Jessup, ou seja, é qualquer regra que perpasse as fronteiras do Estado. O corpo de leis desportivas vai de encontro com esse conceito, pois é constituído por normas que regulamentam fatos além das fronteiras territóriais, penetrando nos Estados nas mais diversas áreas, como

desporto, saúde, gênero etc. Ao mesmo tempo, esse conceito não exclui os direitos dentro de uma mesma fronteira, pois é um direito que envolve também as regras advindas do direito internacional público e privado, leis nacionais e de organismos desportivos não governamentais.

Nesse sentido, a pesquisa também utilizou o direito desportivo transnacional de acordo com a teoria de Koh sobre o direito transnacional, pois são todos os direitos advindos da seara internacional e internalizados no país, bem como os direitos originados dentro do próprio país e se tornam internacionais, ou ainda, um direito de um país que é utilizado em outro país. Portanto, ao falar da categoria do direito desportivo transnacional não se diferenciou o direito de um país ou de outro sobre o assunto, pois todo o complexo de normas desportivas faz parte dessa categoria transnacional.

Neste capítulo foi confirmada a hipótese de que o direito desportivo corresponde a um conjunto de normas transnacionais conforme as teorias de Jessup e Koh sobre direito transnacional. Ou seja, há regramentos das organizações transnacionais que são transportadas para o regulamento interno dos países, bem como regramentos regionais e nacionais que interferem em toda cadeia desportiva.

A aplicação da *lex sportiva* é uma condição imposta pelas organizações transnacional para que seja efetivado os seus estatutos, regras e regulamentos em todo âmbito desportivo. Confirmando assim, a hipótese de que o direito desportivo transnacional, ao apresentar o vínculo de clubes e entidades dos mais diversos países, atua como um direito transnacional com uma força cogente.

O terceiro capítulo tratou da construção sociocultura da desigualdade de gênero para compreender que a igualdade é um direito humano fundamental, devendo, portanto, ser efetivado tal direito para obter o alcance da sustentabilidade social. A partir desse argumento, verificou-se a necessidade de buscar por mecanismos de efetivação da igualdade entre homens e mulheres para obter uma sociedade sustentável.

No argumento da desigualdade de gênero como uma construção sociocultural analisou-se os movimentos feministas para compreender a origem e

funcionamento da discriminação da mulher. Nas vertentes estudadas, encontrou-se que: I) a estrutura fundamental da sociedade é o gênero, que por sua vez determina a distribuição de poder e se são os homens detentores do poder, são eles que determinam o papel de subordinação das mulheres; II) o sistema capitalista é mantido pela posição inferior das mulheres no mercado de trabalho e a exploração delas por meio do trabalho doméstico; III) estruturas sociais como o trabalho doméstico, mercado de trabalho, cultura, sexualidade, violência e os Estados determinam a condição da mulher na sociedade; IV) a desigualdade de gênero é a falta de oportunidades iguais; V) o gênero é um discurso de poder que resulta na opressão, por meio dos termos masculino e feminino, sendo portanto, o sujeito uma construção social.

Constatou-se nesses discursos a existência de discriminação em razão do gênero e isso possui base na desigualdade do poder social entre homens e mulheres. Entra, portanto, nos estudos da teoria de gênero, uma preocupação social e política da desvantagem da mulher na sociedade. Portanto, foi verificado, por meio de diversos estudos de diferentes áreas do conhecimento, que a desigualdade entre homem e mulher não é biológica, como fora sustentado outrora.

Por meio dos estudos de campo da antropóloga Mead foi confirmado que a relação entre homem e mulher se dá conforme a cultura em que estão inseridos. Na análise de três diferentes tribos, verificou-se que em cada uma a organização entre homens e mulheres era diferente. Em um dos povos, tanto mulheres quanto homens possuíam as mesmas funções sociais e características, ou seja, ambos cuidavam dos filhos e trabalhavam, gentis e pacíficos, sem hierarquia entre eles, ou seja, ambos com características do que as mulheres fazem e são na cultura ocidental de hoje. Já na outra tribo, ambos tinham a função de guerrear, eram mais agressivos e poucos aspectos de pessoas carinhosas, logo, voltando para a cultura ocidental, são aspectos normalmente encontrados nos homens. E, na última tribo foi observada uma inversão da cultura ocidental, ou seja, a mulher é quem realiza o trabalho bruto e é dominante sobre o homem, já esse é emocionamente dependente, preocupado com beleza e sem interesse em guerra.

Nesse sentido, os indivíduos dessas tribos sofrem o impacto da cultura

em que estão inseridos e crescem com as características determinadas na própria sociedade, conformando-se com os papéis estabelecidos pela sociedade. Portanto, observou-se que o corpo biológico (homem e mulher) não determina as relações sociais, personalidades, identidade e comportamentos sociais, mas sim a cultura de cada sociedade.

Outro argumento utilizado para comprovar essa construção de diferenças foi por meio dos estudos filosóficos de Beauvoir. Em sua visão, as mulheres são definidas como “o outro sexo”, ou seja, homem é o sexo universal e a partir disso, as mulheres são definidas. Dessa forma, foram inventados os valores masculinos e femininos como uma forma de delimitar o campo de ação das mulheres. Nessa perspectiva, a peça-chave para compreender as diferenças entre homens e mulheres é o casamento e o sistema patriarcal, em que a mulher é cerceada e o homem é o seu senhor. Inclusive, utilizou-se dentro desse argumento os estudos de Engels e Marx para fundamentar que a primeira opressão de classes foi por meio do homem sobre a mulher.

A construção também é argumentada por meio dos estudos da socióloga, antropóloga e filósofa Rubin que afirma a existência de um sistema sexo/gênero. Ou seja, a opressão social das mulheres é um produto das relações sociais, e, portanto, não há uma característica de homem e mulher advindo da natureza, na verdade são resultados da atividade humana.

Em análise dos estudos do historiador Stearns, a diferença entre homens e mulheres iniciou-se com a transferência da caça e coleta para a agricultura juntamente com a cultura e as religiões politeístas que relacionavam as deusas com a fecundidade. Assim, passou a ser atribuída à mulher o cuidado com o filho e ao homem a sobrevivência da família, instando aos poucos a desigualdade de função. Nessa estrutura, abriu caminho para um sistema patriarcal em que os homens são considerados superiores e com direitos dos quais as mulheres não tinham, e de outro lado, só as mulheres com obrigações domésticas, estabelecendo uma hierarquia.

Ainda no contexto histórico, foram analisados os estudos de Scott em que concebe o gênero como um elemento das relações sociais com base nas

diferenças entre homens e mulheres, sendo uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Além de todos esses estudos analisados para compreender a desigualdade entre homens e mulheres como uma construção sociocultural, analisaram-se também as diferenças por meio da mitologia e dos simbolos.

Destaca-se aqui o estudo sobre a dominação da mulher pelo homem por meio dos símbolos, em que diversas questões ditas como naturais e não questionadas na sociedade são em realidade símbolos que limitam a mulher e não a deixam em igualdade aos homens. A exemplo disso, tem-se as roupas impostas às mulheres que limitam os seus movimentos no espaço público, a bolsa que deixa as mãos ocupadas, o salto alto que dificulta o andar, dentre outros que levam a mulher a não poder fazer o mesmo que o homem. É mais uma forma de dizer que a mulher não pertence ao espaço público e sim ao privado, da casa, como antigamente era visto de forma natural.

Dessa forma, o estudo de gênero foi abordado de forma multidisciplinar como forma de compreender a desigualdade nas sociedades, constatando ser uma construção sociocultural dos papéis de homem e mulher. Ao longo dos anos, as mulheres vêm sofrendo restrições de direitos humanos, direitos tão essenciais como a igualdade. A partir desses estudos, a questão da igualdade de gênero alcançou outro patamar, começou a ser previsto nos documentos internacionais sobre direitos humanos para buscar o alcance dessa igualdade. Além disso, passaram a ser previstos diversos direitos voltados para o alcance da igualdade dentro das legislações dos países

Constatou-se ainda que tratar o direito de forma ampla como um direito fundamental de forma ampla não é suficiente para assegurar os direitos das mulheres, é preciso que observe as demandas específicas relacionadas a elas. Portanto, a partir do tratamento dos direitos humanos que buscam a perspectiva de gênero, é possível alcançar os direitos individuais, realizando assim mudanças no cenário jurídico que impulsionam a superação de barreiras e resistência a direitos, como o da igualdade.

Nesse sentido, a ideia de que que o gênero é uma construção

sociocultural, compreende-se que a sociedade tem o poder de modificar a situação de desigualdade entre homens e mulheres. As políticas públicas estatais vêm inserindo a perspectiva de gênero e contribuem para essa modificação, gerando uma reflexão sobre a necessidade de acabar com a desigualdade ainda existente entre homem e mulher. Portanto, o Estado contribui positivamente para modificar as assimetrias da sociedade, oportunizando a inserção da mulher de forma igual, bem como protegendo, legitimando e efetivando os seus direitos, que antes eram limitados e cerceados. Dentre as consequências dessa atuação, encontra-se o alcance de uma sociedade sustentável, ou seja, uma sociedade justa e igualitária.

Ao abordar o estudo da sustentabilidade, a pesquisa adotou uma perspectiva macro que engloba todo o desenvolvimento do ser humano, e para que se obtenha o desenvolvimento pleno de uma sociedade, é necessária a efetivação da sustentabilidade em todas as suas dimensões. Portanto, deve ser compreendida pelo menos com a conjugação do tripé da sustentabilidade, ou seja, a dimensão econômica, social e ambiental.

A partir do desenvolvimento dessas dimensões, a sociedade pode impulsionar o seu bem-estar e das futuras gerações, indo ao encontro de uma sociedade sustentável. A busca por efetivar a sustentabilidade se tornou uma nova necessidade mundial, tendo em vista que impacta de forma transnacional, indo além das fronteiras estatais para buscar mudanças para que os seres sejam perpetuados indefinitivamente no tempo. Nesse sentido, para fundamentar os argumentos trazidos na pesquisa, buscou-se compreender todos os vieses da sustentabilidade, mas, principalmente, sob o enfoque da dimensão social a partir da perspectiva de gênero.

A sustentabilidade em sua dimensão social demanda o aumento da equidade entre as gerações e pessoas da mesma geração, pois não se admite um modelo de desenvolvimento excludente, logo não se admite que uma sociedade sustentável possua discriminação negativa, inclusive a de gênero. A finalidade da sustentabilidade social é de promover condições dignas a todos os indivíduos em um ambiente socialmente sadio, promovendo uma sociedade solidária e justa. Logo, é exigido que seja assegurado o mínimo existencial para que todos seja incluídos

socialmente, sendo a proteção desse direito fundamental para a preservação da humanidade.

Foi essencial trazer para a sustentabilidade a perspectiva da igualdade de gênero, pois o desenvolvimento das sociedades afeta a todos e quando o desenvolvimento não ocorre de maneira igualitária, ele não é sustentável. E em uma análise das sociedades, foi verificado que elas se desenvolvem de maneira desigual, atingindo de forma considerável as mulheres em todo mundo, ou seja, é um problema transnacional. Dessa forma, diversos documentos internacionais começaram a tratar do alcance da sustentabilidade a partir dos direitos das mulheres, como é o caso mais emblemático da Agenda 2030 que colocou a igualdade de gênero como um instrumento essencial desse alcance para os Estados.

Portanto, todos os países da ONU aplicam esse plano de ações de 17 objetivos em prol do desenvolvimento sustentável com o objetivo de concretizar direitos humanos de todos e alcançar, por exemplo, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 são trabalhados de forma integrada, equilibrando as três dimensões da sustentabilidade, e se cumpridos podem alterar positivamente as sociedades ao redor do mundo. A pesquisa, ao trabalhar com todos os objetivos da Agenda 2030, demonstrou a intrínseca relação entre a necessidade da redução das assimetrias com o alcance da sustentabilidade.

Em suma, a igualdade de gênero é um direito humano essencial para o alcance da sustentabilidade em todas as suas dimensões, sendo que o trabalho da perspectiva de gênero nos estudos, ações e e legislações contribuem para a redução das assimetrias. A partir da construção desse argumento é confirmada a hipótese de que uma lei transnacional, que atua com força cogente, como o direito desportivo, se voltado para a igualdade de gênero, pode ser um importante mecanismo para a promoção da dimensão social da sustentabilidade.

O quarto e último argumento do estudo investigou as ações implementadas pelo direito desportivo transnacional para a redução da desigualdade de gênero dentro do desporto. Para isso, foi exposto sobre os

obstáculos percorridos pelas mulheres dentro do desporto para conseguir alcançar a igualdade, o avanço alcançado por meio do direito desportivo transnacional e a atual situação das mulheres em dados.

Os obstáculos enfrentados pelas mulheres na seara do desporto foram compreendidos por meio de análise da evolução do desporto nas sociedades, verificou-se que as mulheres foram cerceadas, limitadas e, por muitas vezes, probidas de realizarem a prática desportiva. Somente a partir do século XIX, iniciou a transformação no cenário desportivo para maior participação das mulheres. As mudanças ocorreram por alguns motivos, dentre eles os movimentos feministas que buscaram por inserção das mulheres em espaços públicos e exigiram direitos iguais, começando a mudar o papel da mulher na sociedade, consequentemente, reverberando no desporto.

A trajetória dos jogos olímpicos na Era Moderna foi o ponto chave dos estudos para compreender a difícil inserção das mulheres. Observou-se que no início não houve participação por acreditar que os jogos deveriam coroar o ideal de masculinidade por meio dos jogos, ou seja, ligando a força e virilidade com o corpo masculino. Inclusive era compreendido que a inclusão das mulheres nos jogos poderia dar um tom de indecência e que mulher não deveria realizar atividade física, pois ainda tinha uma crença da fragilidade da mulher e de função de procriação, a mesma visão aplicada aos jogos olímpicos da Grécia Antiga.

A manutenção dos traços dos jogos da Antiguidade auxiliou a lenta inserção das mulheres nos Jogos. Somente aos poucos, as mulheres puderam participar dos Jogos Olímpicos e isso ocorria conforme o aumento de desportos permitidos para mulheres competirem. Mais lento ainda foi a inclusão das mulheres em posição de poder dentro do desporto, mesmo nas modalidades femininas o poder, por muito tempo, estava somente nas mãos de homens.

O que pôde ser observado foi que ao longo das Olímpiadas as mulheres começaram a obter maior relevância dentro do desporto por meio das ações das entidades desportivas transnacionais. A partir desses avanços, as mulheres ganharam forças para lutar contra os valores estabelecidos em outras épocas e

que perduravam até os tempos modernos e deixam resquícios na contemporaneidade.

Os requícios ainda são grandes, mas se comparados com o início da prática desportiva, podem ser considerados como pequenos obstáculos a serem enfrentados. A pesquisa elencou algumas questões ainda encaradas pelas mulheres, como a questão de ainda existir uma sub-representação nas competições e de lideranças na mídia desportiva; a falta de reconhecimento, portanto, envolvendo o baixo salário e valores de premiação; o foco voltado primeiro ao gênero do que na atleta profissional, voltados ao corpo feminino e suas características.

Apesar dos diversos obstáculos ainda enfrentados dentro do desporto, a pesquisa verificou que este se mostra como um potencial instrumento de impulsionar a igualdade e a inclusão, pois proporciona mudanças de estereóticos negativos e normas de gênero, podendo construir novos papéis e promover o equilíbrio entre os desportistas em toda a sua diversidade. A modificação dessa situação gera um impacto positivo em toda a cadeia de indivíduos envolvidos no desporto, gerando maior igualdade entre homens e mulheres e todos os níveis do desporto e influencia comportamentos e mudanças de atitudes em toda a sociedade. É reconhecido o desporto como uma das plataformais mais poderosas para promover a igualdade, pois tem o poder de transmitir mensagens para todo o mundo, como a importância da igualdade de gênero.

A partir da luta das mulheres, de um processo de desconstrução sociocultural da desigualdade de gênero, a sociedade entra em um mecanismo de compreender a importância de gerar as mesmas oportunidades para homens e mulheres. Dentro desse processo, encontram-se os organismos transnacionais do desporto que acompanharam a evolução das sociedades e buscam a maior igualdade dentro do desporto.

Um mecanismo de incentivo à igualdade de gênero dentro desses organismos desportivos é a utilização da boa governança, ou seja, o desenvolvimento de processos e estruturas para estabelecer objetivos de uma organização por meio de uma direção estratégica. É uma forma de monitorar o

desempenho da organização com relação aos seus objetivos e garantir uma atuação de acordo com os interesses de seus membros. Por meio da implementação desse mecanismo, é possível uma gestão eficiente, trazendo bons resultados para o organismo desportivo e difundindo boas práticas para regular as organizações em prol de condutas adequadas.

A boa governança se tornou importante no mundo desportivo a partir da ideia de separar as organizações desportivas da interferência estatal para não haver violação da integridade do desporto. Esse instrumento é uma forma das organizações do desporto sobreviverem a longo prazo, ou seja, se utilizado corretamente, garante a sustentabildade da organização.

Isto pois, por meio de melhoras na gestão do desporto é possível lidar com a desigualdade entre homens e mulheres dentro do desporto nos diversos níveis, assim se investe para criar mais oportunidades e gerar maior igualdade dentro e fora do campo. Nesse sentido, a boa governança colabora com a promoção da sustentabilidade social dentro do universo desportivo, e consequentemente, em toda a sociedade. Afinal, como foi verificado na pesquisa, a melhora dos índices de igualdade pode obter uma sociedade mais justa, sem excluir ou discriminar os indivíduos.

Em pesquisa sobre as organizações desportivas que implementam a boa governança, verificou-se o envolvimento de várias, como é o caso do COI, WADA, CAS, dentre outros. Inclusive, há ações para avaliar a implementação do mecanismo nas organizações, como é o caso feito na União Europeia com alguns projetos que verificam se essas entidades estão realizando de forma adequada a governança do desporto. Dentre os itens que são avaliados, observou-se a questão da igualdade de gênero e a sua promoção pelas organizações.

Assim, foi possível demonstrar que esse mecanismo é uma forma de incentivo à igualdade de gênero a ser utilizados pelas organizações desportivas, aumentando a quantidade de mulheres dentro e fora do campo, transformando a seara desportiva em um ambiente mais igualitária.

Por fim, após expor as modificações sofridas pelos Estados para chegar à nova realidade mundial que é a transnacionalidade, foi comprovado o direito

desportivo enquanto um direito transnacional e compreendido a igualdade de gênero como um direito humano fundamental para alcançar a sustentabilidade social. Assim, concluiu com uma pesquisa das ações realizadas pelo direito desportivo transnacional para demonstar que é um mecanismo de redução da desigualdade de gênero no desporto, contribuindo para sustentabilidade social.

Como forma de trazer indícios suficientes para comprovar a proposta da pesquisa, realizou-se uma análise de como as organizações desportivas transnacionais incidem suas regras em relação a incentivos em prol da igualdade de gênero, a questão de equiparação de valores entre homens e mulheres, e a quantidade de mulheres dentro e fora do campo. Para a viabilidade do estudo foi feita uma delimitação espacial, analisando esses itens dentro da América do Sul e da Europa, de forma mais específica, no Brasil e na Espanha, afinal, a pesquisa é fruto de um doutorado de dupla titulação entre instituições destes países.

Realizou-se também uma delimitação temporal para obter dados mais atualizados, fixando a data a partir de 2016, inclusive é mais recentemente que há mudanças substanciais em relação ao tema. A viabilidade do estudo se deu também por um corte nas modalidades desportivas, assim, optou-se dentro dos desportos mais populares do mundo aqueles mais populares nas regiões de análise, sendo eles: futebol, tênis e voleibol.

Dentre as modalidades, averigou-se que na modalidade do voleibol há ações em prol da igualdade de gênero, mas ainda são incipientes. A Federação Internacional da modalidade possui regulamentações e estatutos com determinação de uma representação mínima para homens e mulheres dentro da governança do desporto, porém, na prática o número ainda é desigual, apesar de ter mulheres em todos os órgãos da entidade.

No que diz respeito a ações em busca de maior igualdade no desporto, foi encontrado tanto em nível mundial como dentro das organizações do Brasil e da Espanha.

Já em relação a valores, a entidade máxima da modalidade se preocupou em modificar a situação de inferioridade das atletas. Portanto, em 2018 , foi criada uma competição com o objetivo de proporcionar valores iguais aos times

femininos e masculinos, bem como, o mesmo número de partidas e de igual formato de evento para ambos.

A análise de quantidade de mulheres participantes da Federação de voleibol na Espanha atinge a representação de 76%. Os números de mulheres em tomada de decisão das federações e comitê olímpico espanhol foi alcançado a porcentagem de 50% em cargo de vice-precidente, já números de membros em outros níveis da organização são baixos. No Brasil, encontrou-se um número baixo de mulheres, apenas 3 como presidentes das federações estaduais.]

Foram poucos dados encontrados dessa modalidade, mas o que foi encontrado demonstra que há mulheres inseridas, mas de forma muito incipiente. Portanto, é preciso maior dedicação das entidades da modalidade para obter a igualdade dentro e fora do campo.

No estudo sobre o tênis, foi observado um expressivo destaque das mulheres na modalidade e encontrou ações em prol da igualdade de gênero. A modalidede do tênis já possui mais dados sobre a evolução das mulheres no desporto e maiores incentivos por meio dos organismos transnacionais do desporto.

O destaque das mulheres nessa modalidade em detrimento de outras pode ser comprovado por alguns dados, dentre eles o fato de no ranking dos cem atletas mais bem pagos mundialmente, as únicas duas mulheres são do tênis. Ou ainda, pelo fato de que duas mulheres e dois homens foram os atletas que alcançaram o maior título da modalidade, demonstrando a mesma capacidade entre homens e mulheres.

Em termo de ações, a Federação Internacional do Tênis busca pela igualdade de gênero dentro dessa modalidade por meio de diversas formas, como por exemplo a implementação de um programa com estatégias para alcançar metas de avanços das mulheres no tênis. Desde a implementação das estratégias traçadas, houve melhoras em diversos setores da modalidade, como por exemplo, o aumento de mulheres em posição de poder dentro do tênis e elevação de valores de prêmio.

É importante constar que para que essas ações se desenvolvessem ao ponto de modificar a situação ds mulheres foi necessário o envolvimento de todos da modalidade, tanto as organizações em níveis nacionais e regionais como os países pertencentes à Federação. Isto pois, a IFT cria as estratégias e fornece recursos e ferramentas para suporte e quem deve implementar são os próprios países por meio de suas organizações desportivas. A Federação também formou aliança com organizações não governamentais como a ONU Mulheres para desenvolver soluções palpáveis para os desafios mais urgentes da igualdade de gênero no desporto no intuito de modificar a realidade da desigualdade desportiva nos países.

Pôde ser verificado que tanto na Espanha como no Brasil, há várias ações de impulsionamento para obtenção de maior igualdade no tênis por meio das organizações desportivas transnacionais, como por exemplo, por meio acordos, programas de capacitação, eventos para difusão da modalidade ou ainda pela produção do conhecimento.

Portanto, as ações podem ser incentivadas por uma entidade internacional da modalidade que impõe as suas regras às entidades dentro dos países e gerando responsabilidade de toda cadeia de pessoas envolvidas no desporto de cada modalidades. Esse movimento global de incentivos impulsiona o progresso na direção da igualdade de gênero, mudando o sistema patriarcal implementado no desporto, eliminando barreiras que impediam mulheres de atigirem todo o seu potencial, possibilitando mulheres a serem inspirações e influenciando outras pessoas.

Com relação aos valores da modalidade do tênis, os quatro grandes toneios mundiais de tênis igualaram os valores dos torneios masculinos e femininos, que por muito tempo, os homens recebiam premiações mais altas que as mulheres. A pesquisa atestou que por mais que haja avanços, a categoria feminina de tênis profissional ainda não proporciona a mesma capacidade de gerar renda da categoria masculina. Logo, essa atitude das organizações do desporto em igualar, mesmo sem a mesma recepção de renda, pode demonstrar o papel transformador que o desporto pode desempenhar. Isto é, o investimento é uma

forma de aumentar a visibilidade da modalidade gerando como consequência a mesma capacidade de renda.

Já nos dados globais referentes às quantidades de mulheres na modalidade, encontrou que 41% são atletas mulheres. Nos torneios profissionais, o número de homens competindo é maior que o das mulheres. Já nos torneios mundiais juniores, é obtida uma diferença em que as mulheres são em maiores quantidades do que homens. Com relação aos treinadores, é possível verificar um baixo número de mulheres, resultando em apenas 22,3%. Em uma breve análise das mulheres em posição de poder dentros dos organismos desportivos do tênis, foram encontrados números insignicantes, tanto a nível global como no Brasil e Espanha.

Nesse sentido, foram apresentados números iniciais de avanços no tênis, mas deixa evidente que as organizações transnacionais do desporto necessitam trabalhar mais para obter maior iguadade entre homens e mulheres na modalidade.

Por fim, a pesquisa obteve dados sobre a inserção das mulheres na modalidade do futebol, ficando demonstrada essa modalidade como o caso emblemático de entidades transnacionais do desporto que influencia nos Estados para a redução da desigualdade de gênero no desporto. Inclusive, ao observar como as sociedades mudam em época de Copa do Mundo de Futebol, fica de fácil constatação o poder dessa modalidade de transcender os limites territoriais, tornando-se a modalidade de maior importância mundial. Dada essa relevância da modalidade, não seria diferente no quesito de modalidade mais avançada nos incentivos de igualdade de gênero e com mais dados sobre a inserção das mulheres.

Diversas estratégias foram traçadas pelas entidades transnacionais do futebol nos últimos anos para impulsionar o futebol feminino dentro e fora de campo. Tais mecanismos são implementados de forma obrigatória pelas entidades do desporto dentro de cada país, conforme consta no Estatuto da FIFA para que todas as federações, confederações, e suas ligas, como é o caso da CONMBOL e

da UEFA. No caso de violação por parte das entidades, pode haver punição por meio da FIFA.

Nesse sentido, o trabalho demonstrou várias ações de organizações transnacionais oferecendo recursos e oportunidades para impulsionar o futebol feminino, bem como formas de desenvolver as ligas e os profissionais da área, dentre outras ações. Todo esse incentivo resultou em: criação de mais ligas femininas ao redor do mundo; mais atletas se desenvolvendo e profissionalizando no desporto; mais mulheres na liderança desportiva; mais emissoras transmitindo os jogos, e consequentemente, mais pessoas assistindo à modalidade; aumento de valores recebidos pelas atletas; maior número de profissionais mulheres na mídia desportiva; aumento de receitas dos eventos de futebol feminino e outros.

Para além das ações de incentivo, existem as imposições de regras e de regulamentos pelas organizações transnacionais desportivas para obtenção de maior igualdade no futebol.

Em termos de regulamentos, verificou-se que na liga feminina da UEFA há critérios próprios do futebol feminino. Regulamentações, nesse viés, dão maior autonomia à modalidade, consequentemente, desenvolvem o futebol feminino de forma separada do masculino, de acordo com as necessidades do futebol feminino.

Um ponto importante foi a política de incentivo da FIFA que modificou o seu Estatudo e Regulamento de Governança da FIFA em 2016 para que os times masculinos de futebol associados a ela fossem obrigados a incluir em seus estatutos as normas sobre igualdade de gênero. E, ainda, foi imposto o fomento de equipes femininas e participação de mulheres em todos os níveis de governça do futebol. Tem-se como consequência, a FIFA regulamenta e as outras entidades do futebol dentro de cada país devem cumprir com o disposto.

Outro ponto relevante são as modificações nas regulamentações da CONMEBOL em 2016 para o alcance da igualdade de gênero na modalidade, pois trouxe avanços no cenário sul-americano. O novo regulamento previu que para um clube obter licença para participar das competições promovidas pela entidade, o clube deve ter ao menos uma categoria juvenil feminina ou associar-se a um clube que tenha para que em ambos os casos dê suporte ténico, equipamento e

infraestrutura no intuito de desenvolver as equipes em boas condições. Esse investimento em times femininos pela América do Sul resultou em dez clubes com apenas time masculino incorporando novos times femininos.

As organizações transnacionais do futebol geraram uma onda de interferências dentro de toda modalidade do futebol por meio da imposição de seus regulamentos, modificando o cenário do futebol feminino. Portanto, FIFA e COMNEBOL impulseram obrigações a todos os envolvidos e, como consequência, a CBF também normatizou que para participar de suas competições é ncessário duas equipes femininas, uma principal e uma de base ou ainda, o clube deve ter parceria com algum clube que tenha duas equipes femininas. O regulamento ainda prevê a necessidade dessas equipes estarem efetivamente competindo e com condições adequadas para o seu desenvolvimento.

Igualmente previsto pelas outras organizações do desporto, a CBF previu punição aos clubes que não cumprissem o estabelecido, como por exemplo, os times masculinos sujeitos à eliminação das competições como a Série A do Campeonato Brasileiro, Copa Sul-americana e a Libertadores. Os resultados obtidos no cenário brasileiro foram: sete clubes da Série A com departamento de futebol feminino; outros clubes fecharam parceria com times femininos; e os clubes da Série B, C e D podendo cumprir o regulamento de forma gradativa.

As organizações transnacionais do desporto do futebol também foram responsavéis por garantir direitos às atletas as quais ainda não tinham regulamentação. Em 2020, a FIFA regulamentou, em seu Estatuto, o direito à licença à maternidade, exigindo a implementação desse direito nos regulamentos das federações dos países, nos clubes membros da FIFA em todo o mundo, proporcionando avanços no futebol feminino.

Nessa mesma linha de proteção dos direitos da mulher atleta de futebol, foi assinado um convênio coletivo na Europa, fazendo com que a Associação e a Federação Espanhola de futebol possam garantir direitos a respeito da gravidez e maternidade. A disposição desses direitos é um progresso dentro do desporto, tendo em vista que por muito tempo não havia a garantia, e, portanto, as atletas ficavam sem trabalho e remuneração. A medida torna o desporto mais acessivel a

todos, afinal as atletas que querem engravidar podem continuar participando da modalidade e com acesso a oportunidades de trabalho.

Da análise das ações implementas pelas organizações deportivas transnacionais verificou-se que as ações implementadas têm modificado o cenário das mulheres no mundo desportivo. Por meio de inventivos financeiros, educacionais e profissionalizantes há contribuição para uma mudança de paradigma. Nesse quesito, confirma-se a hipótese da promoção da dimensão social da sustentabilidade por meio do direito desportivo transnacional, obtendo maior igualdade para as mulheres dentro do desporto, e consequentemente, dentro da sociedade.

De forma efetiva o que gera maiores impactos imediatos são as regras e regulamentos impostos pelas organizações do desporto para que todos os envolvidos com a modalidade sejam obrigados a seguirem e implementarem tais comandos dentro dos Estados. Confirmando, mais uma vez, a hipótese da pesquisa da atuação com força cogente do direito desportivo.

Dentre os dados analisados, o futebol é a modalidade mais avançada de ações de incentivo em prol da igualdade de gênero e de imposição de seus regulamentos em toda a cadeia da modalidade. A partir desse exemplo, as outras modalidades podem melhorar sua gestão para obtenção de maior igualdade. A consequência dessas ações será cada vez mais mulheres trabalhando na seara desportiva, servindo de exemplo dentro e fora de campo e contribuindo para que a sociedade em que estão inseridas seja mais justa e igualitária, conforme suscitado na hipótese da pesquisa.

Dessa feita, a pesquisa trouxe dados suficientes para dar indícios de que o direito desportivo transnacional é um mecanismo que auxilia na redução da desigualdade de gênero, aumentando assim a sustentabilidade social das sociedades. Conforme a hipótese levantada de que a lei transnacional desportiva vem sendo um instrumento importante para a redução da desigualdade de gênero no desporto, refletindo inclusive em outros setores da sociedade.

No entanto, faz-se necessário esclarecer que o tema é complexo e não se encerra nesta pesquisa. A ideia é de que os temas trazidos e estudados de

forma correlata possam contribuir com futuros pesquisadores a explorarem e desenvolverem o assunto para obter melhores resultados, bem como outras soluções para o problema em questão.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

AGUIAR, Gustavo. **Gran Prix X Liga Mundial**: competições semelhantes, prêmios distintos.To fly vollerball, 2020. Disponível em: < https://www.toflyvolleyball.com/2020/06/3-grand-prix-x-liga-mundial-competicoes.html > acesso em 02 de setembro de 2021.

ALBÓ, Javier Arranz. La reforma pedagogica de Thomas Arnold y el papel de la inglesia anglicana en la criación de los primeros clubs de fútbol en Inglaterra (1863-1890). **Revista Materiales para la Historia del Deporte**, Faculdad de Ciencias de la Actividad Física y del Deporte: Universidad Politécnica de Madrid, 2015. Disponível em: < http://polired.upm.es/index.php/materiales_historia_deporte > acesso em 23 de junho de 2022.

AMBROSINI, MAURIZIO. **Un'altra globalizzazione**: la sfida dele migrazioni transnazionali. Bologna: Il Mulino, 2009.

ASSI, Morgana; CAMPOS, Eduardo Erivelton. As dimensões da sustentabilidade em face ao princípio da dignidade da pessoa humana como direito fundamental. **Revista Justiça do Direito**, Passo fundo, v. 27, n. 1, p. 34-52, jan./jun. 2013. Disponível em: < http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/4555/3124> acesso em 18 de maio de 2021.

AUGUSTA, Camila; GABORGINI, Luiza**. Breve panorama sobre Futebol Feminino no Brasil de 2019 a 2021: da obrigação à realidade**. Comunicação, Esporte e Cultura: Blob do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte. 2021. Disponivel em: < https://comunicacaoeesporte.com/2021/06/29/breve-panorama-sobre-futebol-feminino-no-brasil-de-2019-a-2021-da-obrigacao-a-realidade/> acesso em 20 de setembro de 2022.

BANDEIRA, Lourdes M. Políticas públicas para mulheres: mulheres e sustentabilidade. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 165-181, jan. - abr. 2014.

BARBÉ. Esther. **Relaciones Internacionales**. 3 ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2008.

BARBIERI, Pablo Carlos. El derecho desportivo: necesidad de su estúdio y desarrollo. **Revista IMES direito**, São Caetano do Sul, n.8, janeiro/junho, 2004.

BARROS JÚNIOR, Edmilson de Almeida. **Direito Desportivo**: o desporto no ordenamento jurídico brasileiro. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza/CE, 2010.

BARSTED, Leila Linhares. **Os direitos humanos na perspectiva de gênero**. In: I Colóquio de direitos humanos. São Paulo, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAUMANN, Gerd. **L'enigma multiculturale**. Bologna: Mulino, 2003.

BAYER, Rodrigo Steinmann. **A autonomia dos Organizações Internacionais Esportivas**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECK, Ulrich**. Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: ed. 34, 2010.

BINNER, Andrew. **Top tem facts about the ancient olumpic games**. Comité Olímpico Internacional, 2021. Disponível em: <https://olympics.com/en/featured-news/top-ten-facts-ancient-olympic-games> acesso em 29 de junho de 2021.

BLAS GUERRERO, Andrés; VERDÚ, Jaime Pastor. **Fundamentos de ciência política**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distância, 1997.

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurelio Nogueira. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; Pasquino Gianfranco. **Dicionário de política**. Coordenador de tradução João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed, 1998.

BODIN, Jean. **Los seis libros de la República**. Traducción y de Pedro Bravo Gala. Editora Tecnos: Madri, 1985.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade**: transformando direito e governança. Tradução de Philip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOZZANO, Rafael. **As regras de direito desportivo como exemplo de aplicação do direito no contexto da transnacionalidade**. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2017.

BRASIL. CBF ACADEMY. **Licença Pro**. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/cbfacademy/pt-br/noticias/126-licenca-pro> acesso em 24 de agosto de 2021)

BRASIL. CBF. Conferação Brasileira De Futebol. **Regulamento de Licença de Clubes 2021**. Disponível em: <http://portaldegovernanca.cbf.com.br/programa-de-licenciamento> acesso em 21 de setembro de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes**. Congresso

Nacional, 2007.

BRASIL. Nações Unidas Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> acesso em: 27 de abril de 2020.

BRASIL. Nações Unidas Brasil. **Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> acesso de 04 de maio de 2020.

BRASIL. Secretaria do Governo. **O Governo Brasileiro e a Agenda 2030**. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/assuntos/secretaria-especial-de-articulacao-social/capa/noticias/o-governo-brasileiro-e-a-agenda-2030-1> Acesso em 25 de set. de 2020.

BRAUND, Claire. **Gender balance in global sport report 2014**. Women on Board, 2014. Disponível em: <https://www.sportsthinktank.com/uploads/women-on-boards-gender-balance-in-sport-report-july-2014-3.pdf> acesso em 30 de agosto de 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABALLERO, Nicolás de la Plata. La Agencia Mundial Antidopaje como Actor Global em la Lucha Contra el Dopaje: um nueno código mundial antidopaje. IN: MARTÍNEZ, Rosario de Vicente; GARRIDO, Antônio Millán (coord.). **Dopaje Deportivo y Código Mundial Antidopaje**. Madrid: Editorial Reus, 2014.

CAETANO, Marcelo. **Manual de Ciência Política e Direito Constitucional**. Editora Coimbra: Lisboa, 1972.

CAGIGAL, José María. **Aporías iniciales para un concepto del deporte**. Citius, altius, fortius, v. 1, n. 1, p. 7-35, 1959.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**: com Bill Moyers. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAMPO, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. Repositório Universidade de Évora, Editora Instituto Bento de Jesus Caraça, abril, 2007. p. 17. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdução%20à%20Globalização.pdf> Acesso em: 06 de novembro de 2019.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Editora Almedina, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CAPINUSSÚ, José Maurício. Atividade física na Idade Média: bravura e lealdade acima de tudo. **Revista de Educação Física**, nº 131, Universidade Federal do Rio de Janeiro, agosto de 2006. Disponível em: < https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/2654> acesso de 03 de agosto de 2021.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 2ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

CARTER, W. Burlette. Introduction: What Makes a “Field” a Field? **Viginia Journal of Sport & the Law**, V. 1, p. 235-245, 1999. . Disponível em: < http://ssrn.com/abstract=2351495 > acesso em 11 de fevereiro de 2020.

CAS. Court of Arbitration for Sport. **Arbitration CAS 2008/A/1545 Andrea Anderson, LaTasha Colander Clark, Jearl Miles-Clark, Torri Edwards, Chryste Gaines, Monique Hennagan, Passion Richardson v. International Olympic Committee (IOC),** award of 16 July 2010. Disponível em: <https://arbitrationlaw.com/library/arbitration-cas-2008a1545-andrea-anderson-latasha-colander-clark-jearl-miles-clark-torri> Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

CAS. Court of Arbitration for Sport. **Code of Sports-related Arbitration**. 2019. Disponível em: < https://www.tas-cas.org/en/index.html> Acesso em: 05 de abril de 2020.

CAS. Court of Arbitration for Sport. **History of the CAS**. Disponível em: < https://www.tas-cas.org/en/general-information/history-of-the-cas.html> Acesso em: 05 de abril de 2020.

CASSINI, Lorenzo. **Sports Law**: A Global Legal Order? Law & Society Forum, Honolulu, 2012. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2079857> Acesso em: 28 de fevereiro de 2020.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **Brasileirão Feminino Neonergia contará com transmissão exclusiva doTikTok nas redes sociais**. Assessoria CBF, 2021. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-feminino/cbf-e-band-fecham-transmissao-feminino-a-1-a-2-e-masculino-sub-20> acesso em 10 de fevereiro de 2022.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **CBF e Band fecham acordo para transmissão de seis competições**. Assessoria CBF, 2019. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-feminino/cbf-e-band-fecham-transmissao-feminino-a-1-a-2-e-masculino-sub-20> acesso em 10 de fevereiro de 2022.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **CBF equipara diárias e premiações pagas às Seleções Brasileiras**. CBF, 2020. Disponível em: < https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/presidente-da-cbf-anuncia-equiparacao-das-diarias-pagas-as-selecoes-br> acesso em 03 de outubro de 2022.

CBT. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS. **A Confederação Brasileira de Tênis.** Disponível em: < http://cbt-tenis.com.br/confederacao.php> acesso em 30 de janeiro de 2023.

CBV. Confederação Brasileira de Vôlei. **Academia do Voleibol debate presença feminina nas comissões técnicas**. Vôlei Brasil, 2020. Disponível em: <https://cbv.com.br/noticia/27654/academia-do-voleibol-debate-presenca-feminina-

nas-comissoes-tecnicas> acesso em 21 de dezembro de 2021.

CEPEDA, Isabel. Wage Inequality of Women in Professional Tennis of the Leading International Tournaments: gender equality vs marquet discrimination? **Journal of International Women's Studies**, Bridgewater State University, Massachusetts, vol. 22, n. 5, junho 2021. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol22/iss5/25 > acesso em 10 de novembro de 2021.

CHAMUSCA, Fernanda. **O futebol feminino e as novas normativas de proteção à mulher atleta**. Instituto Brasileiro de Direito Desportivo: Coluna Jus Desportiva. 2022. Disponível em: < https://ibdd.com.br/o-futebol-feminino-e-as-novas- normativas-de-protecao-a-mulher-atleta/> acesso em 20 de setembro de 2022.

COB. Comitê Olímpico do Brasil. **A boa governança no esporte**. Disponível em: < https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/0b6dddf00bbfc> acesso em 26 de agosto de 2021.

COB. Comitê Olímpico do Brasil. **Igualdade e Inclusão da Mulher no Esporte**: mapeamento das organizações esportivas nacionais e internacionais. COB, 2022. p. 16. Disponível em: < /www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/08/MulheresnoEsporte-Digital.pdf> acesso em 03 de outubro de 2022.

COBRAV. Confederação Brasileira de Voleibol. **Institucional: membros**. Disponível em: < https://institucional.cbv.com.br/cobrav-membros> acessado em 27 de janeiro de 2023.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação história dos direitos humanos**. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saravica, 2005.

CONMEBOL. Confederação Sul-Americana de Futebol. **Regulamento de licença de clubes**. Paraguai: Conselho da CONMEBOL, 2018. Disponível em: https://www.conmebol.com/sites/default/files/reglamento-de-licencia-de-clubes-portugues.pdf <> acesso em 01 de setembro de 2021.

CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. **74 Ordinary Congress 2021**: annual report 2020. Disponível em: < http://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2021/Memoria-2020-en.pdf > acesso em 23 de julho de 2021.

CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. **CONMEBOL e ONU Mulheres fomentam liderança e geração de igualdade para o futebol feminino**. Disponível em: <https://www.conmebol.com/pt-br/conmebol-e-onu-mulheres- fomentam-lideranca-e-geracao-de-igualdade-para-o-futebol-feminino> acesso em 23 de julho de 2021.

CONMEBOL. Confederacion Sudamericana de Futbol. **CONMEBOL e ONU Mulheres juntos pela "Geração Igualdade".** Disponível em: <https://www.conmebol.com/pt-br/conmebol-e-onu-mulheres-juntos-pela-geracao-igualdade > acesso em 23 de julho de 2021.

CONSELHO DA EUROPA. **Carta Europeia do Desporto**. 1992.

COSAT. Confederacion Sudamericana de Tenis. **Campamentos femininos de alto rendimento**. COSAT, 2020. Disponível em: < https://www.cosat.org/campamentos-

femeninos-de-alto-rendimiento/> acesso em 03 de fevereiro de 2022.

COUBERTIN, Pierre de. Le rétablissement des Jeux olympiques. **Revue de Paris**, v. 15, 1894.

COUNCIL OF EUROPE. **ALL IN: Towargs gender balance in sport**. Couincil of Europe, 2019. Disponível em: < https://public.tableau.com/app/profile/all.in.coe/viz/AllInTableauPublic/Homepage> acesso em 14 de fevereiro de 2022.

CRUZ, Paulo Márcio. BODNAR, Zenildo. **A transnacionalidade e a emergência do Estado e do direito transnacionais**. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.). Direito e Transnacionalidade. Curitiba: Juruá, 2009.

CRUZ, Paulo Márcio**. Da Soberania à Transnacionalidade**: democracia, direito e Estado no século XXI. Itajaí: Univali, 2011.

CRUZ, Paulo Marcio. **Fundamentos do direito constitucional**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2004.

CRUZ, Paulo Marcio. **Política, poder, ideologia e Estado contemporâneo**. 3ª ed. (ano 2002), 1ª tir. Curitiba: Juruá, 2003.

CRUZ, Paulo Márcio. Soberania e Superação do Estado Constitucional Moderno**. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**. Vitória: FDV. n. 2, 2007.

CRUZ, Paulo Marcio. Soberanía y transnacionalidad**:** antagonismos y consecuencias**. Revista de Derecho VLex**, Espanha: Barcelona, v. 63, p. 1, 2008.

CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos**, ano VII, N. 15, p. 07-24, 2002.

CRUZ, Paulo Márcio; PIFFER, Carla. Transnacionalidade, migrações transnacionais e os direitos dos trabalhadores migrantes. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, n. 53, p. 51-66, set./dez., 2017, Brasil.

CTB. Confederação Brasileira de Tênis. **Inscrições abertas para o Workshop Internacional CBT – 2021**. CTB, Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://cbt-tenis.com.br/noticiasc.php?cod=4207> acesso em 04 de fevereiro de 2022.

CTB. Confederação Brasileira de Tênis. **Livro Tênis: um olhar multidisciplinar é lançado nesta segunda-feira.** CTB, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://cbt-tenis.com.br/noticiasc.php?cod=4114> acesso em 04 de fevereiro de 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

DAS, Sourav. **Top 10 most popular sports in the world**: 2021 power ranking. Sports Show, 2021. Disponível em: <https://sportsshow.net/top-10-most-popular- sports-in-the-world/> acesso em 15 de outubro de 2021

DAVIS, Timothy. What is Sports Law. **Marquette Sports Law Review**, v. 11, 2000.

DELBIN, Gustavo. **Justiça Desportiva**: aspectos práticos do processo. In: DELBIN, Gustavo; SILVA, Rodrigo Ferreira da Costa; GRAICHE, Ricardo (Org.). Elementos de Direito Desportivo Sistêmico. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

DEVIDE, Fabiano Pries. Coubertin e Samaranch: da exclusão à inclusão das

mulheres nos jogos olímpicos modernos. **Corpus et Scientia**. v.1, n.1, 2005.

DI CIMBRINO, Tiziana et al. **Corporate governance in sport organizations: a gender perspectiv**e. Universidad de Zaragoza, 2019. Disponível em: < https://zaguan.unizar.es/record/84009/files/BOOK-2019-047.pdf> acesso em 27 de agosto de 2021.

DOBROWOLSKI, Sílvio. **A constituição do mundo globalizado**. Florianópolis: Diploma legal, 2000.

DUARTE, Orlando. **História dos Esportes**. 6ª edição. São Paulo: Senac, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

ESPANHA. Consejo Superior de Deportes (CDS). **El CDS aprueba la profesionalización del fútbol femenino**. CDS: Madri, Espanha, 2021. Disponível em: <https://www.csd.gob.es/es/el-csd-aprueba-la-profesionalizacion-del-futbol-femenino-0> acesso de 14 de fevereiro de 2022.

ESPANHA. **Constitución Española**. Madrid: Boletín Oficial del Estado, edición actualizada, 2020.

ESPANHA. Ministerio de Igualdad: instituto de las mujeres. **Servicios Sociales e Igualdad y la Federación Española de Tenis colaborarán em la lucha contra todo tipo de descriminación**. Espanha 2013. Disponível em: <https://www.inmujeres.gob.es/actualidad/noticias/2013/abril/ServSocFedTenis.htm> acesso em 14 de dezembro de 2021.

ESPANHA. Ministerio de Trabajo y Economía Social. **Convenio colectivo para las futebolistas que prestan sus servicios em clubes de la primera división feminina de futebol**. Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2020. p. Disponível em: < https://www.boe.es/eli/es/res/2020/08/11/(1)> acesso em 23 de setembro de 2021.

ESPANHA. Real Federación Española de Fútebol. **Normas reguladores y bases de competición de futebol feminino profesionalizado de ámbito estatal: temporada 2020/2021**. RFEF, 2020. Disponível em: <https://www.rfef.es/normativas-sanciones/bases-competicion/bases-competicion-20202021> acesso em 23 de setembro de 2021.

EUROPA. Conselho da Europa. **Carta Europeia do Desporto.** 7ª Conferência dos Ministros Europeus, 1992.

EUROPA. Conselho de Europa. ***Carta Europea del Deporte*.** Normativa do Conselho da Europa: Maio de 1992.

EUROPA. Council of Europe. **Gender Equality in Sport and The Role of Media**. Europa, 2016.

EUROPEAN COMISSION. **Sport and integrity: good governance**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/sport/policy/integrity/governance_en#:~:text=We%20voluntarily%20commit%20to%20implement,Inclusivity%20%2D%20into%20our%20sport%20organisation. > acesso em 20 de julho de 2021.

EUROPEAN UNION; COUNCIL OF EUROPE. **Toolkit: how to make an impact on gender equality in sport**. Disponível em: < https://rm.coe.int/all-in-toolkit-how-to-make-an-impact-on-gender-equality-in-sport-all-y/1680989ab2> acesso em 08 de setembro de 2021.

FACHADA, Rafael Terreiro. **O Direito Desportivo enquanto uma disciplina autônoma**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n.1., p. 47-71, jan. - abr., 2004.

FARIA, Thiago Silveira de. Lex FIFA: **Autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional**. Dissertação (Mestrado em Direito Público). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós Graduação em Direito, São Leopoldo, RS, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Andrea Karl; COELHO, Armineyde Abtibol. **Futebol Feminino: história, fomento e profissionalização**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019.

FERNÁNDEZ, Bernardo Marín. **Mujer y deporte**. Universidad de Oviedo, 1966.

FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías**: la ley del más débil. Traducción de Perfecto Andrés Ibáñez y Andrea Greppi. Editora Trotta: Madri, Espanha, 1999.

FERRAJOLI, Luigi. **Diritti fondamentali**: um dibattito teórico. A cura di Ermanno Vitale. 3. ed. Roma: Editori Laterza. 2008.

FERRER, Gabriel Real. Bases conceptuales de derecho deportivo. In: BEM, Leonardo Schmitt de et all. **Direito Desportivo**: Tributo a Marcílio Krieger. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

FERRER, Gabriel Real. Calidad de vida, médio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía: ¿construimos juntos el futuro?. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN 2175-0491, Itajaí, v. 17, n,3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202> acesso em: 02 de maio de 2020.

FERRER, Gabriel Real. **El Derecho ambiental y el derecho de la sostenibilidad**. In: PNUMA. Programa regional de capacitacion em derecho y políticas ambientales, 2008. Disponível em: <http://web.pnuma.org/gobernanza/documentos/VIProgramaRegional> acesso em: 05 de maio de 2020

FERRER, Gabriel Real. La construcción del derecho ambiental. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 6, n.2, 2º quadrimestre de 2011. Disponível em: <www.univali.com.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791> acesso em 01 de maio de 2020.

FERRER, Gabriel Real**. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes; GARCIA, Denise Schmitt

Siqueira (Org.). Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade, E-Book, Univali Editora, Itajaí, 2013.

FERRER. Walkiria Martinez Heinrich; ROSSIGNOLI. Marisa. Constituição Federal e direitos sociais: uma análise econômica e social do atual estado brasileiro. **Revista Argumentum** – RA. Marília, São Paulo. v. 19, n. 1, pp. 27-50, Jan.-Abr. 2018.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Club Licensing Regulations**. Disponível em: < https://www.fifa.com/legal/football-regulatory/stakeholders/fifa-club-licensing > acesso em 14 de setembro de 2021.

FIFA. Fédération Internationale De Football Association. **FIFA STATUTES**: may 2021 edition. Suiça: FIFA. Disponível em: < https://www.fifa.com/about-fifa/official-documents?filterId=1Ik5980rsO4CRiqjqrlXUS > aceso em 27 de setembro de 2021.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA Women´s Football Development**: The Story So Far. 2022. Disponível em: <https://www.fifa.com/womens-football/news/fifa-womens-football-development-the-story-so-far> acesso em 23 de setembro de 2022.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA: women's developmente programme**. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/a08ad6a73aa4d41b/original/z25oyskjgrxrudiu7iym-pdf.pdf> acesso em 03 de outubro de 2022.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Regulations on the Status and Transfer of Players**. Suíça: FIFA, 2021. Disponível em: < https://www.fifa.com/about-fifa/official-documents?filterId=1Ik5980rsO4CRiqjqrlXUS > aceso em 23 de setembro de 2021.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Saudi Arabia stages first-ever Nationwide women's league**. FIFA, 2022. Disponível em: < https://www.fifa.com/womens-football/news/saudi-arabia-stages-first-ever-nationwide-womens-league> acesso em 03 de outubro de 2022.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Setting the pace: FIFA benchmarking report women's football**. Disponível em: < https://digitalhub.fifa.com/m/3ba9d61ede0a9ee4/original/dzm2o61buenfox51qjot-pdf.pdf> acesso em 01 de setembro de 2021.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Women´s Football Strategy**. Disponível em: < https://www.fifa.com/womens-football/strategy/strategy- details> acesso em 20 de setembro de 2022.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Women's football administrator handbook**. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/7a077094dd7d176c/original/nduju6vk2fyr7d8doyu3-pdf.pdf> acessado em 26 de julho de 2021.

FIFA. **Setting the pace: FIFA benchmarking report women's football**. Disponível em: < https://digitalhub.fifa.com/m/3ba9d61ede0a9ee4/original/dzm2o61buenfox51qjot-pdf.pdf> acesso em 01 de setembro de 2021.

FILMER, Robert. **Patriarcha and other political Works of Sir Robert Filmer**. Ed.

Peter Laslett: Oxford, Basil Blackwell, 1949.

FIVB. Fédération Internacionalale de Volleyball. **The Federation: structure**. FIVB, 2022. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/thefivb/structure> acesso em 03 de outubro de 2022.

FIVB. Fédération Internationale de Volleyball. **FIVB leading the charge for gender equality**. FIVB, 2020. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/about/news/fivb-leading-the-charge-for-gender-equality?id=90608> acesso em 21 de dezembro de 2021.

FIVB. Fédération Internationale de Volleyball**. Iniciative to Champion gender equality: volleyball word lauches the "equal jersey".** Disponível em: <https://www.fivb.com/en/about/news/initiative-to-champion-gender-equality-volleyball-world?id=94348> acesso em 18 de outubro de 2021.

FOSTER, Ken. **Lex sportiva**: Transnational Law in Action. University of Westminster: School of Law, 2011. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1803472 > Acesso em: 05 de abril de 2020.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FRIEDRICH, Engels. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Ed. Vitória: Rio de Janeiro, 1960.

GADAIS, Tegwen. **Sport for Development and Peace**: Current Perspectives of research. Sports Science and Human Health-Different Approaches. Intechopen, 2019.

GÁLVEZ, Natalia Papí. Un nuevo paradigma para el análisis de las relaciones sociales: el enfoque de género. **FEMINISMO/S: Revista del Instituto Universitario de Investigación de Estudios de Género de la Universidad de Alicante**, Alicante, pp. 135-148, junho, 2003.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Dimensão social do princípio da sustentabilidade**: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira (Org.). Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer. Itajaí: UNIVALI, 2014.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. **Meios para o alcance da dimensão econômica da sustentabilidade**. In: CRUZ, Paulo Marcio; BRANDÃO, Paulo de Tarso; OLIVIEIRO, Maurizio (Org.). O direito contemporâneo e diálogos científicos univali e perugia: edição comemorativa 10 anos do convênio de dupla titulação entre a univali e a unipg. Edição. Perugia: Università Degli Studi di Perugia, 2016. 2016.

GAVILANES, Raúl Velásquez. Hacia una nueva definición del concepto "política pública". **Revista Desafíos**: Bogotá, Colombia, v. 20, p. 149-187, primeiro semestre 2009.

GEERAERT, Arnout. **Observador de Gobernanza Deportiva 2015**: la crisis de legimidad em la gobernanza deportiva internacional. Copenhague: Play the Game, 2015.

GEERAERT, Arnout; ALM, Jeans; GROLL, Michael. Good governance in international sport organizations: na analsis of the 35 olympic sport governing bodies. **International jornal of sport policy and politics,** v. 6, n. 3, p. 281-306, 2014. Disponível em: <http://ls00012.mah.se/bitstream/handle/2043/16506/Good%20governance.pdf?sequence=2&isAllowed=y> acesso em 24 de agosto de 2021.

GIANNINI, R. A. **ODS 5:** "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas sustentável". In: MENEZES, H. Z. (Org.). Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

GIDDENS, Anthony. **Le conseguenze dela modernità**. Fiduca e rischio, sicurezza e pericolo. Bologna: Mulino, 1994.

GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Reccord, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: UNESP.

GIGLIO, Serio Settani et all. Desafios e percalços da inserção da mulher nos jogos olímpicos (1894-1965). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-22, jan/jun, 2018.

GLOBAL SPORTS DEVELOPMENT. Los Angeles, 2021. Disponível em: <https://globalsportsdevelopment.org/> acesso em 20 de novembro de 2021.

GÓMES, José Maria. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GRAÇA, Odete. A participação das mulheres nos diferentes aspectos da dinâmica desportiva. **Povos e Culturas**, n. 9, p. 393-406, Universidade Católica Portuguesa, 2004. Disponível em: < https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2004.8839> acesso em 24 de agosto de 2021.

GROPPALI, Alexandre. Doutrina do Estado. Tradução de Paulo Edmur de Souza Queiroz. São Paulo: Saraiva, 1968.

GUEDES, Larissa. **O protagonismo das mulheres nos jogos olímpicos: a luta por igualdade de gênero e pelo fim da sexualização dos corpos femininos**. Rio de Janeiro: ADUR, 2021. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/portal/o-protagonismo-das-mulheres-nos-jogos-olimpicos-a-luta-por-igualdade-de-genero-e-pelo-fim-da-sexualizacao-dos-corpos-femininos/> acessado em 30 de agosto de 2021.

GUIMARÃES, Karen Letícia**. Análise das estratégias da UEFA para o desenvolvimento do futebol de mulheres no continente europeu**. XXVIII Congresso de Iniciação Científica da Unicamp. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), 2020. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-

congresso/resumos/2020P17732A35497O4805.pdf> acesso em: 3 de outubro de 2022.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

HAVEMANN, Nils. **O futebol sob símbolo da suástica**. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org..). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 3.

HÉBERT, G. **L'éducation physique féminine. Muscle et beauté plastique**. 4ª ed. Paris: Vuibert, 1919.

HELLER, Hermann. **La soberania: contribución a la teoria del derecho estatal y del derecho internacional**. Traducción y estudio preliminar del Mario de la Cueva. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1965.

HELLER, Hermann. **Teoria do Estado.** Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

Hobbes Thomas. **Leviatan**: o la Materia, Forma y poder de una república eclesiástica y civil. Trad. De Manuel Sánchez Sarto. Fondo de Cultura Economica: México, 1940. Parte II, Cap. XVII e XVIII.

HOBBES, Thomas. **Leviatã:** ou a matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**.** Traduzido por João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

HYDE, James N. Jessup: Transnational Law. **Yale Law Journal**. v. 66, n. 5, p. 813, 1957. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/ylj/vol66/iss5/7> acesso em 04 de novembro de 2019.

I TRUST SPORT. **Boa governança esportiva**. 2018. Disponível em: < https://www.itrustsport.com/pt/sports-governance/tackling-sports-corruption/good-sports-governance> acesso em 26 de agosto de 2021.

I TRUST SPORT. **Organisations involved in sports governance.** Disponível em: <https://www.itrustsport.com/pt/resources> acesso em 26 de agosto de 2021.

IANNI, Octavio. **Globalização**: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos avançados**, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994.

IBERDROLA. **Primeira Iberdrola: Iberdrola refuerza su compromiso com el fútbol femenino hasta 2015**. Disponível em: < https://www.iberdrola.com/compromiso-social/deporte-femenino/futbol-femenino/primera-iberdrola> acesso em 14 de fevereiro de 2022.

IBERDROLA. **Voleibol Femenino: Iberdrola aportar su energia al voleibol femenino**. Disponível em:<https://www.iberdrola.com/compromiso-social/deporte-femenino/otros-deportes/voleibol-femenino> acesso em 14 de fevereiro de 2022.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Agenda 2020+5**: 15 recommendations. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/What-We-Do/Olympic-agenda/Olympic-Agenda-2020-5-15-recommendations.pdf> acesso

em 03 de outubro de 2022.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Women at the Olympic Winter Games Beijing 2022**: all you need to know. COI, 2022. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/news/women-at-the-olympic-winter-games-beijing-2022-all-you-need-to-know > acesso em 23 de novembro de 2022.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITETTEE. **Carta Olímpica**. Suíça, 2020. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/General/ES-Olympic-Charter.pdf> acesso em 31 de agosto de 2021

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Factsheet: Women in the Olympic Movement**. Lausanne, Switzerland, outubro de 2020. Disponível em: < https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf?_ga=2.137089528.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 17 de junho de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Gender equality through time**: at the olympic games. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/gender- equality/gender-equality-through-time/at-the-olympic-games> acesso em 12 de setembro de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **IOC sends extremely strong message that gender balance is a reality at the Olympic Games**. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/ioc-sends-extremely-strong-message-that-gender-balance-is-a-reality-at-the-olympic-games> acesso em 20 de agosto de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Agenda 2020+5**: 15 recommendations. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/What-We-Do/Olympic-agenda/Olympic-Agenda-2020-5-15-recommendations.pdf> acesso em 03 de outubro de 2022.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Women in the Olympic Movement**. Lausanne, Switzerland, junho de 2020. Disponível em: < https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf?_ga=2.137089528.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 17 de junho de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTE. **Ethics and good governance**. In: Olympic Word Library: the olympic studies center. Disponível em: <https://library.olympics.com/default/zoom-ethique-et-bonne-gouvernance.aspx?_lg=en-GB> acesso em 26 de agosto de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Historic milestone: United Nations recognises autonomy of sport**. 2014. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/news/historic-milestone-united-nations-recognises-autonomy-of-sport> acesso em 26 de agosto de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC Executive Board**. IOC, 2021. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/executive-board> acesso em 23 de agosto de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC Gender Equality Review Project**. 2018. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/What-We-Do/Promote-Olympism/Women-And-Sport/Boxes%20CTA/IOC-Gender-Equality-Report-March-2018.pdf?_ga=2.116127182.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 24 de junho de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC mobilises olympic movement with Strong commitments at the generation equality fórum in Paris**. Disponível em: < https://olympics.com/ioc/news/ioc-mobilises-olympic-movement-with-strong-commitments-at-the-generation-equality-forum-in-paris > acesso em 02 de setembro de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Members**. IOC, 2021. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/members> acesso em 23 de agosto de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Portrayal Guidelines**: gender-eqaul, fair and inclusive representation in sport. 2021. Disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Beyond-the-Games/Gender-Equality-in-Sport/IOC-Portrayal-Guidelines.pdf?_ga=2.82564830.919793051.1623958689-1071796795.1623958689> acesso em 23 de junho de 2021.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **The Tokyo Organising Committee of the Olympic and Paralympic: games update to the sustainability pre-games report**. Disponível em: <https://olympics.com/tokyo-2020/en/games/sustainability/report> acesso em 20 de agosto de 2021

IOC.INTERNATIONAL OLYMPIC COMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne, 2019.

ISAT. Instituto Sul Americano de Tênis. **As conquistas do tênis feminino: onze grandes passos na busca pela igualdade de gênero no esporte**. Disponível em: <https://isatenis.com/as-conquistas-do-tenis-feminino/> acesso em 07 de dezembro de 2021.

ISPORTCONNECT. **The iSportConnect story: connecting the business of sport**. Disponível em: < https://www.isportconnect.com/about-us/ > acesso em 26 de novembro de 2021.

ITÁLIA. **Comitato Olimpico Nazionale Italiano**. Disponível em: < Home - Comitato Olimpico Nazionale (coni.it) > acesso em 26 de junho de 2022.

ITF. International Tennis Federation. **Advantage All: elabora tu propia estratégia de igualdad de género**. p. 5-6. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/advantage-all/ > acesso em 31 de janeiro de 2022.

ITF. International Tennis Federation. **Advantage All: The ITF´s gender equality strategy**. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/advantage-all/ > acesso em 10 de novembro de 2021.

ITF. International Tennis Federation. **Committees and Commissions: gender**

equality in tennis committee. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/about-us/governance/committees-and-commissions/> acesso em 06 de dezembro de 2021.

ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF Committees and Commissions 2022-2023**. ITF, 2022. DIsponível em: <https://www.itftennis.com/media/4622/itf-committees-and-commissions-2022-2023-aug-2022.pdf> acesso em 30 de Janeiro de 2023.

ITF. INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION. **ITF Global Tennis Report: 2021**. Disponível em: <http://itf.uberflip.com/i/1401406-itf-global-tennis-report-2021/7?> acesso em 18 de outubro de 2021.

ITF. International Tennis Federation. **ITF presidente David Haggerty named UM Women he for she Champion**. 2021. Disponível em: <https://www.itftennis.com/en/news-and-media/articles/itf-president-david-haggerty-named-among-un-women-heforshe-champions/> acesso em 10 de novembro de 2021.

ITF. International Tennis Federation. **ITF unveils new research into gender equality in sport**. Advantage All, 2021. Disponível em: < https://www.itftennis.com/en/news-and-media/articles/itf-unveils-new-research-into-gender-equality-in-sport/> acesso em 26 de novembro de 2021.

JARAMILLO, Isabel Cristina. **La crítica feminista al derecho**. In: WEST, Robin. Género y teoria del derecho. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Faculdad de derecho de la Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000. p. 119.

JELLINEK, Georg. **Teoria General dei Estado**. México: FCE, 2002. Traducción Fernando de los Ríos.

JESSUP, Philip C. **Transnational Law**. New Haven, Yale University Press, 1956.

JUBÉ, Carolina. Geroges Hébert e a Educação do Corpo Feminino no Brasil. **Educação em Revista,** UFMG, v. 35, 2019. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/edur/a/YbfnFSndmDxydjjsqm6MY9s/?lang=pt > acesso em 28 de junho de 2021.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Tradução de Bruno Cunha. Petrópolis: Vozes, 2020.

KARAQUILLO, Jean-Pierre. **Le Droit du Sport**. Paris: Dalloz, 1993.

KATZENBACH, Nicholas de B. Reviewed Work: Transnational Law by Philip C. Jessup. **The University of Chicago Law Review**. Vol. 24, No. 2, Winter, 1957, pp. 413-417. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclrev/vol24/iss2/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

KELSEN, Hans. **Teoria General del Estado**. Tradução de Luis Legaz Lacambra. Barcelona: Editorial Labor, 1934.

KNIGHT, Brett; BIRNBAUM, Justin. **Highest-paid athletes: the top 50 sports stars combined to make nearly $2.8 bilion in a year of records**. Disponível em: <https://www.forbes.com/athletes/> acesso em 23 de agosto de 2021.

KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973. Yale Law School Legal Scholarship Repository. Disponível em: < https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793/> acesso em: 04 de novembro de 2019.

KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters.** (2006) Faculty Scholarship Series, Pape 1973.

KOH, Harold Hongju. The 1994 Roscoe Pound Lecture: Transnational Legal Process. **Nebraska Law Review**, v. 75, n. 1, p. 7, 1996. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/nlr/vol75/iss1/7> acessado em 27 de janeiro de 2020.

KRADER, Lawrence. **A Formação do Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LAGO, André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília, 2006. Disponível em: < http://www.funag.gov.br/biblioteca/> acesso em 27 de abril de 2010.

LANDABEREA, Juan Antonio. **La constitucionalización del deporte**. Manual de la organización institucional del deporte. Zaragoza: Editorial Pai do Tribo, 2019.

LATTY, Frank. Transnational sports law. In: *Lex sportiva*: What is Sports Law?. **The International Sports Law Journal**. TCM Asser Press, 2011. Disponível em: < https://www.academia.edu/20389292/Transnational_Sports_Law> acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

Lévi-Strauss, Claude. **Les structures elementaires de la parenté**. Paris: Mouton, 1981.

LLAMZOM, Aloysius. **Yukos Universal Limited (Isle of Man) v The Russian Federation: The State of the "Unclean Hands" Doctrine in International Investment Law: Yukos as Both Omega and Alpha**. 2015. ICSID Review.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaios sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 2. ed. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. Ed. Ibrasa: São Paulo, 1963.

LONDOÑO, Mauricio Hernãndez. La buena gobernanza em el deporte de elite em Colombia: comparación entre atletas y ejecutivos. **Revista de educação física**, v. 8, n. 2, Universidade de Antioquia, 2019.

LOPES, Claudio Bartolomeu. **Trabalho feminino em contexto angolano**: um possível caminho na construção de autonomia. Dissertação (mestrado em serviço social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo. 2010. p. 98-99.

LOUP, Jean. **Les sports et le droit.** Librairie Dalloz, 1930.

LYRA FILHO, João. **Introdução à sociologia dos desportes**. Bloch Editores, 1973.

MACHADO, Lia Zanatta. **Feminismo Brasileiro**: revolução de ideias e políticas públicas. In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. et. al. Introdução Crítica ao Direito. Brasília: CEAD, DUB, 2011, v. 5.

MANGE, Flávia Foz. As características do Direito Transnacional como Metodologia:

Análise sob o enfoque dos Aspectos Processuais da Arbitragem**. Revista de Direito Internacional**. Vol. 3, N.3, 2016.

MAQUIVAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MARQUES, António. Espetáculo desportivo na sociedade globalizada. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.,** São Paulo, v. 20, p. 25-28, 2006.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. O Conceito de Esporte como fenômeno globalizado: pluralidade e controvérsias. **Revista Observatorio Del Deporte**, v. 1, N. 1, 2015, pp. 147-185.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATEO, Ramón Martín. **Manual de derecho ambiental**. 2.ed. Madrid: Editora Trivium, 1998.

MAZZEI, Gabriella. Carattere privatistico e transnazionale dell'ordinamento giuridico sportivo. **Rivista di Diritto Pubblico Italiano, Comparato, Europeo**, Nº 10, 2017. Disponível em: < https://www.federalismi.it/nv14/articolo-documento.cfm?artid=34014> acesso em 27 de fevereiro de 2020.

MCCANN, Hanna et al. **O livro do feminismo**. Tradução de Ana Rodrigues. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. Coletânea - As grandes ideias de todos os tempos.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Editora Perspectiva, 4ª edição, 2000.

MELO FILHO, Álvaro. Da autonomia desportiva no contexto constitucional. **Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC**, Universidade Federal do Ceará, 2006. p. 34.

MELO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo Atual**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

MELO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo**: novos rumos. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

MEZZADRI, Fernando Marinho et al. **Cartilha de governança em entidades esportivas: lei 9.615/98**. Brasília/DF: Ministério do Esporte, 2ª ed., 2018.

MILL, Stuart. **Sobre a liberdade**. Tradução de Alberto da Rocha Barros. Vozes: Petrópolis, 1991. 2ª edição.

MIRAGAYA, Ana. **As mulheres nos Jogos Olímpicos**: participação e inclusão social. In: RUBIO, Karla (Org). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MIRANDA, Jorge**, Teoria do Estado e da Constituição**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Forene, 2011.

MIRANDA, Martinho Neves. **O Direito no Desporto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MKT ESPORTIVO. **Espanha iguala premiação das seleções masculina e feminina**. 2022. Disponível em: <https://www.mktesportivo.com/2022/06/espanha-iguala-premiacao-das-selecoes-masculina-e-feminina/> acesso em 03 de outubro de 2022.

MONTESQUIEU, Charles Luis de. **Do Espírito das Leis**. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1971. Vol. 2. Livro I, cap. II e Cap. III.

MONTESQUIEU, Charles Luis de. **Do Espírito Das Leis.** v. 1. Tradução de Gabriela de Andrade Dias Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MÜLLER, Norbert; TODT, Nelson Schneider (Ed.). **Pierre de Coubertin (1963-1937) - Olimpismo**: Seleção de textos. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2015.

NAVARRO, Vicenç. **Neoliberalismo y estado de bienestar**. Barcelona: Ariel, 1998.

NEOENERGIA. **Igualdade em todos os campos**: Iberdrola e o orgulho em apoiar estrelas. Neoenergia 2021. Disponível em: < https://www.neoenergia.com/pt-br/igualdadeemtodososcampos/Paginas/iberdrola-orgulho-em-apoiar-estrelas.aspx> acesso em 10 de fevereiro de 2022.

NIELSEN. **The inclusivity of the olympic games is key to widespread fan appel**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível em: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-inclusivity-of-the-olympic-games-is-key-to-widespread-fan-appeal/> acesso em 30 de agosto de 2021.

NIELSEN. **The Olympics is the biggest platform for gender equality in global sports**. Nielsen insight: demographics, 2021. Disponível: <https://www.nielsen.com/us/en/insights/article/2021/the-olympics-is-the-biggest-platform-for-gender-equality-in-global-sports/> acesso em 30 de agosto de 2021.

NOGUEIRA, Rândala. Soberania e Supranacionalidade. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 7, n 76, p. 42-46, dez/2005 a jan/2006. P. 43.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 125-133, 2009. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/issue/view/105 > acesso em 16 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Vítor. Marinho de. **O que é Educação Física?** 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. **Reflexões sobre o direito transnacional**. Revista Estudos Jurídicos, Vol. 17 – n.1., 2012.

OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos de direito transnacional.** In: DA ROSA, Alexandre Moraes; STAFFEN, Márcio Ricardo [et al.] colaboradores. Direito Global: transnacionalidade e globalização jurídica. Itajaí: UNIVALI, 2013.

ONU MULHERES. Organização das Nações Unidas para Mulheres. **ONU Mulheres tem plataformas de apoio à gestão pública sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-tem-plataformas-de-apoio-a-gestao-publica-sobre-direitos-das-mulheres-igualdade-de-genero-e-sustentabilidade/> Acesso em 25 de set. de 2020.

ONU MULHERES. Organização das Nações Unidas para mulheres. **Sport for Generation Equality: advancing gender equality in and through sport**. 2020. Disponível: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/3/news-sport-for-

generation-equality> acesso em 14 de setembro de 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030**: Objetivo 5: igualdade de gênero. ONU, 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/5/> Acesso em: 25 de setembro de 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. ONU lembra que “o esporte tem o poder de mudar o mundo”. **ONU News**. Disponível em: < https://news.un.org/pt/story/2019/04/1667311> acesso em 18 de fevereiro de 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolución de Naciones Unidas Nº 58/5**: el deporte como médio para fomentar la Educación, la Salud, el Desarrollo y la Paz. Asamblea General de las Naciones Univas, 2003. Disponível em: < Año Internacional del deporte y la educación física 2005 (un.org) > acesso em 23 de junho de 2022.

ONUBR. Nações Unidas do Brasil. **Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ONUBR. Nações Unidas do Brasil. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pd> Acesso em 21 de set. de 2020.

OPPENHEIMER, Franz. **The State**. New York, 1926.

PASOLD, Cesar Luiz. **Função social do Estado contemporâneo**. 4 ed. rev. amp. Itajaí/SC: Univali, 2013. Ebook.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregório. **Curso de derechos fundamentales**: teoria general. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1995.

PENTEADO, José Tadeu Rodrigues. Aspectos gerais da organização internacional do Desporto. **Revista Jus Navigandi**, ano 21, n. 4639, 5 mar. 2016. Disponível em:

< https://jus.com.br/artigos/47046> acesso em 16 de fevereiro de 2020.

PERRY, Valed. **Direito Desportivo**: temas. Rio de Janeiro: CBF, 1981.

PERRY, Valed. O direito desportivo. **Revista Brasileira de Direito Desportivo**, São Paulo: Editora OAB/SP, n. 1, p. 18-26, jan/jun, 2002.

PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Européia. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2015.

PIOVESAN, Flavia. A proteção internacional dos direitos humanos das mulheres. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 21-34, Jan.-Abr. 2014.

PISANI, Camila. **Mulheres no esporte: diferença de gênero, diferença em números**. In: VIANNA, Vanessa de Casto et al. (coord.). Elas escrevem sobre direito desportivo. Recife: Ed. dos Organizadores, 2019.

PRIETO, Luis Maria Cazorla. Reflexiones acerca de la pretensión de autonomia

científica del Derecho Deportivo. **Revista Española de Derecho Deportivo,** nº. 1, Jan/Jun, 1993.

RAMOS, Rafael Teixeixa. Direito Desportivo e Direito ao Desporto na Constituição da República Federativa do Brasil. **Revista JurFa7**, Fortaleza, v. VI, 2009.

RANELLETTI, Oreste. Istituzioni di Diritto Pubblico. Dott. A. Giuffrè-Editore, 1954.

REAL FERRER, Gabriel Ferrer. **Derecho Público del Deporte**. Madrid: Civitas, 1991.

REAL FERRER, Gabriel. **Principios y Fundamentos del Derecho Publico del Deporte.** Tese (Doutorado em Direito) – Universitat d'Alacant-Universidad de Alicante, Alicante, Espanha, 1990.

REALE, Miguel. **Teoria do Direito e do Estado**. Livraria Martins, 1940.

REZENDE, José Ricardo. **Nova legislação de direito desportivo: preparando o Brasil para a Copa de 2014 e Olimpíadas 2016**. São Paulo: All Print, 2010.

RFET. Real Federación Espanhola de Tenis. **La RFET se adhiere al Manifiesto por la Igualdad y la Participación de la Mujer em el Deporte**. RFET, 2010. Disponível em: < https://www.rfet.es/es/noticia/la-rfet-se-adhiere-al-manifiesto-por-la-igualdad-y-la-participacion-de-la-mujer-en-el-deporte> acesso em 06 de dezembro de 2021.

RFET. REAL FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE TENIS. **Estructura: Organigrama**. Disponível em: < https://www.rfet.es/es/rfet-estructura-organigrama.html> acesso em 30 de janeiro de 2023.

ROMANO, **Santi. L´Ordinamento Giuridico**. Ed. Sansoni: Florença, 1962.

ROUSSEAU, Jean-Jacques**. O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política do sexo”. Tradução de Christine Rufino Dubat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Correa. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

RUIZ, Eva Espinar; HERNANDO, José Antonio Ríos. ***Producción del espcio y desigualdades de género****: El ejemplo del campus universitário de Alicante*. Universidaded de Alicante, Centro de Estudios sobre la Mujer, 2002.

SÁEZ, Maravillas Espín; CARUJO, Borja Suárez. Efectos de la Globalización sobre el principio de igualdade: género y globalización. **Revista de Estudios de Ciencias Sociales y Humanidades**, Universidad Autónoma de Madrid, n. 11, pp. 97-104, mês, 2014. Disponível em: < https://helvia.uco.es/bitstream/handle/10396/8739/11.9.pdf?sequence=1&i> acesso em 18 de maio de 2021.

SANCHÉS, Jordi et al. **Manual de ciência política**. Madrid: Alianza, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 5-23, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Globalização**: fatalidade ou utopia? Lisboa: Afrontamento, 2011.

SANTOS, Rafael Padilha dos. **O princípio da dignidade da pessoa humana como reguladora da economia no espaço transnacional: uma proposta de economia humanista. 568 f**. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

SCELLE, Georges. **Précis de Droit des Gens**: Principes et Systématique. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1932.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**, Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade:** Porto Alegre, 1995.

SHROPSHIRE, Kenneth. L. Introduction: sports law? **American business law journal**, v. 35., n.2, p. 181-184, 1998.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. (1986). **A constituinte burguesa (Qu´est-ce que le tiers état?).** Rio de Janeiro: Liber Juris.

SILVA, Luiz Roberto. **Direito econômico internacional e direito comunitário**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SILVA, Rebecca. **Mãe e atleta**: como Allyson Felix quebrou tabus e redefiniu a indústria esportiva. Forbes, 2021. Disponível em: < https://forbes.com.br/forbes-mulher/2021/08/mae-e-atleta-como-allyson-felix-quebrou-tabus-e-redefiniu-a-industria-esportiva/> acesso em 16 de julho de 2022.

SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SMITH, Adam**. A riqueza das nações**. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003. v. I.

SOUSA, Andréia Nádia Lima de. **Globalização**: origem e evolução. Caderno de Estudos Ciência e Empresa, Teresina, Ano 8, n.1, jul, 2011.

SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. **El Derecho desportivo como rama autónoma del Derecho**. Asociación Española de Derecho Deportivo: Madrid, 2019.

SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de. Sustentabilidade Corporativa: uma iniciativa de cunho social transformando o meio ambiente. **Revista Jurídica Unicuritiba,** Curitiba, v. 4, n. 45. pp. 245-262. Jan./dez. 2016.

SOUZA, Pedro Trengrouse Laignier de. **Princípios de Direito Desportivo**. Gazeta do Rio: Rio de Janeiro, 2007.

STEARNS, Peter Nathaniel. **História das Relações de Gênero**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

STELZER, Joana. De soberano a membro: o papel do Estado inserido na dinâmica comunitária européia. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 6, n. 11, p. 193-208, 2009.

STELZER, Joana. **União europeia e supranacionalidade: desafio ou realidade?** Curitiba: Juruá, 2000.

STELZER. Joana. **O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica**. Direito e Transnacionalidade. Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs). 1. ed., 2009, 2 reimp., Curitiba: Juruá, 2011.

TEIXEIRA, Anderson Vichnkeski. Los orígenes filosóficos de la noción de soberanía nacionl en el contractualismo político de Thomas Hobbes, John Locke y Jean-Jacquues Rousseau. **Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso**. Universidade Católica de Valparaíso: Valparaíso/Chile, 2014, n. 43.

THE AMERICAN LAW INSTITUTE. **About ALI**. Disponível em: <https://www.ali.org/about-ali/> acesso em 15 de janeiro de 2020.

THE AMERICAN LAW INSTITUTE**. Restatement of the Law, Third, Foreign Relations Law of the United States.** 1987.

TOBAR, Felipe Bertasso; LIMA, Fernando de. A autonomia do direito desportivo. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.7, n.3. pp. 1853-1873, 2012. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica> acesso em 30 de janeiro de 2020.

TOUCHARD, Jean. **Historia de las ideas políticas**. Trad. J. Pradera. 5. ed., Madrid: Tecnos, 1993.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

UEFA. Union of Associations of European Football**. Regulations of the UEFA Women's Champions League**. Disponível em: < https://documents.uefa.com/r/Regulations-of-the-UEFA-Women-s-Champions-League-2021/22/Preamble-Online> acesso em 15 de setembro de 2021.

UEFA. Union of Associations of European Football. **UEFA oficial sponsors and partners**. Disponível em: < https://www.uefa.com/partners/ > acesso em 16 de setembro de 2021.

UEFA. Union of European Football Associations. **UEFA Women's Football: the business case for women's**. UEFA, 2022. Disponível em: <https://www.uefa.com/insideuefa/news/0278-15e1359d73bf-0abdd5cc60ba-1000--the-business-case-for-women-s-football/> acesso em 03 de outubro de 2022.

UM WOMEN. **Sport for genderenation equality framework**: driving implementation of the Beijing Platform for action through the power of the sport ecosystem. p. 4. Disponível em: < https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/news%20and%20events/stories/2020/sport-generationequality.pdf?la=en&vs=1815 > acesso em 19 de julho de 2021.

UN. United Nations. **Conferences**: women and gender equality. Noirobi: UN, 1985. Disponível em: < World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women | United Nations > acesso em 14 de julho de 2022.

UN. United Nations. **Convention on the Elimination of All Forms of**

Discrimination against Women. New York; UN, 1979. Disponível em: <Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women New York, 18 December 1979 | OHCHR> acesso em 14 de julho de 2022.

UN. UNITED NATIONS. **Transforming our World**: the 2030 agenda for sustainable development. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication> Acesso em 25 de set. de 2020.

VERDÚ, Pablo Lucas; MURILLO DE LA CUEVA, Pablo Lucas. **Manual de derecho político**. Madrid: Tecnos, 2000.

VISA. **Futebol Feminino da UEFA**. Disponível em: < https://www.visa.pt/sobre-a-visa/patrocinados-pela-visa/uefa-partnership.html > acesso em 16 de setembro de 2021.

WADA. Word Anti-Doping Agency. **Word Anti-Doping Code**. Mondreal, Quebec, 2021. Disponível em: < 2021_wada_code.pdf (wada-ama.org) > acesso em: 12 de julho de 2022

WADA. World Anti-doping Agency. **WADA Statutes**: English translation of French original. Disponível em: < WADA Statutes: English translation of French original (official version) | World Anti-Doping Agency (wada-ama.org)> acesso em 12 de julho de 2022

WADA. World Anti-doping Agency. **WADA:** Governance. Disponível em: <Governance | World Anti-Doping Agency (wada-ama.org)> acesso em: 04 de abril de 2020.

WERNER, Felipe Probst; PÍTSICA, Monique. A repercussão da transnacionalidade no meio ambiente. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 5, n. 3, p. 17-30, 2010.

WLOCH, Fabrício; VIZZOTTO, Juliana Nunes**.** Globalização e superação da soberania moderna. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 34, p. 82-98, ago. 2016.

WORD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2021**: insight report. Março, 2021. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf> aceso em 18 de maio de 2021.

YALE BOOKS. **Books from "The Storrs Lectures Series"**. Disponível em: <https://yalebooks.yale.edu/series/the-storrs-lectures-series> acesso em 04 de novembro de 2019.

ZAMBRANA, Karel Luis Pachot. El derecho constitucional al deporte en la doctrina y el derecho comparado. **Revista Mexicana de Derecho Constitucional**, 2016.